



**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
CAMPUS DE PRESIDENTE PRUDENTE
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**



**GEDRA – GRUPO DE ESTUDOS DINÂMICA REGIONAL E
AGROPECUÁRIA**

JOSÉ SAMPAIO DE MATTOS JUNIOR

**O ENTRONCAMENTO DAS POLÍTICAS AGRÁRIAS NO
MARANHÃO: encontros e desencontros institucionais na
Microrregião Geográfica de Itapecuru Mirim**

**Presidente Prudente
2010**

JOSÉ SAMPAIO DE MATTOS JUNIOR

**O ENTRONCAMENTO DAS POLÍTICAS AGRÁRIAS NO
MARANHÃO: encontros e desencontros institucionais na
Microrregião Geográfica de Itapecuru Mirim**

Trabalho apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, para obtenção do grau de Doutor em Geografia, área de concentração Produção do Espaço Geográfico.

Orientador: Prof. Dr. Antonio Nivaldo Hespanhol

**Presidente Prudente
2010**

Mattos Júnior, José Sampaio.

M391e

O entroncamento das políticas agrárias no Maranhão : encontros e desencontros institucionais na Microrregião Geográfica de Itapecuru Mirim / José Sampaio Mattos Júnior. - Presidente Prudente : [s.n.], 2010

311 f.

Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia

Orientador: Antonio Nivaldo Hespanhol

Banca: Marcos Aurélio Saquet, Luis Antonio Barone, Julio César Suzuki, Marcelo Domingos Sampaio Carneiro

Inclui bibliografia

1. Geografia. 2. Geografia agrária. 3. Ciências sociais. I. Autor. II. Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências e Tecnologia. III. Título. CDD(18.ed.) 910

TERMO DE APROVAÇÃO

JOSÉ SAMPAIO DE MATOS JUNIOR

O ENTRONCAMENTO DAS POLÍTICAS AGRÁRIAS NO MARANHÃO: encontros e desencontros institucionais na Microrregião Geográfica de Itapecuru Mirim

Trabalho apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, para obtenção do grau de Doutor em Geografia, área de concentração Produção do Espaço Geográfico.

Orientador: Prof. Dr. Antonio Nivaldo Hespanhol

Aprovada em / /

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Antônio Nivaldo Hespanhol (Orientador)

1º Examinador

2º Examinador

3º Examinador

4º Examinador

Dedico aos trabalhadores rurais assentados, pois as suas experiências servem de lição de vida.

Dedico a meus familiares pela motivação e compreensão em todos os momentos deste trabalho.

AGRADECIMENTOS

O início desta atividade e sua trajetória não seriam possíveis sem a participação e colaboração institucional e também de pessoas que contribuíram com as suas orientações, informações e que foram de suma importância para a realização deste trabalho.

À Deus, primeiramente, pela luz para a superação nos momentos difíceis desta caminhada;

Ao Prof. Dr. Antonio Nivaldo Hespanhol pela orientação precisa, pela dedicação nas atividades e pelo rigor e coerência nas correções de pontos fundamentais na construção deste trabalho;

Aos meus pais José Sampaio de Mattos e Altair Vieira de Mattos e minha irmã Carla Vieira de Mattos por sempre acompanharem de perto a minha formação e minha vida profissional;

À Universidade Estadual do Maranhão – UEMA, instituição com a qual compartilho meus projetos sociais;

Aos professores e funcionários do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista – Campus de Presidente Prudente – SP pelo profissionalismo;

Ao Prof.Dr. Raul Borges Guimarães por acreditar na proposta Institucional;

À Prof^a. Rosângela Hespanhol, Prof. Eliseu Spósito, Prof^a. Maria Encarnação Spósito, Prof^a Maria Aparecida Moraes Silva, Prof. Bernardo Mançano pela oportunidade que suas disciplinas proporcionaram para reflexão sobre os encaminhamentos da tese;

À CAPES pelo financiamento da bolsa de doutorado;

Ao Grupo de Estudo Dinâmica Regional e Agropecuária (GEDRA) pelas discussões sistematizadas que proporcionaram reflexões sobre o direcionamento da nossa pesquisa;

Ao professor e amigo Alan Kardec Gomes Pacheco Filho que, ao longo da trajetória acadêmica, sempre apoiou as nossas iniciativas que culminaram com o projeto do Doutorado;

À Professora Maria Auxiliadora Gonçalves de Mesquita, pela sua amizade, carinho, dedicação e apoio na leitura do nosso projeto e contribuição para a sistematização do nosso trabalho final;

Ao professor Cláudio José e a Lucilene Terra, pelo apoio na construção dos mapas;

Aos professores do Departamento de História e Geografia envolvidos com o Doutorado Interinstitucional pelo apoio e motivação;

Aos amigos de Presidente Prudente – SP Ana Cristina, Elson, Igor, Atamis, Odair, Terra, Carlos Loboda, Ederval, Karla Brumes, Gilnei, Flávia, Carlos Neves, Leandro Braido Leandro, Érika, Deise Campos, Alexandre e tantos outros que no dia a dia contribuíram com sugestões, discussões, correções dos textos, dos resumos e dos artigos que deram origem aos capítulos de tese;

Ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e ao Instituto de Terras do Maranhão (ITERMA) pelo fornecimento das informações necessárias para as nossas análises;

Aos técnicos de ATES da Cooperativa de Serviços, Pesquisas e Assessoria Técnica (COOSPAT), Organização Não Governamental de Estudos e Projetos Sócio-Ambientais e Agroecológicos (BIOTERRA) por suas atividades de campo terem sido relevantes para os esclarecimentos sobre o processo produtivo;

À Agência Estadual de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural (AGERP), por meio do Sr. Jerônimo, pela viabilização da estrutura para o início dos nossos trabalhos de campo;

Aos técnicos Agrícolas da Secretária de Agricultura do Município de Itapecuru Mirim e da Agência Estadual de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural (AGERP) pelo acompanhamento na fase inicial dos trabalhos de campo;

Ao Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Itapecuru Mirim pela disponibilidade dos seus diretores para informações sobre a história dos conflitos na Microrregião Geográfica de Itapecuru Mirim;

Aos assentados do Assentamento Entroncamento pela receptividade, colaboração e paciência para acompanharem as nossas atividades;

Aos presidentes das associações que fazem parte do Assentamento Entroncamento por acreditarem que a qualidade de vida também passa pelo processo de organização associativa;

Aos Professores Barone e Saquet que, com as suas sugestões na Banca de Qualificação, ofereceram elementos importantes para a nossa redação final;

A todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para a sistematização deste trabalho.

“A única coisa que mudou é que nós envelhecemos”

(Assentado de Entroncamento)

RESUMO

A pesquisa teve como objetivo principal analisar as discontinuidades das políticas de reforma agrária e seus efeitos sobre o processo produtivo no Assentamento Entroncamento no Estado do Maranhão. Foram abordadas as ações implantadas pelo Estado com intuito de minimizar as tensões sociais no campo, a territorialização dos assentamentos e os encontros e desencontros institucionais que propiciaram avanços e recuos na produção agrícola. O Assentamento Entroncamento foi um dos primeiros a ser criado no Estado do Maranhão, sendo considerado modelo de projeto produtivo para os demais assentamentos do estado. Para a consecução dos objetivos da pesquisa, foi de fundamental importância a revisão da bibliografia que discute a questão agrária e as políticas públicas voltadas ao campo. Foram realizadas entrevistas com os representantes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itapecuru Mirim, presidentes das associações que fazem parte do assentamento, técnicos das instituições envolvidas no processo de desapropriação e criação do assentamento e aplicados formulários a produtores rurais assentados. Para a identificação dos povoados, foi utilizado o receptor Global Navigation Sattelite System (GNSS), Etrex Garmim e, posteriormente, as informações foram inseridas nas imagens 2009, Digital Globe disponibilizadas no Google Earth na versão 4.3. Foram gerados pelo Philcarto os mapas referentes à evolução de famílias assentadas, número de assentamentos criados e área desapropriada por microrregião geográfica, estabelecendo o recorte temporal dos anos de 1986, 1995/96 e 2006. Posteriormente à sistematização das informações, foram realizadas as interpretações e análises com as seguintes considerações. A participação da Igreja e do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do município de Itapecuru Mirim foi relevante para o processo de organização dos trabalhadores rurais para a desapropriação da área e criação do assentamento e a baixa produtividade no Assentamento Entroncamento é um dos reflexos das desarticulações institucionais e das discontinuidades das políticas públicas ligadas à reforma agrária bem como para as permanências no processo produtivo com práticas tradicionais

Palavras-chave: Território, Assentamentos rurais, Processo produtivo.

ABSTRACT

The research aimed to analyze the discontinuities of the agrarian reform policies and their effects on the production process in the settlement Junction in the state of Maranhão. Were addressed by the implemented actions aiming to reduce social tensions in the country, the territorial settlement and the similarities and differences that have led institutional advances and setbacks in agricultural production. The Settlement Junction was among the first to be built in Maranhão state, being considered a model of productive project to the other establishments of the state. To achieve the objectives of the research was of fundamental importance to review the literature that discusses the land issue and the public policies related to the field. Interviews were conducted with representatives of the Union of Rural Workers Itapecuru Mirim, presidents of associations that are part of the settlement, technical institutions involved in the process of expropriation and the establishment of the settlements and applied forms to farmers settled. For the identification of the villages, we used the receiver Global Navigation Satellite System (GNSS), Garmin Etrex and then the information was entered in the images 2009, Digital Globe Google Earth available in version 4.3. Were generated by Philcarto maps relating to the development of settled families, number of settlements created and expropriated area of micro-geographical setting the temporal cut for the years 1986, 1995/96 and 2006. After the systematization of information, there were interpretations and analysis and the final work. The participation of the Church and the Union of Rural Workers of Itapecuru Mirim was relevant to the process of organization of rural workers to the expropriation of the area and establishment of the settlements and to the permanence in the production process with traditional practices. The low productivity in the Settlement Junction is one reflection of the institutional dislocations and discontinuities of public policies related to land reform.

Keywords: Planning, Rural Settlements, Production Process.

LISTA DE FIGURAS

Figura	Título	Pág.
1-	Localização dos povoados no Assentamento Entroncamento	39
2	Evolução do número de famílias assentadas no Estado do Maranhão 1986-2006	91
3 -	Localização da Escola de Ensino Fundamental e Médio (EEFM), posto de saúde e poço artesanais no povoado Jaibara.	206
4 -	Localização da rodoviária, Escolas de Ensino Fundamental e Médio (EEFM), postos de gasolina, restaurantes e poços artesanais no povoado Entroncamento.....	212
5 -	Localização das Escolas de Ensino Fundamental (EEF) no povoado Oiteiro.	223

LISTA DE FOTOS

Foto	Título	Pág.
1 - Estrada que liga o povoado Oiteiro à BR 222 no Assentamento Entroncamento.		81
2 - Casa no Povoado Picos II do Assentamento Entroncamento		84
3 - Produção de hortaliças no Projeto de Assentamento Cinturão Verde no município de São Luís/MA		85
4 - Área preparada para produção de arroz, milho e mandioca no Povoado Picos II no Assentamento Rural Entroncamento		136
5 - Área preparada para produção de arroz, milho e mandioca no Povoado Galvão no Assentamento Rural Galvão/Cantanhede		136
6 - Área preparada para produção de arroz, milho e mandioca no Povoado Piqui da Rampa no Assentamento Piqui – Vargem Grande		137
7 - Antigo Centro de Comercialização no povoado Entroncamento		199
8 - Espaço antigo do lado esquerdo e o novo espaço de comercialização do lado direito do restaurante		201
9 - Centro de Referência da Agricultura Familiar – Unidade de comercialização		202
10 - Supermercado e restaurante no povoado Entroncamento		207
11 - Borracharia no povoado Entroncamento		208
12 - Posto de gasolina no povoado Entroncamento		208
13 - Farmácia no povoado Entroncamento		209
14 - Panificadora e lanchonete no povoado Entroncamento		209
15 - Casa do presidente da Associação de Picos I		217
16 - Casa construída em 2004 no povoado São José		218
17 - Escola com Ensino Fundamental e Médio no povoado Picos I		221
18 - Posto de Saúde no povoado Picos I		225
19 - Estrada que liga o povoado Oiteiro ao povoado Jaibara		229
20 - Estrada que liga o povoado Oiteiro ao povoado Jaibara no período de chuvas frequentes		229
21 - Rua pavimentada no povoado Entroncamento		230
22 - Estrada que liga o povoado Picos I ao povoado São José dos Matos		231
23 - Limpeza de 0,5 ha para plantio de arroz e mandioca no Assentamento Entroncamento		243
24 - Assentados reunidos no povoado São Jose dos Matos		245
25 - Estrutura de gado bovino, financiada pelo PRONAF, para um grupo de 6 assentados no povoado São José dos Matos		246
26 - Estrada carroçal que leva à área de produção de assentados que residem no povoado São José dos Matos		248
27 - Estrada carroçal que leva à área de produção de assentados que residem no povoado Jaibara		249

28 - Barracas de assentados e não assentados às margens da Br 135, no povoado Entroncamento com venda de produtos de origem no assentamento e fora do assentamento.....	252
---	-----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico	Título	Pág.
1 - Número de assentamentos criados no Maranhão 1995		43
2 - Área dos estabelecimentos agropecuários no Maranhão entre 1985 e 1995.....		44
3 - Número de Estabelecimentos agropecuários no Maranhão entre 1985 e 1995.....		44
4 - Formas de obtenção das áreas alvo dos projetos de assentamentos no Maranhão.....		80
5 - Áreas dos estabelecimentos agropecuários por Microrregião Geográfica no Maranhão entre 1996-2006		90
6 - Número de estabelecimentos agropecuários na Microrregião Geográfica de Itapecuru Mirim no Maranhão 1996/2006.....		117
7 - Produção agrícola de arroz na Microrregião Geográfica de Itapecuru Mirim no Maranhão entre 1985, 1990, 1995, 2000 e 2006.....		118
8 - Produção agrícola de mandioca na Microrregião Geográfica de Itapecuru Mirim no Maranhão entre 1985, 1990, 1995, 2000 e 2006		120
9 - Produção agrícola de milho na Microrregião Geográfica de Itapecuru Mirim no Maranhão entre 1985, 1990, 1995, 2000 e 2006		121
10 - Produção agrícola de feijão na Microrregião Geográfica de Itapecuru Mirim no Maranhão entre 1985, 1990, 1995, 2000 e 2006		122
11 - Produção agrícola de abacaxi na Microrregião Geográfica de Itapecuru Mirim no Maranhão entre 1985, 1990, 1995, 2000 e 2006		125
12 - Produção agrícola de banana na Microrregião Geográfica de Itapecuru Mirim no Maranhão entre 1985, 1990, 1995, 2000 a 2006		127
13 - Produção agrícola da cana-de-açúcar na Microrregião Geográfica de Itapecuru Mirim no Maranhão entre 1985, 1990, 1995, 2000 e 2006		130
14 - Área plantada em hectares na Microrregião Geográfica de Itapecuru Mirim no Maranhão entre 1985, 1990, 1995, 2000 e 2006.....		131
15 - Efetivo de gado bovino na Microrregião Geográfica de Itapecuru Mirim entre os anos de 1990, 1995, 2000 e 2006.....		141
16 - Percentual de assentados que responderam sobre os motivos que levaram à luta pela desapropriação ...		145

17 - Condição do beneficiário antes do assentamento em 1986	145
18 - Percentual de assentados que sempre residiram na área que envolve o assentamento.....	146
19 - Expectativa com a criação do assentamento	148
20 - Outra atividade desenvolvida além da agrícola	211
21 - Material utilizado na construção da moradia	215
22 - Classificação da moradia no assentamento	216
23 - Tipo de esgotamento sanitário na sua moradia.....	219
24 - Grau de escolaridade dos assentados entrevistados	222
25 - Opinião dos assentados sobre as condições de acesso que ligam os povoados às rodovias 135 e 222 ...	231
26 - Tamanho total das áreas em hectares, assistência técnica e utilização de financiamento agrícola entre 1986, 1996 e 2006	236
27 - Percentual de assentados que produziam as culturas de abacaxi, arroz, banana, cana, feijão, mandioca e milho entre 1986, 1996 e 2006	238
28 - Média de idade dos assentados entrevistados.....	244
29 - Número de assentados que utilizam mão-de-obra de terceiros	245
30 - Tipo de estrada entre os povoados e as áreas de produção.....	248
31 - Número de assentados que informaram sobre meios de escoamento da produção.....	250
32 - Destino da produção dos assentados entrevistados no período entre 1986, 1996 e 2007	252
33 - Renda mensal auferida ao final de 2007 dos assentados entrevistados.....	255

LISTA DE MAPAS

Mapa	Título	Pág.
1	Localização do Assentamento Entroncamento nos Municípios Anajatuba e Itapecuru Mirim- MA	38
2	Número de assentamentos rurais no Estado do Maranhão 1986 - 2006	66
3	Número ocupações realizadas no Estado do Maranhão 1988 - 2005	67
4	Número de famílias assentadas no Estado do Maranhão 1986- 2006	68
5	Localização dos projetos de colonização e das ocupações no Estado do Maranhão	71
6	Localização dos conflitos entre posseiros e grandes projetos industriais de papel e celulose no Estado do Maranhão.....	72
7	Número de assentamentos criados por Microrregião Geográfica no Estado do Maranhão 1986 - 1990	74
8	Número de Assentamentos rurais criados entre 1990 e 1995 nas Microrregiões Geográficas da Baixada Maranhense, Médio Mearim e Pindaré.....	76
9	Área, em Hectares, dos projetos de assentamentos rurais criados entre 1990 e 1995 nas Microrregiões Geográficas da Baixada Maranhense, Médio Mearim e Pindaré.....	77
10	Número de famílias assentadas entre 1990 e 1995 nas Microrregiões Geográficas da Baixada Maranhense, Médio Mearim e Pindaré.....	78
11	Relação entre assentamentos e áreas de produção de arroz e de mandioca no Estado do Maranhão por Microrregião Geográfica 1990 - 2000	86
12	Relação entre Assentamentos criados e créditos concedidos pelo PRONAF no Estado do Maranhão por Microrregião Geográfica 1998 - 2006	88
13	Relação entre créditos disponibilizados e área plantada de arroz e mandioca no Estado do Maranhão por Microrregião Geográfica 2000 - 2006	89
14	Número de assentamentos rurais na Microrregião Geográfica de Itapecuru Mirim – MA 1986- 2006	98
15	Territórios da cidadania no Estado do Maranhão – 2008.....	99
16	Número de famílias assentadas na Microrregião Geográfica de Itapecuru Mirim no Maranhão 1986 - 2006	103
17	Área dos assentamentos rurais da Microrregião Geográfica de Itapecuru Mirim no Maranhão 1986 - 2006.....	111
18	Relação entre o número de assentamentos rurais criados entre 1986 e 1998 e produção de abacaxi financiada pelo PROCERA entre 1993 e 1998 no Maranhão.....	124
19	Relação entre o número de assentamentos rurais criados entre 1986 e 1998 e produção de banana financiada pelo PROCERA entre 1993 e 1998 no Maranhão.....	126
20	Relação entre o número de assentamentos rurais criados entre 1986 e 1998 e produção de cana-de-açúcar financiada pelo PROCERA 1993 e 1998 no Maranhão.....	129

LISTA DE ORGANOGRAMA

Organograma	Título	Pág.
1 -	Relação entre permanências, descontinuidades e instabilidades	234

LISTA DE QUADROS

Quadro	Título	Pág.
1 -	Área plantada da soja em ha de 1990 a 2006	42
2 -	Descontinuidade temporal nas estruturas de apoio à produção agrícola no Estado.....	140
3 -	Famílias assentadas e residentes por povoado no Assentamento Entroncamento	205
4 -	Mobilidade territorial dos assentados, área cultivada e culturas produzidas no Assentamento Entroncamento	242
5 -	Implicações socioambientais no uso do solo.....	244

LISTA DE TABELAS

Tabela	Título	Pág.
1 -	Relação entre a área dos assentamentos criados com as famílias beneficiadas na Microrregião Geográfica de Itapecuru Mirim entre 1986 e 2006	115
2 -	Relação entre a área dos assentamentos criados com as famílias beneficiadas.....	116
3 -	Associações que receberam o crédito PROCERA no Assentamento Entroncamento no Maranhão entre 1993 e 1995.....	166
4 -	Relação entre percentual dos rendimentos provenientes da renda agrícola, transferências sociais e de outras atividades.....	254

LISTA DE SIGLAS

AGERP - Agência Estadual de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural

APL - Arranjos Produtivos Locais

ATES - Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária

BIOTERRA - Organização Não Governamental de Estudos e Projetos Sócio-Ambientais e Agroecológicos

BNB - Banco do Nordeste do Brasil

CEBs - Comunidades Eclesiais de Base

CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura

COOSPAT - Cooperativa de Serviços, Pesquisas e Assessoria Técnica

CPT - Comissão Pastoral da Terra

CRAF - Centro de Referência da Agricultura Familiar

EMAPA - Empresa Maranhense de Pesquisa Agropecuária

EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

EMBRATER - Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural

FAO - Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação

FCT - Faculdade de Ciências e Tecnologia

FETAEMA - Federação dos Trabalhadores da Agricultura

FGTS - Fundo de Garantia por Tempo e Serviço

FIBGE - Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

GEAGRO - Gerência da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural

GEPLAN - Gerência de Estado de Planejamento

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

ITERMA - Instituto de Terras do Maranhão

MDA - Ministério de Desenvolvimento Agrário

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

NUPEDOR - Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural

PAM - Produção Agrícola Municipal

PCB - Partido Comunista Brasileiro

PCPR - Programa de Combate à Pobreza

PID - Plano Integral de Desenvolvimento

PNRA - Plano Nacional de Reforma Agrária

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PROCERA - Programa de Crédito Especial de Apoio à Reforma Agrária

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

SAGRIMA - Secretaria de Agricultura do Estado do Maranhão

SEAGRO - Secretaria de Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural

SEBRAE – Serviço de Apoio a Micro e Pequenas Empresas

SIBRATER - Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural

STR - Sindicatos dos Trabalhadores Rurais

UDR - União Democrática Ruralista

UEMA - Universidade Estadual do Maranhão

UFMA - Universidade Federal do Maranhão

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS	12
LISTA DE FOTOS.....	13
LISTA DE GRÁFICOS	14
LISTA DE MAPAS	16
LISTA DE QUADROS.....	17
LISTA DE TABELAS	17
LISTA DE SIGLAS	18
INTRODUÇÃO.....	25
PRIMEIRO CAPÍTULO	35
1. LEITURA GEOGRÁFICA DOS TERRITÓRIOS DOS ASSENTAMENTOS RURAIS NO MARANHÃO DE 1986 A 2006.36	
1.1. PLANO NACIONAL DE REFORMA AGRÁRIA E OS PROJETOS DE ASSENTAMENTOS RURAIS NO CONTEXTO DA DÉCADA DE 1980 40	
1.2. ASSENTAMENTOS RURAIS: CONSTRUÇÃO E RECONSTRUÇÃO DE UM TERRITÓRIO	51
1.3. A TERRITORIALIZAÇÃO DOS ASSENTAMENTOS RURAIS NO MARANHÃO.....	59
SEGUNDO CAPÍTULO	96
2. CONCEPÇÃO E DINÂMICA DOS ASSENTAMENTOS NA MICRORREGIÃO DE ITAPECURU MIRIM.....	97
2.1. A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA: NOVAS PROPOSTAS E VELHOS DILEMAS.....	100
2.2. AS MUDANÇAS, PERMANÊNCIAS E OS VELHOS DILEMAS NO PROCESSO PRODUTIVO	112
TERCEIRO CAPÍTULO.....	143
3. AS DIFERENTES DINÂMICAS TERRITORIAIS NO ASSENTAMENTO ENTRONCAMENTO	144
3.1. A OFICIALIZAÇÃO DO TERRITÓRIO.....	150
3.2. OS ENCONTROS E DESENCONTROS INSTITUCIONAIS COM A INFRA-ESTRUTURA ENCONTRADA NO ASSENTAMENTO ENTRONCAMENTO	157
3.2.1. <i>Os desafios para a aplicação do plano preliminar no Assentamento Entroncamento.....</i>	<i>157</i>
3.3. O ENTRONCAMENTO DOS DESENCONTROS INSTITUCIONAIS	163
3.3.1. <i>As articulações institucionais frente aos desafios</i>	<i>164</i>
3.3.2. <i>As conseqüências dos desencontros institucionais.....</i>	<i>173</i>
3.3.3. <i>O entroncamento dos “novos desafios” institucionais</i>	<i>189</i>
QUARTO CAPÍTULO	203

4.	DINÂMICA TERRITORIAL E OS PONTOS E CONTRAPONOS DA INFRA-ESTRUTURA ATUAL	204
4.1.	A DINÂMICA NO ASSENTAMENTO E OS CONTRAPONOS DA INFRA-ESTRUTURA.....	204
4.2.	A MOROSIDADE DO CRÉDITO INSTALAÇÃO	213
4.2.1.	<i>Os desencontros nas condições de moradia e seus diversos dilemas.....</i>	<i>214</i>
4.2.2.	<i>O entroncamento da saúde, do lazer e do setor educacional.....</i>	<i>220</i>
4.2.3.	<i>Os caminhos que levam aos desencontros</i>	<i>228</i>
	QUINTO CAPÍTULO	233
5.	OS REFLEXOS DOS ENCONTROS E DESENCONTROS INSTITUCIONAIS NO PROCESSO PRODUTIVO ATUAL	234
5.1.	PERMANÊNCIAS, AVANÇOS E RECUOS NA PRODUÇÃO AGRÍCOLA NO ASSENTAMENTO ENTRONCAMENTO.....	235
5.2.	MUITOS CAMINHOS E VÁRIAS INCERTEZAS	247
6.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	258
	REFERÊNCIAS	264
	APÊNDICES.....	274
	ANEXOS	291



INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

A análise dos desdobramentos das políticas públicas e de seus impactos nos assentamentos rurais tem sido uma tarefa desafiadora e ela propicia uma rica discussão nas diversas áreas do conhecimento. As contribuições estão principalmente na elaboração de publicações que resultam de pesquisas desenvolvidas visando compreender os impactos sociais, culturais, políticos, econômicos e ambientais que podem ser observados tanto a curto quanto a médio prazo. O alcance do seu raio de ação pode ser percebido, dependendo da sua dinâmica territorial, em nível local e até em nível regional.

Ao observar a história dos assentamentos no Maranhão, podem-se conhecer, um pouco mais, as histórias de lutas no campo e a própria formação do Estado do Maranhão com suas diversidades culturais, identificando a relação entre o poder público, nas três esferas, com os agricultores familiares. Podem-se perceber também as descontinuidades das políticas públicas e as permanências dos processos produtivos.

Da década de 1980 até o final dos anos 1990, verificou-se a intensificação do processo de criação de assentamentos rurais. Esse modelo de organização dos trabalhadores rurais proliferou-se consolidando uma proposta de ação de Reforma Agrária que quantitativamente dava uma resposta à sociedade. As áreas desapropriadas, os números de famílias beneficiadas eram intensamente divulgados tanto pelo Governo Federal quanto pelos Governos Estaduais como resultados de investimentos na agricultura familiar para demonstrar que as políticas sociais são prioridades no discurso oficial.

Nesses 25 anos de Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), fazia-se necessária uma avaliação também qualitativa, pois divulgar o número de famílias beneficiadas com os créditos instalação já não satisfazia as necessidades dos movimentos sociais e dos representantes sindicais.

Os desdobramentos do processo de planejamento dos planos preliminares necessitavam ser discutidos, os rumos tomados pelas orientações técnicas precisavam ser analisados, os avanços e recuos nos processos produtivos deviam ser compreendidos, as novas relações sociais construídas, sejam com

entidades não governamentais, sejam com as instituições públicas, atualmente, precisam ser melhor debatidas.

Esses argumentos deram início a uma reflexão sobre o processo produtivo, sobre a realidade da infra-estrutura, sobre a estrutura diversificada entre os povoados que, historicamente, faziam parte das áreas desapropriadas e das relações sociais construídas. É relevante destacar que o modelo proposto para todo país tende a uma intensificação dos assentados numa disputa por mercados e a uma busca pela mudança no padrão tecnológico. Quais as conseqüências dessas orientações? Ou da falta de continuidade de políticas agrícolas que possam dar sustentabilidade a essas orientações?

Nesse sentido, busca-se compreender o assentamento rural como um território que vai agregar as mais diferentes formas de organização associativas (associação dos trabalhadores rurais, clube de mães, associação de quebradeiras de coco, entre outras) que vão se concentrar em torno da produção e participar de atividades que levem à incorporação das inovações estabelecidas, como alternativa à produção em larga escala e como área que não se permite mais o pagamento da renda.

Analisando os projetos criados e verificando as matrizes produtivas pensadas a partir de modelos técnicos pré-concebidos, constatou-se que um grande número de propostas técnicas confeccionadas para os projetos de assentamentos não levaram em consideração as experiências dos trabalhadores rurais, provocando a ruptura em relação aos aspectos culturais, sociais, ambientais e econômicos das regiões. No caso do Assentamento Entroncamento, a introdução da cultura do abacaxi não foi acompanhada de orientação adequada e, por falta de conhecimento técnico e de continuidade da própria assistência técnica, houve a desarticulação da produção de subsistência, comprometendo a segurança alimentar.

A maioria das famílias assentadas na região nordeste apresenta condições precárias com extrema dificuldade de acesso ao crédito, utilizando formas tradicionais para a produção, não dando uma resposta econômica satisfatória para a sua unidade produtiva. (LEITE, 2002).

O trabalho tem por objetivo compreender as convergências e divergências dos programas governamentais no Assentamento Entroncamento e como as instituições nas escalas federal, estadual e municipal se articularam ou não se

articulam para a execução voltada ao desenvolvimento dos projetos produtivos. Por isso O ENTRONCAMENTO DAS POLÍTICAS AGRÁRIAS NO MARANHÃO: encontros e desencontros institucionais na Microrregião Geográfica de Itapecuru Mirim.

Procurou-se entender as permanências no processo produtivo no Assentamento Entroncamento, localizado nos Municípios de Itapecuru Mirim e Anajatuba que fazem parte respectivamente da Microrregião Geográfica de Itapecuru Mirim e da Baixada Maranhense. O seu principal povoado de mesmo nome se encontra situado a 12 km da sede do município de Itapecuru Mirim e a 96 km da capital do Estado.

As permanentes discontinuidades de políticas públicas voltadas para a agricultura familiar, que levam a instabilidades e insegurança no campo, abrangem desde a possibilidade de ter acesso ao crédito, passando pela instabilidade da assistência ao agricultor que também pode ser considerada resultado da instabilidade do próprio técnico que presta assistência técnica e pelas próprias articulações que foram estabelecidas com as entidades não governamentais e as instituições públicas para estratégias que culminaram na desapropriação da área e a criação do Entroncamento envolvendo 230 trabalhadores de oito povoados rurais segundo o plano preliminar do assentamento.

O trabalho está estruturado em cinco capítulos: o primeiro aborda os vários elementos que contribuíram para o formato atual dos assentamentos rurais, passando pela correlação de forças que inibiram avanços nas políticas de reforma agrária, culminando com a territorialização dos assentamentos rurais no Maranhão.

No segundo capítulo, apresenta-se a formação dos assentamentos em ocupações antigas, destacando-se o processo de desterritorialização da grande propriedade e a reterritorialização dos trabalhadores assentados, compreendendo o território a partir das noções de apropriação, domínio, controle, uso e poder, ressaltando as discussões promovidas por Haesbaert (2004). Posteriormente é feita uma análise das permanências do processo produtivo dos assentamentos da microrregião geográfica.

No terceiro capítulo, aborda-se a concepção e a atualidade do Assentamento Entroncamento, enfatizando-se a oficialização do território dos trabalhadores rurais e a sua nova condição de assentado, destacando as articulações entre o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itapecuru Mirim e a Igreja, a mobilização dos trabalhadores e a interlocução com os técnicos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) para o processo de desapropriação e criação do assentamento. Em seguida, evidenciam-se as articulações institucionais estabelecidas entre o INCRA, a Empresa Maranhense de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), a Prefeitura Municipal e os assentados, relatando os desdobramentos do plano preliminar para o desenvolvimento das atividades produtivas.

No quarto capítulo a análise compreenderá a infra-estrutura atual e os “novos desafios” que são os mesmos de vinte anos atrás e que resultam das divergentes orientações políticas para o campo no Brasil, destacando a morosidade na liberação dos recursos financeiros e as suas conseqüências, bem como os desencontros institucionais no que tange a infra-estrutura social. Não menos importante será a ênfase dada às condições de acesso aos povoados e às áreas de produção confrontando as informações recebidas, através das fontes secundárias, com as observações de campo para a compreensão da realidade atual.

No quinto capítulo, trata-se da territorialização e do comportamento do processo produtivo, salientando-se os entraves históricos relacionados à produção, à assistência, ao crédito recebido, às formas de escoamento da produção, aos cursos de capacitações ministrados e seus objetivos, à renda com a produção e com as transferências sociais, à mobilidade territorial do processo produtivo do assentado dentro do assentamento e às técnicas utilizadas para o processo produtivo.

Para o desenvolvimento dessa pesquisa, inicialmente foi efetuada revisão da bibliografia sobre a questão agrária para o entendimento do processo histórico do desenvolvimento capitalista no campo e as transformações oriundas das intervenções governamentais ligadas ao processo de modernização da agricultura. Diante do exposto, foram relevantes obras como a de Kautsky (1986) sobre a questão agrária; Chayanov (1974) sobre a teoria da economia camponesa; Oliveira (2002) sobre o modo de produção capitalista na agricultura e reforma agrária; e Martins (1995) sobre os camponeses e a política no Brasil.

Para entender o processo de organização do espaço rural brasileiro, a relação entre a oligarquia agrária e os setores urbano-industriais, o processo de modernização e a formação dos complexos agroindustriais que levaram a uma diferenciação no campo, no que diz respeito ao acesso a terra e aos financiamentos públicos, foi necessário recorrer a autores que, ao longo de suas histórias acadêmicas, contribuíram para o debate profícuo em torno da temática, entre outros, destacam-se Delgado (2005) com o trabalho sobre capital e política agrária no Brasil e a questão agrária no Brasil de 1950 a 2003; Gonçalves Neto (1997) com o trabalho sobre modernização desigual: duas décadas de privilegiamento na política agrícola; Furtado (1998) com o trabalho sobre a formação econômica do Brasil; Prado Junior (2000) com o trabalho sobre A Questão Agrária no Brasil; Hespanhol (2007a, 2007b) com os trabalhos sobre o desenvolvimento do campo no Brasil e agricultura, desenvolvimento e sustentabilidade; Silva (1993, 1998) com o trabalho sobre a questão agrária no Brasil e a dinâmica da agricultura brasileira. Esses autores, independentemente de suas concepções teóricas, contribuíram significativamente para compreensão do processo histórico do desenvolvimento da agricultura no Brasil.

Em se tratando especificamente do Maranhão, obras como a de Lopes (1970) com o trabalho sobre uma região tropical; Cabral (1992) com caminhos do gado; Arcangeli (1987) com mito da terra; e Almeida(1998) com o trabalho a ideologia da decadência deram subsídios para o entendimento sobre a lógica de ocupação, trajetórias e conflitos no território maranhense.

Partindo para os estudos sobre assentamentos rurais, é importante salientar que tanto as referências bibliográficas foram importantes como a participação de eventos e contatos com pesquisadores que fizeram e fazem suas análises tendo como objeto de estudos os assentamentos rurais, destacando os trabalhos de Neves (1997, 1999, 2008); Fernandes (1996, 2005, 2008), Ferrante (2003, 2004, 2006, 2008); Bergamasco (1996, 2003, 2005a, 2005b), Sousa(2008), Barone (2000, 2004, 2005, 2008), entre outros.

Esses autores ajudaram, em conjunto com pesquisadores que discutem a questão agrária no Maranhão e também fazem as suas reflexões baseados na trajetória dos assentamentos rurais para analisarem os avanços e recuos das políticas públicas para o rural, a pensar sobre a organização produtiva nos

assentamentos; as relações socioculturais estabelecidas; participação do crédito para avanços e recuos na utilização de tecnologias para a produção; as correlações de forças entre os assentados e sua participação no processo político local; os impactos nas economias municipais e as articulações necessárias para as desapropriações e a criação de novos assentamentos a partir da mobilização dos trabalhadores rurais, movimentos sociais e instituições governamentais.

Essas referências, de distintas áreas do conhecimento, completam-se com outras que serão citadas ao longo do texto e que foram de fundamental importância para o amadurecimento da concepção sobre a estrutura agrária, sobre a formação dos complexos agroindustriais e sobre a política de reforma agrária no Brasil.

O diálogo com esses autores propiciou uma visão multidisciplinar, estruturando a trajetória de pesquisa e sendo relevante para levantar vários questionamentos, tais como: Quais as perspectivas dos trabalhadores rurais com a criação dos assentamentos? Houve mudanças no tocante à utilização das inovações tecnológicas para o incremento da produção? Como administrar os problemas em assentamentos com mais de um povoado?

A vivência na Faculdade de Ciência e Tecnologia/FCT/Campus de Presidente Prudente-SP foi relevante para encontrar respostas para estes questionamentos que foram fundamentais para a estruturação de informações basilares para a compreensão dos efeitos dos projetos criados para o desenvolvimento territorial e das economias locais, fortalecendo um percurso que, em relação a estudos e pesquisas sobre assentamentos rurais, iniciou em 1996 com a participação no I Censo da Reforma Agrária, realizado no Maranhão, sob a coordenação dos Professores Maristela de Paula Andrade, Marcelo Sampaio Carneiro e Benjamin Mesquita.

Essa trajetória e as experiências de campo em conjunto com as reflexões com outros doutorandos, com o orientador e as referências supracitadas foram importantes para a formatação das entrevistas realizadas com representantes do sindicato dos trabalhadores e trabalhadoras rurais de Itapecuru Mirim; técnicos do INCRA que fizeram parte da elaboração do plano de exploração do assentamento; presidentes das associações de trabalhadores rurais dos povoados Entroncamento, Picos I, Picos II, Cachoeira, São José dos Matos, Jaibara, Outeiro e Felipa em um

total de dez entrevistas e contribuíram também para a confecção dos noventa e cinco formulários, para a confecção dos mapas e para a estruturação do instrumento que foi denominado de mobilidade do processo produtivo dos trabalhadores rurais, além de contribuírem significativamente na escolha dos sujeitos a serem alvos dos instrumentos sistematizados.

Neste sentido as informações contidas nos formulários foram elaboradas a partir de reflexões realizadas com base em instrumentos utilizados pelos Censos Demográficos e Censos Agropecuários levando em consideração os municípios que compõem a Microrregião Geográfica de Itapecuru Mirim no que concerne à produção, produtividade, área dos assentamentos e média dos lotes por família e também buscando aproveitar um referencial utilizado no I Censo da Reforma Agrária e pelo trabalho desenvolvido por Leite (1999, 2004). Posteriormente foram feitas adequações e aplicados a 95 assentados e filhos de assentados dos povoados que compõem o assentamento e que no ato da elaboração do plano preliminar no assentamento eram os mais expressivos em número de famílias (Jaibara, Entroncamento, Picos I, Picos II, Felipa, Cachoeira, Oiteiro e São José dos Matos).

Os 95 assentados entrevistados representam 40,30% das famílias assentadas segundo o plano preliminar de 1986; representam 30,54%, segundo informações contidas no sistema de processamento de dados do INCRA em 1996 e atualmente representam 33,33% dos assentados segundo informações coletadas junto aos presidentes de associações que fazem parte do assentamento.

A inclusão de filhos de assentados na pesquisa teve como objetivo identificar continuidade ao processo produtivo, iniciado pelos pais, havendo dessa forma uma substituição na titularidade do lote mesmo não constando na listagem de beneficiários do INCRA.

A escolha tanto dos assentados quanto dos filhos foi de forma aleatória levando em consideração os beneficiários que fizeram parte do início do processo de mobilização para a desapropriação e criação do assentamento e por estarem residindo no assentamento e se disporem a participarem da amostragem do presente estudo.

Em relação à infra-estrutura social, foram utilizados dados para análises comparativas entre a situação do assentado antes e depois da criação do

assentamento, pois se considera essa análise comparativa de suma importância para a compreensão na melhoria da qualidade da estrutura implantada.

A parte do formulário referente ao processo produtivo, financiamento agrícola, acesso à tecnologia e assistência técnica foi dividida entre 1986, ano da elaboração do plano preliminar e da oficialização das suas estruturas associativas, o ano de 1996, por completar dez anos do primeiro plano e para observar os resultados preliminares tanto em relação à atividade agrícola quanto ao destino da produção das culturas financiadas pelo Programa de Crédito Especial de Apoio à Reforma Agrária (PROCERA) de 1993, 1994 e 1995 conforme quadro demonstrativo de financiamento do PROCERA e o ano de 2007/2008 por ter sido nesse período a realização do trabalho de campo que iniciou em setembro de 2007 com visita aos povoados o qual foi concluído em maio de 2008 com visitas às áreas de produção no período da colheita.

A parte referente à renda foi dividida em atividades produtivas agrícolas e outras fontes de renda para, posteriormente, no somatório das informações, terem a renda mensal dos pesquisados de forma aproximada da realidade.

No tocante às entrevistas, foram formuladas questões para os técnicos das entidades governamentais, na escala federal, estadual e local, com o objetivo de coletar informações sobre como foram pensadas as ações para a desapropriação e criação do assentamento, como se estabeleceram as articulações com os trabalhadores para colocarem dentro de um mesmo assentamento povoados com infra-estruturas diferenciadas e, após a criação, quais os avanços nas relações sociais e políticas entre os assentados e os Governos nas esferas supracitadas.

Também foram realizadas entrevistas com lideranças dos movimentos sociais, sindicato dos trabalhadores rurais e com os presidentes das associações que compõem o assentamento com o objetivo de conhecer as motivações e articulações, entre os trabalhadores rurais e sindicato, para a desapropriação e criação do assentamento.

Em relação ao instrumento mobilidade dos trabalhadores rurais, foram formuladas questões e aplicadas a 10 trabalhadores rurais, escolhidos entre os assentados de povoados distintos e que participaram do início do processo de desapropriação e criação do assentamento, com objetivo de conhecer a trajetória produtiva durante esses vinte e um anos de criação do assentamento, no que diz

respeito à área plantada, culturas produzidas e destino da produção nos anos de 1986, 1996 e 2007.

Para a identificação dos povoados, das áreas de produção e das infra-estruturas no assentamento, foi utilizado o receptor Global Navigation Sattelite System (GNSS), Etrex Garmim e, posteriormente, as informações foram inseridas nas imagens 2009, Digital Globe disponibilizadas no Google Earth na versão 4.3.

Na preparação dos instrumentos de coletas, como os formulários e o roteiro de entrevista, foram de suma importância contatos anteriores com os trabalhadores rurais, líderes sindicais, representantes das associações e das instituições governamentais e não governamentais para em conjunto com os sujeitos sociais serem confeccionados instrumentos que permitissem chegar ao mais próximo possível da realidade e, para tanto, foi necessário realizar uma primeira visita antes da aplicação dos formulários.

Em seguida, os dados coletados por meio dos questionários foram tabulados no programa Office Excel e confeccionados os gráficos necessários para análises e interpretações.

Para completar o leque de instrumentos que possibilitaram uma análise mais qualificada dos objetivos propostos, foram confeccionados mapas utilizando a base cartográfica do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o programa Philcarto a partir das informações coletadas no INCRA; no Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA); no Instituto de Terras do Maranhão (ITERMA); nos Censos Agropecuários de 1985, 1995/96 e 2006; nas informações da Produção Agrícola Municipal (PAM) da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (FIBGE).

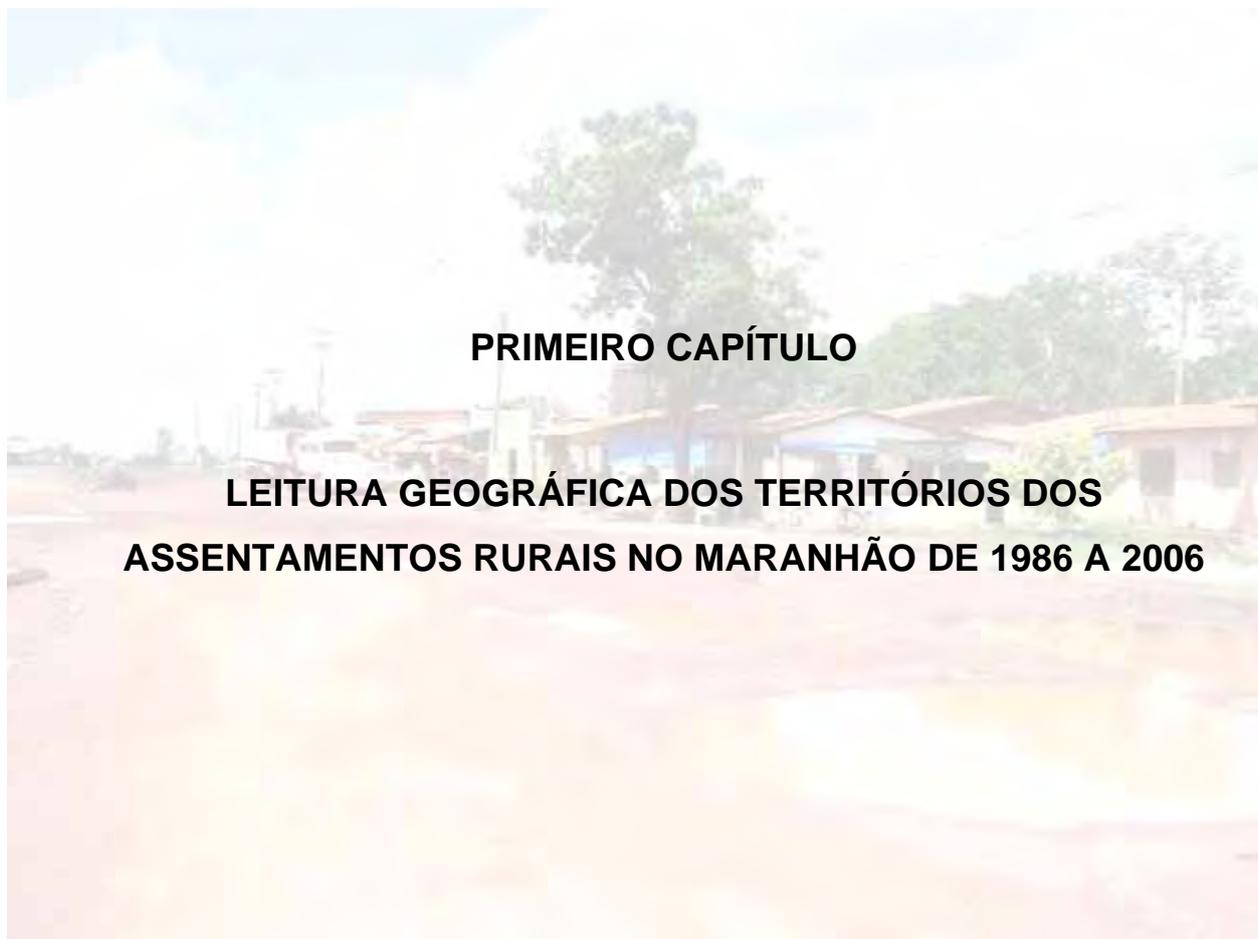
Na sequência foram realizados cruzamentos das informações sobre as áreas ocupadas e a localização dos projetos de colonização; as áreas de ocupação e áreas de conflito; o número de projetos criados e a área plantada de arroz e mandioca; o número de projetos criados e microrregiões que receberam recursos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

Esses cruzamentos foram relevantes para a análise dos processos históricos de ocupação ocorridos e os efeitos da política de Reforma Agrária, bem como para a verificação de avanços e recuos na área plantada e nos créditos recebidos. As culturas do arroz e mandioca foram destacadas para confecção dos

mapas por terem sido as mais citadas pelos assentados nos questionários que abordavam a produção agrícola, enquanto as culturas de abacaxi, banana e cana-de-açúcar foram destacadas por serem as culturas financiadas pelo PROCERA, com o objetivo de destinar a produção para o mercado.

Também foram gerados pelo Philcarto os mapas relativos à evolução de famílias assentadas, número de assentamentos criados e área desapropriada por microrregião, estabelecendo o recorte temporal dos anos de 1986, 1995/96 e 2006.

Tais informações coletadas por meio dos formulários em conjunto com as entrevistas e a mobilidade territorial do processo produtivo dos assentados mapeadas através das imagens de satélite e com a documentação fotográfica respaldaram as análises sobre a dinâmica territorial do Assentamento Entroncamento e contribuíram para uma leitura crítica das políticas de reforma agrária. Acredita-se que os assentamentos rurais são laboratórios com uma dinâmica social, política, econômica e ambiental que permitem visualizar a aplicação dos programas e políticas públicas voltados para a agricultura familiar no Maranhão.



PRIMEIRO CAPÍTULO

LEITURA GEOGRÁFICA DOS TERRITÓRIOS DOS ASSENTAMENTOS RURAIS NO MARANHÃO DE 1986 A 2006

1. LEITURA GEOGRÁFICA DOS TERRITÓRIOS DOS ASSENTAMENTOS RURAIS NO MARANHÃO DE 1986 A 2006.

Este capítulo tem como objetivo fazer uma relação entre os assentamentos rurais, enquanto espaço de contradição, correlações de força, domínio de uma proposta produtiva, articulação política, uso diferenciado do solo e a categoria geográfica território.

Acredita-se que a categoria território possibilitará a compreensão de todas as dimensões levantadas e também propiciará uma reflexão sobre os 20 anos de implantação dos projetos de assentamentos.

Para iniciar o estudo, utilizar-se-á a década de 1980, por entender que, nesse período, vários acontecimentos contribuíram para articulações e desarticulações dos processos produtivos, avanços e recuos do Plano Nacional de Reforma Agrária e o Assentamento Entroncamento por fazer parte de duas microrregiões, ter sido criado através do primeiro Plano Nacional de reforma Agrária e considerado projeto modelo de processo produtivo (Mapa 1).

Outro fator que levou à escolha do assentamento rural para as análises foi à diversidade cultural entre os oito povoados destacando Filipa e Oiteiro cuja ocupação de seus moradores, na região, está relacionada historicamente à presença do algodão e da cana-de-açúcar que foram culturas de mercado introduzidas nos vales de Itapecuru. Esses dois povoados são reconhecidos como comunidades tradicionais e com características de utilização das terras para uso comum¹ figura 1.

Contrastando com esse tipo de uso, verifica-se a presença histórica de frentes nordestinas que ocuparam o leste maranhense e que a forma de utilização

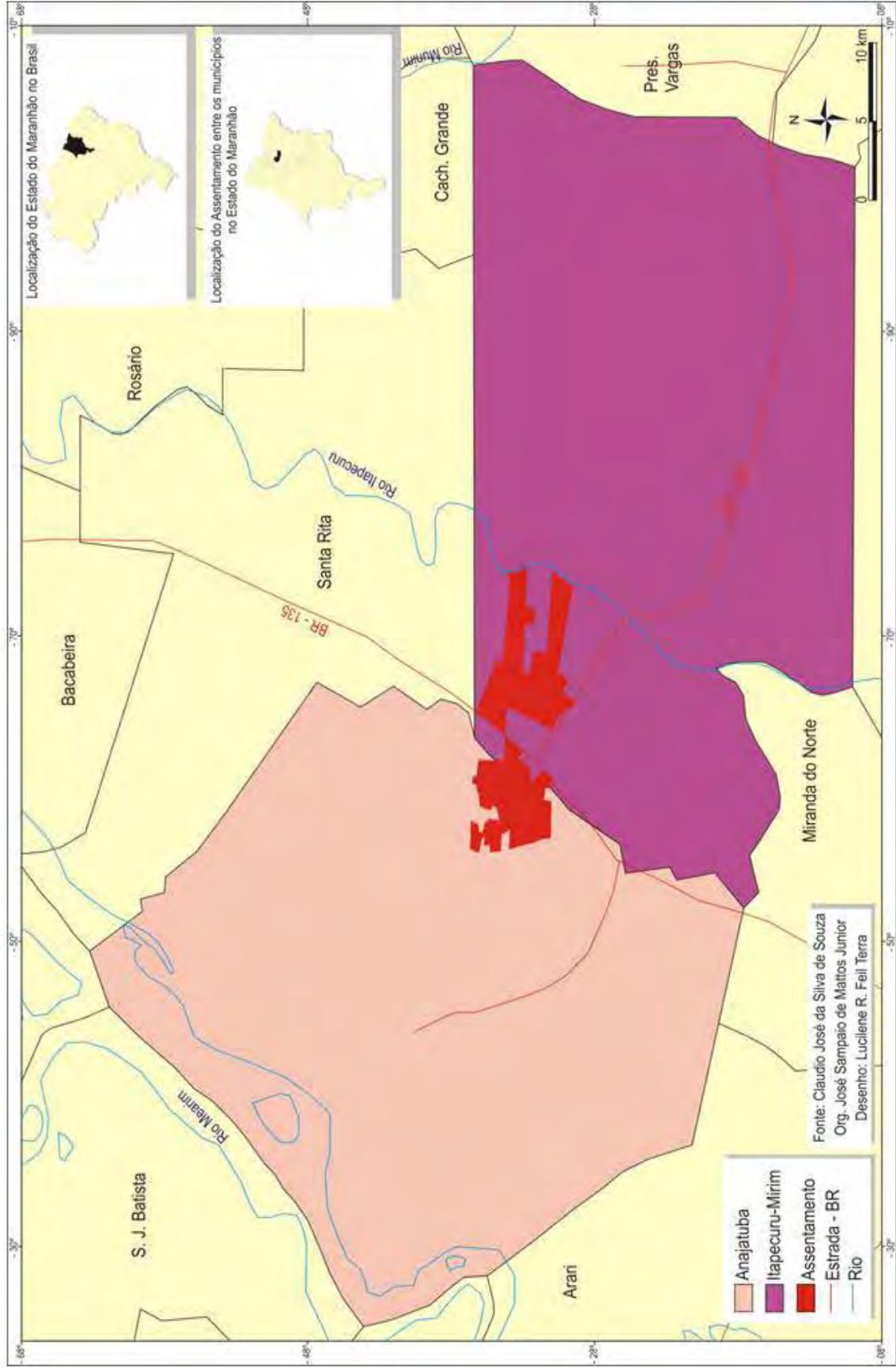
¹“O uso comum dos recursos naturais, característica fundamental da economia desses grupos, além de obedecer a regras específicas, definidas coletivamente e acatadas de modo consensual, são orientadas por princípio de base étnica que, por um lado, garantem o atendimento das necessidades imediatas e, por outro, a preservação dos recursos para apropriação futura. Essa forma de se relacionar com o ambiente natural define uma sustentabilidade ecológica própria, orientada pelo que antropologia denomina de saber local, por um *savoir camponês*, caracterizando o que é designado na literatura especializada como arte da localidade. São justamente, esses sistemas de conhecimento, esse modo de se relacionar com a natureza, essas formas de organização social, com suas especificidades sociais, históricas e étnicas, que têm sido utilizadas como referência na caracterização desses grupos como remanescentes de quilombos e populações tradicionais. (ANDRADE, 2009, P. 62)

da terra está intimamente relacionada com o parcelamento verificando-se a presença desse tipo de organização, da produção, logo após as discussões promovidas entre os técnicos do INCRA e os representantes das associações que preferiram pelo loteamento das suas área nos povoados de Picos I, Picos II, São José dos Matos, Jaibara, Cachoeira e Entroncamento figura 1.

É nesse conjunto de situações com características diferenciadas no tocante à utilização da terra e nas mediações estabelecidas entre os futuros assentados e o INCRA para a regularização fundiária que se justifica a utilização da categoria território para explicar os encontros e desencontros Institucionais.

Escolheu-se a Microrregião Geográfica de Itapecuru Mirim para as análises comparativas no que tange ao número de estabelecimentos agropecuários; produção agrícolas do arroz, feijão, milho, mandioca, banana, abacaxi e cana-de-açúcar; áreas desapropriadas e quantidade de famílias por hectare devido às relações construídas ao longo do tempo entre os moradores dos povoados, que fazem parte do assentamento, e o poder público do município de Itapecuru Mirim, no tocante à infra-estrutura disponibilizada, às facilidades de escoamento da produção agrícola para as rodovias federais com acessibilidade rápida à sede do município de Itapecuru Mirim e conseqüentemente acesso mais facilitado à rede hospitalar, área comercial e rede bancária e por também se observar que na estrutura de cadastro do número de assentamentos criados por município e microrregião geográfica, segundo dados do INCRA, o Assentamento Entroncamento encontra-se no município de Itapecuru Mirim que faz parte da Microrregião Geográfica de mesmo nome.

Mapa 1 - Localização do Assentamento Entroncamento nos Municípios de Anajatuba e Itapecuru Mirim- MA



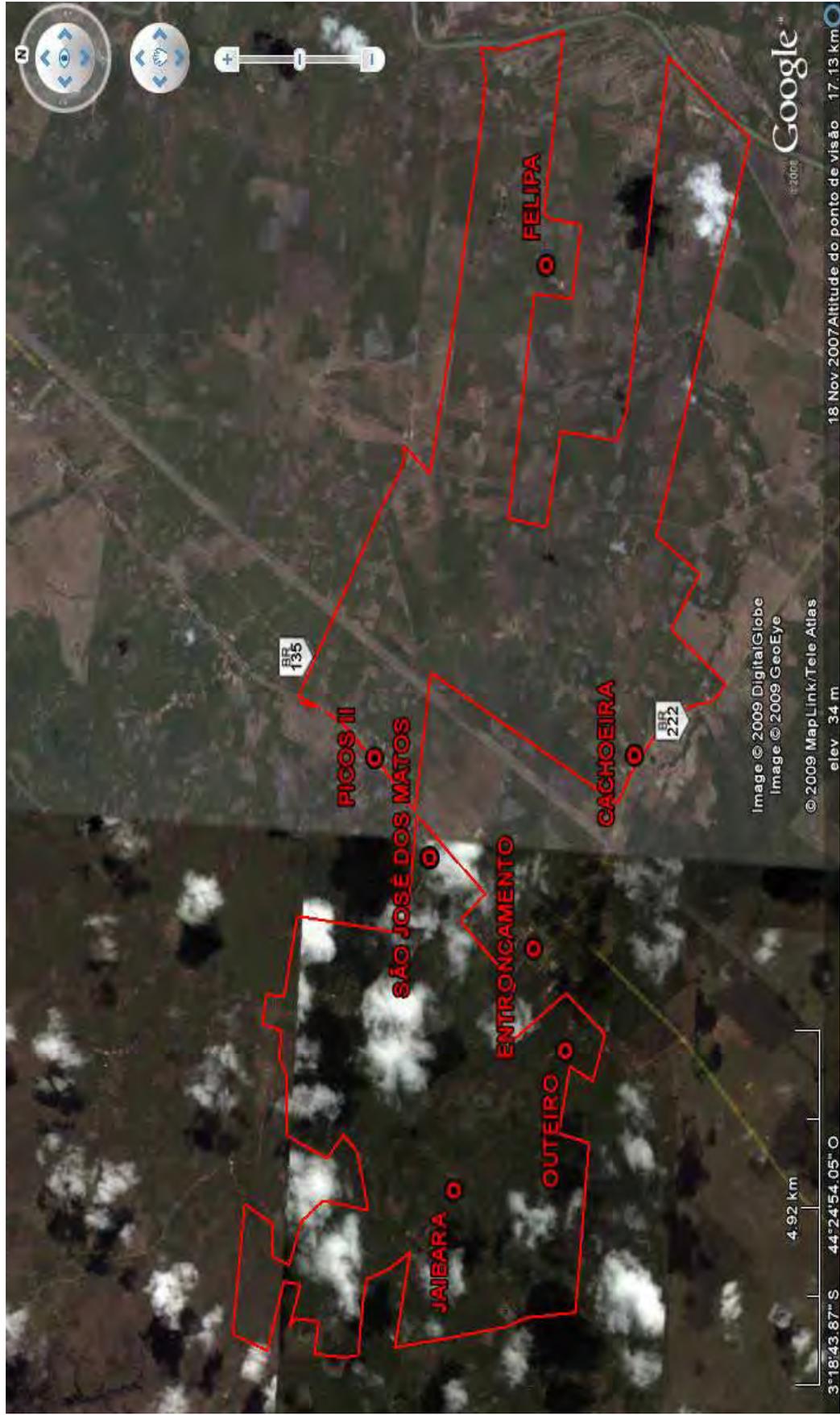


Figura 1- Localização dos povoados no Assentamento Entroncamento Org. SOUSA, Cláudio José e MATTOS JUNIOR, José Sampaio

1.1. Plano Nacional de Reforma Agrária e os projetos de assentamentos rurais no contexto da década de 1980

Na década de 1980, a escassez do crédito, a correção monetária, o fluxo e refluxo da renda da terra, o processo de redemocratização e o surgimento de movimentos sociais como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a criação de entidades ligadas à bancada ruralista e a implantação dos projetos de assentamento, podem ser considerados como eventos que, segundo Santos (2006, p. 144):

Se considerarmos o mundo como um conjunto de possibilidades, o evento é um veículo de uma ou alguma dessas possibilidades existentes no mundo. Mas o evento também pode ser um vetor das possibilidades existentes numa formação espacial, isto é, num país, ou numa região, ou num lugar, considerados esse país, essa região, esse lugar como um conjunto circunscrito e mais limitado que o mundo.

Levando em consideração que Santos (2006, p. 147) faz uma distinção entre eventos naturais e eventos sociais, é importante frisar que todos os eventos destacados, anteriormente, ao longo da década de 1980 foram sociais.

Os eventos históricos supõem a humana. De fato, evento e ação humana são sinônimos. Desse modo, sua classificação é, também, uma classificação das ações. Os eventos também são idéias e não apenas fatos. Uma inovação é um caso especial de evento, caracterizada pelo aporte a um dado ponto, no tempo e no espaço, de um dado que nele renova um modo de fazer, de organizar ou de entender a realidade.

Não se está descartando acontecimentos importantes da luta pela terra ocorridos na década de 1940 com propostas de Reforma Agrária, realizadas pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB), nem as propostas da Igreja Católica, nem os Projetos de Lei apresentados na década de 1960 nem os inúmeros movimentos que contribuíram para o surgimento dos sindicatos dos trabalhadores rurais e a confecção do estatuto da terra (MENDONÇA, 2006).

Porém, percebe-se que os acontecimentos ou elementos que foram destacados da década de 1980 contribuíram positivamente e também negativamente para a política de reforma agrária tendo, naquele momento, como ação principal a criação dos assentamentos rurais.

O primeiro acontecimento que se destaca foi a crise do crédito e a correção monetária que diminuiu a integração entre agricultura e indústria, provocando a redução da utilização de maquinários agrícolas e, conseqüentemente, a minimização da expansão da fronteira agrícola interna o que não, necessariamente, reformulou a estrutura fundiária tampouco as relações de trabalho no campo. Segundo Hespanhol (2007, p. 190):

O modelo de modernização da agricultura consubstanciado no estímulo à expansão de técnicas veiculadas pelo pacote tecnológico da revolução verde foi duramente atingido nos anos 80, em decorrência da crise fiscal do Estado brasileiro. Os recursos destinados ao financiamento da produção agropecuária, às agroindústrias e cooperativas foram reduzidos e a correção monetária passou a incidir sobre os empréstimos, o que provocou uma grande elevação nas taxas de juros do crédito rural oficial.

Esse poderia ter sido o momento do Estado, utilizando-se das prerrogativas constitucionais, caracterizar como improdutivas as áreas que não estivessem incorporadas ao processo produtivo, como forma legítima de desapropriação por interesse social, no entanto o que ocorreu foram articulações que, no processo de desapropriações, beneficiaram os grandes proprietários pela valorização das suas propriedades (BERGAMASCO, 1996).

Nesse caso, era mais lucrativo, para o grande proprietário, ser indenizado pelo Estado do que continuar no processo produtivo, sem subsídios e garantias de viabilidade técnica em áreas de intensos conflitos. Esse fato leva à compreensão de como a falta de uma política fundiária, que aprofundasse uma discussão sobre as áreas a serem alvo dos processos de desapropriação, apresenta como conseqüências a implantação de projetos em áreas sem as mínimas condições de infra-estrutura produtiva e com a mínima aptidão agrícola para determinadas culturas financiadas, comprometendo a qualidade de vida do beneficiário, levando-o a abandonar ou vender seu lote.

Outro acontecimento que contribuiu para os avanços e recuos nas ações de reforma agrária e o quadro atual da organização produtiva dos assentamentos foi o movimento de fluxo e refluxo da renda da terra entre os períodos de 1982 a 2003, que é conseqüência de diferentes políticas de “ajustamento constrangido” da economia brasileira ao setor externo. O movimento de fluxo é determinado pelo

crescimento do produto agrícola, puxado pelo saldo exportável como de resto ocorreu planejadamente entre 1983/2003 (DELGADO, 2005, p. 49).

Esse movimento aprofundou ainda mais as distâncias entre a pequena produção e o agronegócio, ou seja, mesmo quando mudou a conjuntura agropecuária, a renda do agronegócio começou a crescer puxada pelas novas prioridades, às exportações e, não ocorreu simultaneamente à expansão da agricultura familiar e da força de ocupação do trabalho rural. E isto para ser mais bem esclarecido requer que caracterizemos essa “expansão constrangida”, que o é não apenas da economia agrária, mas do conjunto da economia nacional.

Mesmo com crises no financiamento, os grandes proprietários formularam estratégias para continuar pressionando o Estado para obtenção de vantagens e prioridades nas políticas públicas sempre voltadas para a agricultura de exportação, tendo como “carro chefe” no sul do Maranhão, a partir a década de 1991 a 2000, a soja com acréscimo em mais de 2000% na área plantada no Maranhão, enquanto que no Brasil, nesse mesmo período, foi de 100% (Quadro 1).

Brasil e Unidade da Federação	ANO			
	1991	1995	2000	2006
Brasil	11.584.734	11.702.919	13.693.677	22.082.666
Maranhão	15.305	87.690	178.716	383.284

Quadro 1 - Área plantada da soja em ha de 1990 a 2006

Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal 1991, 1995, 2000 e 2006

Org. MATTOS JUNIOR, José Sampaio

Essa estrutura fundiária, concentrada na monocultura, que foi se fortalecendo com a passagem do complexo rural para o agroindustrial, no campo brasileiro, pode ser atribuída ao processo de modernização da agricultura que atingiu diferenciadamente produtores, produtos e regiões. Para Veiga (2002, p. 313):

[...] o modelo de capitalismo que se adotou aqui nessa forma dependente mas acoplada aos interesses dos monopólios e das multinacionais, foi perfeitamente viabilizado com a estrutura de propriedade concentrada que nós temos, não houve nenhum empecilho nesse sentido. Ao contrário, o fato de existirem grandes propriedades facilitou que se implantasse de maneira mais rápida o crédito rural, que se implantasse uma modernização mais rápida, a mecanização e a monocultura.

Mais uma vez percebe-se que confeccionar um PNRA para uma diversidade de situações no campo com diferenciações locais e regionais tanto economicamente como ambientalmente seria um desafio tanto para o poder público como para os beneficiários da Reforma Agrária.

Destaca-se, para confrontar os acontecimentos anteriores, a redemocratização que, paralelamente ao ganho patrimonial pelos grandes proprietários, incidindo sobre a totalidade da terra produtiva e improdutiva que controlavam, fez surgir os movimentos sociais, no caso o MST, e contribuiu para o fortalecimento de outros como a Confederação dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG). Verificou-se também a intensificação da presença da Igreja no campo, através das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), a intensificação na criação das associações de trabalhadores rurais e o acirramento dos conflitos sociais no campo.

Mesmo assim, com a criação de vários assentamentos no Estado do Maranhão entre anos de 1986 a 1995 (Gráfico 1), não houve mudança significativa na estrutura fundiária do Estado que permitisse afirmar que houve uma desconcentração fundiária gráfico 2 e 3.

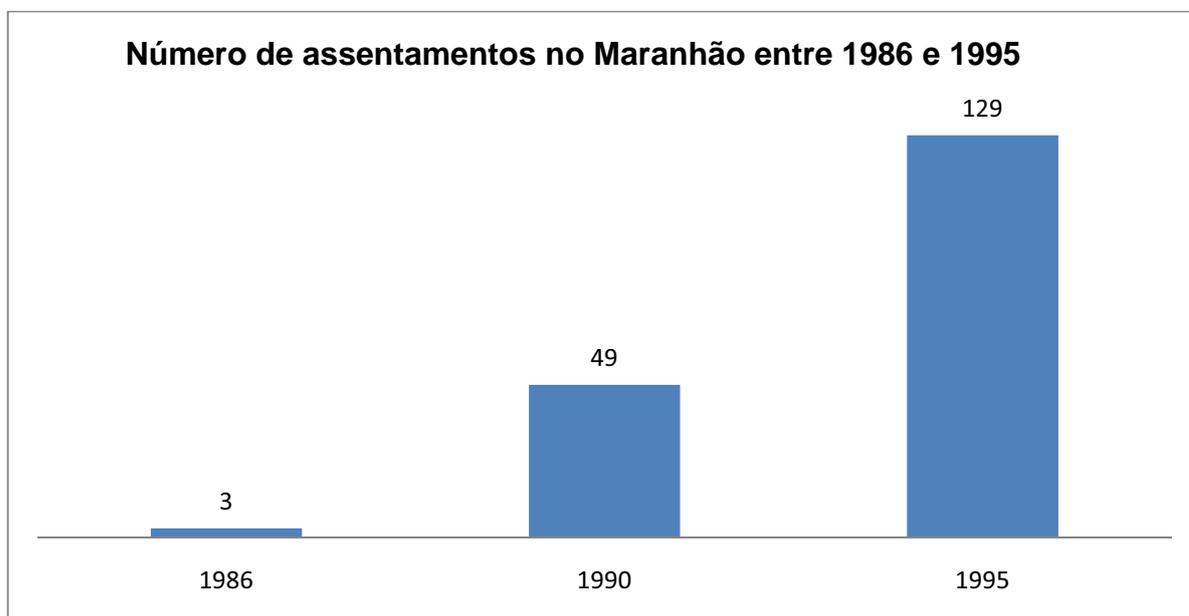


Gráfico 1 - Número de assentamentos criados no Maranhão 1995

Fonte: INCRA

Org. MATTOS JUNIOR, Jose Sampaio

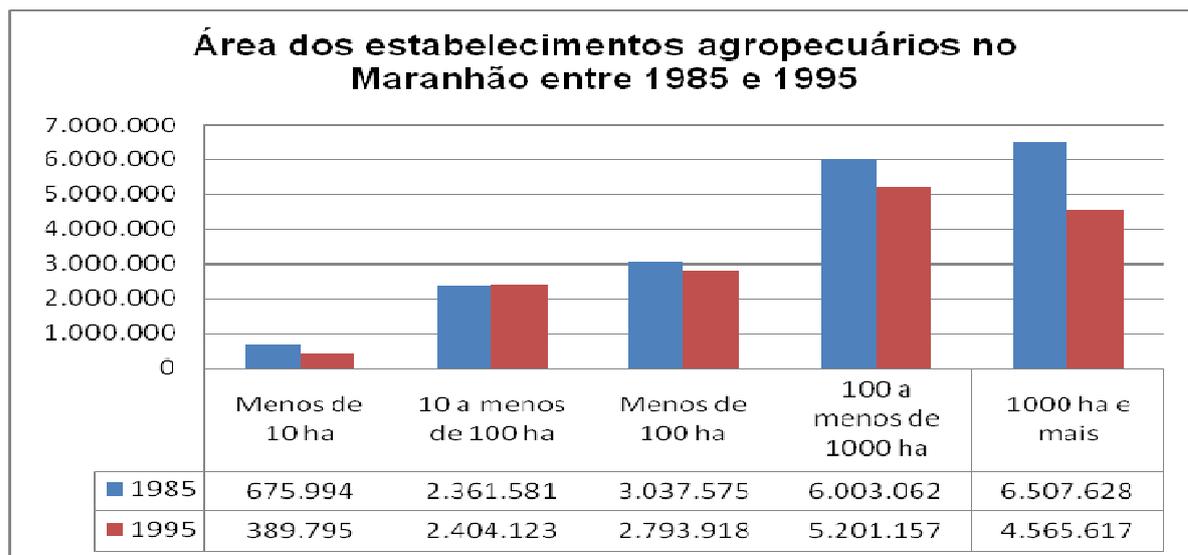


Gráfico 2 - Área dos estabelecimentos agropecuários no Maranhão entre 1985 e 1995

Fonte: IBGE

Org. MATTOS JUNIOR, José Sampaio

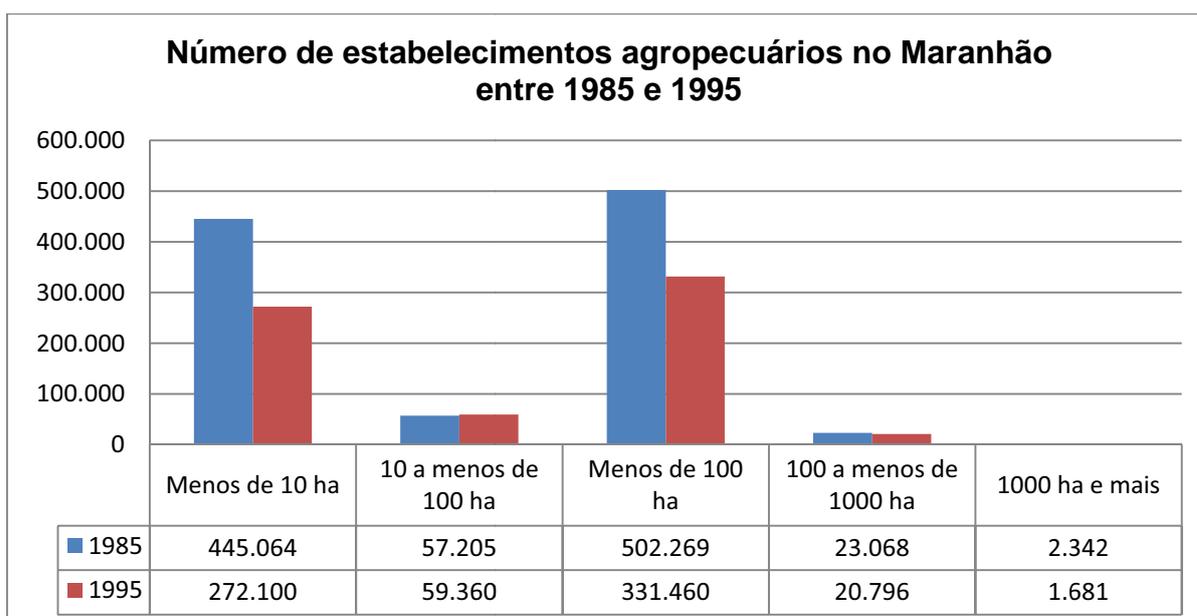


Gráfico 3 - Número de Estabelecimentos agropecuários no Maranhão entre 1985 e 1995

Fonte: IBGE

Org. MATTOS JUNIOR, José Sampaio

É nessa conjuntura que está sendo desenvolvido o PNRA, com objetivos de minimizar os conflitos no campo e cumprir compromissos de campanha assumidos para que se desse a constituição de uma aliança democrática.

A expulsão de uma massa de trabalhadores das grandes fazendas, o processo migratório; a criação de uma rede sindical no país e, mais recentemente, a emergência de movimentos sociais como o dos sem terras ; o comprometimento da Igreja com a luta pela terra ou mesmo

a presença direta do Estado em áreas rurais multiplicaram os focos de poder no campo, fazendo com que a legitimidade da dominação exercida sobre os trabalhadores fosse questionada (MENDONÇA, 2006, p.89).

O que se observou, paralelamente a essa política pública, foi a reação dos setores ligados às grandes propriedades e aos complexos industriais com imediata organização e criação da União Democrática Ruralista (UDR) que explicitamente se estabeleceu na Região Sudeste como ponto de partida para as articulações políticas com objetivo de desviar e confundir a opinião da sociedade sobre a questão agrária brasileira e a real necessidade de reformas na estrutura fundiária.

Diante do exposto é que Silva (2002) afirma que a reforma agrária brasileira é caracterizada pela escala de violência no campo, pelo aumento da concentração fundiária, pelo aumento da pobreza rural e pela inércia governamental.

É nessa circunstância, e durante a década de 1980 e de 1990, que se presencia a utilização da categoria do território para evidenciar, principalmente, as relações simbólico-culturais vinculadas ao desenvolvimento local com base territorial, do conceito de lugar e da territorialização dos processos sociais (SAQUET, 2007, p. 19).

Nesse processo, destacam-se obras como as de G. Deleuze, F. Guatarri, J. Gottmann, C Raffestin, R. Sack, entre outros que subsidiam debates e aplicações na geografia brasileira. No Brasil e em outros países, há uma expansão e dissolução dos estudos territoriais, o que problematiza e enriquece as discussões, as pesquisas e as abordagens.

Embora alguns autores nas suas análises destaquem apenas uma dimensão como Sack (1986), as reflexões de outros autores envolvam mais de uma dimensão, apresentando interconexões de diferentes vertentes, segundo Saquet (2004, p.123):

Uma questão fundamental, nesta reflexão, é reconhecer as interfaces e as interligações existentes entre as diferentes vertentes /posições. O processo de apropriação do espaço geográfico é econômico, político e cultural. É resultado desta articulação. O mesmo acontece com o território, como fruto do processo de apropriação e domínio de um espaço, inscrevendo-se num campo de forças, de relações de poder econômico, político e cultural. Por isso, há posições/abordagens múltiplas, que tentam contemplar as relações entre as dimensões de EPC, ora privilegiando aspectos políticos e

econômicos [Raffestin (1993). Conti e Sforzi (1997), Roverato (1996), Bagnasco (1977),) Moretti (1999) e Saquet (2003)], ora econômicos e culturais [Rullani (1997), Dematteis (1995) e Raffestin (1984)], ora culturais e políticos [Haesbaert (1997), Gallo (2000) e Buzetti (2000)[...]. Embora destaca-se em algumas obras duas dimensões, há autores que sinalizam para uma abordagem considerando-se elemento das três dimensões, [...]

Além do conceito de território, destaca-se a utilização do termo territorialização como um conceito que evidencia a situação do campo brasileiro, na década de 1980, conforme Oliveira (2002, p. 51):

Dois excelentes exemplos desses processos as usinas ou destilarias de açúcar e álcool atualmente, em que indústria e agricultura são partes ou etapas de um mesmo processo Capitalista da indústria, proprietário de terra e capitalista da agricultura tem um só nome, são uma só pessoa. Para produzir utilizam o trabalho do assalariado, dos bóias frias. No segundo caso, um bom exemplo são os produtores de fumo do sul do Brasil que entregam a sua produção às multinacionais do cigarro. Lá capitalista industrial é uma pessoa, proprietário da terra e trabalhador são outras pessoas.[..]. O que esse processo contraditório de desenvolvimento capitalista no campo revela é que, no primeiro caso, o capital se territorializará. Estamos, portanto, diante do processo de territorialização do capital monopolista na agricultura. No segundo caso, esse processo contraditório revela que o capital monopoliza o território sem territorializar-se. Estamos, pois, diante do processo de monopolização do território pelo capital monopolista.

Esse enfoque faz refletir sobre a importância que os termos território e territorialização assumiram para a compreensão do processo de expansão e concomitante domínio e apropriação dos complexos agroindustriais.

Nessa mesma direção, Saquet (2004, p.128) afirma que no processo de territorialização baseado numa rede de reações há dominação de produtores diretos, intermediários e consumidores:

É um movimento historicamente determinado pela expansão do capitalismo e seus aspectos culturais; é um dos produtos socioespaciais do movimento e das contradições sociais, sob a tríade economia, política e cultura (EPC), que determina as diferentes territorialidades, no tempo e no espaço, as próprias desterritorialidades e as re-territorialidades. A perda e a constituição de um novo território nasce no seio da própria territorialização e do próprio território.

Não se está observando apenas os termos, mas também tentando entender como poderiam ser utilizados para, através das ações do PNRA, demonstrar a territorialização dos assentamentos como alternativa social, econômica e ambiental para o desenvolvimento rural.

Diferentemente dos esboços reformistas anteriores, o PNRA previa mecanismos, tais como a colonização, a regularização fundiária e os tributos tão somente como complementares, e não como alternativas centrais para obtenção de terras. Ao mesmo tempo a proposta previa metas para a atuação reformista do Estado: pretendia-se assentar, dentro de 15 anos, cerca de sete dos estimados dez e meio milhões de trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra existente no país. Era subjacente à proposta a idéia de que o programa de assentamentos reduziria a oferta de trabalho agrícola, provocando a conseqüente elevação salarial e a melhoria das condições de vida e trabalho no setor empresarial agroindustrial. A proposta previa, ainda, a participação das entidades representativas dos trabalhadores em todas as fases do processo, além de resgatar a tese, presente no Estatuto da Terra, da relação de áreas prioritárias de reforma agrária, isto é, sinalizando a possibilidade de transformações fundiárias mais amplas e não apenas ações pontuais junto a conflitos. (GOMES, 1987 *apud* MENDONÇA, 2006, p.94).

No entanto, a conjuntura política e econômica da década de 1980, praticamente, afastou o Governo das diretrizes iniciais pressionado pelo setor agroexportador que tinha perdido os subsídios agrícolas e constatava na proposta governamental uma mudança de orientação que fortalecesse os trabalhadores rurais assentados o que poderia contribuir para alternativas e práticas agrícolas que desarticulassem a produção e produtividade na grande propriedade.

É evidente que, por trás do movimento ruralista, está toda uma estrutura da indústria de implementos agrícolas, agrotóxicos, insumos agrícolas e sementes selecionadas.

Essa estrutura foi responsável por avanços e recuos do governo no que tange à desapropriação de áreas, à redução de números de famílias assentadas, à dificuldade de implantação de créditos e principalmente à condução da desapropriação por interesse social dando lugar à colonização na fronteira agrícola e desapropriação negociada que favoreceu os grandes proprietários que vislumbraram a obtenção de indenizações mediante as desapropriações:

O resultado é que apenas 82 mil famílias foram assentadas entre 1985 e 1989. Nada além do que 5,85% do programa foi realizado. Em termos de área, da meta inicial de 15 milhões de hectares apenas 2% foram transformados em assentamentos, sendo 45% deste na região Norte. (BERGAMASCO, 2001, p. 32).

A pressão para a mudança na concepção original do documento final sobre a reforma agrária foi imensa, o que influenciou também na redefinição de investimentos públicos em imóveis que já apresentavam parceiros, meeiros e arrendatários.

Além disso, considerou-se que os imóveis com elevada incidência de parceiros, meeiros e arrendatários estariam cumprindo sua função social, desde que de acordo com a legislação em vigor. Estimava-se uma das mais arcaicas e perniciosas formas de exploração do pequeno agricultor, além de eliminar um importante vilão da reforma agrária, já que estas áreas necessitam de menos volume de investimentos em infra-estrutura do que as áreas totalmente improdutivas. (BERGAMASCO, 2001, p. 32).

Raffestin (1993) já chamava a atenção para a diferença no pensar sobre projetos a serem realizados e a sua real implementação, que dependeria das relações de poder entre os atores envolvidos que, no caso dos assentamentos, pode-se reconhecer o envolvimento por parte dos trabalhadores rurais e suas entidades representativas, os proprietários e suas entidades representativas, o congresso nacional e o poder executivo.

Toda essa conjuntura reforçou ainda mais a busca pela compreensão da realidade procurando observar que as correlações de forças que se manifestaram entre os movimentos sociais, governo, Congresso Nacional e entidades representativas dos ruralistas repercutiram nas áreas alvo de conflitos não se dando a constituição dos assentamentos rurais de forma planejada:

Acrescenta-se a isso o fato de que os estudos realizados sobre assentamentos mostram que essas unidades têm sido criadas a partir de uma lógica de intervenção governamental que tem privilegiado a ação pontual sobre situações de conflito, segundo sua gravidade e/ou a visibilidade de diferentes interesses envolvidos. Em resultado, os assentamentos até o momento existentes são espacialmente dispersos, muitas vezes sem nenhuma infra-estrutura viária (dificultando ou mesmo inviabilizando mercados para os

produtos gerados), com apoios financeiros, assistência técnica, sanitário e educacional em geral muito deficientes. Nos locais onde se verifica uma maior concentração de projetos, ela se deve muito mais à própria forma que as lutas por terra assumiram em determinadas regiões do que a uma opção prévia de intervenção coordenada. (MEDEIROS; LEITE, 2004, p. 19).

Percebe-se que a construção dos assentamentos, principalmente no final da década de 1980, será fruto de arranjos políticos que colocará para o INCRA novos desafios que corresponderiam a aprender fazendo um tipo de trabalho que fugia, naquele momento, à prática utilizada pela instituição que sofrerá pressões por parte das entidades e movimentos sociais para uma resposta rápida na execução de obras de infra-estrutura produtiva.

As mesmas pressões que levaram aos conflitos, como as ocupações de fazendas, ocupações de instituições públicas, que antecederam à criação do I PNRA ao longo dos anos, fazem-se presentes como formas encontradas pelos movimentos sociais de chamarem a atenção para os problemas do campo. No primeiro momento, pela regularização e posse de terras, num segundo momento, pela busca mais rápida pela instalação dos créditos (fomento, habitação e alimentação), que foram relevantes para várias conquistas.

Fernandes (2005, p. 6) apresenta a dimensão das conflitualidades existentes e evidencia as correlações de forças que permitiram avanços e recuos na política de reforma agrária, afirmando:

A conflitualidade é inerente ao processo de formações do capitalismo e do campesinato. Ela acontece por causa da contradição criada pela destruição, criação e recriação simultânea dessas relações sociais. A conflitualidade é inerente ao processo de formação do capitalismo e do campesinato por causa do paradoxo gerado pela contradição estrutural. A conflitualidade e o desenvolvimento acontecem simultâneo e conseqüentemente, promovendo a transformação de território, modificando paisagens, criando comunidades, empresas, municípios, mudando sistemas agrários e bases técnicas, complementando mercados, refazendo costumes e culturas, reinventando modos de vida reeditando permanentemente o mapa da geografia agrária, reelaborado por diferentes modelos de desenvolvimento. A agricultura camponesa estabelecida ou que estabelece por meio de ocupações de terra e implantação de assentamentos rurais, resultantes de políticas de reforma agrária, promovem conflitos e desenvolvimento. A agricultura capitalista, na nova denominação de agronegócio, se territorializa, expropriando o campesinato, promovendo conflito e desenvolvimento.

Nesse sentido é importante frisar que outra luta seria iniciada, após a criação dos assentamentos, no que tange ao cadastramento de beneficiários, acesso aos créditos instalação (fomento, habitação e alimentação), construção e pavimentação de estradas, criação de associações de trabalhadores rurais para o recebimento do crédito, acesso à rede de esgoto, acesso à energia elétrica, acesso à educação e ao mercado para escoamento da sua produção.

Nem todas as áreas desapropriadas estavam perto de locais com infraestrutura para escoamento da produção, nem tinham solos com aptidão agrícola para determinados produtos comerciais.

A falta de documentação como carteira de identidade e CPF era uma regra dentro do assentamento. A falta de controle de quem deveria ser beneficiado pelo lote também fazia parte do início dos projetos, bem como a falta de controle na aquisição de mudas e aquisição de animais através do crédito agrícola.

Esse conjunto de elementos imbricados produzirá situações diversas como avanços no processo produtivo dos assentados rurais, bem como o abandono do lote por parte do beneficiário.

Faz-se necessário ressaltar que as correlações de forças estabelecidas após a criação dos assentamentos também serão fruto de todo processo de embates entre trabalhadores rurais e antigos proprietários, bem como entre os diversos povoados que estarão dentro do assentamento e das articulações políticas em escala federal, estadual e local.

Para ratificar esse processo supracitado, evidencia-se o Assentamento Rural Entroncamento, localizado no município de Itapecuru Mirim, que possui oito povoados² com a mesma história de formação, mas com infra-estruturas diferentes no que diz respeito à proximidade do mercado consumidor, acesso à rede pública de distribuição de água encanada e outras características que serão detalhadas no decorrer dos demais capítulos e, no entanto, nem todos os assentados tiveram conflitos na luta pela desapropriação e criação do assentamento.

² Povoado é uma unidade territorial classificada como um aglomerado rural isolado segundo o IBGE para apuração e divulgação dos dados do Censo Demográfico de 1991 (TAVARES, 2003). Nesse sentido o Assentamento Entroncamento é formado por oito aglomerados rurais isolados.

É a partir da complexa relação de poder entre fazendeiros, posseiros e arrendatários, antes da criação do assentamento, que se utilizará o conceito de territorialização e desterritorialização para discorrer e explicar sobre a substituição de uma estrutura concentrada de poder, no campo, por outra estrutura que, teoricamente, estabelecerá o uso de determinadas áreas para implantação de novos projetos produtivos, controle político por meio da criação das associações e diálogo com as instituições para a implantação de uma nova infra-estrutura.

Diante do exposto, será de fundamental importância uma breve reflexão sobre o conceito de território para fundamentação teórica dos pressupostos que vão embasar as ponderações sobre o conjunto de elementos, como as relações entre os assentados e as esferas em escalas local, regional e nacional, necessários para se estabelecer parâmetros que possam contribuir para a compreensão da melhoria na qualidade de vida da população que vive no assentamento.

1.2. Assentamentos rurais: construção e reconstrução de um território

Como foi afirmado, anteriormente, é importante reconhecer o assentamento enquanto território para a compreensão tanto das relações internas como das relações que vão sendo construídas em nível local, regional e nacional.

Para isso, faz-se necessário recorrer a autores que podem contribuir com o conceito de território e, a partir dessas reflexões, evidenciar elementos que tornaram possível a proposição da relação entre assentamentos rurais e território.

Recorrer-se-á também a autores que já trabalham nessa perspectiva para ratificar o posicionamento a respeito da temática e corroborar com as pesquisas que apontam o território como um conceito que apresenta as dimensões política, econômica e cultural, enfatizando as noções de domínio, apropriação, uso, controle e poder.

Não se deve deixar de considerar que o estudo terá como foco um Estado pobre da federação que, ao longo dos anos, foi marcado por violência no campo, desmonte da pesquisa agropecuária e da assistência técnica. Nesse Estado, que vai apresentar um alto índice de conflitos e posteriormente um número crescente de desapropriações e ao mesmo tempo a desarticulação por completo da assistência técnica devido ao fechamento da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), é que serão concentrados os estudos. Para isso, será de extrema

importância dialogar com autores que já apresentam uma reflexão mais aprofundada sobre a temática.

Inicia-se com uma reflexão promovida por Moraes (2000, p. 18) sobre a formação territorial do Brasil, afirmando que:

O território é um espaço social, que não pode existir sem uma sociedade que o crie e qualifique, logo inexistente como realidade puramente natural, sendo construída com base na apropriação e transformação dos meios criados pela natureza. Assim o território é um produto socialmente produzido, um resultado histórico da relação de um grupo humano com o espaço que o abriga. [...] O território é, portanto, uma expressão da relação sociedade/espaço, sendo impossível de ser pensado sem o recurso aos processos sociais.

Verifica-se que Moraes descarta qualquer possibilidade de se visualizar o território como espaço natural. Esse é o ponto de partida que Moraes utiliza para analisar a relação sociedade/espaço com objetivo de compreender, por meio da visão histórica, a base da formação territorial do Brasil.

Em outras palavras, território tem uma história, que explica sua conformação e sua estrutura atual. Para aprendê-la é necessário equacioná-la como um processo; daí o enunciado da formação territorial como objeto de pesquisa. Um objeto de análise histórica retrospectiva, uma vez que busca uma gênese de conjuntos espaciais contemporâneos, que no passado não necessariamente possuíam unidade e integração. Torna-se, portanto, os territórios atuais como resultados de uma história cuja lógica é atribuída *post festum*". (MORAES, 2000, p. 21).

Já Raffestin (1980, p. 143) leva em consideração, para fazer as suas análises, o espaço modificado pelo trabalho em uma abordagem relacional e histórica:

O território se forma a partir do espaço é resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço concreto abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator territorializa o espaço.

Nota-se a presença de poder o que também pode se considerar como outros elementos para o reconhecimento de um determinado território.

Souza (1995) também fez referência às relações de poder para definir e delimitar o território, enfocando as escalas temporais para explicar territorialidades cíclicas e móveis.

As relações de poder, sejam políticas e/ou econômicas, e os processos históricos estão presentes em todas as discussões, levando a uma compreensão do território que reflete uma multidimensionalidade que não pode ser explicada apenas pela apropriação ou pelo domínio ou pelo poder. Quando se fala em relações sociais, econômicas e políticas, há um envolvimento e um imbricamento que não podem estar separados. Por isso Fernandes (2005, p. 5) propõe que:

O território tem que ser compreendido na sua multidimensionalidade, contudo os elementos da natureza e os espaços produzidos pelas relações sociais que o produz e o mantêm a partir de uma forma de poder e sua existência e destruição são determinados pelas relações oficiais existente sendo um espaço de liberdade, de dominação de expropriação e resistência.

Diante do exposto, Fernandes (2005, p. 5) afirma que:

[...] as relações sociais, por sua diversidade, criam vários tipos de território, que são contínuos em áreas extensas e ou são descontínuos em pontos de redes, formados por diferentes escalas e dimensões. Os territórios são países, estados, regiões, municípios, departamentos, bairros, fabricas, vilas, propriedades, moradias, salas, corpo, mente, pensamento, conhecimento.

Fernandes (2005, p. 8) avança no estudo, estabelecendo uma relação entre conflitualidade e território, afirmando que a transformação dos espaços em território se dá pela conflitualidade. E chama a atenção para a relação entre os movimentos sociais e os processos de territorialização, construindo um conceito geográfico para explicar os processos ligados à construção e destruição de territórios.

Os movimentos socioterritoriais para atingirem seus objetivos constroem espaços políticos, especializam-se e promovem espacialidade. A construção de um tipo de território significa, quase sempre, a destruição de um outro tipo de território, de modo que a maior parte dos movimentos socioterritoriais forma-se a partir dos processos de territorialização e desterritorialização.

Continuando a reflexão de Fernandes (2006, p. 28) sobre a territorialização e a desterritorialização, há de se perceber que:

A expansão e ou a criação de territórios são ações concretas representadas pela territorialização. O refluxo e a destruição são ações concretas representadas pela desterritorialização. Esse movimento explicita a conflitualidade e as contradições das relações socioespaciais e socioterritoriais. Por causa dessas características, acontece ao mesmo tempo a expansão e a destruição; a criação e o refluxo. Esse é o movimento do processo geográfico conhecido como TDR, ou territorialização- desterritorialização- reterritorialização.

Por isso, quando há uma desapropriação de uma grande propriedade, significa dizer que há uma desterritorialização de uma estrutura produtiva que estava intrinsecamente ligada ou à monocultura ou à pecuária extensiva e ao mesmo tempo ocorre uma territorialização do pequeno produtor através da criação dos assentamentos rurais. O que não quer dizer que se desterritorializará a estrutura industrial de venda de implementos agrícolas, insumos e todo aparato que se relaciona com o pacote tecnológico.

Pode-se correlacionar esse fato com a criação e a consolidação dos assentamentos, na medida em que se analisa o PROCERA enquanto programa que tinha como objetivo incorporar, através de um pacote tecnológico, áreas ao processo produtivo, incentivando a produção de culturas de mercado e o estabelecimento de novas atividades produtivas, principalmente, nas áreas com incidência de moradores antigos. Esse processo também pode ser considerado como uma forma de sobreposição de sistemas produtivos.

Diante do exposto, acredita-se que a categoria território concebida por Moraes para caracterizar a instalação de uma dinâmica do sistema colonial pode se aplicar para se analisar as correlações de forças estabelecidas no incentivo de projetos produtivos nos assentamentos na medida em que se percebe uma relação entre a incorporação do espaço colonial à vida econômica européia e a incorporação das áreas anteriormente desconectadas do sistema produtivo nacional.

Neves (1999, p. 11) chama a atenção para a relação estabelecida entre os diversos atores sejam eles políticos ou econômicos, destacando que:

[...] no estudo de assentamento rural, isto é, da construção de assentamento enquanto unidade territorial e do assentado enquanto produtor agrícola, isto é, agente político econômico, algumas condições de viabilidade devem ser consideradas. Essas condições de possibilidade devem ser pensadas articuladamente à compreensão dos planos de organização dos princípios de filiação, de modo a revelar, como já ensina Geertz (1983), os que alcançam formas hegemônicas e se expressam pela abrangência incluidora.

Neves, a partir desses princípios, evidencia o assentamento com “a” maiúsculo com uma unidade espacial se o mesmo se apresentasse enquanto território de investimentos orientado pela redistribuição fundiária e pela descentralização de recursos públicos e serviços sociais.

Isso significa que sem investimentos sociais e distribuição de recursos que possam garantir a possibilidade de fixação do homem no campo, ou seja, sem uma estrutura social e produtiva baseada na pequena propriedade, que se pudesse contrapor à estrutura anterior, não se teria como visualizar um território propriamente dito dos beneficiários da reforma agrária.

Esse fator poderia explicar o abandono do lote, por várias famílias, que não conseguiram, devido às péssimas condições da área e de dificuldade ao acesso à infra-estrutura produtiva e social, iniciar o seu processo produtivo e, conseqüentemente, não se teria a territorialização dos beneficiários da reforma agrária.

A partir do momento da criação de um assentamento, haveria um território que poderia ser uma fazenda ou duas, ou minifúndios, ou terras devolutas ou parte de uma grande propriedade que no processo de desapropriação passa automaticamente para o controle do Estado.

O estabelecimento do número de famílias a serem assentadas passará necessariamente pela análise da capacidade da área em oferecer condições para a sustentabilidade social, econômica, política e ambiental dentro de um limite definido para a realização do seu processo produtivo.

Quando se fala em limite do processo produtivo é porque será dentro dessa área do assentamento que os trabalhadores rurais terão seus projetos para cultivo e criação a serem contemplados com o crédito agrícola. Nessas áreas, os trabalhadores terão que se territorializarem. Segundo Haesbaert (2004, p. 280)

significa também, hoje, construir e/ou controlar fluxos/redes e criar referenciais simbólicos num espaço em movimento, no e pelo movimento.

As discussões promovidas por Haesbaert (2006, p. 93) não se limitaram apenas às relações simplistas, mas vão além da própria concepção de poder político.

Assim, podemos afirmar que o território, relacionalmente falando, ou seja, enquanto mediação espacial do poder resulta da interação diferenciada entre as múltiplas dimensões desse poder, desde sua natureza mais estritamente política até seu caráter mais propriamente simbólico, passando pelas relações dentro do chamado poder econômico, indissociáveis da esfera jurídico-política.

Haesbaert pensa o território a partir da concepção de espaço como um híbrido entre a sociedade e a natureza, entre a política, a economia e a cultura e entre a materialidade e a idealidade, em uma complexa intenção tempo-espaço levando em consideração a dimensão simbólica e material de natureza predominantemente econômica e política.

Percebe-se que a dimensão simbólica, a esfera jurídico-política e as relações do poder econômico estão intimamente relacionadas na construção dos assentamentos, afinal de contas, verifica-se uma delimitação de uma área que se institucionaliza politicamente.

Para Saquet (2004), o território são relações sociais, significando também materialidade das formas espaciais e dos processos sociais de dominação e controle passando pelos fluxos, conexão e enraizamentos em que as formas de poder estão imbricadas com as formas espaciais.

Com a institucionalização política de uma determinada área e a colocação de famílias nestas áreas, fica claro o processo de desterritorialização de uma estrutura que poderia estar ligada à concentração fundiária, o que torna fácil essa visualização.

No Maranhão houve, na maioria dos assentamentos, um processo de regularização fundiária, em que as famílias já estavam nas áreas alvo das desapropriações e que historicamente já tinham uma relação com a terra, seja produtiva e/ou cultural.

Nesse caso, já se poderia afirmar que se teria um território mesmo sem a criação do assentamento, na medida em que se tem uma área que está ocupada por

povoados com famílias que já apresentavam relações de parentesco e produziam uma agricultura com técnicas tradicionais?

Outro questionamento seria referente à situação em que os assentados estariam no seu lote, mas arrendando a área para os usineiros, para plantação de cana-de-açúcar. Nesse caso, houve desterritorialização de uma forma de produzir relacionada à concentração fundiária, mesmo com a produção de um produto ligado aos grandes complexos agroindustriais?

No primeiro caso, as dimensões culturais e econômicas são de extrema importância para a compreensão desse questionamento. No segundo caso, as dimensões econômicas e políticas podem colaborar no entendimento dessa situação.

Ao logo dos demais capítulos, enfatizar-se-á todo esse processo, levando em consideração os elementos constituintes do território, segundo Saquet (2006, p. 161), que são:

Identidade (entendida como referência, enraizamento, ligação, afetividade, materialização, efetivação, lugar); relações de poder, dominação e subordinação; redes de circulação e comunicação, visíveis e invisíveis, materiais e imateriais, infra-estruturais e abstratas, movimento.

Nesse momento é importante entender que se estabeleceu no início da década de 1980 uma relação entre uma instituição federal (INCRA) e os trabalhadores rurais assentados desconsiderando a instituição municipal, no caso a prefeitura, que culminou no olhar dos prefeitos municipais para os assentamentos como um território federal. Esse olhar significava creditar ao governo federal todos os instrumentos necessários, através dos créditos para a infra-estrutura social (habilitação, poço artesiano, postos de saúde e escolas) e infra-estruturas produtivas (estradas, eletrificação de miniusinas e armazéns) nos assentamentos rurais.

Diante do exposto, tentar-se-á justificar o direcionamento visualizando o assentamento como um território construído e reconstruído levando em consideração os seguintes pontos:

1 - Dos assentados que estão sendo assistidos enquanto beneficiário, pois significa uma área que passará para seu controle, para articulações políticas,

bem como estabelecimento de novas relações sociais e econômicas se apropriando e usando a sua área com projetos produtivos;

2 – Dos técnicos das instituições federais e estaduais que participam do processo de criação, pois significa uma área alvo de políticas públicas direcionadas para um segmento da sociedade que necessita nesse primeiro momento dos investimentos necessários para o suporte econômico necessário que garante renda e qualidade de vida;

3 – Da esfera local na medida em que diminui ou redireciona os investimentos para outros lugares dentro do próprio município ou valoriza a criação de assentamentos rurais como forma de dinamizar as economias locais;

4 – Dos pesquisadores na medida em que desenvolvem estudos de casos abordando histórias pessoais, trajetórias de vida, formas de acesso à terra, à organização produtiva, acesso ao crédito, uso do solo, infra-estrutura, questão de gênero, educação no campo e impactos no desenvolvimento regional.

Nessa perspectiva, Dematteis (2007, p. 10) indica a construção do desenvolvimento passando por políticas que têm por finalidade a inclusão:

E numa perspectiva territorialista inclusão significa a capacidade de reconhecer, controlar, e transformar em valores, a potencialidade dos diversos sistemas territoriais significa fazer reconhecer, também no exterior, esses valores, de modo que possam entrar circular nas redes globais. Nesse sentido, é importante esclarecer que, por “valores”, não entendemos somente os valores de mercado, mas também e, sobretudo, os recursos ecológicos, humanos, cognitivos, simbólicos, culturais, que cada território pode oferecer como valores de uso, bens comuns, patrimônio da humanidade.

Vale ressaltar, então, que os estudos dos impactos regionais dos assentamentos rurais implicam necessariamente compreender as articulações políticas que foram criadas através do fortalecimento das atividades sociais, culturais, simbólicas e produtivas que passaram a gerar além de trabalho, satisfação pessoal e renda que contribuiu para a melhoria da qualidade de vida econômica local e regional, ou seja, a escala dos impactos vai ser definida pela territorialização das relações de poder e definições de projetos que levem à viabilidade técnica, econômica, social, cultural e ambiental para manutenção dos trabalhadores rurais nos assentamentos.

1.3. A territorialização dos assentamentos rurais no Maranhão

Dando continuidade às reflexões, considera-se de suma importância destacar que a questão agrária faz-se presente nos dias atuais e os embates estabelecidos fazem parte do processo que leva a novas relações sejam econômicas, sejam políticas e/ou ambientais. E é nesse ambiente de conflitualidade que podem surgir novos processos produtivos com estruturas agrícolas diferentes da existente, que estavam ligadas à concentração fundiária e levar para outro processo comprometido com o pensar a sustentabilidade do assentamento a partir da visão agroecológica e de uma economia justa e solidária.

Esse novo processo levaria a uma forma de relação do homem com a terra, surgindo um território de oportunidades e esperanças como aponta Moreira (2007, p. 5):

O “território de esperança” é aquele conquistado e construído: pela luta de resistência camponesa para permanecer na terra; pela luta de ocupação de terra, promovida pelos trabalhadores sem terra pela luta de consolidação de diferentes formas de agricultura camponesa; [...] Na verdade, trata-se de um território novo baseado na utopia e na esperança, “Território de esperança”, “território de solidariedade” e também, parafraseando Félix Guatarri, “Território de Desejo”, carregado de contradições, mas também de sinalizações de uma forma experienciada de organização social diferente daquela marcada pela subordinação, pela dominação e pela bestialidade da exploração. Desse modo, “Território de Esperança” representa a superação do “Território de Exploração”, gestado no semi-árido, desde o período colonial e que tinha como marca maiores a concentração fundiária a subordinação do trabalho [...]. Território em movimento, vivo, e que experiência um processo contínuo de (re)criação, (re)definição, (re)delimitação. Território inacabado, por conseguinte, cheio de contradições [...]

Levando em consideração essas novas articulações atreladas ao fato de que, com a criação do assentamento, as pessoas que já moravam nos povoados, alvos das áreas desapropriadas, não tiveram mais que pagar a renda para os que se diziam donos das terras e ainda tiveram a possibilidade de implantar projetos produtivos, através dos créditos repassados, assim, pode-se afirmar que esses fatores contribuíram significativamente para provocar mudanças na paisagem local.

De acordo com Medeiros (2004, p.17), recebem a denominação de assentados rurais diversos tipos de beneficiários: posseiros, filhos de produtores rurais pauperizados, parceiros em busca de terra própria, pequenos produtores atingidos pela construção de barragens, seringueiros, assalariados rurais, população de periferia urbana, aposentados, entre outras categorias.

Conseqüentemente há um aspecto econômico relevante para se reconhecer mediante também uma identificação cultural telúrica e haverá um processo de desenvolvimento sustentável nos assentamentos

Após a criação dos assentamentos, como ficou a dinâmica no processo produtivo? As famílias conseguiram estabilidade com a conquista da terra? As articulações políticas entre as esferas locais e regionais contribuíram para os avanços esperados no tocante às organizações sociais? O quadro de analfabetismo diminuiu rapidamente? As habitações representavam as aspirações dos trabalhadores rurais enquanto moradia? O acesso ao saneamento básico tornou-se uma realidade em todos os assentamentos?

Ao longo desses 20 anos, vários estudos vêm contribuindo para a compreensão desses questionamentos e estão sendo realizadas pesquisas sobre os impactos dos assentamentos rurais, sejam eles econômicos, políticos, sociais e ambientais, sempre buscando relacionar a dinâmica econômica de pequenas cidades com a criação dos assentamentos, as diversidades dos impactos locais e regionais, as estratégias de produção, comercialização, assistência técnica, emprego e renda das famílias assentadas. Como exemplo de trabalhos relacionados aos impactos locais e regionais, há as teses, dissertações e artigos orientados pela Professora. Dra. Rosângela Hespanhol, artigo e livros publicados por Sérgio Leite (2006), Sônia Bergamasco (2005) e outros. No que diz respeito à participação dos movimentos sociais e relações de trabalho no campo, há as teses e dissertações orientadas pelo professor Dr. Bernardo Mançano Fernandes e professor Dr. Antônio Thomaz Junior. Em relação à discussão sobre poder local e assentamentos rurais, artigos publicados por Luís Antonio Barone (2004).

No tocante aos projetos que analisam o processo produtivo, como a relação dos assentamentos com o agronegócio, os trabalhos, principalmente no Estado de São Paulo, dando ênfase à inserção da cana-de-açúcar nos lotes dos assentados, destacam-se os trabalhos de Sousa (2008).

Em relação às pesquisas que abordam a trajetória social, é importante evidenciar as pesquisas do Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural (NUPEDOR) em Araraquara, os trabalhos de Neves (2008); Bergamasco (2003); Castro (2008) e Menezes (2008) que organizaram estudos sobre a juventude, a questão de gênero, a segurança alimentar, o associativismo, o cooperativismo, a formação política, o histórico sobre a criação dos assentamentos, as relações existentes entre os assentados e os movimentos sociais e a educação no campo.

Para evidenciar trabalhos que enfocam a inclusão, na agenda política, de ações que promovam a dinâmica produtiva nos assentamentos, destacam-se os estudos de Duval (2006, p. 2) que está fazendo o seguinte acompanhamento:

Neste artigo, acompanhamos duas alternativas criadas pela prefeitura de Araraquara que incentivam as produções de autoconsumo e conseqüente geração de excedentes para o mercado local que podem significar algum caminho em direção à sustentabilidade. Trata-se de dois programas municipais – Direto do Campo e Programa de Aquisição de Alimentos – voltados ao escoamento da produção de alimentos dos assentamentos para o município. Através deles, a agricultura familiar tem conquistado um espaço maior na agenda política, observado como uma iniciativa inovadora nestes vinte anos dos assentamentos nesta região do ponto de vista da gestão pública. Foram implementados em 2002, no segundo ano do primeiro mandato do PT na cidade.

Toda problemática que envolve a dinâmica na criação e no desenvolvimento de políticas públicas nos assentamentos rurais tem despertado estudos, encontros, seminários, simpósios sobre a temática motivando um número cada vez maior de interessados pela busca de respostas que levem ao desenvolvimento rural e regional.

Esse interesse tem contribuído, em conjunto com as pressões dos movimentos sociais, para redirecionamento de políticas agrárias em relação ao surgimento de novas metodologias³ para intervenções que levem à sustentabilidade das relações sociais e produtivas nos assentamentos como o Programa de

³ A Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária – ATES foi criada em 2004 pelo INCRA/MDA através da norma de execução/INCRA/SD/Nº 39/2004 (INCRA).

Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária (ATES) que tem como objetivo:

Assessorar técnica, social e ambientalmente as famílias assentadas, nos projetos de Reforma Agrária e projetos de Assentamentos Reconhecidos pelo INCRA, tornando-os unidades de produção estruturadas, com segurança alimentar garantida, inseridas de forma competitiva no processo de produção, voltadas para o mercado, integradas à dinâmica do mercado municipal e regional, de forma ambientalmente sustentável. (INCRA, 2008, p. 5).

Isso demonstra que não há um processo estático, tanto as entidades representativas dos trabalhadores quanto os movimentos sociais estão atentos e, em conjunto com as instituições governamentais, estão procurando alternativas, pois os problemas não acabam com a criação dos assentamentos, vão existir desdobramentos de intervenções sejam elas de instituições governamentais nas escalas local, estadual e/ou federal que precisarão ser compreendidas sobre vários aspectos.

Definir o tipo de intervenção terá que levar em conta diversos fatores como, por exemplo, o processo de localização do mercado e que tipo de estratégia vai ser montada para impedir as vendas dos lotes.

Esses problemas foram aparecendo à medida que começaram a surgir, no processo de produção, determinados gargalos como: o assentamento estava com 25 hectares de banana para serem colhidas e não tinha estrada da área de produção até o povoado para o escoamento do produto até o mercado mais próximo, submetendo os trabalhadores rurais a práticas de comercialização em que os custos se tornavam maiores que os benefícios.

Outro exemplo, agora ligado ao abandono do lote, pode ser citado através de um trabalho que foi realizado no Assentamento Brejo de São Félix no Município de Parnarama no Maranhão. O beneficiário do lote no assentamento perguntou quando o INCRA ia liberar os recursos dos créditos instalação, pois já estava há três anos na área sem condições de produzir, pois os solos já não respondiam à produtividade esperada com as técnicas (roça no toco) e instrumentos (enxada e facão) para os meios de produção utilizados. Caso demorasse mais seis meses, o mesmo não ficaria mais no lote com sua família.

Os desafios foram aparecendo e a necessidade de elaborar estudos sobre a dinâmica da formação e territorialização dos assentamentos foram cruciais para denunciar práticas abusivas em relação à má utilização na aplicação dos recursos como também para orientar novas práticas que deveriam ser aplicadas ao longo dos anos que sucederam à criação dos assentamentos e os conflitos gerados entre os trabalhadores, os técnicos das instituições envolvidas no processo de desapropriação e a criação do assentamento, como aponta Ferrante (2004, p. 26):

O assentado assim surge no primeiro momento como um produto direto da ação do estado, tendo sua identidade moldada por projetos que lhe são, muito, alheios. A resistência dos trabalhadores e sua família às imposições estatais constituem-se, portanto, numa pista importante na tentativa de constituição de uma identidade própria para esta nova categoria de trabalhadores. Suas estratégias frente às sempre muito ineficientes iniciativas oficiais compõem um quadro complexo de recuperação de traço camponês tradicional acrescido de inovações sociais e políticas que a trajetória de cada trabalhador, cada família ou grupo mais ou menos organizado vai desenhando no confronto com a realidade sempre muito difícil da vida num assentamento rural. Conflitos e cooperações se sucedem, transformando os assentamentos em verdadeiros laboratórios sociais, enquanto urge sua integração ao contexto regional.

Leite (2004) também fez referências às relações construídas posteriormente à criação dos assentamentos abordando os possíveis conflitos na imposição das formas associativas, nas formas de produção e escoamento dos produtos financiados, nas deficiências em relação à saúde, educação e transportes.

Esses estudos demonstram não ser possível dinamizar economias locais e provocar mudanças apenas com o acesso a terra, o que torna, no aspecto econômico, inviável a territorialização de uma nova forma de produzir.

Através de estudos comparativos entre as regiões brasileiras em relação à mudança social e dinâmica regional, Leite (2004, p. 40) fez a seguinte observação:

Para maior ou menor êxito na comercialização dos produtos oriundos do assentamento, além dos aspectos organizacionais e das condições de infra-estrutura dos próprios projetos (vários deles com problemas de estradas de acesso, dificultando o escoamento da produção) o entorno é também relevante [...]

Essa afirmação ratifica a preocupação no que diz respeito às análises que devem ser feitas internamente levando em consideração a infra-estrutura social e produtiva e ao mesmo tempo não perder de vista a relação com os agentes externos que podem influenciar nos rumos políticos, sociais, econômicos e ambientais no assentamento.

Buscando relacionar e ao mesmo tempo evidenciar formas diferenciadas de acesso a terra e desdobramento pós-criação dos projetos de assentamentos, é que se apresentará uma visão geográfica da territorialização dos assentamentos rurais no Maranhão, afirmando, como dito em parágrafos anteriores, que, apesar do número de ocupações, o número de assentamentos criados é bem maior, o que reforça a tese de regularização fundiária.

Como em todo território nacional, no Maranhão, as pressões para uma política de reforma agrária também se deram pela articulação dos trabalhadores rurais, conforme aponta Lago (1998, p. 48):

Os anos que antecederam a aprovação do I PNRA são marcados então pela crescente violência no meio rural (anos 70) e também pela mobilização dos trabalhadores rurais que agiam principalmente através das ocupações de terra (anos 80) sendo apoiados por vários setores da sociedade civil que se uniram na luta pela defesa do direito à posse e ao uso da terra.

Os conflitos foram intensos mesmo sem a divulgação nos meios de comunicação, a mídia retratava as ocupações sem atacar as causas de tais problemas. As discussões ficavam restritas aos Cursos das Ciências Sociais das universidades, aos representantes dos sindicatos, à Comissão Pastoral da Terra (CPT), à Federação dos Trabalhadores da Agricultura (FETAEMA) e aos partidos de oposição.

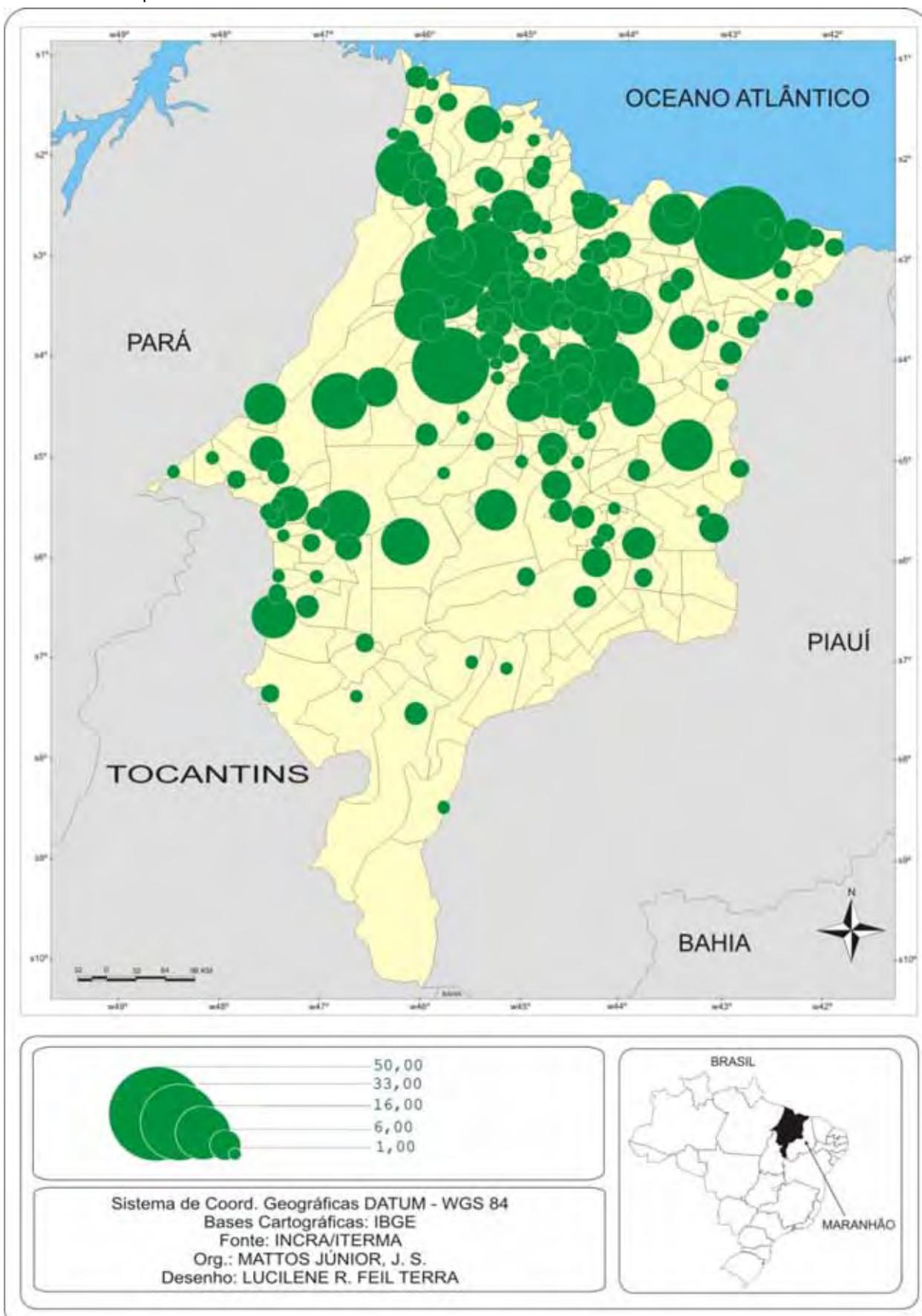
A partir do final da década de 1980, observa-se a intensificação no processo de desapropriação de áreas visando à criação de assentamentos rurais, levando a uma configuração em 2006 que demonstra claramente que na parte sul maranhense, onde se localiza as áreas de produção de soja e de uma possível expansão da cana-de-açúcar, há pouca incidência de assentamentos (Mapa 2), e essa territorialização dos assentamentos no Maranhão será explicada mais adiante quando será apresentado um breve histórico de conflitos e a formação dos assentamentos rurais, dentro do processo de conflitualidade.

Verifica-se que as ocupações realizadas (Mapa 3) não coincidem com o número de famílias assentadas (Mapa 4), chegando-se à conclusão de que, no Maranhão, houve um intenso processo de regularização fundiária, na medida em que as famílias já se encontravam ocupando a área, portanto, uma situação inversa do que acontece nas demais regiões do país em que o número de ocupações é muito maior do que a criação de assentamentos, corroborando com a assertiva de Carneiro (1996, p. 48):

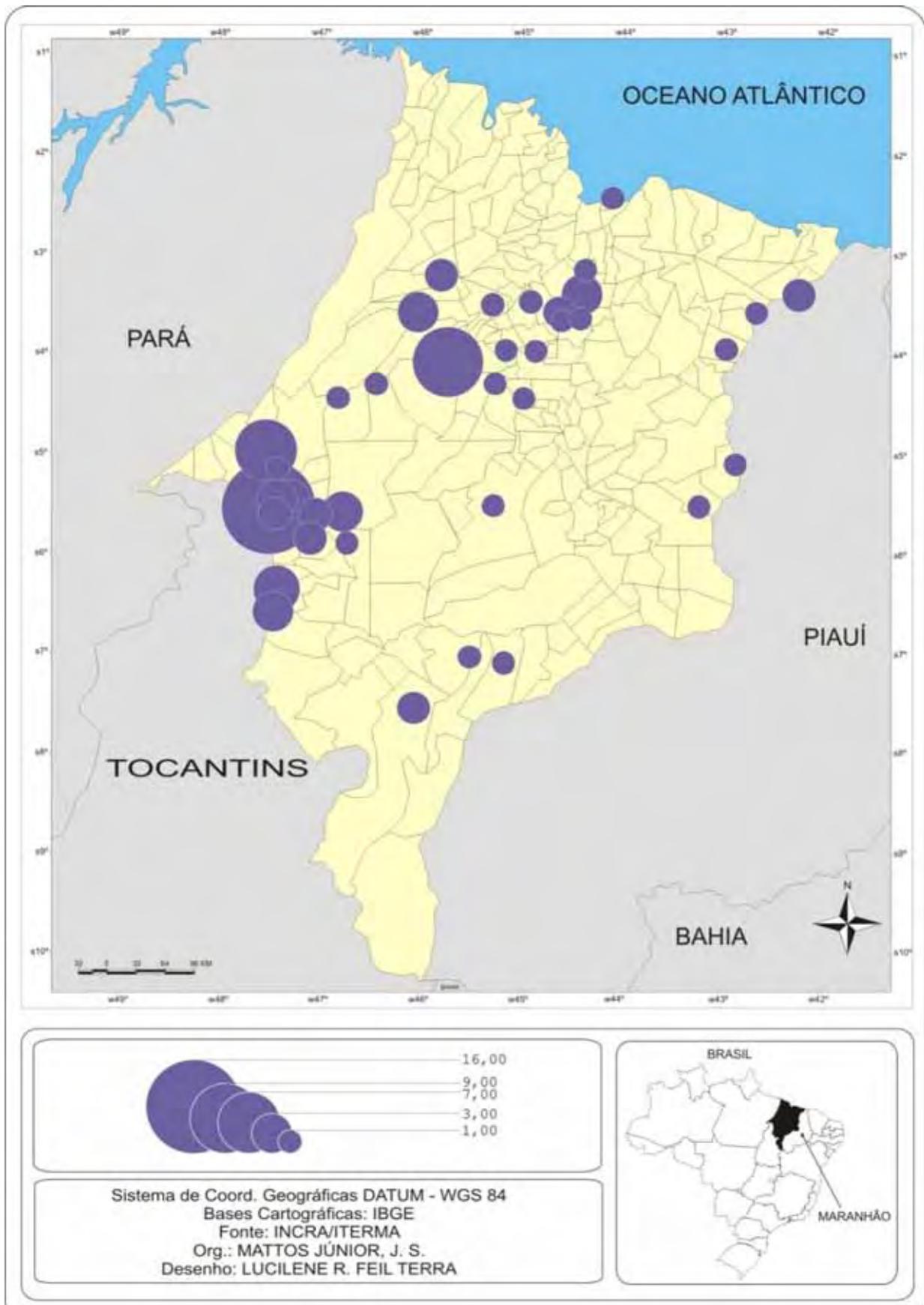
[...] No Maranhão não houve o momento em que o Estado, após identificar e preparar áreas, tenha ali alocado, fixado, assentado trabalhadores. Os assentamentos são, muito ao contrário, resultado da ação das próprias famílias de posseiros, pequenos arrendatários, foreiros, que, em muitos casos, lutaram para permanecer na terra tendo, muitos deles, sido assassinados em decorrência dessa luta. A ação oficial ocorre a posteriori, assumindo caráter, no máximo, de regularização fundiária e nunca de reforma agrária [...]. Ao caracterizar esses segmentos que conquistam a terra como assentados, o Estado enfatiza a própria ação, muito embora possa estar completamente omissa, considerando-os como beneficiários, como parceiros e não como ocupantes, ou seja, como objetos e não como sujeitos.

Diante do exposto, compreender as formas de acesso a terra no Maranhão passa pelo entendimento da ocupação do Estado e os intensos conflitos oriundos das políticas de governo, não sendo pretensão, neste trabalho, aprofundar uma discussão sobre as ocupações históricas retratando as frentes de expansão e pioneiras que ocorreram desde o processo de colonização portuguesa, mas é relevante salientar questões que culminaram com a criação desses assentamentos nos lugares de maior incidência de áreas já previamente ocupadas.

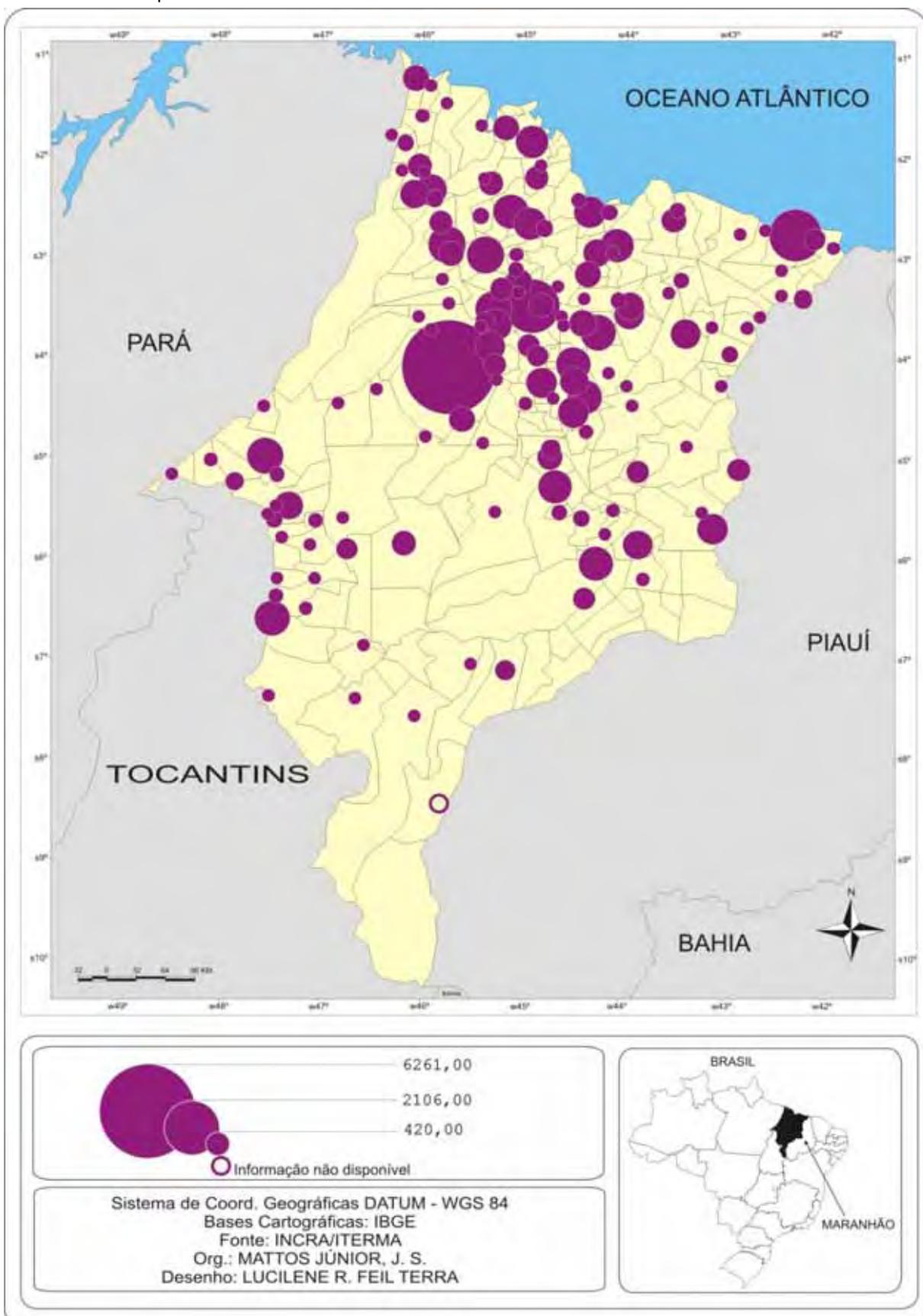
Mapa 2 - Número de assentamentos rurais no Estado do Maranhão 1986 - 2006



Mapa 3 - Número ocupações realizadas no Estado do Maranhão 1988 - 2005



Mapa 4 - Número de famílias assentadas no Estado do Maranhão 1986- 2006



Moreira Lima Junior (1987) relata, em seu livro *A colonização de fronteira*, as várias frentes de ocupação do Estado do Maranhão, discutindo desde a colonização do Brasil, enfatizando as frentes oriundas provenientes do litoral e as demais da Região Nordeste, destacando os diversos produtos que contribuíram para o povoamento e, ao mesmo tempo, a concentração fundiária, abordando cronologicamente a organização do espaço maranhense nas direções norte-centro, sudeste-sudoeste e, posteriormente, de leste para oeste, obedecendo à implantação de infra-estrutura de comunicação em 1945 baseada na linha telegráfica e 1960 com a construção de rodovias.

Pedrosa (1999) ratifica que, a partir da década de 1920, um novo contingente populacional oriundo da região nordeste contribuiu para o povoamento definitivo das chamadas *terras livres*, espalhando-se pelo sul e pelo oeste do Estado.

Lago (1998), por sua vez, relata, num primeiro momento, que a grande quantidade de terras no Estado contribuiu para o apossamento sem que os trabalhadores rurais se preocupassem com a legalização, pois as mesmas eram consideradas livres. Em um segundo momento, aborda que, a partir das décadas de 30, 40 e 50, registram-se as ocupações das regiões de Itapecuru Mirim, Mearim e Pindaré através da pecuária e, num terceiro momento, com a intervenção do Governo do Estado destinando as terras livres para projetos de exploração agropecuária, agroindustrial, madeireiro e de mineração.

Canedo (1993) fez análise da ocupação, destacando também os projetos de colonização no Maranhão para aliviar as tensões sociais no campo e pode se observar que onde houve as colonizações dirigidas, mesmo assim, ao longo dos anos, houve estruturas deficitárias e projetos produtivos mal sucedidos. A incidência de ocupações nas áreas alvo dos antigos projetos de colonizações enuncia uma estrutura de área concentrada (Mapa 5).

E para encerrar essa reflexão sobre os conflitos no campo, recorre-se a Almeida (1998, p. 100) que, ao desenvolver pesquisas sobre as indústrias de papel celulose no Maranhão, relata o aumento das tensões:

Há conflitos com pequenos produtores proprietários, localizados em áreas consideradas, pelos planejadores oficiais, como de “expansão dos projetos”. Tem sido apontadas evidências, sobretudo no Amapá, em Tartarugalzinho, de que estes produtores agrícolas estariam

sendo compelidos a venderem suas terras a preço irrisório, temendo confronto de interesses. Episódios semelhantes **são registrados na região do Baixo Parnaíba (MA) e no Vale do Tocantins.** (grifo nosso).

O que se percebe é que há uma sobreposição de projetos que valorizaram a concentração fundiária em áreas já ocupadas por posseiros, contribuindo em determinadas momentos para a expulsão do homem do campo e em outros momentos se observando as resistências e conflitos coincidindo com as áreas de intensa ocupação (Mapa 6).

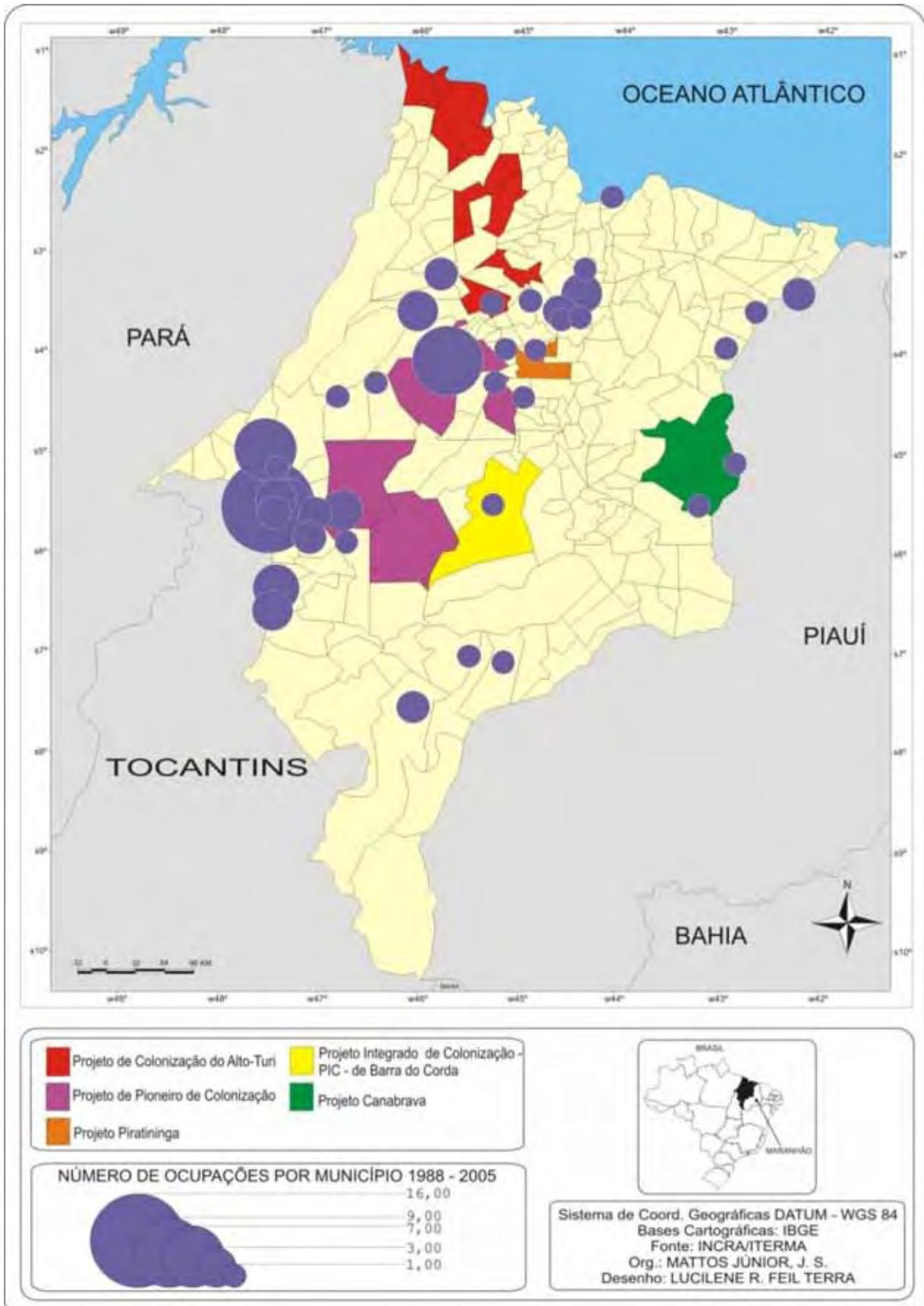
O que se observa, atualmente, não é diferente do passado recente e a ausência do Estado leva a uma insegurança para a sociedade no oeste maranhense diante dos conflitos que se manifestam principalmente no tocante à exploração da madeira, como relata Bombiere (2008, p.19):

Na realidade, essas regiões do Maranhão vivem numa situação de ausência do Estado de Direito. O Estado parece estar presente só através da sua forma repressiva e cobradora. Através da polícia militar que se alia aos comerciantes mais influentes do município e só deles recebem ordens: do executivo municipal, refém dos poucos recursos advindos dos repasses constitucionais vítima de sua incompetência administrativa de sua ganância senil sem limites; do judiciário paralisado e de mãos atadas por quem lhe paga aluguel, água e contas de energia.

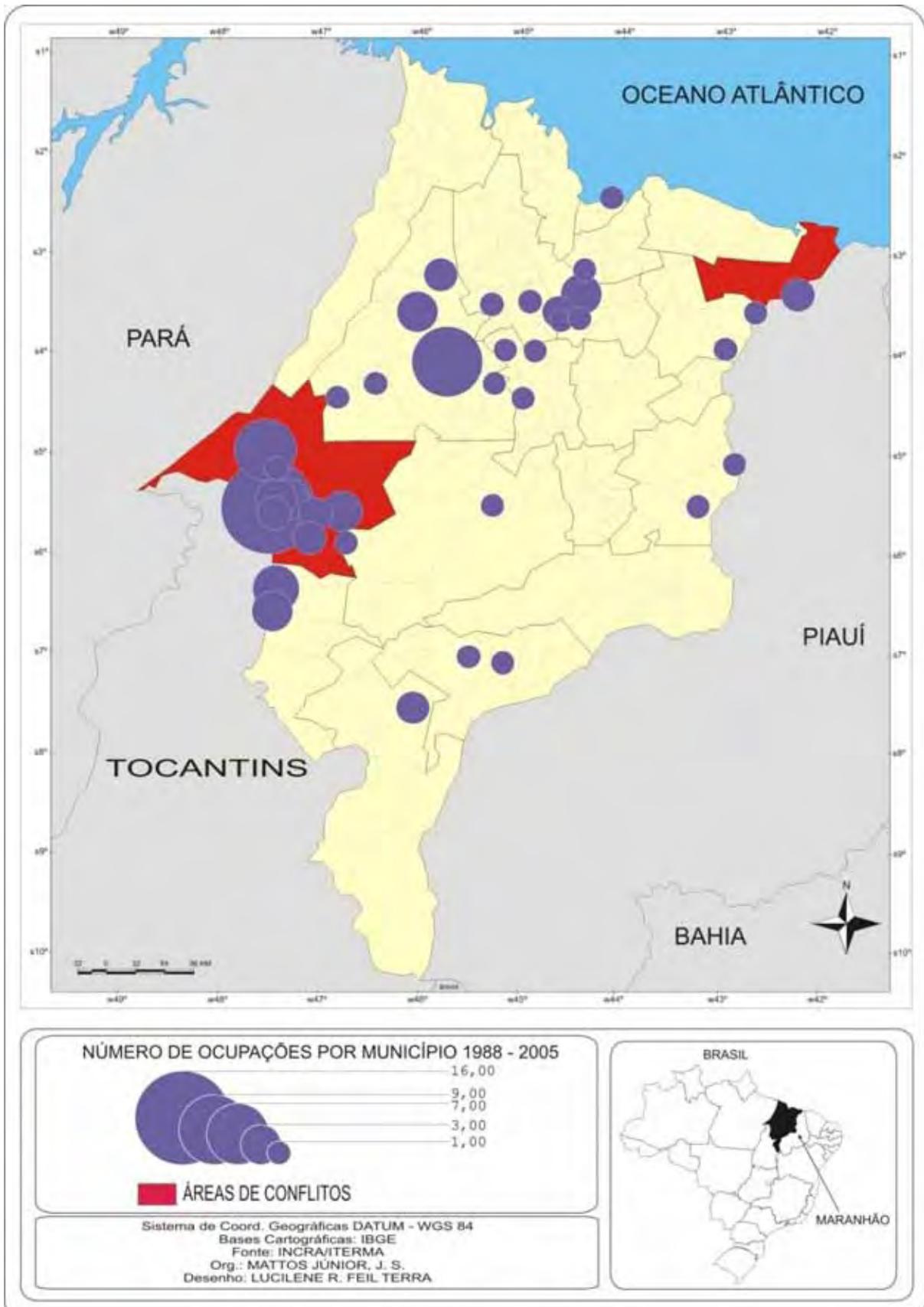
Desta forma, não se pode perder de vista que essas resistências e conquistas dependeram do poder de organização e mobilização dos trabalhadores rurais, através dos seus sindicatos, da CPT e mais recentemente dos movimentos sociais, como exemplo o MST, que foram relevantes para intensificação das ocupações.

O que se observou foi uma intensa cobrança pela legalização ou regularização que culmina posteriormente com uma intervenção estatal desordenada que coloca em xeque o que se poderia denominar de avanços em relação a projetos de colonizações realizados anteriormente.

Mapa 5 - Localização dos projetos de colonização e das ocupações no Estado do Maranhão



Mapa 6 - Localização dos conflitos entre posseiros e grandes projetos industriais de papel e celulose no Estado do Maranhão



Pedrosa (1999, p. 17), concordando com Carneiro, relata dessa forma a ação oficial:

[...] a intervenção do Incra não possibilita o acesso do camponês à terra, mas apenas, de forma geral, regulariza uma situação de posse preexistente. Isso não quer dizer que não existam absolutamente no Estado as ocupações recentes, organizadas por grupos de efetivamente “sem-terras”.

O que vai se percebendo é uma intensa contradição e um contínuo processo de instabilidade na articulação de políticas públicas voltadas para a agricultura familiar, consolidando uma permanência no processo produtivo.

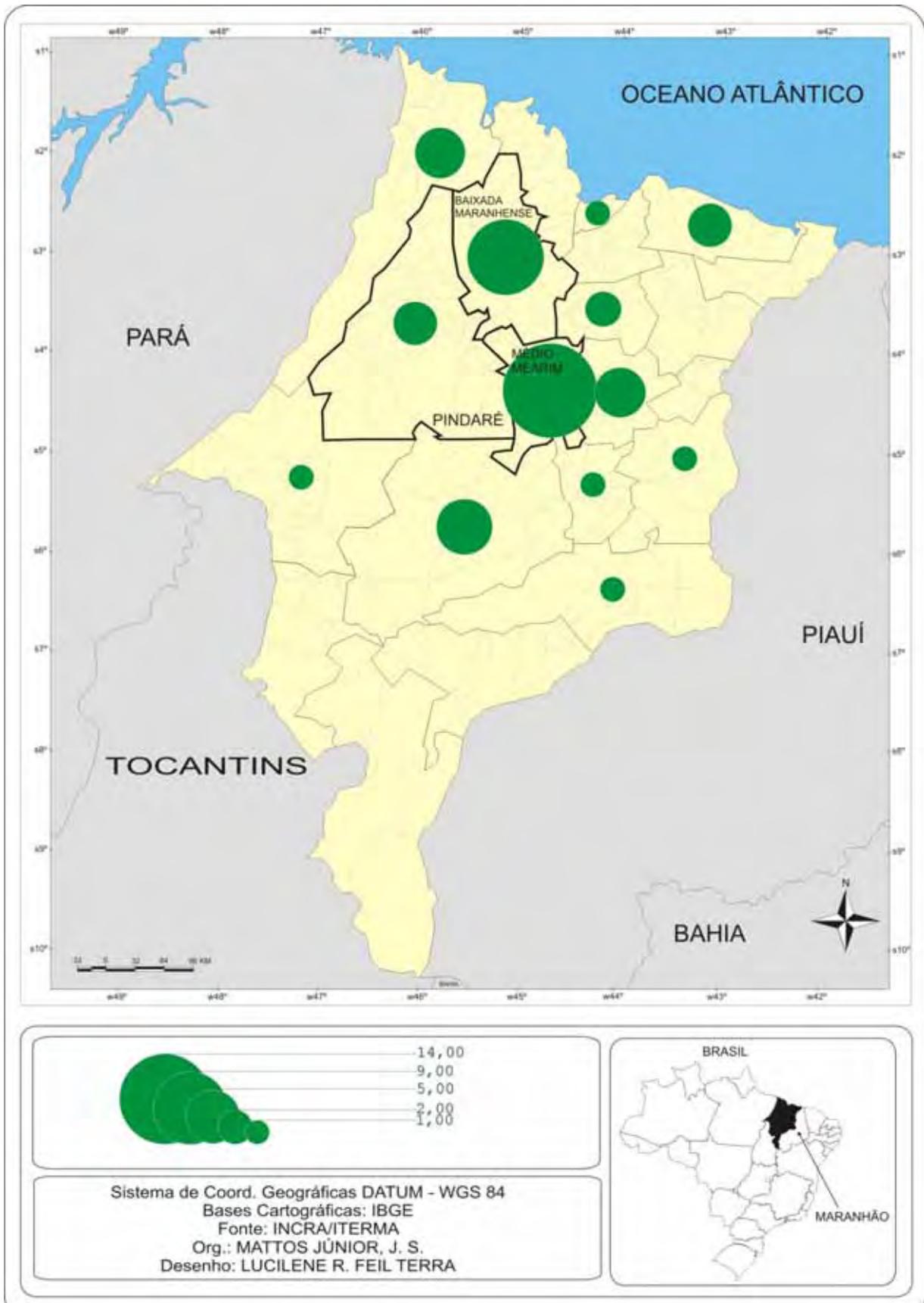
A espera pela desapropriação e insegurança estabelecida na medida em que levou a um fortalecimento nas organizações para uma cobrança política, para agilizarem as ações, levou a uma demora no acesso aos créditos, culminando com a baixa rentabilidade das culturas produzidas.

Isso evidentemente leva a mais conflitos, pois está em jogo a sobrevivência do trabalhador rural e de sua família e as fragilidades institucionais vão sendo expostas e o resultado destas fragilidades, que estão intimamente ligadas ao processo burocrático das instituições públicas, contribuiu para que fossem implementadas apenas ações pontuais.

Onde os conflitos manifestaram-se com maior intensidade devido à expulsão de trabalhadores, aos assassinatos, ao pagamento de renda e às invasões do gado sobre as lavouras dos trabalhadores, verificou-se um maior número de assentamentos rurais criados e, conseqüentemente, maior número de famílias assentadas.

A Microrregião do Médio Mearim (Mapa 7) enquadra-se entre as que mais tiveram assentamentos criados de 1986 a 1990, representando 25% do total de famílias em uma área de 34.249,65 hectares, representando 6,54% da área no total de 14 assentamentos criados. Em seguida vem a Microrregião da Baixada Maranhense com 20% do total de famílias em uma área de 114.787 hectares, representando 24,26% da área em 11 assentamentos, oriundos, principalmente, de desapropriações devido aos intensos conflitos e luta pelo reconhecimento da posse da terra, envolvendo trabalhadores rurais e grandes proprietários criadores de gado bovino.

Mapa 7 - Número de assentamentos criados por Microrregião Geográfica no Estado do Maranhão 1986 - 1990



Entre 1990 e 1995 mapas(Figura 1), verifica-se que a maior concentração de assentamentos localiza-se na Microrregião Baixada Maranhense, Médio Mearim e Pindaré, com aproximadamente 25% do total de famílias assentadas em uma área de 244.808,98 hectares, representando aproximadamente 40% do total de áreas em 54 projetos, resultado de intensos conflitos e ocupações da década de 1980, como relata Canedo (1993, p.77):

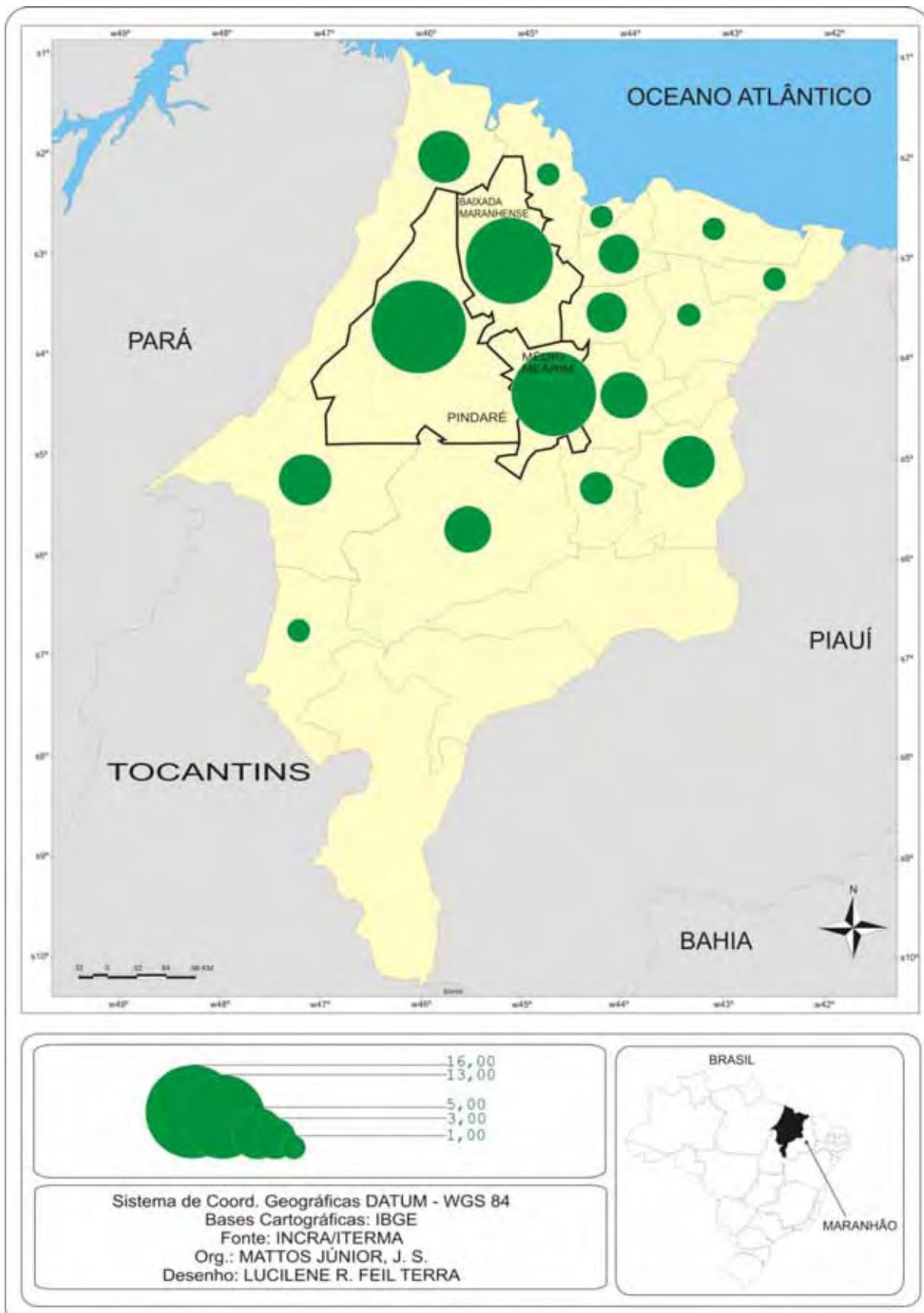
Enquanto o INCRA presta tais declarações o Jornal “O Imparcial”, do dia 02.08.86 publica que: na área de Buriticupu, no município de Santa Luzia, às margens da BR-222, trabalhadores rurais ocupavam a Fazenda União, com área de 24.600 hectares, e propriedade de um usineiro pernambucano, do Grupo Pão de Açúcar União. Sessenta (60) famílias se instalaram na área e 140 preparavam-se para a ocupação.

No momento dos acirramentos dos conflitos não se tinha uma precisão do número exato de famílias em áreas de conflito, porém havia a certeza de que o processo histórico de ocupação do Maranhão contribuiu, significativamente, para agravar as tensões sociais no campo.

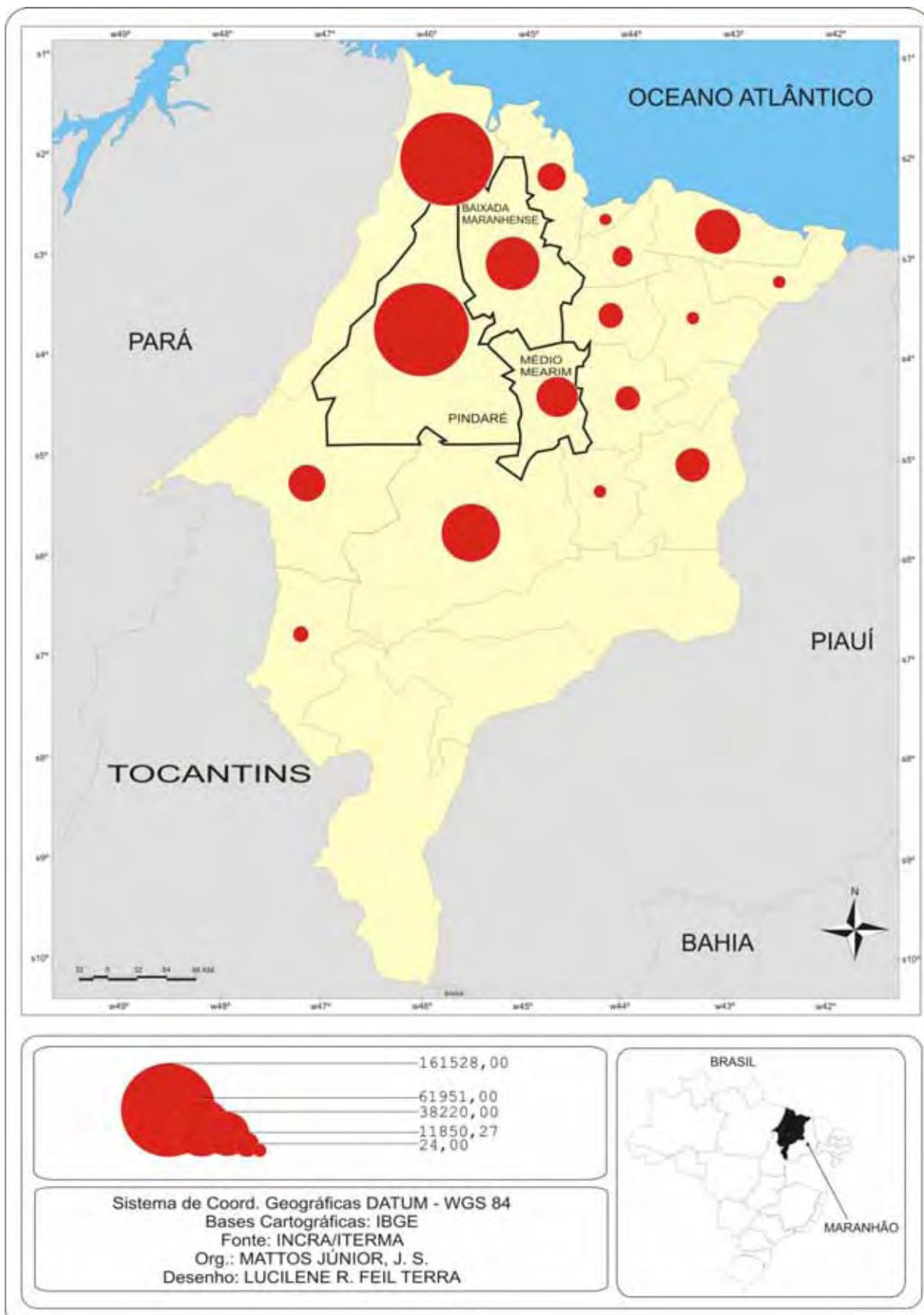
Essas ocupações com posteriores desapropriações e criação dos assentamentos refletiram, por parte dos trabalhadores rurais, dos movimentos sociais e da CPT, na única forma de se chamar a atenção do Estado que já sinalizava em outra direção que era a implantação de grandes projetos agropecuários e extrativistas.

Diante da conjuntura que se apresentou na década de 1980, não se pode negar que a inclusão dos diversos tipos de beneficiários foi uma vitória dos movimentos sociais, no entanto essa luta, como nas demais regiões do País, não termina com a criação. Como já foi citado, as condições de acesso e infra-estrutura deixavam a desejar e poderiam reproduzir situações de risco para as famílias bem como passar uma idéia para a sociedade em geral que a Reforma Agrária não traria benefícios para o desenvolvimento regional.

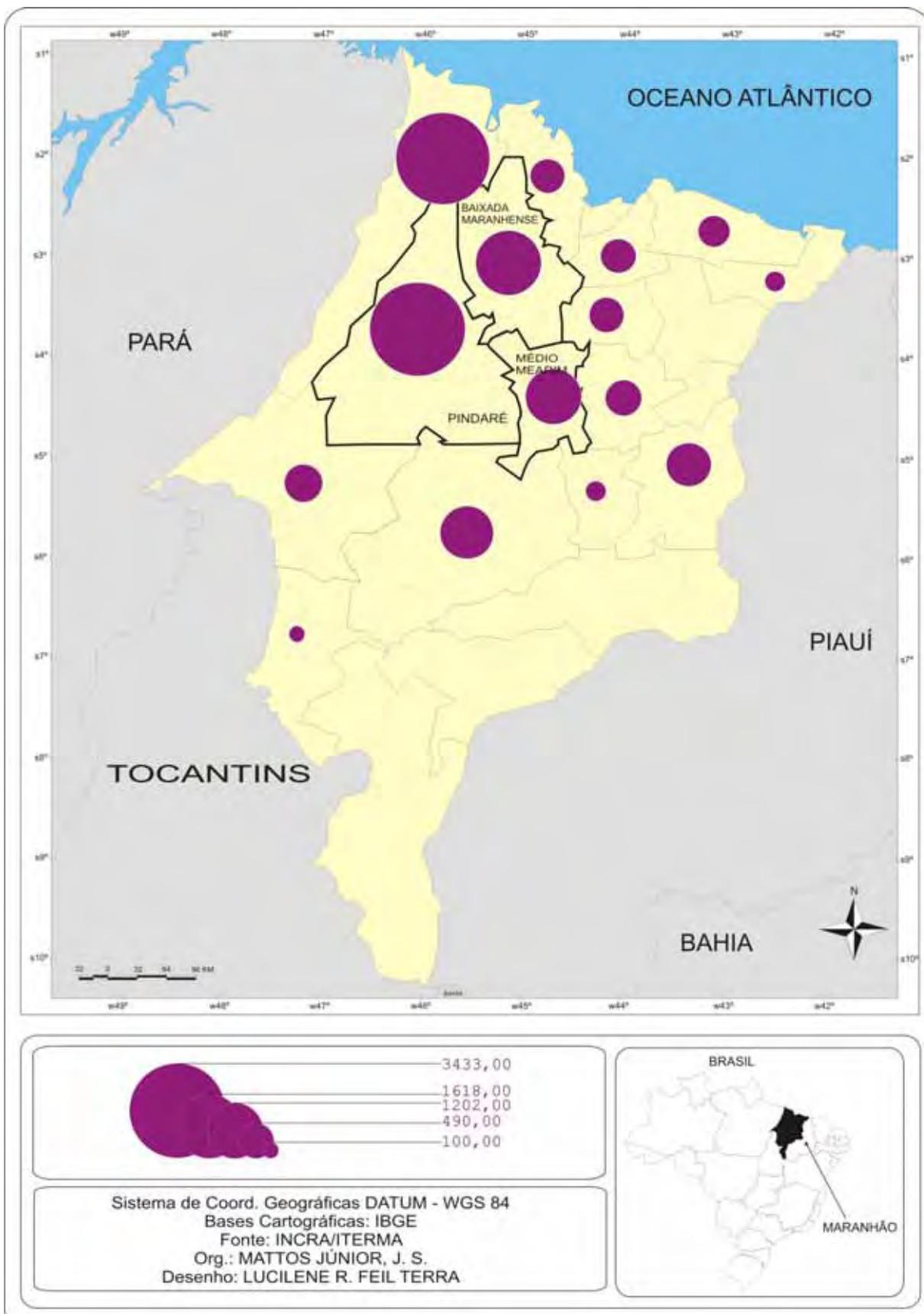
Mapa 8 – Número de Assentamentos rurais criados entre 1990 e 1995 nas Microrregiões Geográficas da Baixada Maranhense, Médio Mearim e Pindaré



Mapa 9 – Área, em Hectares, dos projetos de assentamentos rurais criados entre 1990 e 1995 nas Microrregiões Geográficas da Baixada Maranhense, Médio Mearim e Pindaré



Mapa 10 – Número de famílias assentadas entre 1990 e 1995 nas Microrregiões Geográficas da Baixada Maranhense, Médio Mearim e Pindaré



A partir do I Censo da Reforma Agrária promovido pelo Governo federal para se verificar a real situação dos assentamentos, Carneiro (1998, p.61) concluiu:

[...] nos PA's que analisamos, é que os esforços reformistas até agora realizados, por variadas circunstâncias apresentadas, além de serem limitados para enfrentar a dimensão da demanda pela reforma agrária, correm o risco, por conta de erros de concepção e de execução, de produzir justamente o contrário de sua resposta: a reprodução do minifundismo, de precarização nas relações de trabalho e de insuficiência no acesso a padrões mínimos de sobrevivência por parte dos camponeses no estado do Maranhão.

Como se observa no estudo de Carneiro, no Maranhão, as condições de acessibilidade dentro dos assentamentos são precárias e se imagina que as condições de infra-estrutura em determinadas cidades do interior maranhense são deficientes no que diz respeito à educação, saúde e saneamento básico. Isso piora um pouco nas áreas dos assentamentos rurais, sejam eles localizados na mesorregião oeste, norte, sul, leste ou centro maranhense.

Além da peculiaridade de se ter um processo de regularização fundiária, existe outra característica que é apresentar dentro de uma mesma área desapropriada mais de um povoado rural. Alguns povoados às margens das rodovias outros bem distantes e com difícil acesso, alguns assentamentos possuem um número de famílias maior que outros, alguns contam com energia elétrica e outros não, alguns com organizações associativas organizadas e outros estão tentando criar formas de organizações sejam cooperativas ou associação de trabalhadores rurais.

O que se pode também encontrar são assentamentos rurais com povoados pertencentes a municípios diferentes, sem que as próprias famílias saibam a quem reivindicar melhorias nas estradas de acesso e saneamento básico.

Essas questões levaram a refletir sobre o processo de organização produtiva, na medida em que, em determinados assentamentos, os povoados estão distantes uns dos outros por mais de 10 km via estrada asfaltada e pavimentada, como exemplo a distância entre o povoado Felipa e o povoado Entroncamento, pertencentes ao Assentamento Entroncamento, que estão distantes um do outro 12 km.

O que se verificou foi que a própria inexperiência dos técnicos do INCRA e a falta de recursos para a demanda existente contribuíram para a inclusão

indiscriminada dentro do projeto de assentamento de diversos povoados que se encontravam dentro de uma mesma fazenda.

Os próprios técnicos reconhecem que a criação desses assentamentos não contou com um estudo mais detalhado sobre as condições sociais, culturais e ambientais, sendo o apoio à produção a mola propulsora para o desenvolvimento dos assentamentos.

Também são encontrados assentamentos fruto de áreas que foram arrecadadas, doadas, transferidas, no entanto um número maior de áreas desapropriadas correspondendo a mais de 50% de todas as áreas transformadas em assentamentos ratifica que o Maranhão, historicamente, sempre teve um grau elevado de concentração fundiária (Gráfico 4).

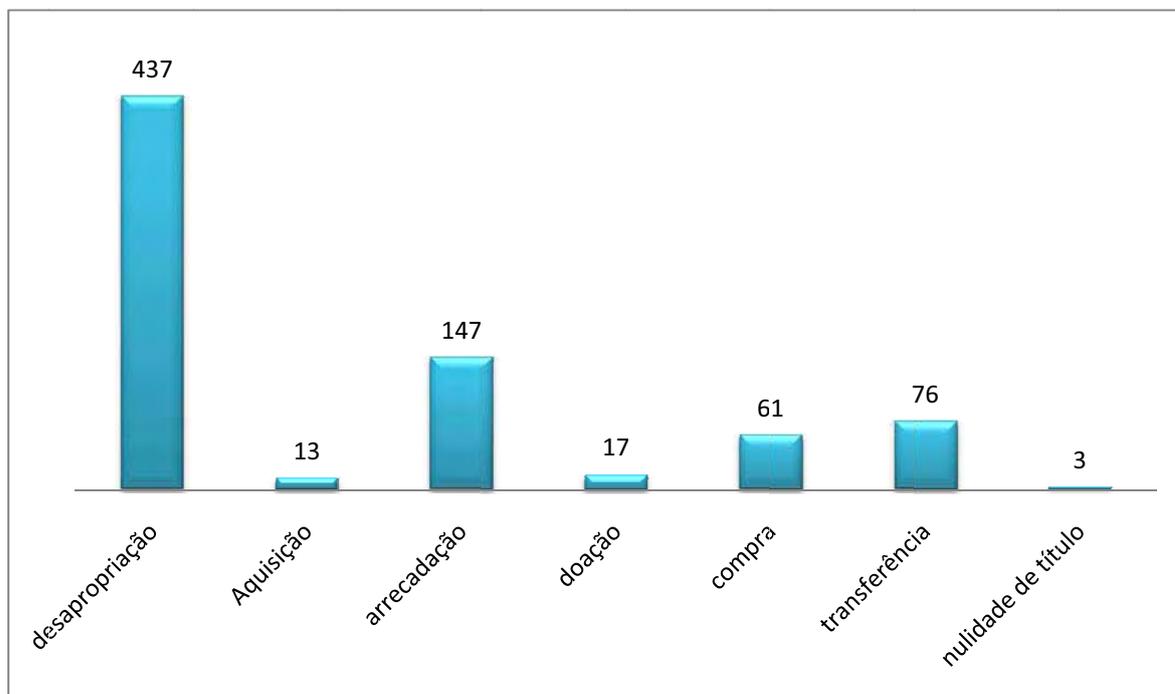


Gráfico 4 - Formas de obtenção das áreas alvo dos projetos de assentamentos no Maranhão

Fonte: INCRA/CPT

Org. MATTOS JUNIOR, José Sampaio

Em relação à organização do território do assentamento, vários trabalhos desenvolvidos vêm apontando para uma série de problemas ligados ao escoamento da produção, acesso aos créditos instalação (fomento, habitação e alimentação), lentidão na liberação dos créditos agrícolas, falta de assistência técnica, saída dos filhos dos trabalhadores rurais para o corte de cana-de-açúcar bem como para algumas experiências exitosas que, apesar de serem poucas, demonstram que o

processo de desenvolvimento passa necessariamente pelo processo de organização das famílias assentadas.

No tocante ao escoamento da produção, tratar-se-á de alguns elementos que teoricamente não deveriam ser um entrave para o incremento da renda do trabalhador rural, mas que dificultaram no início e continuam dificultando atualmente.

Destaca-se primeiramente a falta de estradas da área de produção ao povoado e do próprio povoado para as feiras e/ou supermercados, pois predominam as estradas precárias as quais no período de chuvas freqüentes não propiciam o escoamento da produção (Foto 1).



Foto 1 - Estrada que liga o povoado Oiteiro à BR 222 no Assentamento Entroncamento.
Autor: José Sampaio de Mattos Junior/Janeiro de 2008

Outro elemento de destaque são os instrumentos e as técnicas utilizadas. Fica muito difícil alcançar uma boa produtividade e inserção da produção do trabalhador na economia local com técnicas que não vão ajudar a superar os desgastes do solo e alcançar a produtividade esperada, bem como, sem conhecimento técnico suficiente para a utilização de equipamentos, encontrar-se-ão

situações iguais ao Assentamento Monte Cristo em que o kit de irrigação estava servindo como cerca, conforme Mattos Junior (2003).

Aliada ao processo de má utilização dos equipamentos, está a falta de assistência técnica que, no Estado do Maranhão, foi desarticulada no início da década de 1990, indo na contramão do processo e assessoramento de trabalhadores que estavam iniciando outro processo agora ligado a linhas de financiamentos bancários.

Observou-se uma crescente demanda pela assistência técnica, devido ao crescente número de assentamentos que eram criados e, ao mesmo tempo, o esfacelamento da (EMATER) e da Empresa de Pesquisa Agropecuária (EMAPA). Essa desarticulação da Assistência Técnica pode ter contribuído para os insucessos dos projetos financiados pelo PROCERA⁴ em vários assentamentos rurais no Maranhão. Os principais problemas apontados foram na seleção para aquisição de animais, mudas selecionadas e equipamentos.

No que diz respeito à aquisição de animais, um dos principais problemas apontados pelos trabalhadores era a compra de gado bovino dos fazendeiros da região do assentamento que não correspondia no peso e nas condições sanitárias ao valor pago pelos trabalhadores.

Com relação aos créditos instalação⁵, os principais problemas estão na entrega das casas (ver foto 2), pois em determinados povoados as empresas contratadas não terminaram de construir e os recursos disponibilizados já tinham acabado, deixando uma parcela de assentados sem acesso à habitação e, em outros casos, a entrega da casa se fez dezoito anos após a criação dos assentamentos e com material de baixa qualidade levando a problemas na sua estrutura

⁴ Para operacionalização do PROCERA era necessário um projeto técnico elaborado por uma empresa de assistência técnica pública ou privada sem ônus para o assentado, que teria a competência de observar o potencial da área, formular o projeto de forma participativa e prestar orientação técnica aos assentados e suas organizações associativas (Lago,1998) .

⁵ O crédito instalação é destinado por associação e em cada povoado há uma associação de trabalhadores rurais assentados dentro do Assentamento e dependendo do monitoramento dos associados às empresas contratadas, por associação, pode executar o trabalho seguindo o projeto original.

Já em relação à saída dos filhos dos trabalhadores rurais dos assentamentos, verifica-se que esse deslocamento é uma constante, levando a uma preocupação em relação às estratégias de incremento de renda, porém as condições de vida nos assentamentos levam os pais a incentivarem seus filhos a saírem para o corte da cana-açúcar nos Estados de São Paulo, Mato Grosso, Minas Gerais e Goiás⁶.

Só no povoado Picos I estavam saindo, em março de 2008, 35 jovens com média de idade de 25 anos para o corte da cana nos Estados de Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso e São Paulo e a garantia de carteira assinada, seguro desemprego e Fundo de Garantia por Tempo e Serviço (FGTS) contribuem para se ter o apoio familiar para as saídas:

Eu falei pra eles irem porque aqui não tem condição de ficar a roça é pequena, o dinheiro é pouco e a gente tem que se virar de qualquer jeito (Justino, Presidente da Associação de Oiteiro – Assentamento Entroncamento, 2008)

Constata-se que, nas áreas de assentamentos criados através da regularização fundiária, onde as famílias se encontram estabelecidas e os beneficiários dos lotes já trabalham na agricultura, pode haver um movimento migratório para trabalhar temporariamente nos grandes centros como estratégia de manutenção da sua família no campo. Isso demonstra mais que uma relação econômica com a terra, verifica-se, nesses casos, uma relação simbólica.

⁶ Essas informações obtidas com a assistente social da Agência Estadual de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural no município de Itapecuru Mirim - MA.



Foto 2 - Casa no Povoado Picos II do Assentamento Entroncamento
Autor: MATTOS JUNIOR, José Sampaio/janeiro de 2008

Fazendo um contraponto e chamando a atenção para as experiências que levam a refletir sobre o assentamento enquanto território de esperança, segundo MOREIRA (2007), evidencia-se o caso do Projeto de Assentamento Conceição Rosa, no município de Itapecuru Mirim, no qual os trabalhadores, com apoio da Universidade Estadual do Maranhão, estão desenvolvendo uma agricultura com base agroecológica. Pode-se destacar também a organização de trabalhadoras rurais no Projeto de Assentamento Palmeiral/Vietnã no município de Esperantinópolis com experiências em projetos agroextrativistas (SILVA, 1998).

Outra experiência, não menos importante, mas que se dá num assentamento cujos lotes foram adquiridos por meio de compra pelos pequenos produtores, é a do Assentamento Cinturão Verde, no município de São Luís, que produz hortaliças e já comercializa com grandes supermercados (Foto 3).



Foto 3 - Produção de hortaliças no Projeto de Assentamento Cinturão Verde no município de São Luís/MA

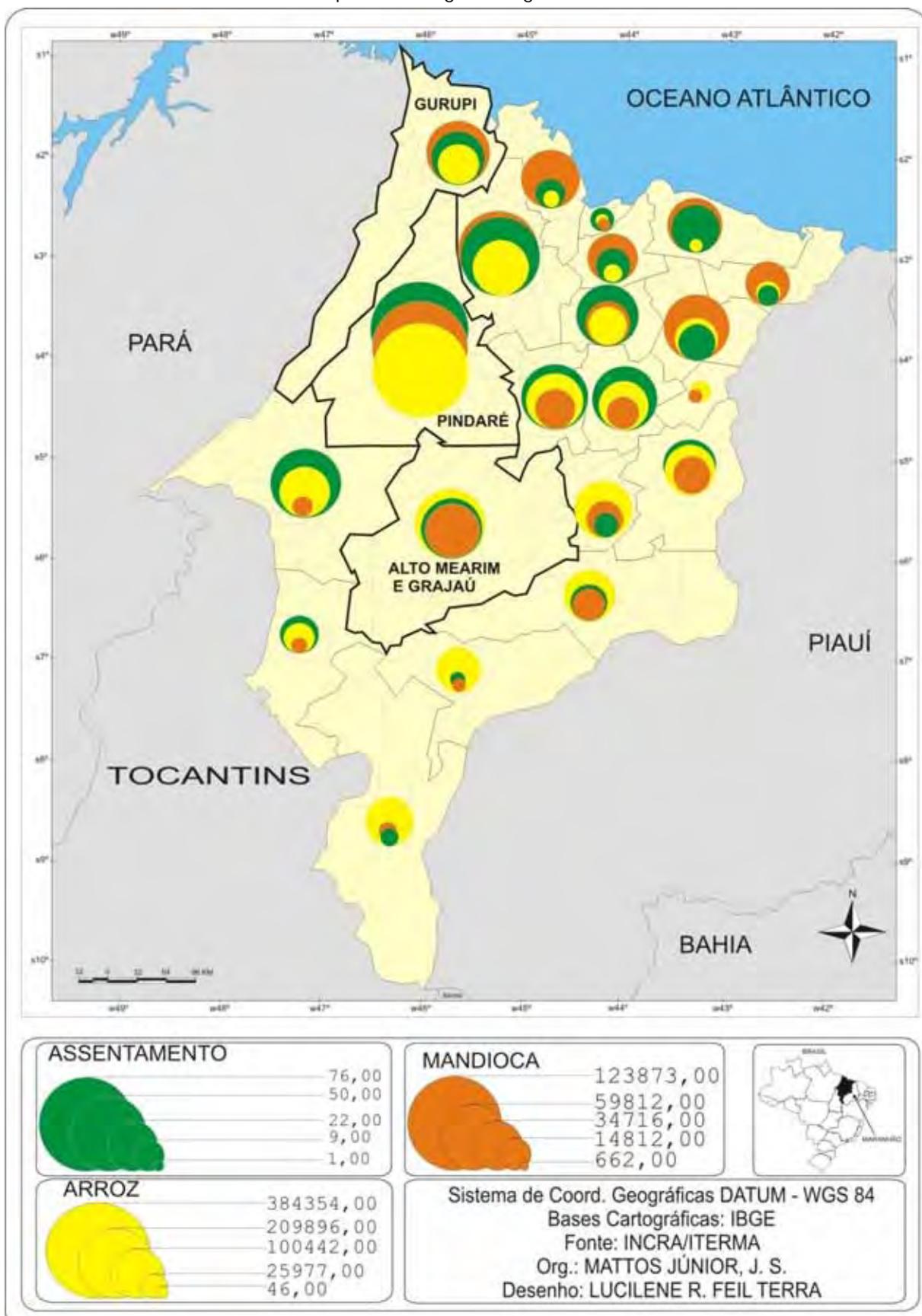
Autor: Adriana Marques/Novembro de 2007

Sobrepondo os dados sobre a área plantada de mandioca e arroz⁷ no período de 1990 a 2000, divulgados pelo IBGE, sobre os dados de criação de assentamentos, divulgado pelo INCRA, nesse mesmo período, observa-se um incremento da área plantada de mandioca em torno de 165 %, um acréscimo na área plantada de arroz em torno de 82%, na microrregião de Pindaré (Mapa 11)⁸.

⁷ É importante frisar que, nos assentamentos, cada família teria um lote de 10 hectares para produção de agricultura alimentar, onde plantava principalmente arroz, mandioca e feijão e outra área menor dentro das áreas denominadas de coletivas para a produção de culturas comerciais como abacaxi, cana e banana.

⁸ Resolveu-se dividir as informações sobre financiamentos em mapas diferentes com intervalos de períodos diferentes nas áreas plantadas de arroz e mandioca. O objetivo foi melhor visualizar as oscilações nas áreas plantadas por programa de crédito. O Mapa 8 está retratando um intervalo de dez anos entre 1990 e 2000 pelo fato de que foi nesse período que foi verificado um número expressivo no financiamento do PROCERA e nos Mapas 9 e 10 retratando um intervalo de seis anos de 2000 a 2006 pelo fato de que foi observado, nesse período, que o PROCERA foi substituído pelo PRONAF.

Mapa 11 - Relação entre assentamentos e áreas de produção de arroz e de mandioca no Estado do Maranhão por Microrregião Geográfica 1990 - 2000



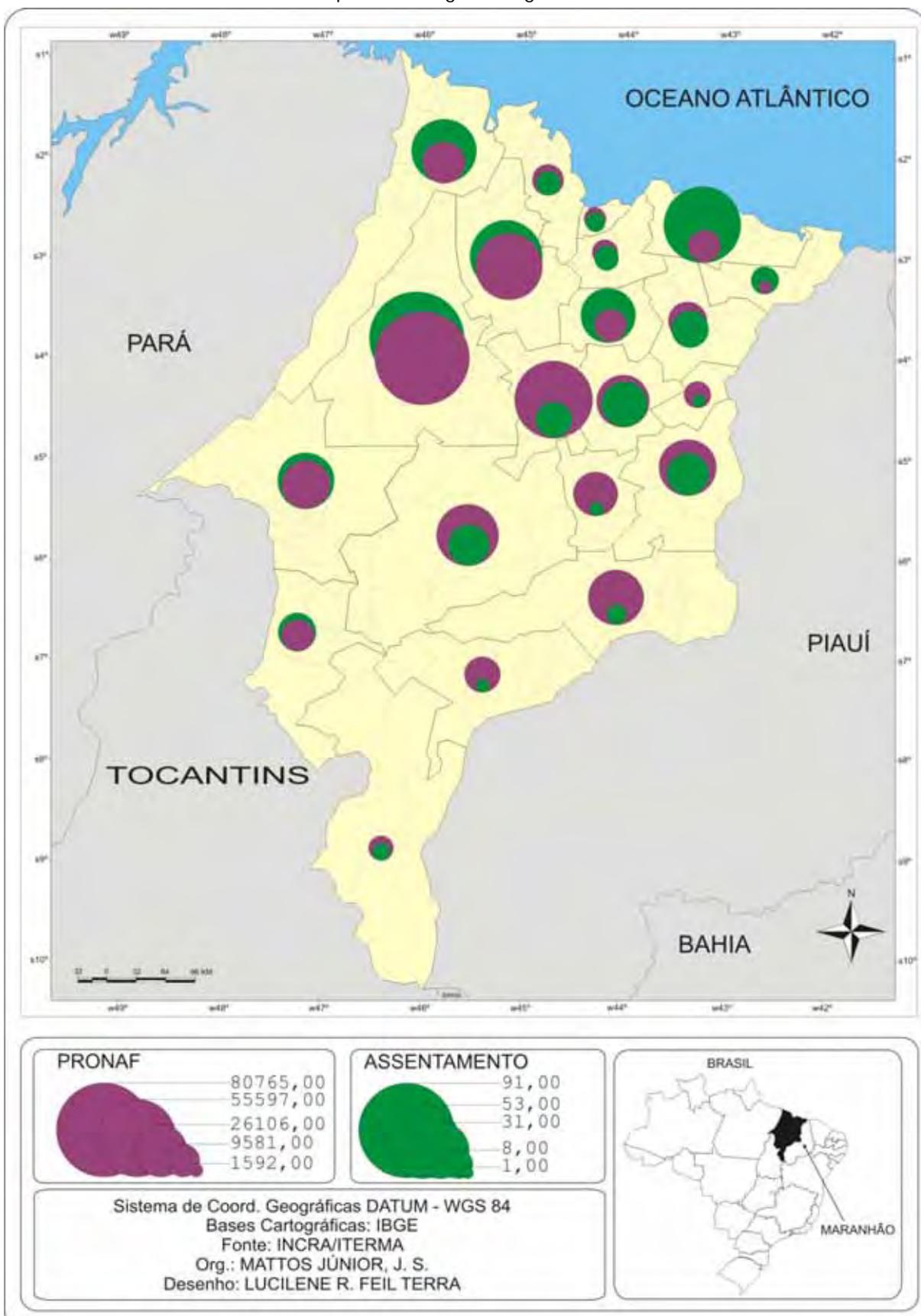
O que se está querendo relacionar é o fato de coincidentemente ter um incremento no número de área plantada com o crescimento de projetos de assentamentos e pela disponibilidade do PROCERA que entre os anos de 1994 a 1996 liberou um montante de R\$ 32.371.466,95 (trinta e dois milhões, trezentos e setenta e um mil, quatrocentos e sessenta e seis reais e noventa e cinco centavos), sendo que as Microrregiões de Pindaré, Médio Mearim e Alto Mearim/Grajaú são as três contempladas com maior quantidade de recursos no ano de 1995 e Pindaré, Gurupi e Alto Mearim/Grajaú são as três beneficiadas com maior quantidade de recursos no ano de 1996, segundo Lago (1998).

Ao se relacionar os recursos disponibilizados pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar com a criação de assentamentos, percebe-se que de 1998 a 2006 o montante de financiamentos vai se sobrepôr em áreas de maior concentração de assentamentos (Mapa 12). Verifica-se, nesse período, um acréscimo de contratos e um dos fatores que pode ter contribuído para essa evolução foi a implantação, por parte do Governo federal, do programa de ATES em 2005 que elevou mais ainda a possibilidade no número de créditos concedidos.

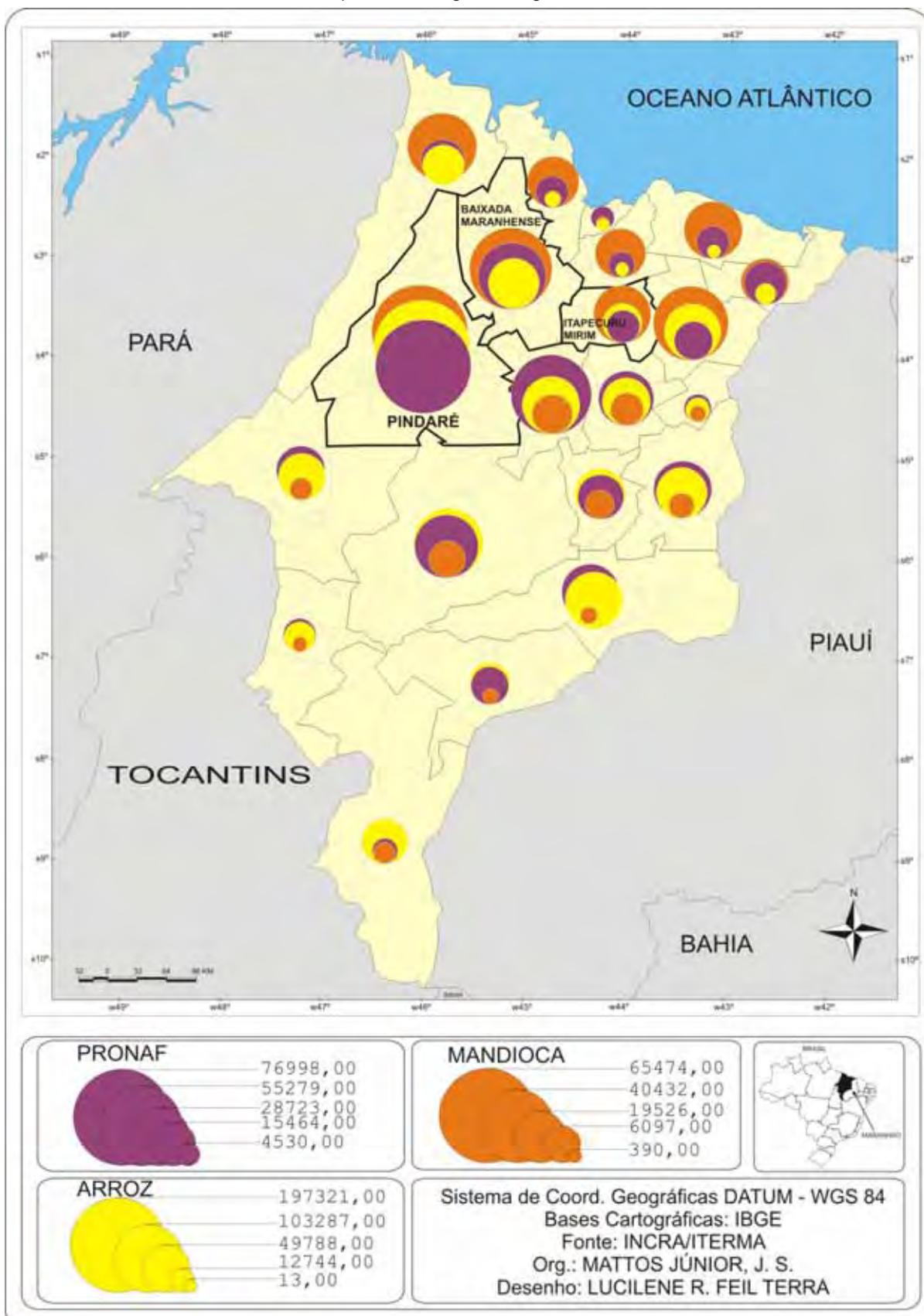
Correlacionando esses dados do número de contratos com a área plantada de arroz e mandioca por microrregiões, verifica-se que houve um acréscimo de área plantada entre 2000 e 2006 nas Microrregiões de Itapecuru Mirim, com um acréscimo de 55%, Pindaré, com um incremento de 24%, e a Baixada Maranhense, com 17,60% (Mapa 13).

Verifica-se uma retomada de investimentos e uma possibilidade de incremento de produção nos anos posteriores, mesmo com a redução na área dos estabelecimentos agropecuários (Gráfico 5).

Mapa 12 - Relação entre Assentamentos criados e créditos concedidos pelo PRONAF no Estado do Maranhão por Microrregião Geográfica 1998 - 2006



Mapa 13 - Relação entre créditos disponibilizados e área plantada de arroz e mandioca no Estado do Maranhão por Microrregião Geográfica 2000 - 2006



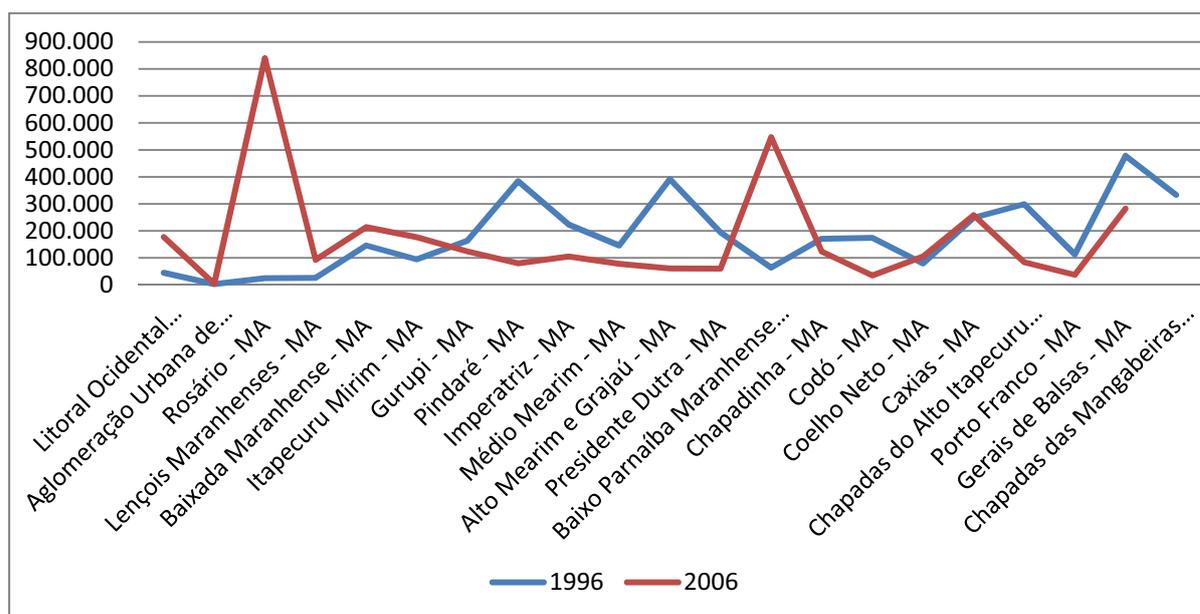


Gráfico 5 - Áreas dos estabelecimentos agropecuários por Microrregião Geográfica no Maranhão entre 1996-2006

Fonte: INCRA

Org. MATTOS JUNIOR, Jose Sampaio

Percebe-se que, mesmo havendo uma redução nas áreas dos estabelecimentos, houve uma evolução no número de famílias assentadas de 1986 a 2006 e o município que se destacou foi Santa Luzia com 6.300 famílias assentadas, contribuindo para um total de 23.777 famílias assentadas na Microrregião de Pindaré, evidenciando o oeste maranhense como a mesorregião onde mais se assentou famílias nesse intervalo de tempo (Figura 2).

Percebe-se toda uma dinâmica territorial que vai se iniciando timidamente na década de 1980 nas mesorregiões do centro e do oeste maranhense e, ao longo dos anos, de forma desordenada, dependendo das intensificações dos conflitos, como já tinha evidenciado Carneiro (1998), vai se espalhando por todo Estado, exigindo das instituições governamentais mais infra-estrutura, crédito e assistência técnica.

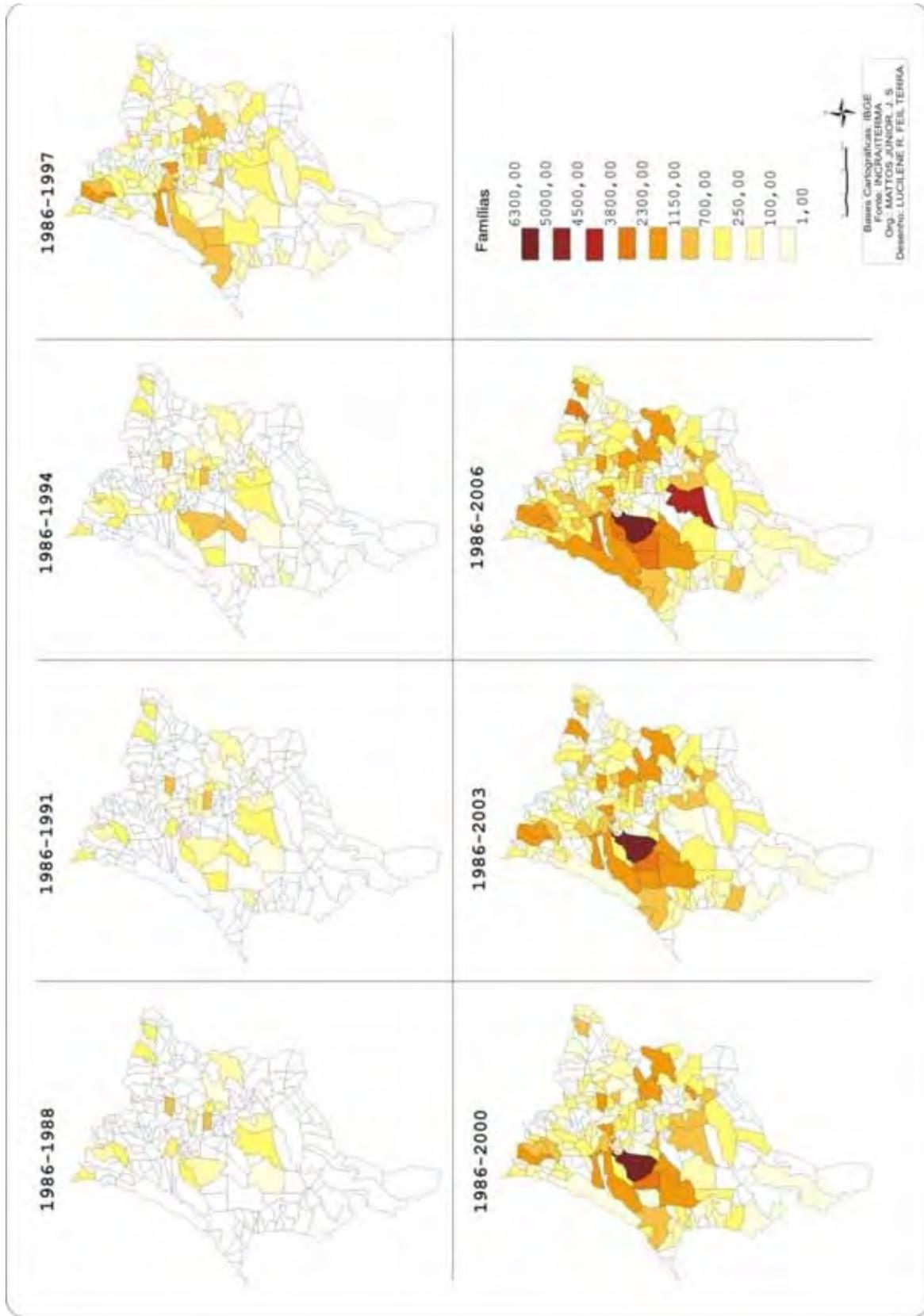


Figura 2 Evolução do número de famílias assentadas no Estado do Maranhão 1986-2006

O que se verifica entre 1986 e 1994 é o início do processo de territorialização dos assentamentos que vai tanto evidenciar conflitos no leste maranhense, área de ocupação antiga, como também vai demonstrar que tanto no oeste maranhense, quanto no centro maranhense a luta pela terra vai ser o ponto principal para as primeiras desapropriações.

Já entre o período compreendido de 1997 a 2006 constata-se a intensificação da criação de assentamentos em praticamente todo Estado do Maranhão e principalmente nas Mesorregiões Centro e Oeste ratificando que essas áreas foram palcos de conflitos entre trabalhadores rurais e grandes empresas agropecuárias e agroindustriais.

Isso não significou que o incremento no número de famílias assentadas contribuisse para o aumento linear no número de trabalhadores no campo. Carneiro (2008), ao analisar os dados de variação do número de produtores familiares, verifica que, na Microrregião de Pindaré, houve uma redução de 48% no número de agricultores familiares, 3% nos Lençóis Maranhenses e Médio Mearim e em relação aos estabelecimentos agropecuários do Estado uma perda total de 240 mil estabelecimentos no período compreendido de 1996 a 2006.

Carneiro (2008, p. 24) atribui essas reduções nas microrregiões de Pindaré e Médio Mearim a:

[...] questões que dizem respeito à própria reprodução da unidade familiar de produção. Isto é, problemas relativos a terra cultivada, à redução da área de plantio e à qualidade da assistência técnica recebida.

Diante do exposto, verifica-se que a quantidade de famílias assentadas e o aumento da área plantada não traduzem, necessariamente, produção e produtividade se a lógica produtiva da roça no toco continua sendo utilizada em solos que não refletem a aptidão agrícola desejada, com alto índice de desgaste e se a infra-estrutura existente continuar trazendo mais custos do que benefícios para o trabalhador rural.

As técnicas tradicionais utilizadas atualmente pelos pequenos produtores são resultados do processo histórico de concentração da própria modernização que se deu entre produtores e também entre regiões como aponta Hespanhol (2007, p. 274):

A modernização da agropecuária se processou de forma bastante rápida, especialmente nas regiões Sul e Sudeste do país, por meio da conversão de latifúndios em modernas empresas rurais e do estímulo para alteração da base técnica das explorações realizadas em médias e grandes propriedades rurais. O crédito rural oficial, principal instrumento utilizado para promover a modernização da agropecuária, foi altamente seletivo, pois a sua oferta se restringiu aos médios e grandes produtores. A grande maioria dos agricultores, notadamente os pequenos proprietários, arrendatários, parceiros e meeiros, cujas condições de acesso à terra eram precárias, não foi atendida pelo crédito rural oficial, tendo maiores dificuldades para alterar a base técnica da produção e permanecer no campo.

Ao se analisar cronologicamente os estudos realizados por Lima Junior (1987), Pedrosa (1998) e Carneiro (1998 e 2008), constata-se que a realidade rural maranhense, no que diz respeito à falta de assistência técnica, implementos agrícolas e técnicas utilizadas pela agricultura familiar, não sofreu grandes alterações ao longo desses 25 anos de Plano Nacional de Reforma Agrária. Lima Junior (1987) já apontava para os equívocos no planejamento referentes aos impactos ambientais e Carneiro (2008) continua evidenciando a falta de um zoneamento agroecológico como um dos fatores que entravam o desenvolvimento da agricultura familiar.

Ao longo desses 20 anos, observam-se avanços e recuos, principalmente em relação ao processo produtivo. Todavia o avanço, no que diz respeito ao reconhecimento da importância da agricultura familiar, dependerá de políticas públicas de desenvolvimento regional que possam também refletir os interesses dos trabalhadores rurais.

Diante do exposto, considera-se relevante aprofundar a discussão sobre as experiências na formação dinâmica do Assentamento Entroncamento como estudo de caso para se compreender essas relações interna e externa e, baseada na reflexão sobre o histórico de criação dos assentamentos, responder vários questionamentos que já foram feitos ao longo do capítulo no que tange a pensar, primeiro, que já havia um território previamente definido e a regularização fundiária apenas homologou uma situação, segundo, não houve uma desterritorialização de um processo histórico de expropriação na medida em que as famílias já se encontravam desenvolvendo atividades, não se tratando de uma agricultura de larga escala ligada ao processo agroexportador e, terceiro, as análises não terminam com

a formação, elas continuam para evidenciar as novas articulações que serão efetivadas e que incidirão nos desdobramentos das propostas realizadas.

Não se pretende com este estudo evidenciar o Assentamento rural Entroncamento como modelo que deve ser seguido a partir das reflexões sobre os erros e acertos na condução de estratégias que visualizavam a implantação de projetos produtivos, nem fazer uma avaliação quantitativa evidenciando o econômico, pois, na visão de Ferrante (2006, p. 27):

A avaliação do desempenho econômico dos assentamentos, conforme frisado na introdução, é matéria polêmica, cercada de um verdadeiro bloqueio ideológico imposto pelo discurso economicista de setores mais ou menos distantes da investigação empírica desses territórios. Os diferentes graus de capitalização e os correspondentes distintos padrões de acumulação capitalista em cada contexto regional, por si só, já criam conjunturas pouco semelhantes quando se estuda a integração econômica dos assentamentos. Há que se pensar na situação de um segmento da agricultura familiar latu senso, em cada região, para se ter uma visão menos distorcida do desempenho econômico das experiências de assentamentos de reforma agrária. Nesse sentido, as atividades econômicas dos assentados, seu grau de inserção em sistemas produtivos específicos, são bastante díspares, mesmo num único P.A.

Os pontos que serão ressaltados podem servir de orientação sob o ponto de vista das relações construídas entre os assentados e as instituições governamentais e não governamentais, que na análise vão ser de fundamental importância para a identificação das discontinuidades, sejam elas no acesso ao crédito, sejam elas na assistência técnica, sejam elas na mobilização para cobrar institucionalmente o INCRA para melhorias na infra-estrutura, cobrar das Secretarias de Agriculturas dos Estados e Municípios apoio para o processo produtivo, na elaboração de propostas técnicas, no fornecimento de mudas, sementes e às vezes implementos agrícolas para a preparação da área para o cultivo dos seus produtos. Dessa forma, a perspectiva de Ferrante (2006, p. 20) será essencial para as análises:

Assim, nossa perspectiva permite analisar algumas dimensões dessa realidade, revelando pontos de tensão relativo ao conjunto de preocupações que o conceito de desenvolvimento pode enfeixar. Privilegiamos aqui a noção de gestão do território, que pode ser decomposta analiticamente, em três dimensões que achamos importantes: a organização interna das famílias assentadas, a inserção política dessa população nos contextos locais e regionais e

a integração ou bloqueio à integração) econômica aos sistemas produtivos locais e regionais.

Enfatizar as relações que foram construídas para o processo de desapropriação e as que foram construídas após a criação vai levar a uma orientação para a compreensão de uma multidimensionalidade que passa pelo econômico, social e ambiental e vai ser de suma importância para o avanço nas reflexões e apreender a formação e a dinâmica dos Assentamentos na Microrregião Geográfica de Itapecuru Mirim, auxiliando a desvendar algumas questões que entravam a sustentabilidade das famílias assentadas.



SEGUNDO CAPÍTULO

CONCEPÇÃO E DINÂMICA DOS ASSENTAMENTOS NA MICRORREGIÃO DE ITAPECURU MIRIM

2. CONCEPÇÃO E DINÂMICA DOS ASSENTAMENTOS NA MICRORREGIÃO DE ITAPECURU MIRIM

Considera-se relevante dar continuidade à reflexão sobre a territorialização dos assentamentos rurais na microrregião em que o Assentamento Entroncamento está inserido. O recorte da microrregião ou o recorte realizado pelo Governo federal em territórios rurais não irá alterar, historicamente, a formação dos assentamentos rurais que se realizou em áreas de ocupação antiga e que também apresentaram conflitos e ocupações pela posse da terra.

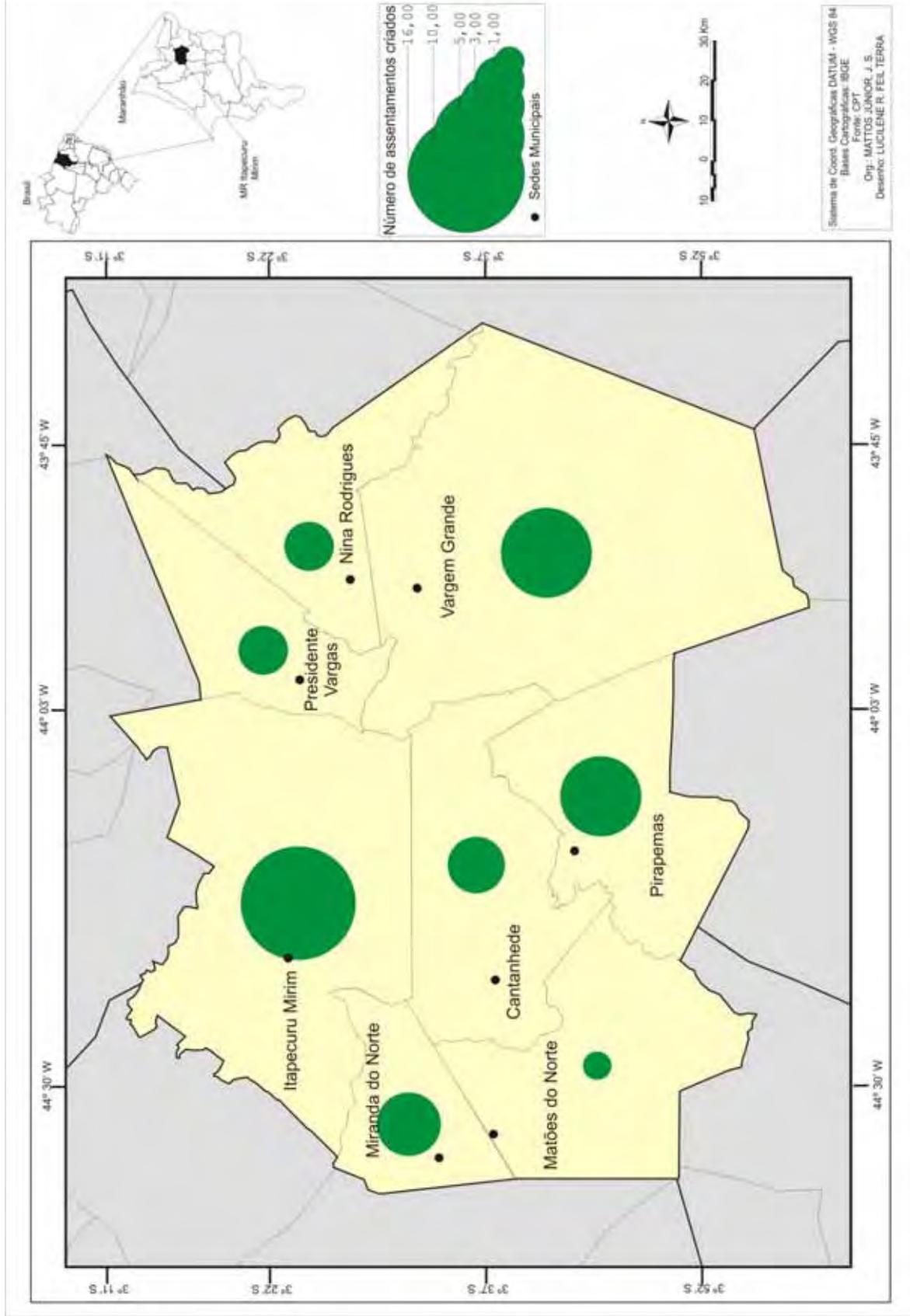
A microrregião de Itapecuru Mirim, segundo IBGE (2000), é composta pelos municípios de Cantanhede, Itapecuru-Mirim, Miranda do Norte, Pirapemas, Nina Rodrigues, Presidente Vargas e Vargem Grande, com uma população total de 169.214 habitantes, com extensão de 6.005 km² e com 35 projetos de assentamentos criados (Mapa 14).

A área cultivada com lavouras per fez 57.027 hectares no ano de 2007, destacando-se o arroz, o feijão, a mandioca, a banana e o milho, de acordo com a publicação Produção Agrícola Municipal da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (FIBGE).

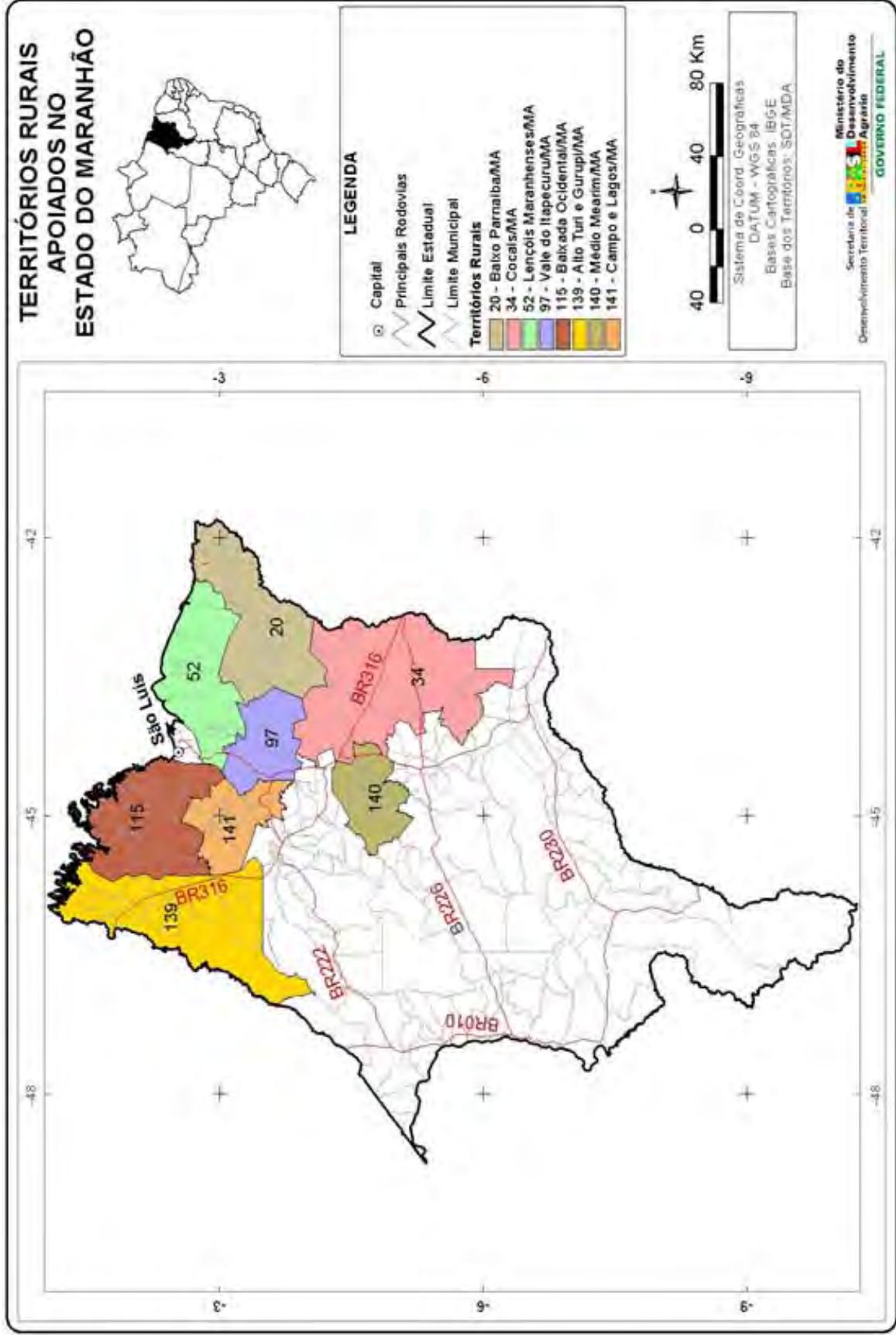
Já o recorte, utilizado pelo Governo federal, atualmente, denominado de Territórios da cidadania, para análises sobre os aspectos sociais, econômicos e políticos, apresenta na composição do território denominado de Vale do Itapecuru os seguintes municípios: Anajatuba, Cantanhede, Matões do Norte, Itapecuru Mirim, Miranda do Norte, Nina Rodrigues, Pirapemas, Presidente Vargas, Santa Rita e Vargem Grande, com uma população total de 200.246 habitantes, com 66 projetos de assentamentos e 5907 famílias assentadas. (Mapa 15).

Não é intenção deste estudo analisar a validade do reconhecimento ou não das microrregiões ou territórios rurais para as intervenções políticas do Governo federal, no entanto, considera-se importante enfatizar as estratégias governamentais e reconhecer a microrregião com seus municípios para as análises comparativas em relação à formação dos assentamentos rurais, famílias assentadas, área plantada e produção agrícola, de acordo com as informações disponibilizadas pelo INCRA, pela CPT e pelo IBGE por meio dos Censos Demográficos e Agropecuários.

Mapa 14 - Número de assentamentos rurais na Microrregião Geográfica de Itapecuru Mirim – MA 1986- 2006



Mapa 15 - Territórios da cidadania no Estado do Maranhão – 2008



2.1. A regularização fundiária: novas propostas e velhos dilemas

É importante ressaltar a formação dos assentamentos de algumas regiões como ponto de partida para compreensão da dinâmica territorial e verificar que, ao longo de meados do século passado, houve ampliação do nível de concentração fundiária em todo território brasileiro com o processo de modernização da agricultura, motivando pressões políticas por partes de partidos de esquerda, movimentos sociais, sindicatos dos trabalhadores rurais e de parte da Igreja católica por ações concretas de Reforma Agrária.

Navarro (1999, p. 31) afirma que a formação dos assentamentos no Rio Grande do Sul pode ser subdividida em três fases. A primeira de 1978 a 1984:

Caracterizada pela reintrodução de antigas táticas de ocupação e formação de acampamentos, acompanhadas de mecanismos de grande impacto visual (os barracos de lona preta, a miséria a teimosa determinação dos acampados) mobilizando amplas redes de solidariedade e atraindo a atenção dos meios de comunicação.

A segunda fase, segundo Navarro (1999), de 1985 a 1988, é caracterizada por atuação mais intensa dos movimentos sociais, principalmente o Movimento Sem Terra, aliado à vulnerabilidade do Governo federal em relação à pressão dos movimentos organizados para apresentação de um plano de reforma agrária. A terceira fase, de 1989 a 1997, caracteriza-se pela redução das ações de desapropriação no final do Governo de José Sarney, cessando completamente no Governo de Fernando Collor e reiniciando, com compras de propriedades, no Governo de Fernando Henrique Cardoso, com deslocamento geográfico para o entorno de regiões metropolitanas e para regiões cujos municípios formam áreas fronteiriças com o Uruguai.

No Rio de Janeiro, segundo Medeiros (1999), os assentamentos foram formados a partir das desapropriações por interesse social e pela regularização fundiária que visava à titulação dos ocupantes das áreas incorporadas ao patrimônio público com ações discriminatórias cujos imóveis tinham incidência de tensões e conflito sociais.

No Estado de Mato Grosso, segundo Ferreira (1999, p. 213):

As áreas prioritárias para fins de reforma agrária são aquelas em que se instalam os “focos de tensão social” áreas em que predominam o

conflito e a violência da luta pela terra. Por esta razão, os estudos que analisam as políticas de assentamento em Mato Grosso denominam as desapropriações para fins de reforma agrária como ações de regularização fundiária. Isto significa dizer que, com raras exceções, os beneficiários dos projetos já ocupavam os lotes antes mesmo da criação dos assentamentos.

Diante do exposto, é relevante salientar que a formação dos assentamentos rurais no Maranhão não foi diferente dos demais e, mais especificamente na Microrregião do Itapecuru Mirim, a formação dos povoados que atualmente se transformaram em assentamentos rurais tem a sua origem na ocupação de trabalhadores em terras inexploradas, de acordo com Lima Junior (1987, p.22) que fez a seguinte consideração:

A partir do final do século XIX, outra frente se dirigiu para o Maranhão, proveniente do nordeste semi-árido. Era o início do grande movimento de posseiros que iria se adensar nos latifúndios e nas terras inexploradas das zonas de babaçuais no centro e leste do Estado, como também na área do entorno da ilha de São Luís, caracterizada fisiograficamente como Baixada Maranhense, que se estende até o contato da floresta.

Essas terras da Microrregião de Itapecuru Mirim foram motivo de disputas entre proprietários e ocupantes com ganho de causa para os proprietários por apresentarem a documentação necessária para comprovação da posse tanto das áreas onde estavam localizados os povoados como das áreas escolhidas pelos trabalhadores para colocarem suas roças de acordo com Carneiro (2004, p.96):

Conforme relato de familiares, Raimundo e Antônio Mamede saíram do município de Campo Maior (PI) e chegaram para se estabelecer na sede do município de Vargem Grande no ano de 1945. Apesar de originalmente ligados à atividade agropecuária, ao chegarem ao Maranhão o seu primeiro negócio foi o comércio de tecidos, no que teriam sido ajudados pelo então prefeito daquele município, o Dr. Sebastião F. Bandeira, que os convidara a morar e se estabelecer na região, [...]. É o momento que o Sr. Zacarias denomina de a “primeira reforma agrária dos partidários”, realizada “entre partidários”, quando a terra que originalmente pertencera aos índios canela é objeto de disputa entre facções da política local, tendo os Mamede – aliados do prefeito do município de Vargem Grande – se sobressaído frente a outros proprietários.

Continuando a reflexão, é de suma importância frisar que até o início da década de 70 havia uma convivência “harmoniosa” entre trabalhadores rurais e

proprietários com certa particularidade em relação aos diferentes processos de conflitos em outras regiões, segundo Carneiro (2004, p. 95):

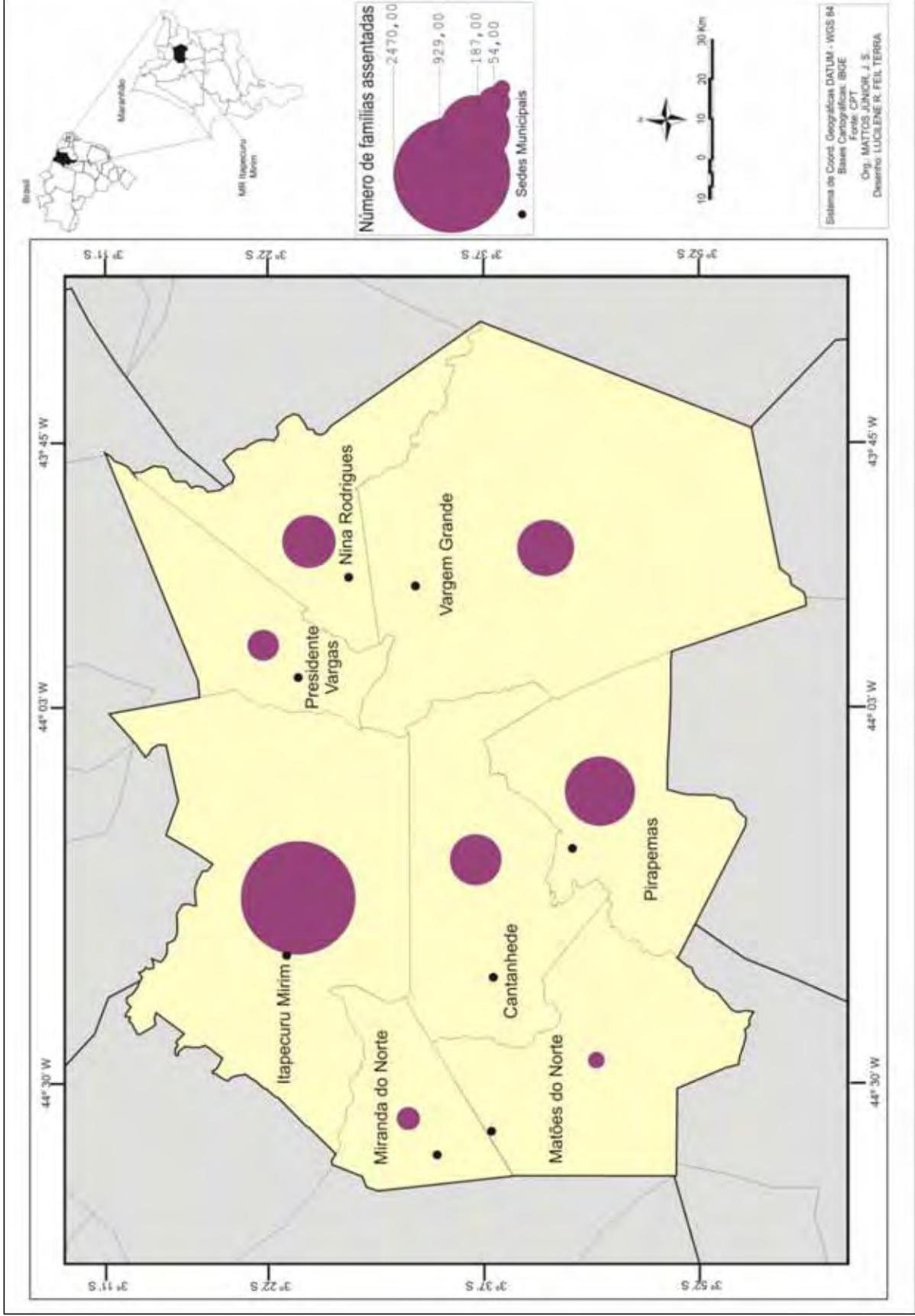
[...] o conflito pela terra no Leite ocorreu numa situação em que fazendeiros, estabelecidos majoritariamente a partir dos anos 40, mantinham um controle relativamente tranqüilo sobre a terra, através da dominação sobre os homens que nela trabalhavam e viviam.

Ressalta-se que os fatores responsáveis por essa convivência “harmoniosa” são as relações de compadrios existentes entre proprietários e trabalhadores, o desconhecimento da legitimidade da posse da terra pelos trabalhadores rurais, os altos índices de analfabetismo e a falta de uma organização representativa no campo.

É a partir das insatisfações com o pagamento da renda, dos conflitos e expulsão dos trabalhadores rurais das áreas que já eram ocupadas por seus familiares que se verificou o processo de articulação para a desapropriação de áreas e criação dos assentamentos rurais. Enfatiza-se que é na década de 1980 que se tem um incremento no número de denúncias feitas pelo Sindicato de Trabalhadores Rurais contra os proprietários de terra e há a mobilização dos trabalhadores feita pela Igreja e pelo próprio sindicato para iniciar o diálogo com o INCRA com objetivo de forçar a desapropriação das áreas em litígio.

A consequência dessa mobilização, na Microrregião de Itapecuru Mirim, foi a desapropriação de inúmeras fazendas e a criação de 50 assentamentos rurais, dentre eles o Assentamento Entroncamento, com 5063 famílias assentadas em 2006, sendo o Município de Itapecuru Mirim o que apresentou o maior número de beneficiários com 2470 famílias assentadas (Mapa 16).

Mapa 16 - Número de famílias assentadas na Microrregião Geográfica de Itapecuru Mirim no Maranhão 1986 - 2006



Observando os produtos que foram selecionados para dinamizar tanto a agricultura voltada para o mercado local e regional, quanto para o consumo das famílias, com a criação dos assentamentos rurais, constata-se que, ao longo do processo histórico, a cana-de-açúcar, o arroz, a mandioca e o milho desde o século XVIII já faziam parte das culturas produzidas no Maranhão e em meados do século XIX já havia uma distinção entre os produtos de exportação e produtos de subsistência. Segundo Andrade (2005, p. 224):

[...] Canaviais eram cultivados, a fim de possibilitar a produção de açúcar e de aguardente, em vinte engenhos e vinte e seis “molinetes”, a maioria dos quais se localizava na ilha, nas imediações de Alcântara e no vale do Itapecuru.[...]Na segunda Metade do século XIX, **a então província distinguiria-se por sua produção de algodão, de açúcar e arroz como produtos de exportação, e de mandioca e milho como produtos de subsistência.** (grifo do autor).

Nesse caso, já se poderia afirmar que se teria um território mesmo sem a criação do assentamento, na medida em que se tem uma área que historicamente está ocupada por famílias que já apresentavam relações sociais e produziam uma agricultura de subsistência? Houve um processo de desterritorialização?

Consideram-se as análises de Haesbaert (2004, p. 174) sobre a desterritorialização econômica, evidenciando que Marx foi um dos primeiros autores no seu manifesto comunista a ressaltar a relação entre o desenvolvimento capitalista e a desterritorialização:

Provavelmente o primeiro grande autor que deu uma ênfase clara à fundamentação econômica o processo global-desterritorializador foi Karl Marx. Em seu discurso, a ausência do termo não impede a profunda análise das formas com que o modo de produção capitalista “desterritorializa” os modos de produção pré-existentes para reterritorializar segundo sua própria dinâmica. **A expropriação do campesinato, transformado em trabalhador “livre” em meios a fenômenos como a apropriação privada da terra e a concentração fundiária,** e, no outro extremo da pirâmide social, a velocidade com que os estratos mais privilegiados da burguesia destroem e reconstróem o espaço social [...] (grifo do autor).

Através dessa afirmação, pode-se fazer a seguinte observação: já havia um território simbólico estabelecido pelas famílias e, com o processo de valorização internacional de produtos tropicais como a cana-de-açúcar, o algodão e o arroz,

houve uma desterritorialização das relações econômicas existentes e uma territorialização econômica tendo como base a grande propriedade, forçando uma relação de subordinação do trabalhador rural no tocante a pedir, para o proprietário, permissão para produzir em determinada área, permissão para ter a condição de morador da área e obrigação no pagamento da renda estipulada. Havendo também uma territorialização política na medida em que as relações políticas entre o poder local e os grandes proprietários mantiveram uma aliança que não foi diferente das demais regiões em todo Estado brasileiro.

Os elementos que contribuíram para essas territorializações econômicas e políticas estão atrelados à infra-estrutura (construção das estradas), à produção e expansão agropecuária ligada à criação de gado bovino realizadas por grandes comerciantes aumentando as suas fronteiras aleatoriamente, sobrepondo-se às áreas ocupadas pela população pobre que vive da roça no toco como evidencia Andrade (2005, p. 232).

[...] Os grandes proprietários, quase sempre comerciantes, funcionários ou industriais nas cidades da região, exploram as terras que possuem, desenvolvendo uma pecuária extensiva e uma atividade complementar. De modo geral não edificam em suas fazendas casas confortáveis, a não ser por exceção, e estabelecem nas mesmas um pequeno entreposto onde vendem produtos adquiridos nos centros urbanos sal,pólvora, tecidos ordinários, remédios etc. —e compram os produtos locais — peles, amêndoas de coco babaçu etc. Permitem que caboclos da terra ou nordestinos que migram para porções orientais super povoadas se estabeleçam em sua terras ,desde que apanhem o coco babaçu, extraíam as amêndoas e as entreguem no entreposto, onde as adquirem pelo preço que estabelecem, geralmente inferior ao do mercado.

A apropriação da renda fundiária diferencial devido à proximidade da propriedade do mercado consumidor e a possibilidade de continuar explorando os trabalhadores rurais, contribuíram também para a territorialização do grande proprietário em grandes parcelas de terras subordinando muitos trabalhadores, nesse caso, quanto mais moradores maior possibilidade de exploração, segundo Andrade (2005, p. 231):

[...] O preço do aluguel ou participação na produção agrícola por parte do fazendeiro varia consideravelmente no espaço e no tempo, conforme o poder de barganha que as duas artes possuam. Assim quando há abundância de terras e falta de mão-de-obra, os contratos

são mais favoráveis aos agricultores, sendo, ao contrário, mais favoráveis aos proprietários quando ocorre o inverso, e estes ficam munidos de poder de barganha [...]

Essa foi uma das causas que contribuíram para uma possível relação de compadrios e harmoniosa entre proprietários e trabalhadores rurais, e assim a “permissão” concedida pelo proprietário para a continuidade dos povoados dentro das propriedades. Porém, em relação à produção, pode-se afirmar que essa exploração era baseada no sistema primitivo de cultivo levando à baixa produtividade. Kautsky (1986, p. 177) já alertava para práticas que em nada traziam benefícios para um bom cultivo e, conseqüentemente, uma boa colheita:

[...] O rendeiro tem sempre o maior interesse em arrancar do solo o máximo e tem condições de alcançar esses resultados, mas não lhe interessa um resultado ótimo constante, principalmente quando os contratos de arrendamento são muito curtos. Quanto mais depressa ele exaurir o solo, tanto mais proveitosa será para ele a agricultura. [...] O rendeiro não tem o interesse algum em melhorar os métodos de cultivo, ou de introduzir novos métodos que de início exigem a aplicação de muito dinheiro e cujos resultados benéficos só venham a registrar-se após o vencimento do contrato de arrendamento, resultados que apenas contribuem pra elevação da taxa de arrendamento e, assim, não aumentam seu lucro empresarial, mas ajudam a elevar a renda fundiária.

Pode-se verificar que a assertiva de Kautsky parece paradoxal quando destaca o interesse em tirar o máximo do solo e ao mesmo tempo não tem o interesse em introduzir novos métodos.

Como os contratos de arrendamentos entre os proprietários e os trabalhadores rurais eram para culturas anuais (arroz⁹, mandioca e milho), o arrendamento acontecia anualmente em áreas diferentes, não havendo, por parte dos trabalhadores rurais, qualquer possibilidade em melhorar as técnicas empregadas. Isso devido à relação estabelecida com a terra e por também não terem acesso a financiamentos, pois, o Sistema Nacional de Crédito Rural

⁹ O arroz perdeu, no final do século XIX a importância devido à distância, ao preço dos fretes, a baixa qualidade por ser plantado em sistemas primitivos não conseguindo competir com outras áreas produtoras tropicais passando de cultura de exportação para cultura de consumo interno (ANDRADE, 2005).

concentrou o acesso ao crédito entre grandes proprietários nas regiões sudeste e sul e entre produtos de exportação.

Em alguns casos, os proprietários não tinham o controle de quem produzia e alguns trabalhadores faziam suas roças pequenas para não serem percebidos:

Eu num pagava foro, tinha um dono que diziam que era um Sr. Ribamar Prazeres, mas nunca me cobrou, minha rocinha era pequena só de arroz e milho, não dava duas linhas, o pessoal dizia que tava dentro da área e que um dia iam me cobrar. Pra mim a terra não tinha dono e se tivesse era tão pequena que tenho certeza que não dava pra pagar. (N I¹⁰ Entrevista em 25 de janeiro de 2008).

Esse pequeno depoimento deixa claro que o trabalhador não tinha certeza e pela via das dúvidas não faziam uma roça maior nem fazia o trato adequado do cultivo com receio de ser notado e ter que pagar qualquer tipo de renda para o possível proprietário. É evidente que nessas condições a produtividade seria baixa e as condições de continuar na mesma área seriam mínimas.

Claro que a produção de subsistência, realmente, contribuiu para exaurir o solo, mas não era intenção dos agricultores a sua degradação para se beneficiarem de arrendamentos mais em conta. Nesse caso a falta de conhecimento para práticas alternativas foi um dos fatores que, em conjunto com a falta de assistência técnica, sempre contribuiu para a baixa produtividade agrícola.

Para Andrade (2005, p. 235):

Necessário faz-se o desenvolvimento de uma política de assistência técnica ao pequeno produtor, que lhe garanta, efetivamente, o crédito agrícola a juros baixos, a garantia dos preços mínimos, a assistência técnica e **a garantia de posse das terras** por eles desbravadas com orientação conservacionista. (grifo do autor).

Essa falta de garantia, o pagamento da renda ao proprietário e a remota possibilidade de acessibilidade ao crédito foram essenciais para a estagnação no processo produtivo.

¹⁰ Utiliza-se N. I. (Não Identificado) para o depoimento de um trabalhador que não quis se identificar na entrevista, talvez por não compreender o objetivo da pesquisa ou por temer, após 20 anos de criação do assentamento, qualquer tipo de situação de constrangimento com os demais assentados.

Como havia historicamente uma relação bastante conhecida entre poder local e grandes proprietários, não foi difícil a territorialização dos latifúndios na Microrregião de Itapecuru Mirim. Para Saquet (2007, p. 127):

O território é produto e condição da territorialização. Os territórios são produzidos espaço-temporalmente pelo exercício do poder por determinado grupo ou classe social, Ou seja, pelas territorialidades cotidianas. **As territorialidades são, simultaneamente, resultado, condicionantes e caracterizadoras da territorialização e do território.** (grifo do autor).

Apesar de ter havido a territorialização do grande proprietário com o estabelecimento de relações políticas, entre ele e o grupo dirigente e dominante local nos municípios, estruturando-se currais eleitorais a partir do suposto controle dos proprietários de terra sobre os moradores, dando poder de barganha tanto em nível local como regional, não se verificou uma supressão das relações simbólica e das tradições culturais na medida em que as famílias não se deslocaram desses povoados para outros lugares e continuaram com seus laços familiares e com as suas atividades culturais e religiosas no caso das áreas onde foram criados os assentamentos.

O que se verifica é que o próprio processo de territorialização de uma forma de exploração não eliminou as relações que os trabalhadores tinham com a terra e isso também pode ser considerado como ponto positivo para o fortalecimento de laços culturais e posterior mobilização para o processo de desapropriação dos latifúndios, ou seja, a dimensão cultural teve um papel fundamental na manutenção de tradições que contribuíram para o fortalecimento das reivindicações para a desapropriação e regularização fundiária.

Neste caso, a abordagem deste trabalho também leva em consideração a dimensão cultural, pois 92% dos assentamentos da Microrregião de Itapecuru Mirim são regularizações fundiárias onde os laços com a terra também são simbólicos. Então o esforço intelectual para a utilização do conceito de território tenta envolver as três dimensões, levando em consideração Saquet, (2007, p. 128):

As forças sociais efetivam o território, o processo social, no (e com o) espaço geográfico, centrado na territorialidade cotidiana dos indivíduos e emanada dela, em diferentes centralidades, temporalidades, e territorialidades, que condicionam nossa vida cotidiana. Formam-se territórios heterogêneos e sobrepostos

fundados em desigualdades e diferenças[...] Além disso essas forças econômicas, políticas e culturais também determinam a desterritorialização, a reterritorialização e a construção de novas territorialidades no mesmo ou em diferentes lugares, no mesmo ou em diferentes períodos históricos.

Diante do exposto, pode-se verificar que vários elementos contribuíram para a formação dos assentamentos e dentre eles ressaltam-se alguns que contribuíram para pressão pela regularização fundiária. O primeiro está intimamente relacionado ao não abandono das famílias das áreas em que se estabeleceram os conflitos e o segundo pelo desgaste nas relações entre os proprietários e os trabalhadores rurais e o terceiro pela insatisfação do pagamento da renda pelos trabalhadores rurais. Esse conjunto de elementos imbricados e aliados à atuação dos movimentos sociais das CEB's e dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais influenciou decisivamente na desterritorialização da grande propriedade, principalmente no tocante às características que marcaram esse período entre a década de 1940 e a década de 1980, que foi o pagamento da renda e a permissão para o plantio.

Todavia, mesmo com 126.150,9515 hectares de áreas desapropriadas de 1986 a 2006, sendo os trabalhadores rurais do município de Itapecuru Mirim os mais beneficiados com a criação dos assentamentos (Mapa 17), observou-se, a partir das mobilizações feitas pela igreja e pelos sindicatos, outra articulação que não dependeria mais das relações com os grandes proprietários, e é essa outra dinâmica política que levará em consideração a criação e a organização das associações de trabalhadores rurais para futuras reivindicações que vão além do processo de desapropriação. Percebe-se que não só há uma quebra de relação com o poder dos proprietários como também com o poder público municipal que sustentava as relações de subordinação dos trabalhadores.

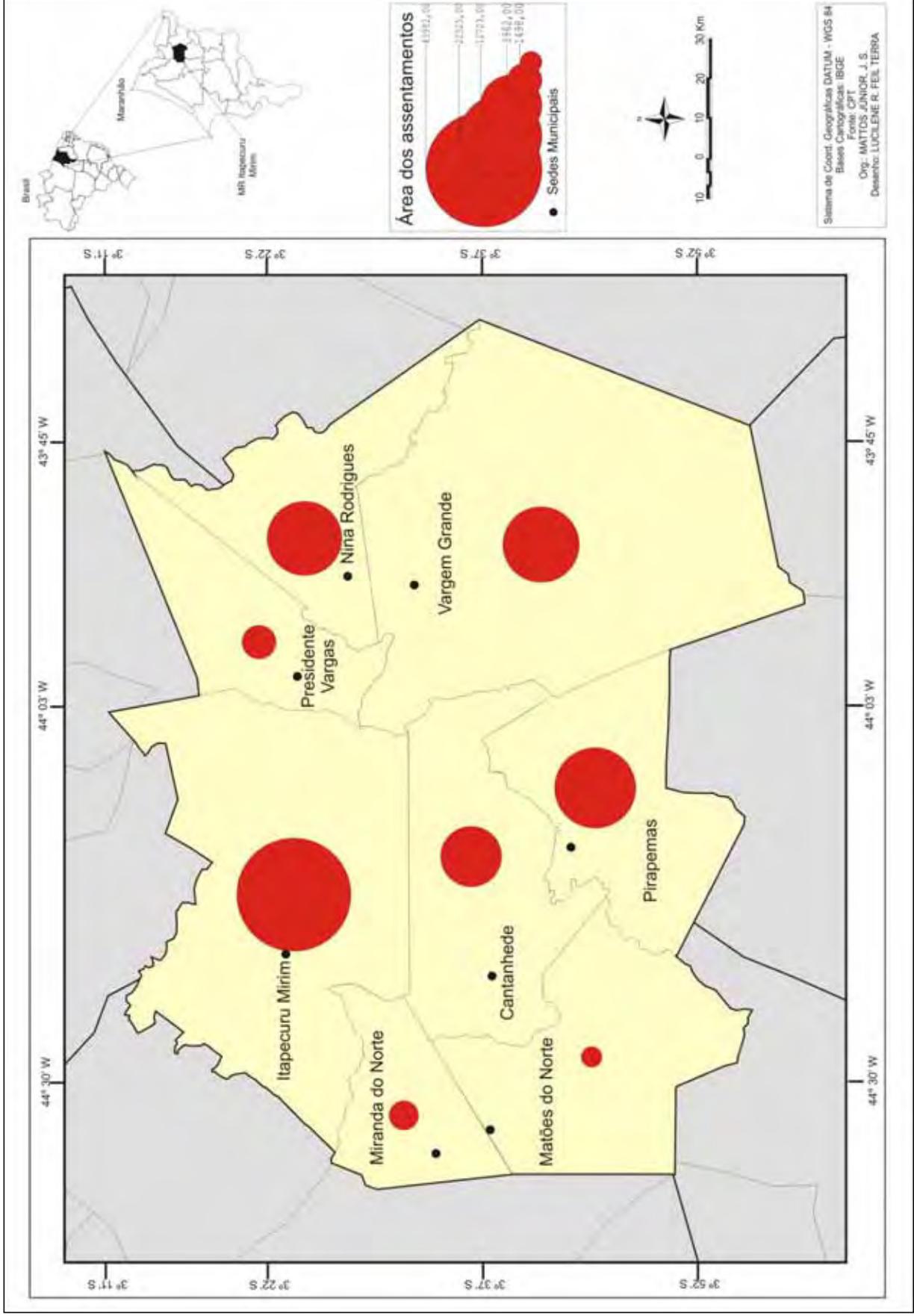
Percebe-se também que essa dinâmica territorial nos assentamentos vai se estabelecendo nas relações que vão sendo construídas entre os representantes de diversas associações que não tinham relações de proximidades políticas, mas que, a partir da mobilização realizada pelos sindicatos e pela Igreja, tornaram-se mais freqüentes em participação em reuniões e cursos de capacitação em organizações comunitárias, associativismo e cooperativismo.

É nesse momento da desapropriação que se desterritorializa de vez os processos de expropriação ligados à grande propriedade e se reterritorializa o processo de organização política que primeiramente vai estabelecer o acesso livre a terra, dentro do seu assentamento, sem a preocupação com a moradia e com as tensões sociais geradas pela cobrança da renda. É esse controle e domínio sobre o futuro dos beneficiários da reforma agrária é que se define esse novo território que vai sendo moldado numa discussão que vai envolver diretamente os assentados, o INCRA, os movimentos sociais, a Igreja, o próprio poder público municipal e estadual, segundo Haesbaert (2004, p. 97):

Territorializar-se, desta forma, significa criar mediações espaciais que nos proporcionem efetivo “poder” sobre nossa reprodução enquanto grupos sociais (para alguns também enquanto indivíduos) poder este que é sempre multiescalar e multidimensional, material e imaterial, de “dominação” e apropriação” ao mesmo tempo.

É importante frisar que as relações sociais e culturais presentes nos assentamentos sempre permaneceram ao longo do tempo e as suas manifestações não avançaram ou deixaram de ser praticadas com a criação dos assentamentos.

Mapa 17 - Área dos assentamentos rurais da Microrregião Geográfica de Itapecuru Mirim no Maranhão 1986 - 2006



A realidade pós-criação dos assentamentos deixou clara a importância de minimizar os conflitos sociais, mas, por outro lado, várias questões precisavam ser postas na mesa para discussões que levassem em consideração outros aspectos que necessitavam de encaminhamentos para uma resposta também econômica e ambiental. Para Hespanhol (2003, p. 118):

Há vários pontos, ainda, de funcionamento deficiente, como ausência de uma política específica, que atenda a esse tipo de agricultor, com oferta de crédito e apoio à comercialização. A pesquisa agropecuária também está distante do interesse desses produtores e é incipiente o apoio às famílias no que diz respeito à educação, à saúde, ao esporte e a lazer. [...] Além da manutenção das famílias os assentamentos e reassentamentos contribuem para a ampliação da oferta de alimentos e propiciam a inclusão de parte da população que se encontra desempregada ou subempregada e, em conseqüência, marginalizada.

Segundo Hespanhol (2003), essas dificuldades percebidas ao longo do tempo é fruto sempre da pressão dos movimentos sociais que forçavam a realização de vistorias, desapropriações e instalação dos assentamentos, ou seja, havia pressão mas não havia planejamento.

Diante dessa afirmativa, será de suma importância destacar o processo produtivo para demonstrar os avanços e recuos das intervenções institucionais para os assentados, evidenciando as discontinuidades políticas tanto para as culturas de subsistência quanto para as culturas de mercado na Microrregião de Itapecuru – Mirim.

2.2. As mudanças, permanências e os velhos dilemas no processo produtivo

Para enriquecer essa reflexão, faz-se necessária uma análise comparativa do comportamento de produtos que, desde meados do século XIX, fazem parte da agricultura de subsistência em conjunto com culturas de mercado que ganharam maior destaque após o processo de criação dos assentamentos rurais.

Diante do exposto, o significado de permanência está intimamente relacionado à continuidade das técnicas utilizadas para produção bem como para se observarem as discontinuidades dos programas de créditos e da assistência técnica, ou seja, a freqüente instabilidade no financiamento da produção e no

acompanhamento dos projetos instalados. Ao longo da análise, será percebido que os resultados serão fruto do que está se denominando de permanente descontinuidade.

Propõe-se uma abordagem diferente da realizada por Ferrante (2006, p. 21) que atribui a falta de permanência para evidenciar uma instabilidade:

A dimensão da organização interna dos assentamentos é um locus privilegiado para apreciação do exercício da liberdade, elemento indispensável para a conquista de um real desenvolvimento. Diferentes experiências foram levadas a termo na busca de alternativas organizativas e de gestão dos territórios dos assentamentos. Pouco sucesso, em termos de permanências e expressão regional, tiveram as experiências que preconizaram a gestão coletiva e do conjunto dos meios de produção no assentamento.

Para Ferrante (2006), a falta de permanência gera uma descontinuidade. Em outro trabalho, Campoi e Ferrante (2006), que tratam sobre sistemas de produção e estratégias de permanências na terra, analisam como os assentados se articulam para continuar no assentamento.

Nesse caso a palavra permanecer sugere lutar de diferentes formas para continuar na terra, seja se aliando ao usineiro e tirando proveito dessa relação, seja diversificando a produção, ou prestando serviços temporários e/ou permanentes fora do lote. Então, permanência está atrelada à persistência dos assentados a continuarem no lote o que pode levar ao desenvolvimento.

A proposição apresentada é que a permanência no processo produtivo é fruto das descontinuidades políticas pensadas para reverter o quadro de pobreza no Maranhão, que também são permanentes e levam a constantes instabilidades. Nesse caso, permanecer não leva necessariamente ao desenvolvimento.

Essa análise permitirá compreender os avanços e recuos e as permanências, mesmo com a presença de alterações significativas nas formas de se relacionar com o poder público na esfera federal, segundo Leite (2004, p.21):

Em todas as situações, mesmo naquelas que se constituem em meras regularizações fundiárias, ocorrem alterações significativas. Na medida em que se reduzem os conflitos e se criam territórios sob gestão do Estado, surge uma nova categoria: os “assentados”, que passam a ser alvo privilegiado de políticas públicas às quais não

tinham acesso anteriormente e cujos os efeitos extrapolam os limites dos projetos e das populações ali assentadas.

Essas mudanças serão sentidas principalmente nas regularizações fundiárias, no que tange à construção de casas, estradas, implantação de eletrificação rural, cultivo de produtos para o mercado, participação dos trabalhadores em associações e cursos de capacitação e organização comunitária, porém, verificou-se que, em relação ao processo produtivo, a resposta que se esperava com os investimentos realizados não correspondeu às expectativas geradas pelas instituições.

Isso não quer dizer que a mandioca e o arroz não fossem financiados pelo PROCERA (ANEXO A). Essas culturas de subsistência também foram financiadas, principalmente a mandioca, contudo essas culturas não precisavam de financiamento para continuarem sendo cultivadas pelos assentados, pois as mesmas faziam parte da dieta alimentar das famílias, porém estimular a continuação da produção de mandioca era a garantia de estar contribuindo com o respeito às tradições culturais e com a possibilidade de comercialização no mercado regional.

Entretanto, verificou-se que, mesmo com 89.030,3621 hectares desapropriados e R\$ 2.795.981,04 financiados até o ano de 2000, houve oscilação com avanços e recuos em relação às áreas de produção e produtividade na microrregião. É claro que se devem levar em consideração também as oscilações do mercado local e regional e os fatores climáticos que podem contribuir para os avanços e recuos nas áreas de produção, todavia não são esses os principais fatores para a permanência na descontinuidade do processo produtivo (INCRA, 2006).

Para examinar essa situação, evidencia-se a distribuição das famílias nos assentamentos. A Tabela 1, que trata sobre a relação entre área dos assentamentos criados com o número de famílias beneficiadas na Microrregião de Itapecuru Mirim, demonstra que no conjunto há uma média de 25,37 hectares por família, todavia, ao se verificar por município, visualiza-se um desnível considerável, destacando-se o município de Miranda do Norte. Levando-se em consideração que a área que

envolve o povoado e as áreas de possíveis reservas escolhidas pelos próprios assentados¹¹ localizam-se dentro do assentamento, sobraria um pequeno espaço para o processo produtivo. Verifica-se o estabelecimento do minifúndio tão combatido por teóricos que visualizam na reforma agrária uma forma de abolir tanto os latifúndios como os minifúndios que impedem a dinamização da agricultura.

Mas o tamanho da área média no município de Vargem Grande também pode não significar incremento da produtividade e exploração por completo. Vários fatores, como a própria disponibilidade da mão-de-obra e os instrumentos utilizados, podem contribuir para baixa produtividade das culturas cultivadas.

Tabela 1 – Área total dos assentamentos, número de famílias assentadas e área média dos lotes na Microrregião Geográfica de Itapecuru Mirim entre 1986 e 2006 (em hectares)

Município	Área	Nº de Famílias	Nº hectares por família
Cantanhede	12.723,1	506	25, 1
Itapecuru - Mirim	43.981,6	2131	25, 1
Matões do Norte	1.497,7	54	27, 7
Miranda do Norte	2.998,1	242	12, 4
Nina Rodrigues	18.960,1	539	35, 2
Pirapemas	22.325,2	929	24, 0
Presidente Vargas	3.962,0	187	21, 2
Vargem Grande	19.703,1	613	32, 1
TOTAL	126.150,9	5.226	24, 1

Fonte: INCRA

Org.: Mattos Júnior, José Sampaio

Levando-se também em consideração que o módulo rural para essa Microrregião é em média 50 hectares e que a média de hectares por família é 50% menor, pode-se presumir que ao se continuar com as práticas tradicionais os resultados podem ser índice de produtividade cada vez mais baixo e a procura

¹¹ Até o ano de 2007 todos os assentamentos criados na microrregião, apesar de toda estrutura de fiscalização das instituições competentes, não apresentavam nos projetos áreas para exploração agrícola, área para exploração agropecuária, área para exploração extrativa, área para reserva legal, área para preservação permanente, áreas com destinos específicos e áreas inaproveitáveis, não há qualquer demarcação por parte do INCRA das áreas de reserva ou de preservação permanente, ficando a critério dos assentados marcarem as áreas em cada povoado. Atualmente, a partir do acórdão 2633/2007 – TCU – PLENÁRIO, é que vai ser cobrada do INCRA uma nova atitude no cumprimento da legislação ambiental. Também em 2007 foi firmado entre o INCRA e a SEMA um termo de cooperação técnica com o objetivo de dar celeridade aos licenciamentos em áreas de assentamentos rurais e em 2008 foi celebrado um ajustamento de conduta entre o INCRA e a SEMA para autorização e dispensa de licenciamento para atividades de pequeno impacto.

pelos assentados por outras áreas fora do assentamento tenderá a ser uma realidade.

Fazendo uma análise mais pormenorizada, escolhendo só o município de Itapecuru Mirim para fazer uma comparação entre as áreas criadas por assentamento e número de família beneficiadas, utilizando os mesmos critérios da tabela anterior, verifica-se que houve uma queda na média das áreas por família para 19,02 hectares, havendo uma disparidade de mais de 20 hectares por família entre os assentamentos, o que pode refletir diretamente no processo produtivo (Tabela 2).

Tabela 2 – Área total dos assentamentos, número de famílias e área média dos lotes no Município de Itapecuru Mirim entre 1986 e 2006

Assentamento	Área	Nº de Famílias	Nº Hectares por Famílias
Extrativista leite	8.039,0	339	23, 8
Juçaral	345,0	25	13,8
Companhia	101,0	64	1, 6
Boca da mata	5.473,1	236	23, 2
Bom Jesus II	1.487,9	52	28, 6
Cigana	2.145,4	76	28, 2
Conceição Rosa	1.605,0	98	16, 4
Olho D'água	2.525,4	105	24, 0
Piqui	424,0	22	19, 3
Especial Quilombola S. Maria dos Pinheiros	400,5	23	17, 4
Saco Dantas	2.903,5	174	16, 7
Santo Antonio II	2.404,6	107	22, 5
São Benedito	5.683,7	318	17, 9
São Francisco I	1.785,9	85	21, 0
Gaiola Grande	1.045,4	43	24, 3
Entroncamento	7.612,1	389	19, 6
TOTAL	43.981,6	2.156	20, 4

Fonte: INCRA

Org.: Mattos Júnior, José Sampaio

Ao se observarem os números de estabelecimentos entre 1996 e 2006 na microrregião, constata-se que houve um movimento contrário e uma tendência de queda no número de estabelecimento, apesar do município de Cantanhede caminhar na contramão, o que estaria mais correlacionado ao número de áreas desapropriadas ao longo desses 10 anos (Gráfico 6).

Relacionando os dados supracitados e fazendo uma análise das culturas de arroz, mandioca, milho, cana-de-açúcar, banana e abacaxi, observar-se-ão algumas situações em relação à produção. No tocante ao arroz, constatou-se que houve um decréscimo na produtividade e na produção, mesmo que em 1990 tenha

havido um acréscimo na área plantada, não se verificando a mesma tendência na produtividade com índices que representam perdas de lavouras dos trabalhadores, apresentando uma produtividade média em 1990¹² de 538 kg/ha abaixo da média do Estado que era de 673 kg/ha e em 2006, dezesseis anos depois, a produtividade dobra para 1.239 kg/ha, mas, mesmo assim, fica abaixo da média do Estado que atingiu 1.388 kg/ha (Gráfico 7).

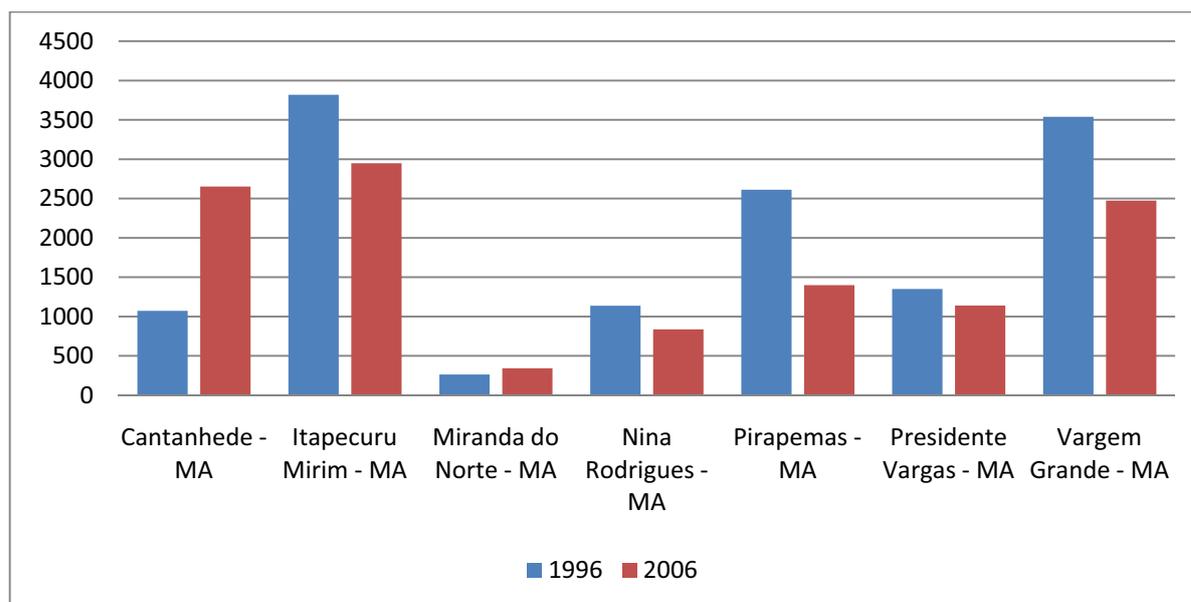


Gráfico 6 - Número de estabelecimentos agropecuários na Microrregião Geográfica de Itapecuru Mirim no Maranhão 1996/2006

Fonte: Censo Agropecuário 1996 e 2006 IBGE

Org.: Mattos Júnior, José Sampaio

¹² A comparação média da produção de arroz, milho, mandioca, cana-de-açúcar, banana e abacaxi estão sendo feitas entre 1990 e 2006 para analisar o índice de produtividade dessas culturas após a criação do assentamento, mas, antes dos financiamentos que iniciaram em 1993 com o PROCERA e que prossegue a partir de 1999 com o PRONAF no estado do Maranhão.

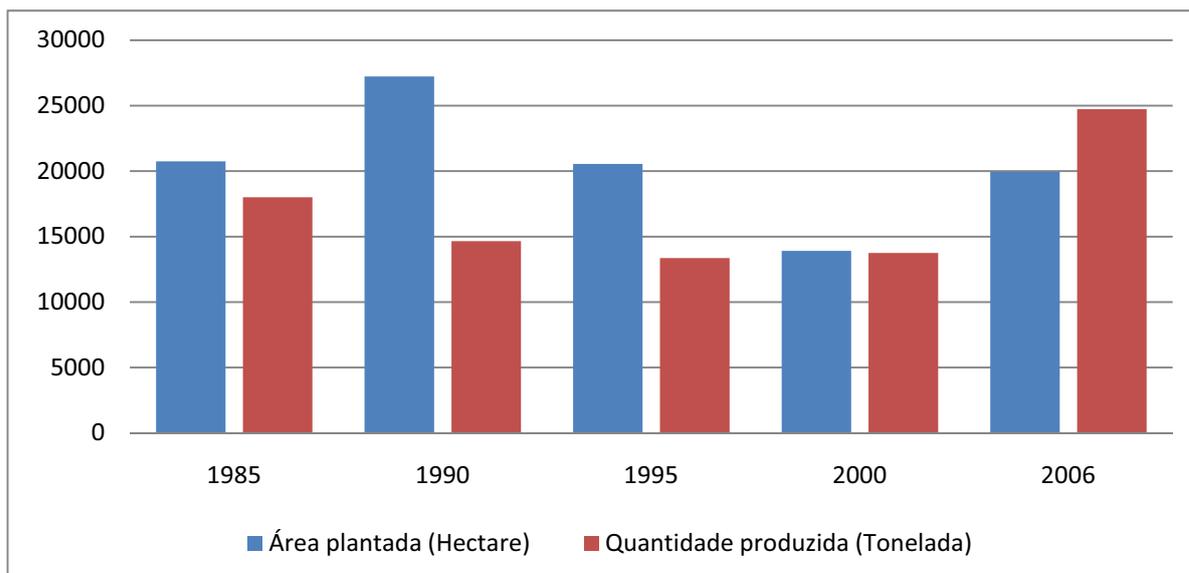


Gráfico 7 - Produção agrícola de arroz na Microrregião Geográfica de Itapecuru Mirim no Maranhão entre 1985, 1990, 1995, 2000 e 2006

Fonte: Produção Agrícola Municipal-PAM- IBGE.

Org.: MATTOS JÚNIOR, José Sampaio

Para os estudos realizados pelo Banco do Nordeste do Brasil (BNB), um dos principais fatores para a baixa produtividade da cultura do arroz foi a estagnação tecnológica:

A produção de arroz de sequeiro encontra condições favoráveis de produção na Pré-Amazônia e no Meio norte. Entretanto, a estagnação tecnológica nesses espaços rurais encontra-se fortemente vinculada à infra-estrutura de produção e às relações de trabalho (RABELO, 1997, p. 64).

Verificando os dados de produtividade nos assentamentos do município de Itapecuru Mirim, Vargem Grande e Cantanhede, percebeu-se que a média foi de 500 kg/ha, segundo informações do Técnico Agrícola da Agência Estadual de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural (AGERP), não correspondendo à média do Estado.

Para os técnicos da Cooperativa de Serviços, Pesquisa e Assessoria Técnica (COOSPAT¹³), a produtividade média das lavouras de arroz, nos

¹³ COOSPAT é a entidade que presta serviço de ATEs (Assistência Técnica, Social e Ambiental) no município de Itapecuru Mirim.

assentamentos rurais da microrregião, é de 500 kg/ha, contrapondo-se às informações do IBGE. Na análise do engenheiro agrônomo da entidade BIOTERRA, essa informação sobre produção e produtividade do IBGE só leva em consideração os dados coletados nas propriedades patronais, não levando em consideração as informações dos trabalhadores assentados.

Como se observou, Andrade (2005) já analisava o processo histórico na perda de produção e qualidade do arroz maranhense, que se sustentou por algum tempo, na década de 1970, devido à expansão da população urbana de classe média baixa e média nas regiões Nordeste e Sudeste do país. E Fonseca (2008, p. 29) evidencia que nessa mesma década:

[...] Pode-se afirmar que a partir da década de 70, a política agrícola do governo federal tinha como principal objetivo o aumento da produtividade e do trabalho, por meio da mecanização do setor. Nesse período, houve incentivo à pesquisa e à extensão rural, mas foi necessariamente o crédito rural subsidiado, que tornou o crescimento da produção estável. Vale ressaltar, que este processo de transformações estruturais (tecnológicas) está restrito ao cultivo da soja, não sendo aplicável ao arroz.

Esses fatores podem ajudar a explicar o declínio da produção e produtividade do arroz na microrregião.

Observando a cultura da mandioca, verificou-se uma oscilação na produtividade chegando mesmo em 1995 a um acréscimo devido ao financiamento do PROCERA que contemplou a produção de mandioca, porém não se sustentou levando a uma diminuição tanto da área quanto da produção no ano de 2000, vindo a se recuperar em 2006. No entanto, levando em conta a produtividade, percebe-se que em 1990 a produtividade atingiu 9.465 kg/ha, superior à obtida no ano de 1995 de 8.619 kg/ha, ultrapassando a média do Estado em 1990 que atingiu 7.718 kg/ha.

No ano de 2000 houve um decréscimo significativo no nível de produtividade caindo aproximadamente a quase 55%, chegando a um patamar de 3.939 kg/ha, recuperando-se em 2006 quando passa para uma produtividade de 7.382 kg/ha devido ao esforço e incentivo para prática da mandiocultura pelas ATES, porém ficou abaixo da média do Estado em 2006 que foi de 8.111 kg/ha. (Gráfico 8).

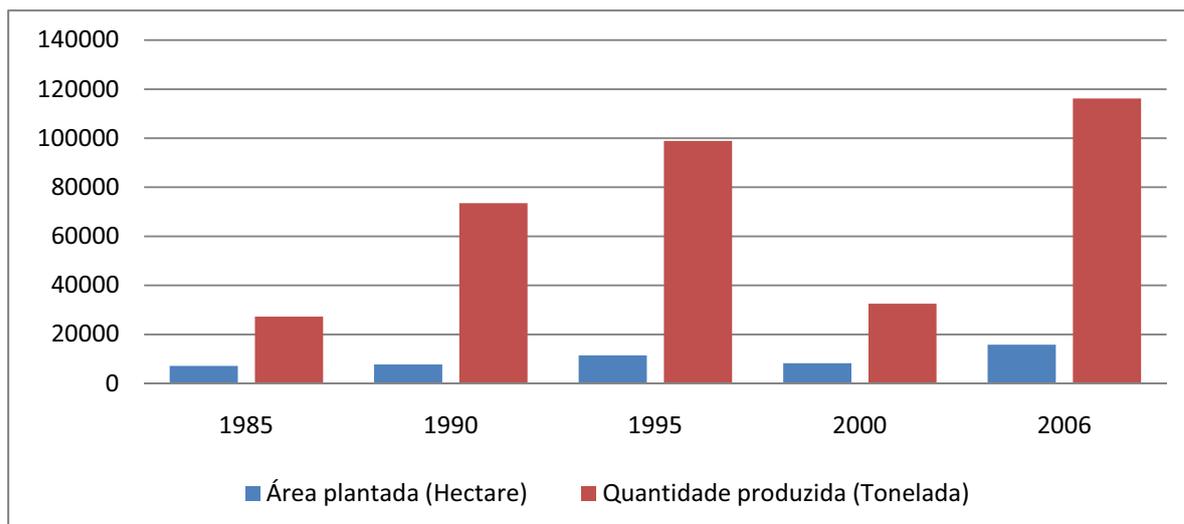


Gráfico 8 - Produção agrícola de mandioca na Microrregião Geográfica de Itapecuru Mirim no Maranhão entre 1985, 1990, 1995, 2000 e 2006

Fonte: Produção Agrícola Municipal-PAM- IBGE

Org.: MATTOS JÚNIOR, José Sampaio

No tocante ao milho, constatam-se as mesmas oscilações com um grau de produtividade muito baixo, sendo que a produção vai obedecendo aos avanços e recuos da área plantada. Mesmo assim, em 1990, com a média muito baixa com 300 kg/ha, foi superior à média do Estado que foi de 272 kg/ha (Gráfico 9).

Praticamente verifica-se até 1995 uma baixa produtividade com apenas 422 kg/ha, ocorrendo uma inversão a partir de 2000, mesmo com o decréscimo na área plantada de aproximadamente 97,5%, houve uma produtividade significativa com aproximadamente 9.072 kg/ha. Em 2006 a oscilação volta a acontecer na produtividade caindo para 3.294kg/ha, no entanto continua superior à média do Estado para o mesmo ano que é de 1163 kg/ha.

Comparando com a produtividade dos assentamentos na microrregião, observou-se que a média foi inferior ao da microrregião com apenas 1.620 kg/ha, mas ficando acima da média do Estado.

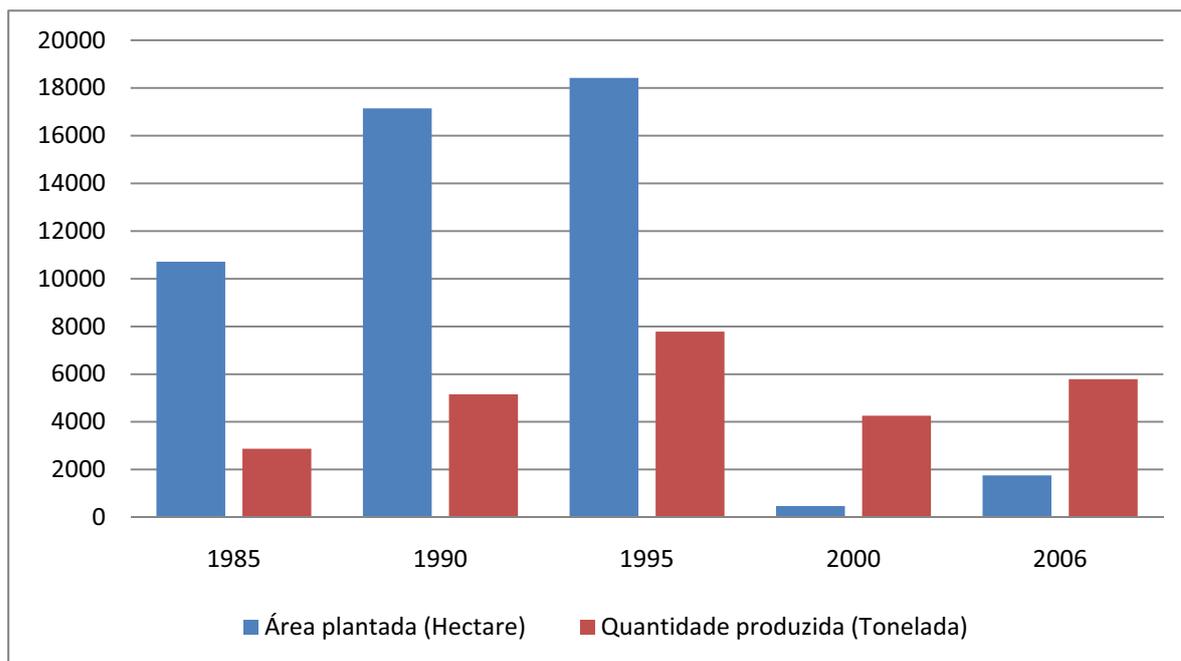


Gráfico 9 - Produção agrícola de milho na Microrregião Geográfica de Itapecuru Mirim no Maranhão entre 1985, 1990, 1995, 2000 e 2006

Fonte: Produção Agrícola Municipal-PAM- IBGE

Org.: MATTOS JUNIOR, José Sampaio

Para Rabelo (1997), o desempenho tecnológico desfavorável à produção do milho deve-se à falta de cultivares adaptados às condições do Nordeste, a um deficiente controle de pragas e à falta de máquinas e equipamentos adequados à pequena produção.

Diante do exposto, a cultura do milho, na microrregião e até mesmo nas demais microrregiões, servia apenas como alimento para pequenas criações, dentro dos assentamentos, mesmo porque as criações não eram voltadas exclusivamente para o mercado, principalmente a galinha caipira e o suíno que sempre fizeram parte da dieta alimentar dos trabalhadores rurais e também pela possibilidade de comercialização, *in natura*, na beira da estrada.

Não se tem escala industrial na produção de milho para os pequenos animais, talvez com o incentivo para a prática da caprinocultura e da suinocultura, financiadas com recursos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), possa ser percebida uma reversão no quadro de produção e produtividade para os anos posteriores.

Em relação ao feijão, apesar de não figurar entre os produtos de subsistência que receberam financiamento para o plantio nos assentamentos rurais

na Microrregião do Itapecuru Mirim, esse produto foi o único que em 1990 se colocou na média do Estado com 380 kg/ha, porém não fugiu à regra das oscilações das demais culturas, e, em 2006, para continuar obedecendo à mesma baixa produtividade, apresentou uma média de 334 kg/ha, sendo inferior à média do Estado que foi de 473 kg/ha (Gráfico 10).

Segundo Rabelo (1997), a pulverização dos plantios em pequenas proporções, aliada a uma frequência de consórcios, cultivo em solos com baixa fertilidade e um mercado basicamente doméstico contribuem para o baixo nível tecnológico na produção do feijão na região Nordeste.

Levando em consideração as análises de Chayanov (1974), que a unidade familiar é uma unidade de consumo e que tem necessidades básicas, pode-se observar que a permanência das culturas de subsistência desempenha papel fundamental na subsistência das famílias assentadas, entretanto não se verificaram avanços no tocante ao progresso técnico nas áreas de assentamentos, culminando em baixos índices de produtividade.

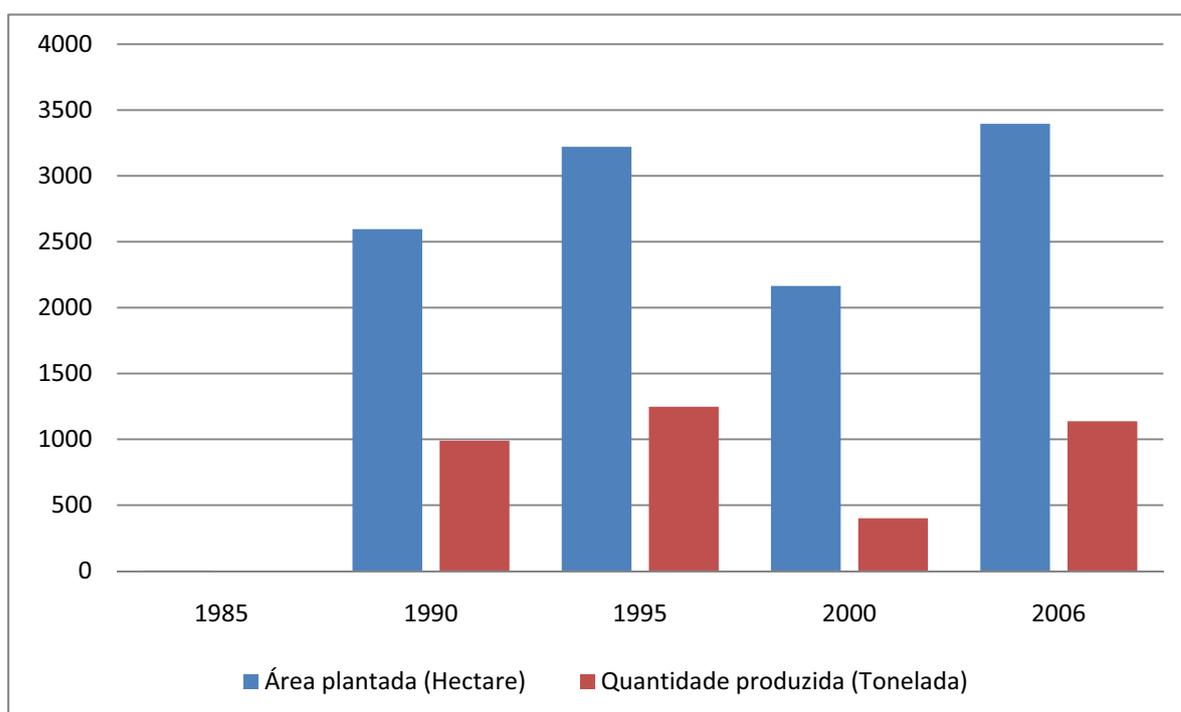


Gráfico 10 - Produção agrícola de feijão na Microrregião Geográfica de Itapecuru Mirim no Maranhão entre 1985, 1990, 1995, 2000 e 2006

Fonte: Produção Agrícola Municipal – PAM – IBGE

Org.: MATTOS JUNIOR, José Sampaio

Mudando para as culturas que foram estrategicamente pensadas para cumprir o papel de gerar emprego e renda dos trabalhadores rurais, a partir da criação dos assentamentos, constatou-se que a produção da cana-de-açúcar, abacaxi e banana ganharam destaque e isso só foi possível com o estímulo do PROCERA, por meio do reconhecimento governamental que percebeu a importância de acrescentar o aspecto econômico ao social, nas áreas de reforma agrária, para a geração de emprego e renda, o que possibilitou a dinamização de economias locais. E por que o abacaxi, a banana e a cana-de-açúcar como produtos dinamizadores, economicamente falando, nas áreas de assentamentos?

Segundo Dias (2007, p.54), a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Maranhão (EMATER) iniciou no ano de 1983 uma experiência com agricultores com o objetivo de elevar o abacaxi como alternativa na área de fruticultura com acompanhamento técnico desde a seleção de mudas passando pela seleção de produtos, embalagem e transporte:

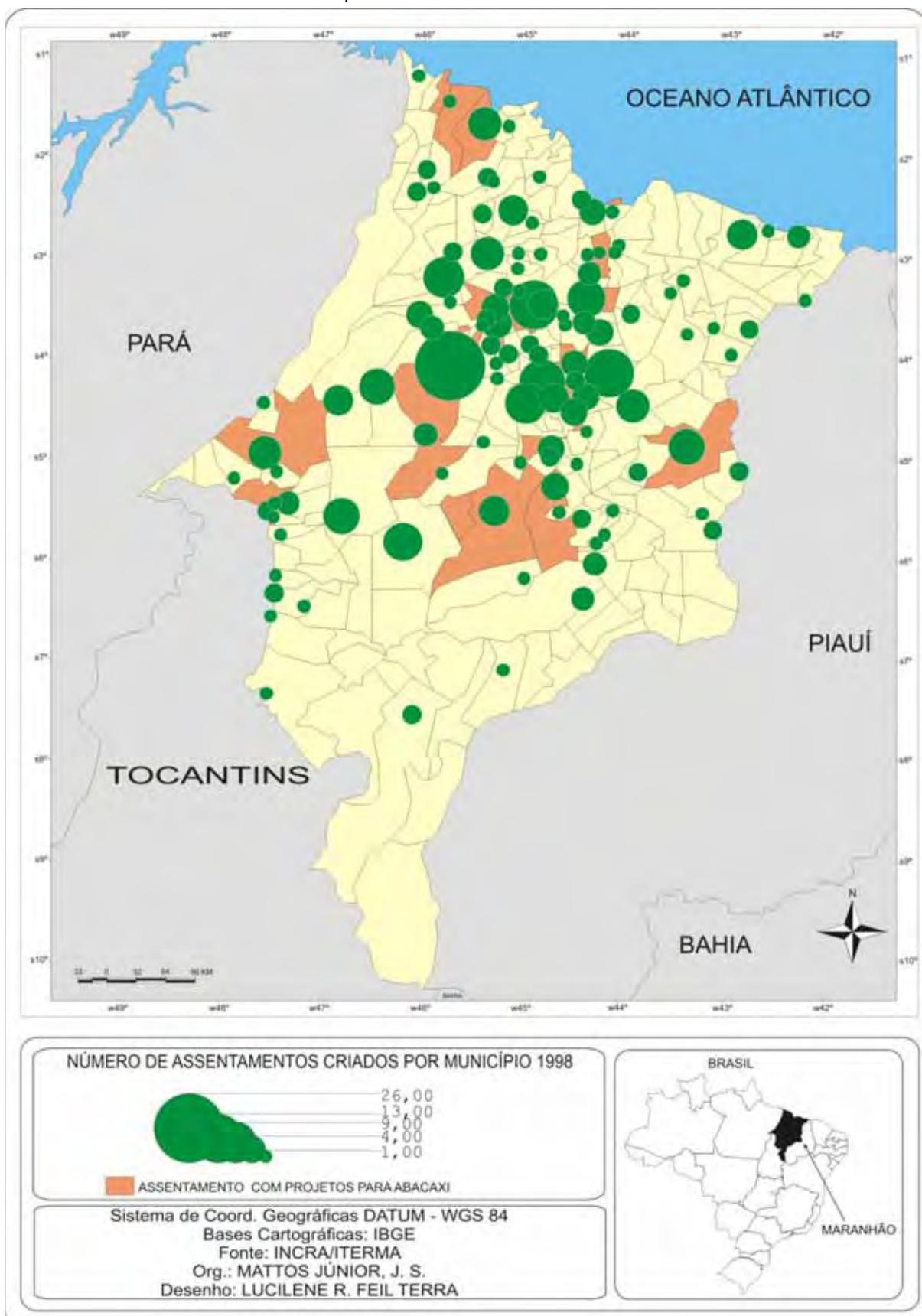
No ano de 1984, dois produtores receberam financiamento no valor de Cr\$ 3.256.020,00. Em 1985, já figuravam 27 produtores assistidos, correspondendo a um acréscimo de 525% em 2 anos e uma área explorada de 62,5 ha (EMATER-MA, 1985). Com relação à área explorada houve um incremento de 316,6%. A produção relatada neste mesmo ano foi de 4.560 toneladas que corresponde a um incremento de 2.647% no período. Finalmente, no ano de 1993, figuravam 825 produtores assistidos com uma área de 701 hectares e uma produção em torno de 10.500 toneladas do produto.

Percebe-se que os técnicos da EMATER já dominavam todo processo produtivo, havendo uma considerável expansão e culminando com uma difusão e dispersão da produção de abacaxi no período compreendido entre 1993 e 1998 com o financiamento do PROCERA (ver Mapa 18).

Para Rabelo (1997), a abacaxicultura nordestina tem apresentado na década de 1990 um avanço considerável e os fatores que culminaram para esse desempenho estão intimamente relacionadas ao avanço tecnológico no controle da fugarirose e na nutrição dos abacaxizeiros.

O resultado foi um salto na produtividade que pode ser uma das explicações para que no período abrangido no mapa 18 houvesse uma saturação muito rápida do mercado para o produto, pois a maioria dos assentamentos tinha projetos financiados para a produção de abacaxi, banana e cana-de-açúcar.

Mapa 18 - Relação entre o número de assentamentos rurais criados entre 1986 e 1998 e produção de abacaxi financiada pelo PROCERA entre 1993 e 1998 no Maranhão



Entretanto a cultura do abacaxi, que foi pensada enquanto cultura de mercado, não fazia parte das atividades agrícolas dos trabalhadores rurais assentados antes da criação dos assentamentos e foi estimulada para ser financiada pelo PROCERA, a prova disso é que a sua área de produção só se faz notar na década de 1990, período de liberação do crédito, mesmo assim com uma média de produtividade de 16 mil frutos por hectare, abaixo da média do Estado que foi de 18.184 frutos por hectare, não aparecendo mais nos anos de 2000 e 2006 nos resultados de produção divulgados pelo IBGE (Gráfico 11).

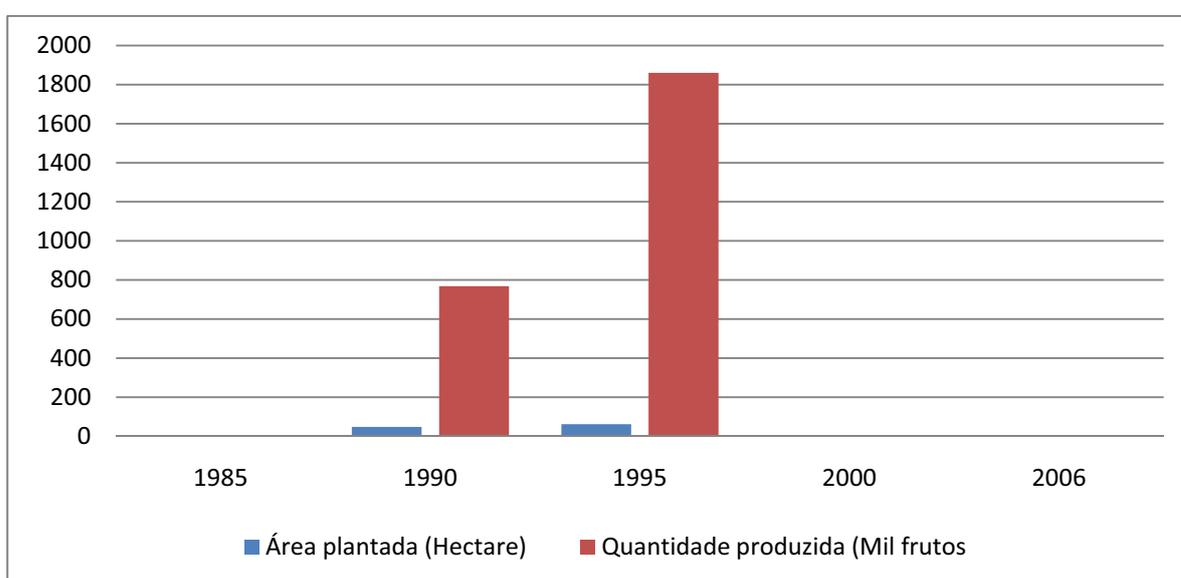


Gráfico 11 - Produção agrícola de abacaxi na Microrregião Geográfica de Itapecuru Mirim no Maranhão entre 1985, 1990, 1995, 2000 e 2006

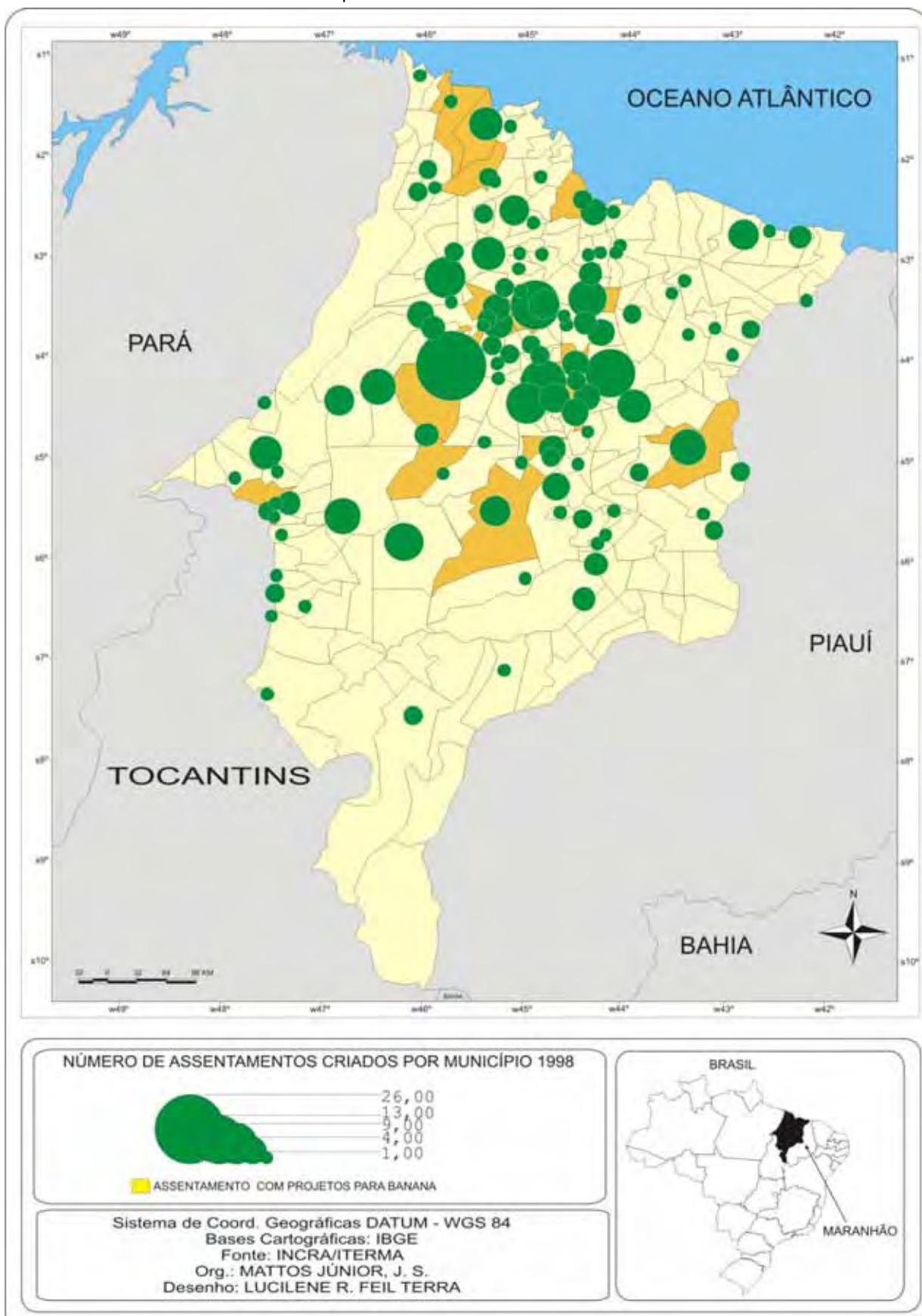
Fonte: Produção Agrícola Municipal-PAM- IBGE

Org.: MATTOS JUNIOR, José Sampaio

Esses dados são fidedignos, pois, em vários trabalhos realizados nos assentamentos, as respostas foram as mais diversas para o questionamento de por que o abacaxi não está entre os produtos cultivados.

No caso da banana, a mesma correspondia a um produto plantado nos quintais das casas dos assentados, praticamente uma produção extrativa sem cuidados técnicos, mas que também fazia parte da dieta alimentar dos maranhenses. Sua produção, estimulada pelo financiamento através do PROCERA, rapidamente espalhou-se pelo norte, centro, leste e oeste maranhenses sempre em áreas com assentamentos rurais (Mapa 19).

Mapa 19 - Relação entre o número de assentamentos rurais criados entre 1986 e 1998 e produção de banana financiada pelo PROCERA entre 1993 e 1998 no Maranhão



Contudo, fazendo uma análise da produção da banana através dos dados da produção agrícola municipal, verificou-se, na década de 1980, mais precisamente em 1985, uma área inexpressiva, constatando-se um incremento da sua área e da sua produção em 1990 com uma média aproximada de 1.400 kg/ha, inferior à média do Estado no mesmo período que foi de 1.540 kg/ha, oscilando negativamente em 2000 para retomar o crescimento em 2006 com uma produtividade que ultrapassa os 3.400 kg/ha, mas que não chega a 50% da média do Estado que foi de 10.768 kg/ha. (Gráfico 12).

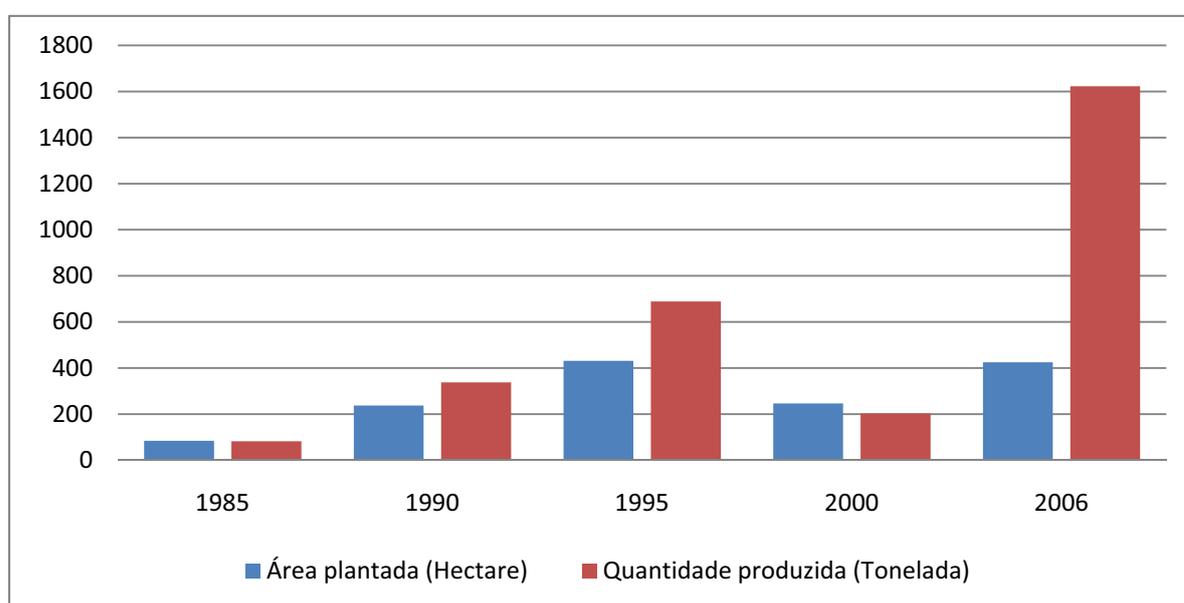


Gráfico 12 - Produção agrícola de banana na Microrregião Geográfica de Itapecuru Mirim no Maranhão entre 1985, 1990, 1995, 2000 a 2006

Fonte: Produção Agrícola Municipal – PAM – IBGE

Org.: MATTOS JUNIOR, José Sampaio

A própria microrregião não está entre as 10 maiores produtoras de banana do Estado em produtividade, e as discontinuidades aconteceram mediante a situação dos próprios avanços e recuos na política de crédito.

Analisar esse processo produtivo por microrregião e relacionar com os assentamentos é de suma importância, pois o crédito para a produção desses produtos, na microrregião, a partir do PROCERA em 1993, foi destinado principalmente para os assentamentos, por isso analisar os avanços e recuos

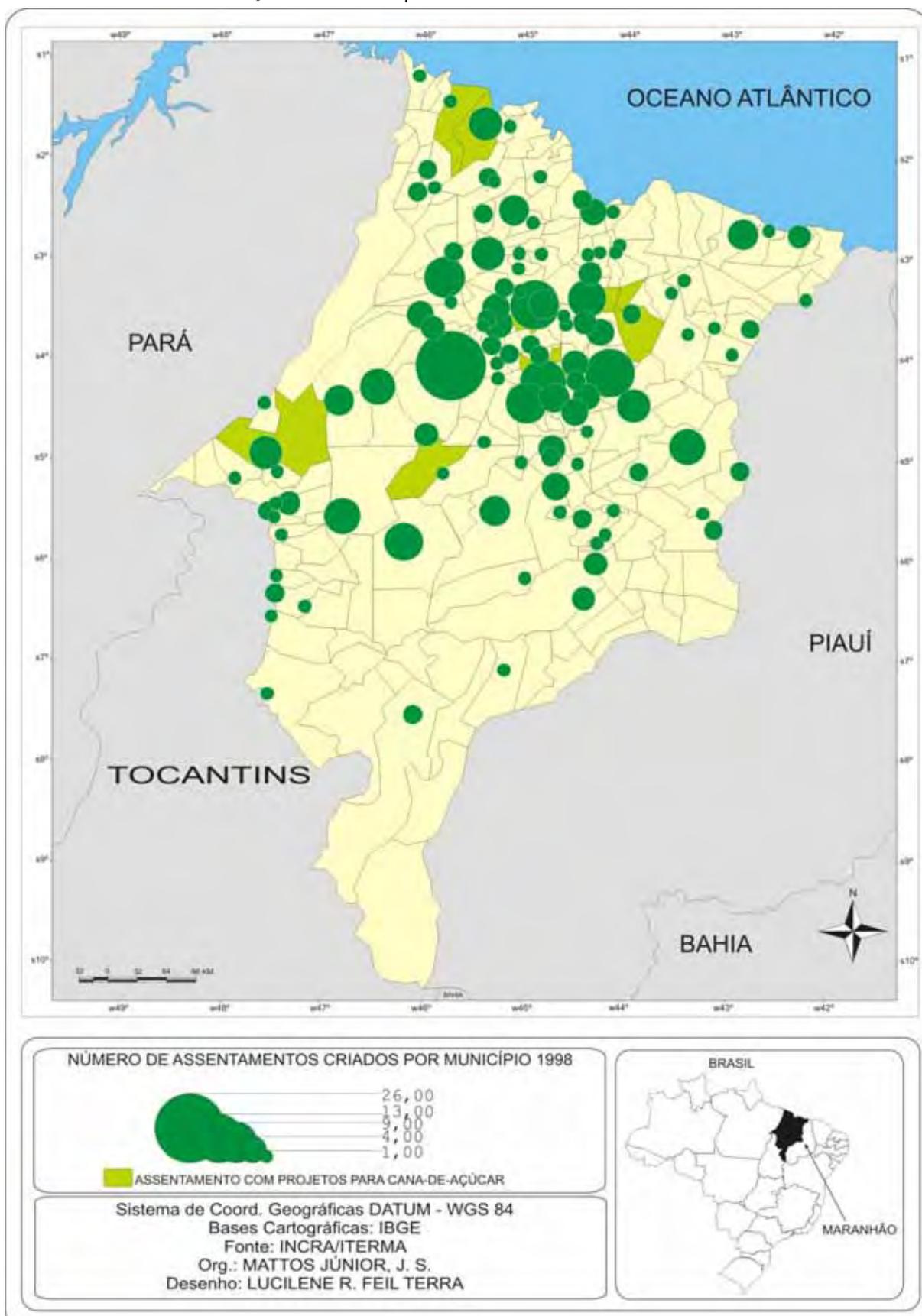
desses produtos na microrregião é também visualizar a organização do espaço produtivo nos assentamentos.

No tocante ao plantio da cana-de-açúcar, justifica-se o seu cultivo por ter uma aceitação entre os agricultores, na produção artesanal da cachaça, e por ser a região de Itapecuru Mirim produtora de cana nos engenhos. Para os técnicos da EMATER, seria uma questão de dar apoio e estímulo para o incremento das áreas dos trabalhadores já que os mesmos tinham o domínio do processo produtivo em pequena escala, o que foi desencadeado pelo centro e oeste maranhense através do PROCERA (Mapa 20).

Até 1990 a área produzida de cana-de-açúcar era ínfima, com uma produtividade de 25.600 kg/ha, inferior à média do Estado que já era o dobro com 54.635kg/ha. É a partir de 1995 que será verificado, com o financiamento do PROCERA, um salto na produtividade da cana-de-açúcar, alcançando 47.495 kg/ha, mesmo assim fica abaixo da média do Estado que alcançou 55.740 kg/ha.

O que chama a atenção é que, enquanto a produtividade do Estado cresceu aproximadamente 2%, a média na microrregião ultrapassou os 80% de produtividade. O que culminou em superprodução com prejuízos pela falta de estrutura para beneficiar a cana e, conseqüentemente, toda uma logística para armazenamento e comercialização. As conseqüências podem ser notadas em 2000 que praticamente não vai ser identificada pelo IBGE área de produção de cana na Microrregião de Itapecuru Mirim (Gráfico 13).

Mapa 20 - Relação entre o número de assentamentos rurais criados entre 1986 e 1998 e produção de cana-de-açúcar financiada pelo PROCERA 1993 e 1998 no Maranhão



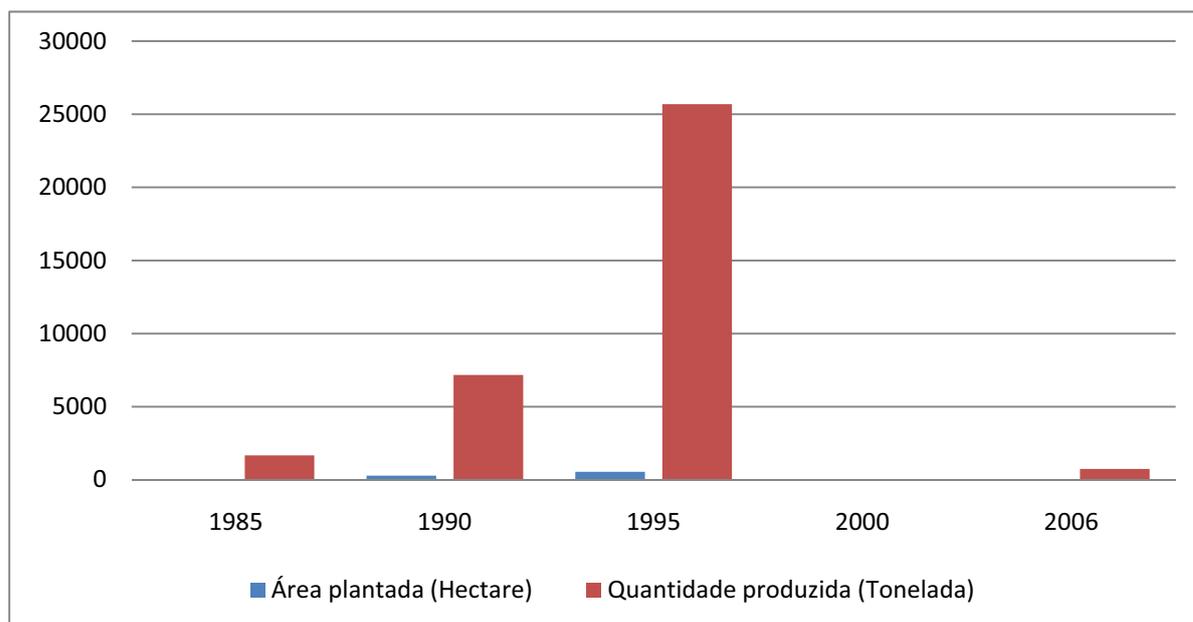


Gráfico 13 - Produção agrícola da cana-de-açúcar na Microrregião Geográfica de Itapecuru Mirim no Maranhão entre 1985, 1990, 1995, 2000 e 2006

Fonte: Produção Agrícola Municipal – PAM – IBGE

Org.: MATTOS JUNIOR, José Sampaio

Em 2006, timidamente, percebe-se uma produtividade que é reflexo da descontinuidade na política de financiamento para as culturas de mercado sendo a cultura cultivada isoladamente por poucos assentados que já produziam antes mesmo dos créditos serem concedidos.

Leite (2004, p. 216) ressaltou que a política de crédito é de extrema relevância para estimular o processo produtivo:

Outro aspecto importante de ser analisado refere-se às condições de financiamento das atividades econômicas desenvolvidas no interior dos projetos e ao acesso às políticas de crédito rural existentes pelo conjunto de beneficiários dos projetos de reforma agrária. Esta questão merece destaque, na medida em que os recursos mobilizados para o crédito, além de repercutirem na capacidade produtiva dos assentamentos, impulsionam um conjunto de atividades locais, aumentam a circulação monetária no município e estabelecem um diálogo direto e particular com o Estado, por meio de suas políticas públicas [...]

Em praticamente todas as culturas, observam-se avanços e recuos na área plantada (Gráfico 14). Ficou claro que o crédito é fundamental para estimular o processo produtivo, assim como também ficou bastante nítido que as oscilações

dentro das culturas de subsistência acontecem, mas elas não são eliminadas do processo e até as que estavam atreladas à agricultura de exportação, como é o caso da cana-de-açúcar, tiveram seus momentos de altos e baixos, mas, mesmo assim, são encontrados assentados e não assentados produzindo cana-de-açúcar sem recorrerem ao financiamento agrícola. Esse quadro está atrelado a uma permanência das práticas tradicionais que, mesmo com a criação do assentamento e o financiamento do PROCERA, continuaram sendo as mesmas tanto no preparo do solo quanto para a colheita e os resultados apresentados refletiram, naquele momento, apenas uma preocupação com a posse da terra.

Segundo o técnico agrícola da AGERP, esse quadro é resultado da instabilidade na assistência técnica, que também se dá pelo número de povoados a serem atendidos e o número reduzido de técnicos contratados, dificultando a atuação mais eficaz. É claro que esse quadro de técnicos foi incrementado, porém o número de trabalhadores rurais inseridos no processo de produção com possibilidades de acesso ao crédito também vem sofrendo acréscimos significativos.

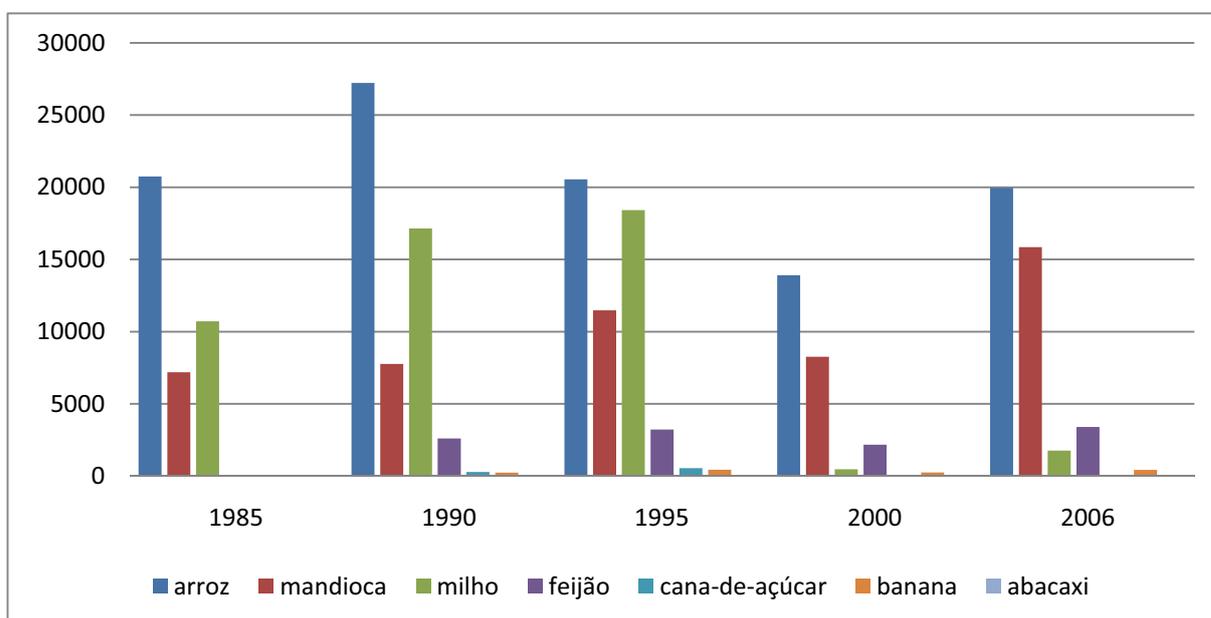


Gráfico 14 - Área plantada em hectares na Microrregião Geográfica de Itapecuru Mirim no Maranhão entre 1985, 1990, 1995, 2000 e 2006

Fonte: Produção Agrícola Municipal – PAM – IBGE

Org.: MATTOS JUNIOR, José Sampaio

Pode-se observar, nos gráficos supracitados, que há recuo na área de produção e na produtividade do arroz, mandioca e milho ao final da década de 1990,

coincidindo com o término do financiamento do PROCERA e a retomada do crescimento acontece com a difusão do PRONAF.

Partindo para fazer uma pequena reflexão das culturas que tinham o objetivo central de serem cultivadas para o mercado local e regional, constataram-se as mesmas situações em relação às práticas de plantio, tratos culturais e colheita. A diferença estava no início com um acompanhamento técnico de profissionais da extinta EMATER e com a elaboração de projeto técnico para o financiamento em locais pré-determinados para a produção das culturas escolhidas.

É evidente que nem tudo que se planejou para o processo produtivo transformou a vida das famílias beneficiadas e alcançou a todos que moravam nos povoados que passaram a fazer parte dos assentamentos com a desapropriação da área, ou seja, nem todas as famílias que já moravam na área foram cadastradas e participaram das atividades financiadas pelos programas de crédito.

Nem todos os assentados foram contemplados com o fomento agrícola, nem todas as famílias receberam o crédito habitação logo após terem sido criados os assentamentos, nem todos os trabalhadores moravam em seus lotes e os exploravam anualmente. O que se observa atualmente é a exploração de lotes de terceiros, a compra e a venda de lotes e até roças fora dos limites do assentamento.

Em determinados assentamentos, existem mais de uma associação de trabalhadores rurais dentro do mesmo povoado que pleiteiam o crédito rural e que se relacionam com forças partidárias contrárias seja em nível municipal ou regional.

Como já foi analisado, alguns problemas vêm à tona com o próprio processo de discussão sobre a organização produtiva do assentamento. Um dos principais trata da participação dos filhos dos assentados no processo produtivo. Os assentamentos em que o titular do lote tem apenas 10 hectares e tem três filhos, como fica a lógica dessa reprodução familiar dentro do assentamento? Diante desses elementos que fazem parte da vida social do assentamento, Whitaker (2006, p. 115) chama a atenção para certos equívocos:

Um outro equívoco nas avaliações daqueles que desconhecem a realidade dos assentamentos, está em acusar os jovens de abandonarem o campo em busca da cidade, como se houvesse uma “força jovem” interior a comandá-los mecanicamente. Na realidade, os projetos de assentamentos é que não prevêm a continuidade das gerações.

As próprias relações produtivas pelas quais passaram seus pais não fazem parte dos planos dos jovens e a busca por alternativas de engajamento no mercado formal de trabalho não passa, necessariamente, pela vida no campo.

A realidade vem mostrando que para o filho do assentado é melhor sair para o corte de cana-de-açúcar que ficar desenvolvendo as mesmas práticas com os mesmos problemas de financiamentos e baixos índices de produtividade que não levam à renda esperada.

Ao longo desses 20 anos, as descontinuidades no processo produtivo, conseqüência também de projetos elaborados que não levaram em conta inúmeras situações que vão desde as escolhas dos produtos a serem cultivados, os povoados dentro do assentamento que seriam beneficiados e até a prática do cultivo e assistência técnica que seriam prestadas, contribuíram para a saída dos jovens para o corte de cana-de-açúcar nos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul e Goiás.

Barone (2006, p. 206) atribui esses equívocos nos projetos:

As políticas para os assentamentos em geral, são elaboradas por técnicos, estes distantes da realidade social dos assentados, que por sua vez, são ignorados, bem como sua história, seus valores e interesses. Em decorrência, o resultado dessas políticas (no tocante aos aspectos financeiros) são considerados tensões entre os membros dos assentamentos e as entidades governamentais que são responsáveis por sua execução.

Tedesco (2001, p. 87), no seu texto sobre agricultura familiar, realidades e perspectivas, vai mais longe e chama a atenção para a fragilidade das políticas agrícolas, afirmando:

O conjunto de medidas que visam orientar, disciplinar e promover o meio rural, a curto, médio e longo prazo, para manter ou ascender o nível de vida, é chamado de política agrícola. Com base nessa premissa, vê-se que, no país, ela nunca existiu; somente se identificam políticas de safra e, ainda, muitas vezes, insuficientes e inoportunas. Muitos aspectos econômicos (comercialização, crédito rural, política de garantia de preços mínimos, seguro agrícola), de legislação (trabalhista, fiscais, meio ambiente, associativismo) e de usufruto de infra-estrutura, saúde, educação, lazer deixam muito a desejar, pois são inexistentes ou de má qualidade.

Não se está estabelecendo nem limitando ao processo produtivo a vida dos trabalhadores assentados, contudo não se pode deixar de lado que a busca pela qualidade de vida passa pela possibilidade de incremento da renda.

Analisando a afirmativa de Tedesco (2001), percebe-se que os programas também funcionaram mais como propostas emergenciais e paliativas e, por esse motivo, há instabilidades no desenvolvimento de programas que assegurem a renda nos assentamentos.

A própria preocupação com o imediatismo pode ter levado a desencontros e a pressa para dar respostas satisfatórias à sociedade enveredaram os assentados numa lógica de desenvolvimento rural que primou pelo mercado e as estratégias, que poderiam consolidar os assentamentos enquanto ações eficientes de reforma agrária, não fizeram parte do planejamento das atividades a serem desenvolvidas (MAZZINI, 2007).

Embora esse problema esteja na pauta do dia de diversos pesquisadores, não se pode perder de vista que as experiências acumuladas pelos assentados, ao longo dessas duas décadas, foram relevantes para o fortalecimento das relações políticas que culminaram em cobranças para a melhoria da infra-estrutura social, como construção de escolas, poços artesianos, estradas e instalação da eletrificação rural, e essas pressões extrapolam o processo produtivo. Segundo Bavaresco (1999, p. 275):

[...], para analisar o desempenho socioeconômico de assentamentos rurais, não basta, simplesmente, empregar os métodos de análise econômica contidas nos manuais de economia. Há que se ter presente que existe uma série de outras variáveis, às vezes não quantificáveis, como a trajetória de vida das pessoas e a forma de intervenção do poder público na definição dos projetos, as quais podem ter um peso bastante expressivo na dinâmica interna dos assentamentos.

Ferrante (2006, p. 20) relata que outras relações e formas de gestão devem ser pensadas:

Tomamos como fio condutor da análise uma contínua experiência de investigação, que também já acumula 20 anos, junto aos assentamentos rurais do estado de São Paulo. Consideramos que essas experiências representam inovações na gestão territorial e constituem, em sua multidimensionalidade uma trama de tensões

sociais – relações construídas por distintos atores em diferentes âmbitos da vida social – reveladora das contradições e possibilidades desse tipo de agricultura familiar frente aos constrangimentos estruturais das economias regionais e do entorno sociopolítico.

Constrangimentos esses que são frutos do que se denomina de permanências no processo produtivo. Apesar de algumas experiências agroecológicas terem sido iniciadas em alguns assentamentos, como em Conceição Rosa, no município de Itapecuru Mirim, verificou-se, na maioria dos assentamentos rurais, a permanência na utilização dos equipamentos para a produção, refletindo na baixa produtividade das culturas e a própria descontinuidade na concessão do crédito pode ter contribuído para a manutenção das práticas empregadas. (Foto 4).

Na foto 4, o representante do povoado Picos II aponta para a roça de toco relatando as dificuldades que sempre enfrentou nos termos em que segue a transcrição:

Essa é minha área. Duas linhas que vou plantar de mandioca e arroz e tenho outra lá atrás, eu não tenho mais como aumentar mais... e sempre foi assim, sempre no toco, com chuva ou sem chuva, com assistência técnica ou sem assistência técnica, sempre foi assim. (Presidente da Associação do Povoado Picos II. Entrevista realizada em maio de 2008)

As mesmas condições foram encontradas no Povoado Galvão no Assentamento Rural Galvão/Cantanhede que foi criado em 1995 com 230 famílias em uma área de 5.540 ha e que já se encontra com seu plano de desenvolvimento discutido com os assentados e há técnicos do Programa de ATES desenvolvendo o trabalho de assessoria técnica na área (Foto 5).

O assentamento Galvão/Cantanhede também tem suas particularidades. Apresenta mais de um povoado, teve acesso a financiamentos e assessoria técnica, porém não conseguiu manter uma organização associativa que estabelecesse entre os associados uma preocupação com equipamentos públicos financiados, levando ao sucateamento dos mesmos e não arcando com a responsabilidade sobre a sua utilização.



Foto 4 - Área preparada para produção de arroz, milho e mandioca no Povoado Picos II no Assentamento Rural Entroncamento
Autor: MATTOS JUNIOR, José Sampaio/Dezembro de 2007



Foto 5 - Área preparada para produção de arroz, milho e mandioca no Povoado Galvão no Assentamento Rural Galvão/Cantanhede
Autor: MATTOS JUNIOR, José Sampaio/Dezembro de 2007

Esse é um ponto considerado de estrangulamento entre os técnicos que prestam serviço de assessoria técnica e ambiental na área, pois um resgate ao comprometimento com a manutenção com bens adquiridos seria necessário e recuperar a auto-estima desses trabalhadores compreendendo a lógica das relações estabelecidas antes mesmo da formalização das entidades seria o ponto de partida.

Outro caso que também não foge à regra é o Assentamento Piqui da Rampa, criado em 1999 com 22 famílias assentadas em 424 ha e que atualmente continua utilizando as mesmas técnicas, no entanto seus beneficiários já têm acesso à internet através do programa do Governo Federal de inclusão digital (Foto 6).



Foto 6 - Área preparada para produção de arroz, milho e mandioca no Povoado Piqui da Rampa no Assentamento Piqui – Vargem Grande

Autor: MATTOS JUNIOR, José Sampaio/Dezembro de 2007

A permanência das técnicas utilizadas contrapõe-se ao uso de tecnologias educacionais utilizadas no assentamento, o que se observa é que lentamente há inclusão que, dependendo da condução do processo de acesso às tecnologias, pode não dar o resultado esperado, levando a uma aculturação.

Por sua vez, este capital cultural que os indivíduos são “forçados” a absorver, “na sua bagagem” transforma-os em meros consumidores

dos produtos comercializados pelo sistema capitalista e, como o sistema capitalista é controlado por instrumentos produzidos pelo poder hegemônico, conforme muito bem descreveu Mesários (2003), fica evidente que a educação assume uma grande e fundamental importância nesse controle (LOPES, 2006, p. 87).

Em conversa informal com um assentado nesse povoado do Assentamento Piqui da Rampa, perguntou-se sobre o acesso à tecnologia, o mesmo respondeu que uma filha estava freqüentando a sala de internet, mas ele mesmo não se sentiu estimulado a conhecer o ambiente.

Esse pode ser um exemplo de que não basta dotar os assentamentos de tecnologias se o acompanhamento para a inserção dos moradores no ambiente não se fizer de forma contínua, estabelecendo uma interface com o processo educacional.

Não se pode esperar que de uma hora para outra se tenha acesso a novas tecnologias que têm como objetivo desenvolver e incluir pessoas no processo de informação e que o quadro produtivo mude na mesma velocidade, no entanto as condições de estruturas onde foi implantado e suas condições de manutenção permitem algumas análises prospectivas desfavoráveis à inclusão da comunidade.

O Assentamento Piqui da Rampa também pode ser considerado, dentro de análises preliminares, um projeto com uma organização associativa coesa, porém com permanências no processo produtivo, o que leva à conclusão de que só a organização dos trabalhadores não é satisfatória para as mudanças significativas nas formas de produzir.

As distâncias temporais entre os financiamentos e a assistência técnica também são relevantes na análise das permanências. Como exemplo, há a liberação de créditos para o mesmo assentamento como no caso do Projeto de Assentamento Leite que foi criado em 1988, no município de Itapecuru Mirim, e só recebeu o primeiro crédito PROCERA em 1993, sendo contemplado depois nos anos de 1994, 1995, 1996 e 1998, todavia, apesar de ter sido para o mesmo assentamento, foi para povoados diferentes, o que significou a implantação de no máximo dois créditos por povoado na década de 1990.

É como se a liberação dos créditos fosse suficiente para alavancar o processo produtivo, possibilitar um incremento na renda dos assentados e dinamizar

a economia local. Essas seriam as condições ideais. Segundo Resende (1999, p. 14):

Ora, um programa especial de crédito acoplado à reforma agrária, se devidamente formulado, pode dar uma grande contribuição no sentido de fomentar o aumento da produção e da produtividade agrícolas do assentado, simultaneamente à sua maior integração ao mercado. As razões são as seguintes: a) ele viabiliza o investimento necessário, ou seja, contorna a forte restrição de capital que caracteriza o público-meta da reforma agrária; e b) força a reorientação mercantil, ao criar um compromisso financeiro que só pode ser resgatado por meio de investimento na produção visando ao mercado; o crédito estaria, assim, cumprindo um papel de *aríete* na promoção da produção mercantil.

Outro fator que pode ter contribuído para as permanências no processo produtivo foi a extinção da EMATER no ano de 1998, justo na década em que se inicia a elaboração e expansão de projetos técnicos para a liberação de financiamentos para produção nos assentamentos. Segundo Dias (2007, p. 38):

[...] a extensão rural maranhense evoluiu de forma rápida, até a década de 80, quando a partir daí passou a apresentar desacelerações até o ano 1998, quando foi definitivamente extinta durante o primeiro ano do governo de Roseana Sarney.

Continuando as considerações, as descontinuidades estão na criação e extinção de comissões do PROCERA, do PROCERA/LUMIAR e do PRONAF, esta última comissão sendo criada a partir do ano 2000 (ANEXO B).

Atualmente a própria instabilidade na viabilização das parcerias entre o INCRA e as entidades que prestam o serviço de ATES pode determinar avanços e recuos em número de contratos do PRONAF e, conseqüentemente, nos avanços e recuos da produção agrícola.

Fazendo um resumo sobre as temporalidades para evidenciar uma permanente descontinuidade (Quadro 2), observam-se, em menos de 40 anos, mudanças de estruturas que vão afetar diretamente não só o processo produtivo nos assentamentos, mas em todo o Estado.

O que se verifica, nesse quadro, são as constantes descontinuidades nas estruturas de apoio à implantação de projetos e programas levando a um ambiente de insegurança e transformando os assentamentos em territórios instáveis no processo produtivo.

ACONTECIMENTOS	ANO
Criação da EMBRATER e implantação do SIBRATER	1970
Criação da EMATER-MA e Implantação de escritórios em todos os Municípios do Maranhão.	1975
Extinção da EMBRATER	1990
Alteração na comissão do PROCERA-MA	1993
Início da liberação dos recursos para o Financiamento dos projetos produtivos pelo PROCERA no Maranhão	1993
Institucionalização do PRONAF	1996
Extinção da EMATER, da EMAPA e da SAGRIMA	1998
Criação das 18 Gerências Regionais e 8 Gerências Centrais, SAGRIMA foi transformada em Subgerência ligada à Gerência de Estado de Planejamento (GEPLAN)	1998
Constituição da Secretaria Executiva da Comissão Estadual do PROCERA/LUMIAR	1999
Extinção da Comissão Estadual do PROCERA/LUMIAR	1999
Extinção do PROCERA	1999
Constituição da Unidade de Articulação e acompanhamento do PRONAF	1999
Criação da GEAGRO-MA	2002
Criação da SEAGRO-MA	2004
Implantação das ATES	2005
Reestruturação da SEAGRO e Criação da AGERP – Agência Estadual de Extensão Rural, Assistência Técnica e Pesquisa.	2006
Término dos contratos de ATES entre as Entidades e o INCRA	2008
Reinício das atividades de ATES nos Assentamentos Rurais	2009

Quadro 2 - Descontinuidade temporal nas estruturas de apoio à produção agrícola no Estado

Org. MATTOS JUNIOR, José Sampaio

Para demonstrar essa descontinuidade, e os descompassos institucionais verificou-se que da criação da EMATER até a sua extinção com toda estrutura de apoio a pesquisa e extensão levaram apenas 23 anos e constatou-se que na década de 1990 onde o número de famílias assentadas foi mais acentuado coincide com a década de desestruturação das Instituições de apoio ao processo produtivo, no caso a EMATE e a EMAPA.

Outros pontos que podem ser destacados estão relacionados à Constituição da Secretaria Executiva da Comissão Estadual do PROCERA/LUMIAR, Extinção da Comissão Estadual do PROCERA/LUMIAR e Extinção do PROCERA todos esses eventos acontecendo no mesmo ano de 1999 que culmina no atraso de parecer técnico para as linhas de financiamento o que compromete a liberação do crédito em tempo hábil para o plantio.

Outra descontinuidade mais recente que merece destaque é entre o tempo de término dos contratos de ATES entre o INCRA e as entidades conveniadas e a assinatura de novos contratos para continuação das atividades nos assentamentos.

Levando-se em consideração que um contrato tem duração de três anos para que os técnicos possam oferecer aos assentados cursos de capacitação, assessoria

técnica, e preparar projetos PRONAF, um ano sem contrato equivale a um terço do programa sem atividades de assessoria nos assentamentos rurais provocando uma série de problemas que vão desde o atraso na preparação dos projetos produtivos até a liberação das linhas de créditos.

A realidade pós-criação dos assentamentos deixou clara a importância de minimizar os conflitos sociais, mas, por outro lado, várias questões precisavam ser postas na mesa para discussões que levassem em consideração outros aspectos que necessitavam de encaminhamentos para uma resposta também econômica e ambiental e essas discontinuidades levam sempre os assentamentos a estaca zero sendo necessários novos investimentos para iniciar, novamente, os projetos produtivos.

Em contrapartida, analisando os dados sobre a criação de gado bovino, pode-se constatar que não houve recuo no seu efetivo nem oscilações negativas significativas que demonstrassem uma mudança no quadro do efetivo de gado bovino na Microrregião Geográfica do Itapecuru Mirim com acréscimo de 2000 para 2006 de 29,6% no seu efetivo (Gráfico 15).

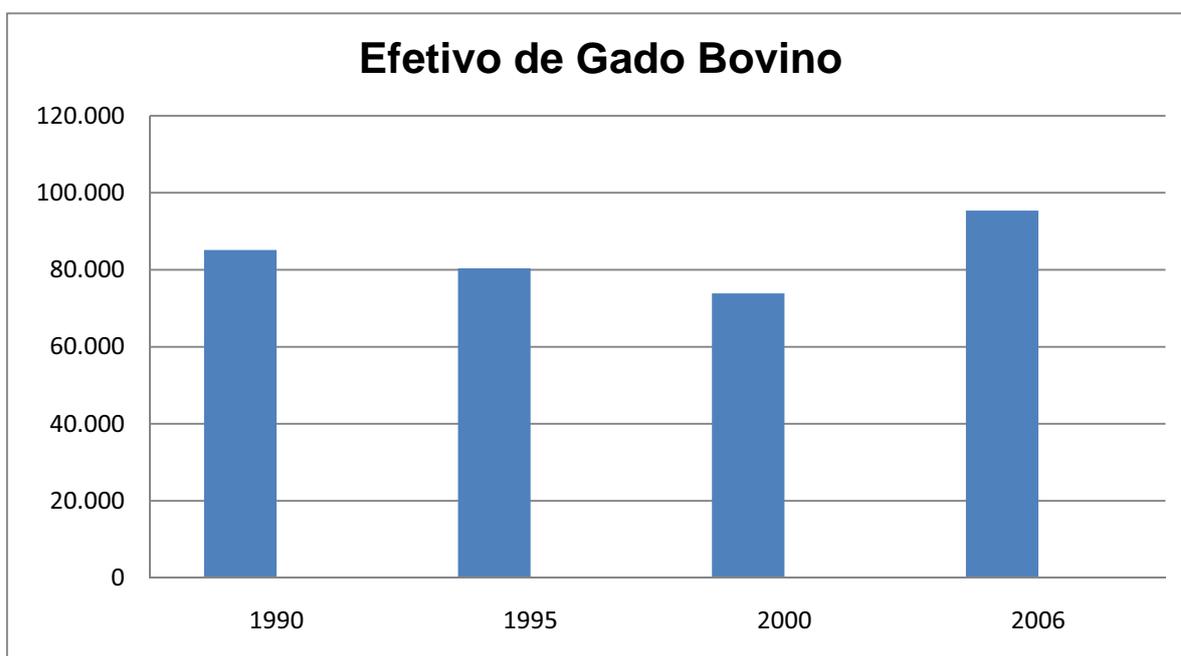


Gráfico 15 - Efetivo de gado bovino na Microrregião Geográfica de Itapecuru Mirim entre os anos de 1990, 1995, 2000 e 2006

Fonte: Pesquisa Pecuária Municipal – PPM – IBGE

Org.: MATTOS JUNIOR, José Sampaio

Apesar do acréscimo de 29% no efetivo bovino de 1996 para 2006, verificou-se um decréscimo de aproximadamente 16% na área de pastagens, mesmo não sendo uma das principais microrregiões produtoras, a redução na área de pastagens não foi o suficiente para provocar alterações significativas na criação extensiva do gado bovino. Estas informações permitem afirmar que há uma relação próxima entre o aumento no efetivo bovino e o acréscimo no número de estabelecimentos com pastagens havendo uma opção pelo financiamento do gado bovino tanto pelo grande proprietário quanto pelos pequenos agricultores familiares (IBGE, 2006).

Apresenta-se um retrato da Microrregião Geográfica do Itapecuru Mirim em relação à agricultura familiar, fruto de uma descontinuidade permanente das políticas públicas, da insegurança contratual dos técnicos e da instabilidade dos programas voltados para os beneficiários da reforma agrária.

Ao longo do próximo capítulo, serão apresentados elementos sobre a organização territorial do Assentamento Entroncamento, aprofundando as reflexões sobre as articulações que propiciaram os avanços e recuos nos processos produtivos, evidenciando que os mesmos não se explicam por si só, mas por um conjunto de elementos que já foram apresentados preliminarmente, mas que serão analisados em maior profundidade.



3. AS DIFERENTES DINÂMICAS TERRITORIAIS NO ASSENTAMENTO ENTRONCAMENTO

No capítulo anterior foi demonstrado como o processo de regularização se fez presente no campo maranhense, principalmente na Microrregião Geográfica de Itapecuru Mirim e como a própria formação dos povoados foi benéfica para o fortalecimento das lutas, da pressão sobre as instituições, no caso o INCRA, para a desapropriação e reconhecimento dos direitos dos trabalhadores rurais que ocupavam aquelas terras.

No caso do Assentamento Entroncamento, houve uma articulação entre povoados que não guardavam entre si uma relação tão próxima no que diz respeito à participação em projetos produtivos comunitários, formação de associações de trabalhadores rurais e problemas de conflitos fundiários, como exigência para pagamento de renda, apesar de 90 % dos trabalhadores entrevistados responderem que já moravam na área que envolve o assentamento e também manifestarem que o principal motivo para participarem da mobilização para a desapropriação da área seria a regularização das terras trabalhadas e que alguns proprietários já estavam espalhando que as terras trabalhadas eram de seu domínio querendo estabelecer o pagamento da renda (Gráfico 16).

É relevante frisar que o Assentamento Entroncamento foi formado a partir da mobilização de trabalhadores rurais de oito (8) povoados que apresentavam características culturais distintas, sendo os povoados Felipa e Oiteiro formados por remanescentes de quilombos e os demais povoados de trabalhadores que ocuparam a área sendo que a maioria dos trabalhadores entrevistados dos povoados que compõem o assentamento eram posseiros, conforme se verifica no gráfico 17.

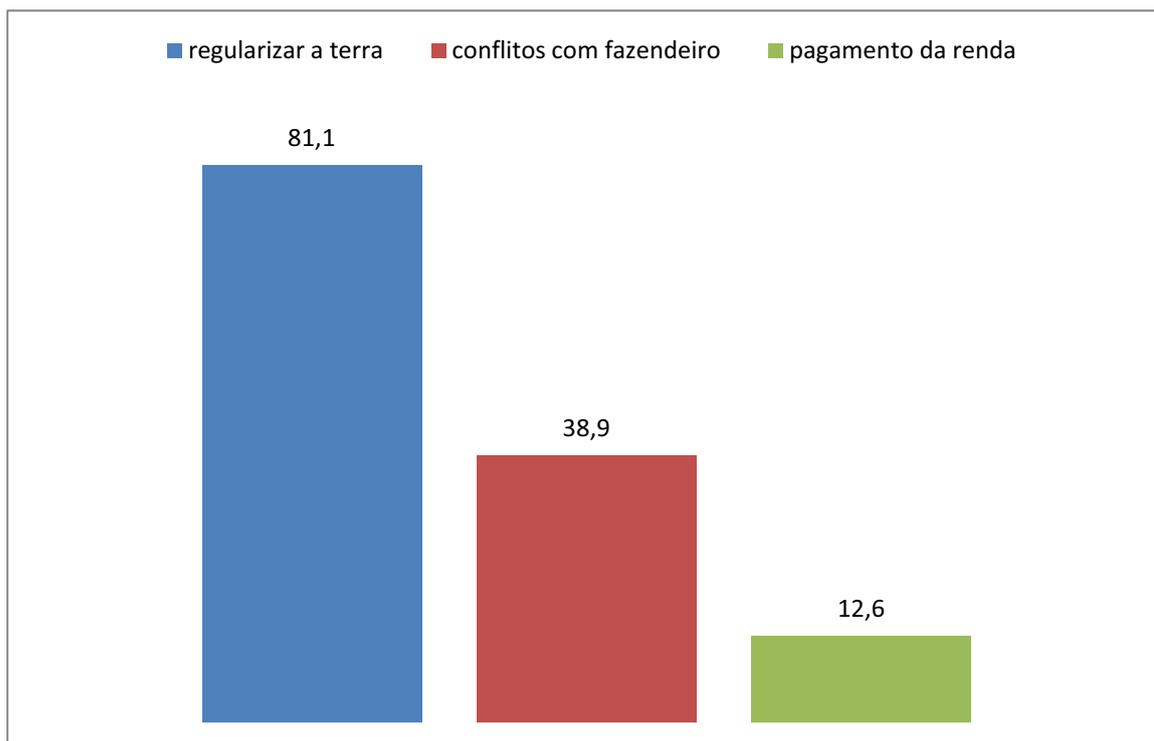


Gráfico 16 - Percentual de assentados que responderam sobre os motivos que levaram à luta pela desapropriação

Fonte: Pesquisa de Campo

Org.: MATTOS JÚNIOR, José Sampaio

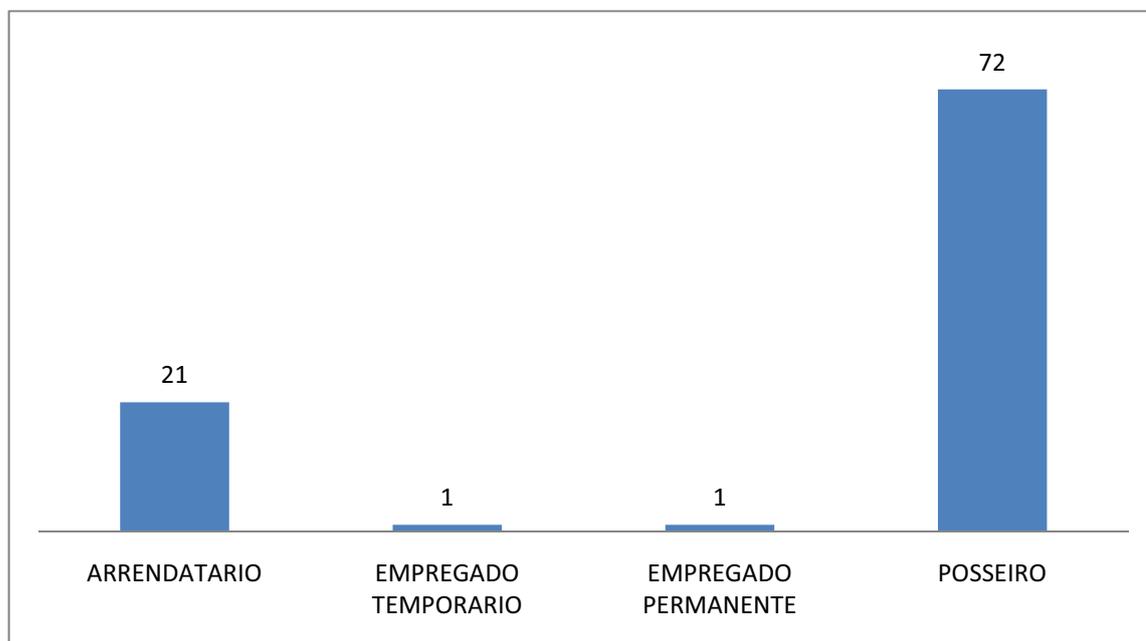


Gráfico 17 - Condição do beneficiário antes do assentamento em 1986

Fonte: Pesquisa de Campo

Org.: MATTOS JÚNIOR, José Sampaio

O gráfico 16 ratifica que nem todos os assentados pagavam renda ao proprietário constantemente, porém estavam sempre em momentos de tensão pela possibilidade dos acirramentos dos conflitos no povoado que dá o nome ao assentamento¹⁴. O povoado Entroncamento, localizado à margem das rodovias Br 222 e 135, foi um dos principais pontos de conflito entre os proprietários de terra José Ribamar Prazeres e os trabalhadores rurais que tiveram suas casas queimadas, bem como pela intensificação da cobrança da renda nas áreas cultivadas pelos trabalhadores rurais. Esse quadro de tensão se agravou pelo fato dos trabalhadores não aceitarem mais as imposições de possíveis proprietários, pois os mesmos declararam que já trabalhavam na agricultura e moravam na área antes da criação do assentamento, como demonstra o gráfico 18, não sendo mais admissível, segundo os assentados, a exploração e a insegurança na hora de produzir e colher a produção.

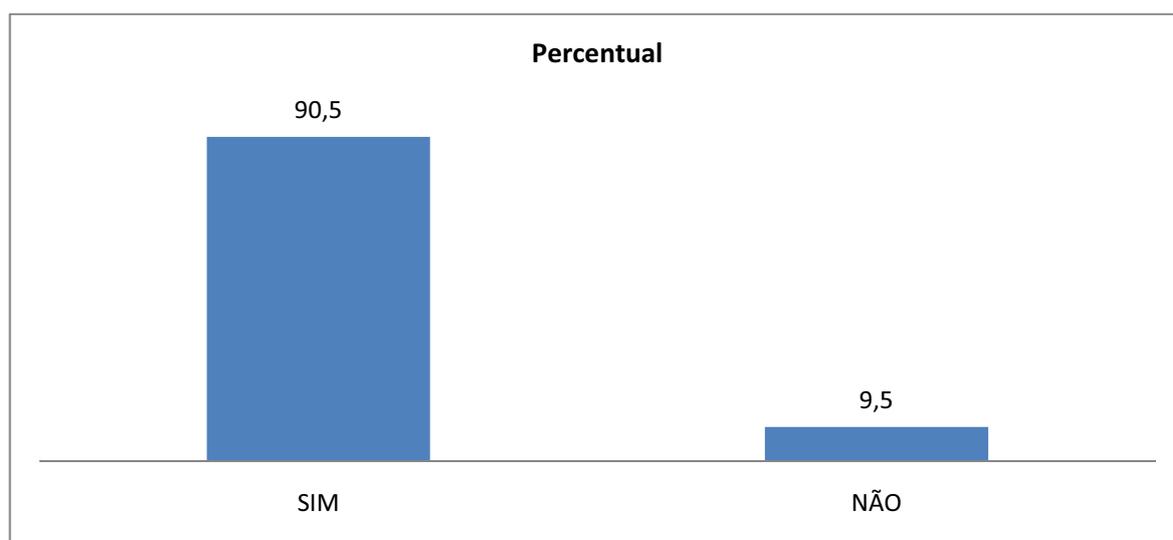


Gráfico 18 - Percentual de assentados que sempre residiram na área que envolve o assentamento

Fonte: Pesquisa de Campo

Org.: MATTOS JÚNIOR, José Sampaio

¹⁴ Segundo Santos (1997), em 1924 a Gleba Entroncamento, compreendendo as datas Saco Grande, Santa Rosa e Bebedouro, foi passada pelos Srs. Joaquim Nogueira da Cruz, Paulo José Vidinha Urbano Belfort, Carlota M. Gonçalves e outros. Em 1954 houve a divisão e demarcação da Gleba que posteriormente foram vendidas e transferidas a terceiros.

Observa-se que, a partir de meados da década de 1950, com a repartição da Gleba e as transferências para terceiros, os conflitos pela posse da terra com os trabalhadores rurais e os novos proprietários se tornam cada vez mais constantes e, entre o final da década de 1970 e o início da década de 1980, o sindicato e a federação dos trabalhadores vão tentar iniciar um diálogo entre os proprietários e os trabalhadores não havendo por parte dos proprietários o reconhecimento da legitimidade da posse da terra pelos trabalhadores rurais.

Só a partir do acirramento dos conflitos no povoado Entroncamento é que vai ser necessária a intervenção do Sindicato e da Igreja para denunciar o proprietário junto às autoridades competentes e para mobilização dos trabalhadores com o objetivo de criar uma associação e fortalecer o processo de resistência contra os possíveis proprietários de terra e reivindicar junto ao INCRA desapropriação da área. Segundo Santos (1997, p.20):

Em 1983, algumas tentativas de solução amigável foram adotadas, com participação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itapecuru Mirim/MA, Igreja, Prefeitura Municipal, FETAEMA e INCRA. Devido a expulsão de lavradores e queimada das casas, os povoados da Gleba Entroncamento constituíram um clima de grave tensão social. Os acordos resultaram inócuos e não contribuíram para amenizar os conflitos no imóvel.

Para o presidente do Povoado Picos I, o papel da Igreja e do Sindicato dos trabalhadores Rurais de Itapecuru Mirim vão ser fundamentais tanto na viabilização das formulações das denúncias contra os proprietários quanto para a mobilização dos trabalhadores rurais para o processo de desapropriação das áreas em litígios.

Para o presidente da Associação do Povoado Entroncamento, é a partir da criação da associação de trabalhadores rurais do Povoado Entroncamento, incentivados pela Igreja, que se deu a sensibilização de trabalhadores de outros povoados que já estavam receosos de passarem pela mesma situação e criaram também suas associações com o apoio da Igreja e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itapecuru Mirim.

Essa possibilidade de criação de associações por povoado leva a uma articulação envolvendo os povoados de Entroncamento, Felipa, Cachoeira, São José

dos Matos, Oiteiro, Picos I, Picos II e Jaibara para a criação do assentamento com objetivo, em primeiro lugar, de melhoria na infra-estrutura (Gráfico 19).

Essa articulação só se estabeleceu pelo papel da Igreja, do Sindicato e dos movimentos sociais presentes em colocar a importância do envolvimento dos trabalhadores rurais para a compreensão sobre assuntos que evidenciassem a garantia de direitos negados pelo Estado oligárquico e a orientação para uma discussão junto às instituições competentes sobre os novos rumos que a política agrária deveria tomar.

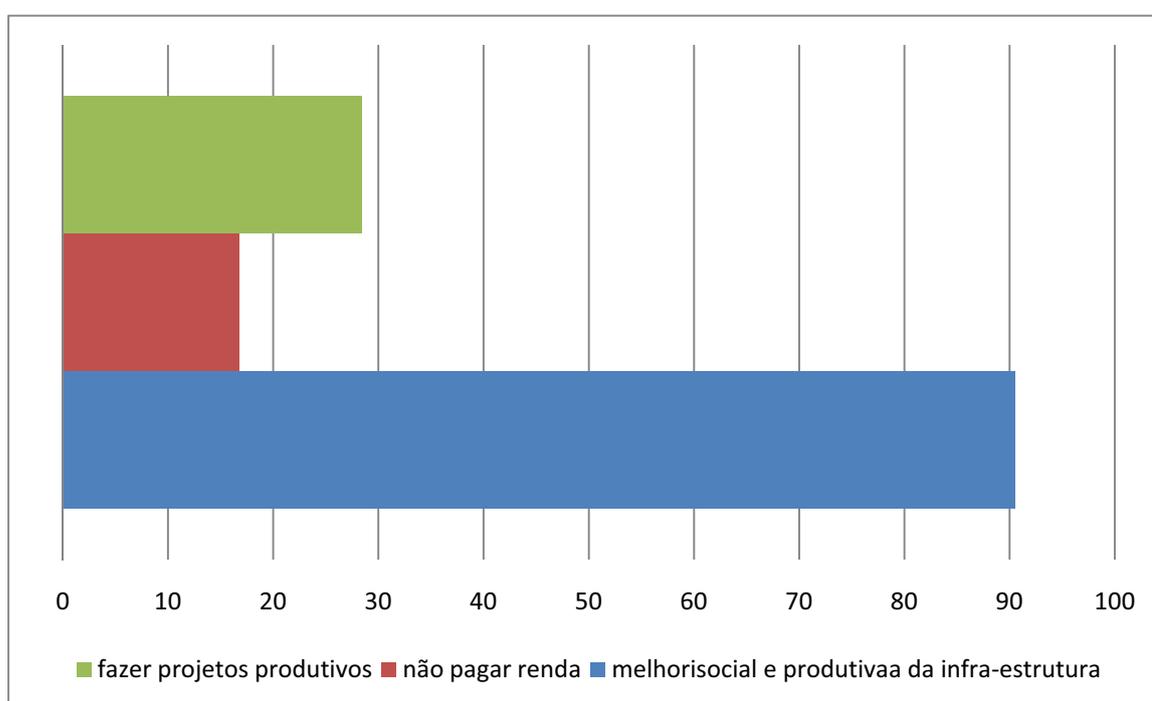


Gráfico 19 - Expectativa com a criação do assentamento

Fonte: Pesquisa de Campo

Org.: MATTOS JÚNIOR, José Sampaio

Essa mobilização motivou os trabalhadores dos povoados envolvidos a participarem de todos os momentos que envolviam a desapropriação e a criação do assentamento sendo fundamental na cobrança de ações do INCRA que culminam com a elaboração de um plano preliminar do Assentamento Entroncamento (ANEXO C).

Na visão de Neves (1997, p. 238):

O papel desempenhado pelos dirigentes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais fora fundamental. Reabrindo a esperança na elaboração de um projeto para o futuro e aceitando a posição de mediador provido de uma autoridade política, aqueles dirigentes, da perspectiva dos ex-trabalhadores que aderiram à proposta apresentada, personalizavam o novo sistema de autoridade e referenciavam um novo mundo social que se constituía, legitimando as iniciativas dos demais mediadores presentes no campo. Qualquer ordem dirigida aos ex-trabalhadores só era relativamente acatada após o referendo dos dirigentes sindicais, que passaram a estar presentes diariamente entre eles, apoiando e administrando com os titulares institucionais.

Essa mediação vai qualificar o debate em torno da questão agrária entre os trabalhadores rurais e proporcionar uma ampla participação nas discussões sobre o processo produtivo, sobre a infra-estrutura social e o novo cenário para a implementação de políticas públicas.

Essa tomada de consciência foi extremamente importante para a mobilização e reivindicações que passavam pela posse da terra e de políticas agrícolas específicas que contemplassem os trabalhadores rurais para o acesso ao crédito.

Segundo o integrante da equipe técnica, no primeiro momento, a desapropriação atingiria apenas cinco povoados que faziam parte da Gleba Entroncamento (Entroncamento, São José dos Matos, Jaibara, Cachoeira Picos I e II), todavia havia uma articulação de outros povoados das proximidades que necessitavam de uma regularização fundiária que era o caso do Povoado Oiteiro e do povoado Felipa.

[...] quanto chegou no Entroncamento foi verificado que a questão não era só o Entroncamento, aquele pedacinho, a ação envolvia 5 povoados que faziam parte dessa Gleba do Entroncamento e pertenciam a vários proprietários. Ai terminou a área se expandindo pra 7 mil, 6 mil e pouco hectares, porque ficou uma dúvida entre 7 ou 6, tanto é que ela saiu com 7, mas depois ela ficou houve umas exclusões, terminou ficando com 6 e pouco, essa é a área real, e 300 e tantas famílias nesse tempo, 300 e poucas famílias foram cadastradas, 311 nesses..., envolvia o Oiteiro, Jaibara, Entroncamento, Picos, Picos 1 e Picos 2, Picos 2, envolvia Freicheira, deixa eu ver 5, Oiteiro e Cachoeira, Entroncamento, Picos, Picos 1 e Picos 2, Picos 2 entrou depois, Picos 1 e Picos 2 (Entrevista realizada com um integrante da equipe técnica que acompanhou o processo de desapropriação e criação do assentamento, em janeiro de 2008).

A pressão pela desapropriação e criação do assentamento ultrapassou os limites antes definidos pelo INCRA e abrangeu outros povoados que viram uma possibilidade única de regularizarem suas terras.

3.1. A oficialização do território

Com a criação do assentamento rural, um dos primeiros empecilhos para se reverter o quadro da pobreza rural estava sobrepujado, novos desafios estavam sendo lançados, seriam novas etapas e metas estabelecidas institucionalmente pela esfera federal (INCRA) para os trabalhadores rurais, agora beneficiários da reforma agrária, com experiências díspares nas organizações associativas e diferentes formas de pensar os aspectos culturais, políticos, sociais e econômicos.

Para uma das pessoas que foi representante da associação do povoado Filipa, foi a oportunidade de continuar desenvolvendo as suas atividades e o reconhecimento de uma área quilombola, haja vista que as terras não eram de proprietários como afirma Silva (2005, p. 87)

A ação do INCRA junto à comunidade de Filipa teve início, segundo a Sra. Nielza, com a oferta de projetos para a comunidade, ou seja, apresentando o assentamento como possibilidade dos seus membros terem acesso às políticas públicas direcionadas especificamente para os chamados assentados, principalmente o crédito rural através do PROCERA – Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária [...] Fazer parte do projeto de assentamento significava ter acesso a uma série às políticas públicas que até então a comunidade não havia acessado.

Todavia as características culturais que, segundo Silva (2005), permaneceram foram o engajamento dos seus moradores nas atividades que consideram voltadas para o “benefício da comunidade”, a gestão dos bens de uso comum, o processo de organização para a manutenção dos bens e o trabalho comunitário para os cultivos dos produtos, traços marcantes para que esse povoado também denominado de comunidade da Filipa se sobressaísse posteriormente dos demais povoados do Assentamento Entroncamento além da própria identidade com o lugar, segundo um assentado membro da associação do Povoado Filipa:

O Entroncamento era a sede, pra morar os 311 assentados, que foram assentados neste assentamento, na época, das 08 comunidades dava 311 famílias. Desses 311 famílias, cada um tinha um local de casa lá no assentamento, lá, então, qual era o pensamento do INCRA na época era, e dos técnicos que acompanhavam, lá no assentamento, lá no Entroncamento, todas as famílias se mudassem pra lá e fizessem uma vila, eu acho que essa que era o objetivo, só que a Felipa, quando se instalou aqui, ...disse que daqui ele não sairia, ai, ninguém por que nacemo aqui as nossas coisas estavam aqui... ninguém foi pra lá, então, essa que foi a posição dentro desse assentamento foi desapropriação geral, nela todinha, onde englobou Felipa inteira, São José do Matos, Cachoeira, entendeu (Entrevista realizada em março de 2008)

Outros moradores que ouviam as respostas também faziam alguns resgates interessantes, falando da própria formação do povoado Filipa e os seus primeiros moradores, as tradições culturais e, mesmo distantes das vias de escoamento, da produção, pesaram mais as relações construídas ao longo das histórias de vida.

No caso do povoado Oiteiro, segundo o presidente da Associação, a regularização fundiária teve um papel fundamental na diminuição das tensões e dos conflitos estabelecidos no povoado Entroncamento, mas que, para as famílias que já moravam no povoado Oiteiro antes da desapropriação e tinham seus 30 hectares de terras, não foi de tudo um bom negócio:

Em primeiro lugar a gente criou uma associação, dentro da área aqui do Oiteiro. Aí em segundo lugar veio a desapropriação, que foi o INCRA que entrou, só que hoje a gente deu por conta que aquela é uma área que não podia ser desapropriada, porque ela tinha vários donos, tinha pessoas que tinha 20 hectares, tinha pessoas que tinha 30 hectares, o INCRA disse que pagaria, levaram o processo pro INCRA, até hoje corre em segredo da justiça, as pessoas que quebraram coco e fizeram algodão e plantaram arroz e eram donas das terras até hoje nunca receberam nada (Entrevista realizada em maio de 2008).

Segundo um dos assentados, morador do povoado Oiteiro, o aglomerado rural não era alvo de conflito e sim eram vários lotes com média de 25 hectares e que pertenciam a seus familiares. Na visão desses donos dos lotes desapropriados, o INCRA beneficiou outros trabalhadores rurais que não tinham terras ao desapropriar a área como parte do Assentamento Entroncamento, entretanto o

tamanho do lote, estipulado para os assentados de 10 hectares individual, reduziu o tamanho das suas antigas áreas em até 15 hectares, aproximadamente, e apesar de continuarem como beneficiários da reforma agrária, em lotes menores, os mesmos não receberam nada pela desapropriação das suas áreas..

Como se pode perceber parece que houve um problema de comunicação e de compreensão sobre a criação do assentamento e explicar para os moradores de Oiteiro não foi fácil segundo um integrante da equipe técnica do INCRA:

Foi também uma outra luta para explicar para eles porque que teria que ser desapropriado porque eles eram minifundiários, ou seja, a terra que eles tinham, como domínio mesmo, era insuficiente para a quantidade de família. Aí teve que entrar numa outra área do cidadão pra poder ampliar a área deles (Entrevista com o integrante da equipe técnica, realizada em maio de 2008).

Na verdade só um pequeno número de famílias tinha posse de áreas em torno de 25 hectares, no povoado Oiteiro, com o processo de desapropriação e favorecimento de outras famílias dentro do povoado, os mesmos alegam que não foram indenizados pela desapropriação e mesmo com o tamanho do lote oferecido, por família, significava perda e prejuízos.

Verifica-se que a formação do Assentamento Entroncamento passa por toda uma relação que compreenderá tanto o envolvimento das instituições públicas quanto das entidades não governamentais e um conjunto de povoados que naquele momento se apresentaram com infra-estruturas diferenciadas com povoados à margem da BR 135 no caso dos povoados Entroncamento, Picos I, Picos II e uma parte do povoado Oiteiro com povoado à margem da BR 222, como o caso de Cachoeira e povoados distantes das BRs no caso Felipa, São José dos Matos e Jaibara, Tingidor e Fugido, mas com pontos em comum no caso da regularização fundiária, falta de acesso permanente às áreas de produção, falta de postos de saúde e falta de escolas de ensino fundamental em todos os povoados que estão localizados distantes das rodovias federais.

Levando em consideração as reflexões de Haesbaert (2004) sobre a utilização do conceito de território usado por Milton Santos para promover uma discussão sobre a desapropriação e criação do Assentamento, podem-se identificar os proprietários de terras como os atores hegemônicos pela possibilidade de exploração da área bem como da manutenção da cobrança de uma renda dos

trabalhadores rurais que moravam nos povoados localizados atualmente no assentamento e pela própria condição de aceitar ou não pessoas agregadas dos trabalhadores rurais para morarem dentro da área.

Do outro lado, haveria os trabalhadores rurais como os hegemonzados sem possibilidades de acessar linhas de financiamento, sem possibilidades de escolher as áreas e os instrumentos de produção e sem acesso à educação. O povoado seria o abrigo temporário já que o mesmo não tinha direito à posse da terra, podendo a qualquer instante não ser concedida área para o cultivo de subsistência (arroz, milho, feijão e mandioca).

Nesse caso a criação do assentamento seria a saída de uma condição subalterna e de pressão para outra condição não de hegemônico, no sentido de exploração dos recursos, mas outra possibilidade de concretização de sonhos e a construção de alternativas de produção que possam conciliar experiências de vida dos assentados e novas formas de produzir, segundo Moreira (2007).

Condição essa que era alvo de discussão histórica, segundo Lisboa (2007, p. 83):

Esta conjuntura trouxe um debate mais forte em torno da estrutura agrária que era colocada como inadequada e acatada como um dos problemas das deformações da economia, reforçando o discurso da Cepal de transformação das estruturas tradicionais. [...] à condição miserável em que viviam as massas rurais, associada à estrutura concentrada da terra, que pouco produzia, operavam como situações que demandavam correções.

Naquele momento estava alinhavada toda uma articulação política em torno da desapropriação e criação do assentamento: os trabalhadores rurais, a Igreja, o Sindicato e o INCRA. Não haveria contradições ou características locais diferenciadas que fossem impeditivas da criação de um território. Na visão da instituição federal, no caso o INCRA, a criação de um assentamento contemplaria praticamente todos os envolvidos no processo de regularização fundiária. Na visão do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e da Igreja, a construção de um território envolvendo vários povoados seria o fortalecimento das organizações associativas nas reivindicações coletivas de melhorias da infra-estrutura e do processo produtivo.

Diante desses processos em que trabalhador rural tem a posse da terra de fato e não de direito, segundo a lei de terras vigente desde 1850, houve a desterritorialização do proprietário rentista e a possibilidade da territorialização de

novas práticas de cultivo, novas relações sociais e novas formas de se articular com o poder público Municipal, Estadual e Federal pelo reconhecimento externo e institucional por meio da destinação do imóvel rural denominado, oficialmente, de Fazenda Entroncamento para a criação do Assentamento Entroncamento (ANEXO D) com a presença de 335 famílias distribuídas em Felipa (25 famílias), Oiteiro (30 famílias), Jaibara (47 famílias), Fugido (12 famílias), Cachoeira (19 famílias), Tingidor (01 família), São José (48 famílias), Entroncamento (64 famílias) e Picos (68 famílias). Seriam contempladas, segundo o Plano Preliminar do Assentamento, 230 famílias selecionadas de acordo com os artigos 24 e 25 do Estatuto da Terra, no entanto o número de famílias que seria contemplado pelo plano preliminar no ato da criação passou para 311 com um acréscimo de 81 famílias ficando, teoricamente, uma média de 24,47 ha para cada família.

Esse passa a ser para o sindicato, para a Igreja e para os trabalhadores rurais um momento histórico de conquistas de projeções futuras, segundo Buth e Corrêa (2006, p. 11):

[...] Os assentamentos apresentam-se como elementos reestruturadores do campo, pois, à medida que novos assentamentos são organizados, se estabelecem novas formas de produção, novas práticas e novas formas de organização do trabalho. Medeiros, Sousa e Alentejano (1998) assinalam que, embora ainda em número relativamente pequeno, os assentamentos têm se constituído como laboratórios de experiências sociais. Além de dinamizarem o debate sobre as perspectivas futuras do meio rural, eles têm embasado a discussão a respeito de um novo modelo de desenvolvimento fundado na unidade de produção familiar.

Para Silva (2008, p. 181):

[...] 1) os assentamentos de reforma agrária constituem o lugar mais adequado para se potencializar a forma social mais eficiente de produzir alimentos (a unidade familiar de produção) e para promover a segurança alimentar do conjunto da população; 2) os assentamentos de reforma agrária resultam da ação direta do movimento social organizado, e não de uma estratégia de desenvolvimento (políticas públicas) do poder público; e 3) no atual contexto socioeconômico do estado do Maranhão, os assentamentos constituem um processo irreversível, considerando-se a sua expansão quantitativa, as condições históricas dessa expansão e o contingente de famílias envolvidas.

Acredita-se que se chegou a todas as explicações possíveis para se contrapor a idéia de manutenção de estruturas que entravam o desenvolvimento da agricultura familiar no Estado e tanto os movimentos sociais quanto os pesquisadores das diversas áreas do conhecimento tanto na Universidade Federal do Maranhão (UFMA) quanto na Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) passaram a produzir trabalhos e pesquisas que tinham como objetivo conhecer a realidade dos assentamentos rurais, a história de vida dos trabalhadores, seu processo produtivo e as relações políticas construídas com esse novo cenário.

Essas projeções de mudança no estabelecimento de novos horizontes foram confiadas ao INCRA que assumiu a postura de conduzir os destinos das melhorias que seriam implementadas, referentes à demarcação dos lotes e referentes à elaboração, baseado no plano preliminar de estratégias de orientação das organizações associativas para a condução dos destinos dos projetos produtivos, como ponto de partida para a organização da produção, construção e vias de acesso entre os povoados e acesso aos créditos instalação.

Para Moreira (2007, p. 14), essa relação no processo de articulação com o INCRA pode levar a outros desdobramentos no planejamento dos trabalhadores, fugindo do controle o poder de decisão sobre os rumos do processo produtivo e estabelecendo uma nova dependência:

No entanto, como em todas as experiências humanas, o novo território não significa um rompimento radical com o passado. O vivido produz novas referências, que orientam novas práticas de manutenção ou de mudança, alimentando a capacidade de criar situações novas ou de reproduzir novos limites. Contudo, por paradoxal que seja, a lógica da dependência muitas vezes permanece. A lógica de reivindicar direitos frente ao Estado que deve ser o “provedor de todas as faltas”, retira de cena a questão de qual é a medida da responsabilidade dos assentados de lutar para ter condições de fazer a terra produzir. Em alguns assentamentos, corre-se o risco de reduzir a luta à conquista da terra e cobrar do Estado tudo o que falta. Supera-se a dependência frente ao patrão e cria-se a dependência frente aos funcionários públicos, às vezes muito a gosto desses últimos. Nesses casos, a possibilidade dos assentados de exercitarem a capacidade de planejamento do seu próprio desenvolvimento e se tornarem sujeitos plenos do processo perde-se.

Para Campói e Ferrante (2006, p. 51), não havia nenhuma preocupação se o INCRA daria conta de reverter o quadro social, agrônômico e ambiental, o que importava era o não pagamento da renda, ter o controle do processo produtivo, sonhar com melhoria das suas residências, pois:

Com o passado marcado pela exploração impiedosa do modelo capitalista de produção (muitos assentados estão hoje no assentamento como resultado da exclusão social proporcionada por esse modelo de produção agrícola), os desmandos, as já citadas rupturas, a expulsão do processo produtivo, a luta pela posse da terra finalmente a entrada no projeto de assentamento (aceso à terra), o sentimento vai um pouco além do gosto pela vitória ou a certeza da reprodução social familiar. O sentimento maior destas famílias representa a liberdade ou faculdade de cada família daquele momento em diante, decidir ou agir segundo as suas próprias determinações. Não é difícil imaginarmos a receptividade dessas famílias ao direcionamento a ser imposto pela ação estatal na "nova casa" que os espera.

Para o presidente da associação do povoado Oiteiro, a criação do assentamento se deu quando:

O INCRA chegou na associação e disse que ia desapropriar e ia colocar todo mundo, ia dar tantas áreas de hectares para cada pessoa, como aqui no Oiteiro tinha muita gente que não tinha também, mas como ia ser beneficiado mais gente eu acho que através disso é pelo menos o que ele falou, que essa pessoa que tinha quase 20 hectares, eles iam ser indenizados, ia ser indenizado. (Entrevista realizada em maio de 2008).

O momento era de um sentimento de liberdade e expectativas. Praticamente a fala do presidente da Associação de Oiteiro reproduz-se na de todos os representantes de associações.

Em seguida serão analisados os desdobramentos advindos da criação do assentamento e a infra-estrutura encontrada, apresentando os desafios institucionais para entender a atualidade e o comportamento do processo produtivo.

3.2. Os encontros e desencontros institucionais com a infra-estrutura encontrada no Assentamento Entroncamento

É importante evidenciar que o Assentamento Entroncamento foi concebido com nove povoados, com projeção para assentar 230 famílias com objetivo de produzir culturas perenes e anuais, sem nenhuma organização associativa legalmente registrada, com infra-estrutura e localizações dos seus povoados guardando diferenças que vão desde a eletrificação rural até as condições básicas de acesso à educação e saúde (ANEXO E).

3.2.1. Os desafios para a aplicação do plano preliminar no Assentamento Entroncamento

Aparentemente a organização territorial, para os técnicos do INCRA e da EMATER, não era problema, pois a motivação para participar dos projetos produtivos poderia superar qualquer obstáculo. O que os mesmos não estavam dando conta é que havia complexidade na ocupação dos povoados, aumentando os desafios para a implementação do plano preliminar, iniciando pela localização das áreas de plantio que não obedeciam aos limites que seriam impostos pelos lotes.

Outro obstáculo seria em relação às distâncias não só entre os povoados, mas entre as áreas de produção e os povoados, outro empecilho estava em diminuir as disparidades entre as diferentes estruturas apresentadas de tal ponto que não privilegiasse uma associação em detrimento de outra e estabelecesse uma estratégia de acompanhamento das ações que fossem obedecendo ao plano preliminar de forma que todos os assentados tivessem acesso às estruturas montadas para o beneficiamento da produção.

Para se verificarem os rumos das articulações institucionais e seus desdobramentos, será necessário iniciar fazendo um breve levantamento das condições encontradas e as intenções dos programas que seriam estabelecidos para se reverter o quadro da pobreza rural. Segundo Sampaio (1979, p. 26):

A análise dos programas sempre se inicia pelo levantamento das suas intenções, representada pela enunciação de objetivos, pela programação de recursos e pelo relacionamento das estratégias de implementação previstas. O elenco de intenções assim definido

reflete, no mais das vezes, um diagnóstico que os formuladores da política fizeram previamente, referente à situação econômica e social da área de atuação prevista para o programa. Esse diagnóstico pode, então, ser aproveitado como objeto de investigação [...]

Acredita-se que esse plano preliminar realizado pelo INCRA foi relevante para que a gestão do território obedecesse de fato a uma desvinculação com as práticas anteriores ao assentamento.

Analisar se as ações implementadas deram conta de responder positivamente aos anseios dos planos se torna crucial para a compreensão de todo o processo, conforme aponta Sampaio (1979, p. 27):

A nível de resultados quais tem sido os grupos realmente beneficiados, quais as estratégias realmente seguidas, quais os efeitos das políticas sobre a estrutura de posse da terra, sobre as relações de trabalho, sobre o uso da terra, tudo isso convergido para uma apreciação global, em termos diretos e indiretos, atuais e potenciais, sobre o emprego rural e, finalmente, sobre a renda das populações pobres.

Estas preocupações estão presentes, atualmente, nos textos de Barone (2008, p. 47), significando que as estratégias e orientações de qualquer programa necessitam de um acompanhamento e avaliação permanente e os questionamentos propostos devem nortear o desenvolvimento e o acompanhamento de qualquer projeto:

Assim, uma pergunta pode se feita: quais disposições criadas nos assentamentos são capazes de possibilitar às pessoas tomarem às rédeas e suas próprias vidas em suas próprias mãos, garantindo sua subsistência e ampliando suas alternativas de participação e organização social? A gestão que os assentados imprimem ao território dos assentamentos, nos aspectos das organização social, sua mobilização e instituições políticas, e sua participação econômica, podem redundar em mais ou menos liberdade para essas famílias? Liberdade de escolha, de ação e opinião: liberdades que comportam dimensões objetivas e subjetivas, práticas e representações sociais acerca da liberdade.

Mesmo temporalmente distante, esse diálogo aumenta a preocupação com os caminhos traçados e os caminhos seguidos, com as articulações estabelecidas entre as instituições, os assentados, o Sindicato dos Trabalhadores

Rurais de Itapecuru Mirim e a Igreja, bem como as desarticulações provenientes de possíveis desvios de finalidades.

Diante do exposto, para iniciar uma reflexão sobre a infra-estrutura e os desafios institucionais, foi necessário tomar ciência da infra-estrutura que constava no ato da criação, começando pelas vias de ligação dos povoados localizados às margens das rodovias federais aos povoados no interior do assentamento em péssimo estado de conservação, ocasionando no período de chuvas freqüentes o comprometimento do escoamento da produção; havia rede elétrica apenas em alguns povoados como Entroncamento e Oiteiro e não atendia todas as residências; o abastecimento de água era feito através de poços tubulares e cacimbas sem revestimentos e não havia nenhuma estrutura de armazenamento de água.

Em relação à parte social no setor educacional, havia apenas 3 escolas com o nível de ensino fundamental até o atual 5º ano, pois, como aponta Lopes (2006, p. 87), a educação no campo nunca foi prioridade do Estado comprometendo assim o desenvolvimento intelectual:

Isto significa que grande parte das escolas rurais é atendida por profissionais que nunca tiveram uma formação específica para trabalhar com a realidade do espaço rural. Entre os que possuem alguma qualificação, foram obtidos em cursos superiores e de magistério que quando refletem questões relacionadas ao espaço rural, acabam por reproduzir preconceitos e abordagens pejorativas.

Infelizmente, apesar de um programa de qualificação de professores e do avanço da educação no campo através do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), ainda continua um quadro de analfabetismo que entrava o desenvolvimento social.

No tocante à saúde, não havia posto de saúde, sendo que qualquer atendimento médico do mais simples ao que exigia maiores cuidados teria que ser feito na sede do município de Itapecuru Mirim.

No que tange à habitação, as moradias na sua maioria eram de taipa, cobertas de palha. O quesito condições sanitárias era praticamente inexistente, sendo a proximidade das casas o destino final dos dejetos, e a água consumida não tinha nenhum tipo de tratamento. Em relação à alimentação, o quadro que se apresentava era de desnutrição infantil com a nutrição basicamente proveniente da agricultura de subsistência aliada a alguns produtos comercializados no próprio local

como café, frutas e legumes, segundo a agente de saúde do povoado Entroncamento.

No que diz respeito ao processo produtivo, segundo o técnico agrícola do Município de Itapecuru Mirim, havia o predomínio da roça no toco com a produção em pequenas escalas de arroz, milho, feijão, mandioca, banana, cana-de-açúcar e citrus.

Para Silva (2008, p. 181), o grande desafio diante da estrutura encontrada nos assentamentos era promover uma discussão e colocar em prática a concepção atual de segurança alimentar:

A concepção, pois, de segurança alimentar em debate na atualidade, traduz-se na garantia, a todas as pessoas, de acesso contínuo e regular a alimentos em quantidade e qualidade suficientes para proporcionar uma vida ativa e saudável, sem prejuízo da satisfação de outras necessidades, respeitando-se os hábitos culturais de cada povo e sem comprometer a condição de vida de gerações futuras.

Na visão tanto dos trabalhadores rurais, como do Sindicato e da Igreja, a possibilidade de manifestar, através das organizações associativas, a sua opinião sobre os produtos e o tamanho das áreas a serem cultivadas sem ter que pagar um foro por isso e saber que esta sobra poderia incrementar a sua renda já era um bom começo para se reverter o quadro nutricional que se apontava no plano preliminar realizado pelo INCRA.

Neste contexto, no plano preliminar, foram realizadas algumas proposições que se julgavam necessárias naquele momento para atender as prioridades.

Em relação às estradas, houve a recuperação de 29,3 km de estradas alimentadora e a construção de 45 km de estradas de acesso aos lotes contemplando o povoado Tingidor, Cachoeira, Oiteiro, Jaibara, Felipa e São José. No que tange ao abastecimento de água, houve a construção de 16 poços artesianos contemplando 349 famílias dos povoados envolvidos e a construção de 5 barragens para abastecimento de uso animal e para irrigar culturas hortifrutigranjeiras além de propor a extensão da rede elétrica pelos povoados de Oiteiro, Jaibara, Picos, São José e Filipa.

No tocante à parte social, houve a previsão na construção de postos de saúde, orientação para uma abordagem da realidade sociocultural nas escolas a serem construídas nos povoados e construção de casas com privadas higiênicas.

No aspecto administrativo do assentamento, haveria um sistema de administração do projeto com acompanhamento, controle, avaliação e prazos de execução dos projetos além de estimular a criação de associações comunitárias para assumirem a gestão dos projetos sociais e econômicos, pois também estava prevista a implantação de três casas de forno de farinha e um alambique.

No tocante à exploração agrícola (ANEXO F), foram pensados quatro modelos de exploração com seleção de culturas tradicionais e de conhecimento dos agricultores da região com uma preocupação em analisar a capacidade do uso do solo para as práticas agrícolas determinando para cada família beneficiada um lote para exploração da agricultura de culturas alimentares (arroz, milho, feijão e mandioca) e área destinada para os projetos comunitários com o objetivo de produzir culturas que deveriam inserir o trabalhador no mercado local e regional tendo o município de Itapecuru como o mercado local e o município de São Luís distante 96 km do povoado Entroncamento, que faz parte do assentamento de mesmo nome, o mercado regional para escoamento da produção.

Cada lote teria em torno de 30 hectares considerando que cada família utilizaria 3 ha por ano e em 5 anos utilizaria 15 ha, levando em consideração o Código Florestal. Apesar de o plano apresentar toda uma discussão para o estabelecimento de uma reserva para o assentamento, na realidade cada povoado aleatoriamente decidiu onde seria a área de reserva que não seria uma, mas uma por povoado.

Como se pode observar, teoricamente, o plano elaborado obedeceu não só às características culturais dos assentados como propôs, dentro do possível, melhorias na estrutura que dinamizasse o território. Essas medidas levariam a impactos positivos no processo produtivo no âmbito do assentamento bem como a nível municipal.

Entretanto na realidade as práticas para a criação dos assentamentos não obedeciam a um planejamento que vislumbresse a priori uma relação equitativa na utilização dos recursos e na capacidade do assentamento:

Mas é certo que, quando a área foi desapropriada, ela já contava com oito povoados, entendeu, na realidade a gente trabalhava assim para a criação do assentamento não se fazia nenhum estudo, existiam tantos povoados, o projeto era criado dentro da área desapropriada uns com 02 povoados outros com 03 povoados e, no caso do Entroncamento, é porque existiu 8 povoados (Entrevista com economista do INCRA, realizada em janeiro de 2008).

Os planos preliminares eram realizados após a desapropriação e não havia um questionamento sobre a possibilidade de aumentar ou diminuir o recorte diante de um número ideal de povoados para a criação de um assentamento e a lógica dos planos era da visibilidade a estrutura de apoio à produção.

No entanto Leite (2004, p. 147) chama atenção que:

A lógica econômica que fundamenta as estratégias de reprodução familiar não passa exclusivamente pela ótica produtiva. Como vimos, as famílias assentadas lançam mão de uma série de recursos que envolvem atividades produtivas serviços, dentro e fora do lote, resultando em mecanismo de reprodução familiar nem sempre presos a dimensão econômico produtiva (agrícola ou não), que pesam substancialmente sobre as estratégias adotadas [...]

Neves (1996 apud LEITE, 2004) aponta que qualquer que seja o investimento, que leve o trabalhador a fazer análises comparativas e verificar que suas condições atuais em relação à anterior à criação do assentamento possibilitam não só ganhos econômicos, mas qualidade de vida, já justifica os investimentos nos assentamentos rurais.

Diante do exposto, mesmo que no início das reflexões o principal objetivo com a criação dos assentamentos fosse assegurar o incentivo à produção familiar, também estavam em jogo as relações sociais que seriam construídas e a possibilidade de servir como modelo de organização comunitária e de práticas que privilegiassem o respeito às tradições culturais em conjunto com o processo produtivo proposto poderiam contribuir significativamente para a minimização do quadro de pobreza rural na região.

Como o Assentamento Entroncamento foi um dos primeiros criado com o PNRA, estava lançado o desafio para os trabalhadores rurais, agora assentados, para o INCRA, para os órgãos estaduais de assistência técnica e para a Prefeitura Municipal de Itapecuru Mirim.

Para os agricultores os desafios estavam ligados a uma adaptação à lógica de inserção no mercado, participar de decisões em conjunto com agricultores dos demais povoados que interferissem diretamente no cotidiano das pessoas, nas discussões sobre a implantação das agroindústrias, do modelo de gestão das organizações associativas e de interlocuções que seriam realizadas tanto com o governo federal quanto estadual e municipal.

Dentro dessa análise, Leite (2004, p. 112) fez a seguinte observação:

Com a criação dos assentamentos um novo contexto e uma nova dinâmica se colocam, com o surgimento de novas formas organizativas, que podem ter maiores ou menores continuidades com o processo anterior de luta pela terra. Novas demandas se abrem, que agora se voltam para as negociações com os agentes de governo sobre a organização interna e para obtenção de crédito e infra-estrutura. As lideranças que participam do processo de conquista da terra podem ou não se consolidar no novo contexto e as formas organizativas tendem a se reestruturar. Algumas lideranças se mantêm, outras sucumbem ao novo cotidiano, há processos de desfiliação sindical, lideranças que se desligam dos movimentos aos quais eram anteriormente vinculadas, novas surgem, entre outras mudanças.

É nesse contexto que ocorreram todos os processos de articulação para tentar se reverter o quadro de pobreza rural, buscando-se um novo padrão tecnológico para o processo produtivo e construir novas relações sociais que fortalecessem as organizações associativas. Pensar os desdobramentos do Plano de Exploração estruturado numa concepção de articulação entre as instituições é o que vai ser discutido em seguida.

3.3. O entroncamento dos desencontros institucionais

Procura-se neste item discutir os caminhos apontados e percorridos na construção das parcerias, o que vai contribuir significativamente para entender se realmente houve um entrelaçamento institucional para o desenvolvimento das atividades que levariam ao modelo pensado.

3.3.1. As articulações institucionais frente aos desafios

Estava estabelecido que houvesse uma parceria na qual cada instituição seria responsável por determinadas ações e que as mesmas deveriam ser discutidas com os assentados e as organizações associativas. Por parte dos trabalhadores seria imprescindível a formalização das associações e, a partir da eleição de prioridades, a definição das atividades que seriam desenvolvidas.

Nesse momento as primeiras discussões entre os trabalhadores foram onde ficaria a agroindústria de transformação da cana-de-açúcar, as três casas de farinha e quais produtores iriam produzir, baseados no plano de exploração agrícola, a cana-de-açúcar, a banana e o abacaxi. Esse seria o único produto que seu trato cultural para produção em pequena e em larga escala não era do conhecimento dos trabalhadores assentados. Segundo Dias (2007, p. 54):

Uma ação de sucesso apoiada pela extensão rural maranhense foi a introdução da cultura do abacaxi. As primeiras experiências surgiram como alternativa de exploração, em áreas de assentamentos, no município de Itapecuru. Posteriormente, as áreas exploradas expandiram-se nos municípios de São Domingos e Pio XII. O projeto figurou pela primeira vez nos relatórios da EMATER-MA no ano de 1983, no bojo do projeto “culturas hortifrutícolas”, quando 4 agricultores foram assistidos, com uma produção correspondente de 166 toneladas. O trabalho com a cultura do abacaxi foi estabelecido em nível de Maranhão, na busca de uma alternativa na área da fruticultura.

Voltando às articulações que levariam ao desenvolvimento das atividades nos assentamentos, ficou para o INCRA o desafio de acompanhamento da realização das infra-estruturas em relação à recuperação das estradas, implantação das casas de forno, da eletrificação rural, do monitoramento das ações bem como ter um novo papel frente a um processo de estruturação de um assentamento que já teria povoados organizados mesmo sem nenhuma entidade formalmente criada. Ficou também a articulação com outras instituições para apoio na comercialização dos produtos:

O INCRA sempre deu apoio, depois da criação dos assentamentos era um acompanhamento regular, nem tão regular, mas ele fez esse acompanhamento de visitas ao assentamento e isso no período que tinham, no caso Entroncamento que uma concentração de terra, a EMATER atuava nos assentamentos do INCRA e, no caso do Entroncamento, tinha essa atuação da EMATER. Então, a atuação do INCRA era de articulação de visita, de acompanhamento, mas, na verdade, o trabalho bem maior era dos técnicos da EMATER, na

questão do PROCERA. (Economista do INCRA, entrevista realizada em janeiro de 2008).

Percebe-se, pelo diálogo estabelecido, que já havia uma possibilidade de uma descontinuidade temporal entre a desapropriação, a criação, a implantação de uma nova infra-estrutura, a recuperação de outras e os primeiros financiamentos.

Para os presidentes das associações, já havia insatisfação dos assentados pela demora na liberação do crédito e da viabilização da infra-estrutura. Essas cobranças, na visão dos trabalhadores rurais, teriam que ser feitas diretamente ao INCRA por todos os presidentes de associações, ou seja, tudo que estava relacionado a estradas, eletrificação, construção das habitações, construção do alambique, construção das casas de forno e das discussões em torno do loteamento do assentamento e dos litígios que poderiam ocorrer com possíveis vendas e compras ilegais de lotes teriam que ser com o INCRA.

Como já foi registrado, a área foi desapropriada em 1985, o assentamento rural criado em 1987, a criação das áreas experimentais em 1991 e o primeiro financiamento chegou com o PROCERA de 1993 e se estendeu pelos anos de 1994 e 1995, de acordo com tabela 3. Nesse período todas as associações já tinham sido formalizadas sendo que uma das primeiras discussões promovidas pelos assentados com os técnicos do INCRA seria em torno do loteamento do assentamento para a produção agrícola, com a proposta de 10 ha para cada família. Como todos os trabalhadores já residiam nos povoados, o lote foi ocupado exclusivamente, no início, para a produção agrícola. É importante destacar que todos os povoados receberam financiamento para a produção e abacaxi, banana e cana-de-açúcar e a área disponível para cada família de apenas 1,93 hectares foi insuficiente para uma possibilidade de utilização de implementos agrícolas que contribuíssem para melhores índices de produtividade, ou seja, o destoque foi feito manualmente assim como todo processo para produção obedeceu ao formato tradicional.

Nesse momento a unidade territorial pensada abre espaço para reflexões internas nos oito povoados, cada associação teve o direito de manifestar sua opinião sobre as vantagens e desvantagens na demarcação dos lotes motivando algumas discussões entre os beneficiários de povoados vizinhos, que estavam à margem das

rodovias federais, sobre a localização dos seus lotes, a possibilidade de estarem perto ou não das rodovias e as condições do solo para o estabelecimento da propriedade sendo esses fatores também relevantes para a tomada de decisão quanto ao loteamento da área ou não.

Tabela 3 - Associações que receberam o crédito PROCERA no Assentamento Entroncamento no Maranhão entre 1993 e 1995

Entidade Atendida	Área financiada (ha)	Tipo de benefício	Ano	Nº de Famílias
Associação Comunitária de Picos I	40,00	Pastagem p/pecuária leiteira	1993	4
As oito associações	474,00	Abacaxi, banana, cana e matrizes	1993	246
Assoc. União dos Peq. Prod. Rurais de Picos II	15,00	Abacaxi	1994	26
Assoc. Comunitária de Picos I	48	Banana	1995	48
Assoc. São José dos Peq. Prod. do Pov. Entroncamento	-----	Contrapartida de 30% do valor da construção do Centro de comercialização de frutas	1995	53
Assoc. São Benedito do Pov. Oiteiro	-----	Contrapartida de 30% do valor da construção de uma câmara de maturação de frutas	1995	30
Assoc. dos moradores de São José dos Matos	-----	Contrapartida de 30% do valor da construção de uma unidade d abastecimento de água	1995	23

Fonte: INCRA

Org.: MATTOS JÚNIOR, José Sampaio

Como o plano estabelecia uma mudança no processo produtivo e a utilização dos insumos e implementos agrícolas minimizaria as diferenças em relação à aptidão agrícola, aproximadamente 85% dos beneficiários concordou em lotear a área depois de muitas conversas, como afirma o representante da equipe técnica:

Eu fui escolhido para coordenar, porque havia uma briga muito grande entre as comunidades, a titulação é comunitária, que era Felipa, por exemplo, Felipa não queria de jeito nenhum os lotes, mas já as outras comunidades queriam lotes individuais. Isso foi uma luta muito grande, eu, inclusive, acompanhei todo esse trabalho, acompanhei mesmo diretamente, definindo com eles o modelo, o que pudesse ser o modelo que fosse sustentável, porque já como eu tinha participado de um trabalho anterior do PNUD, então a gente já viu que se separasse aquilo ali em lotes individuais, pela qualidade da terra, pela dificuldade que tinha, ia ser muito difícil é uma sobrevivência deles, fizemos reuniões em todos os povoados, depois fizemos grandes assembléias, e terminamos chegando a um sistema

misto, em alguns um sistema misto, a Felipa permaneceu com o loteamento comunitário e foi muito interessante esse trabalho, foi o trabalho mais gratificante pra mim, porque nós começamos a discutir uma coisa que no tempo era muito complexa, era uma situação que o próprio INCRA não tinha instrumento de fazer titulação coletiva, até hoje eu não sei se saiu a titulação pra as associações, porque o INCRA não tinha instrumento. (Entrevista realizada com um dos integrantes da equipe técnica, que acompanhou o processo de desapropriação e criação do assentamento, em janeiro de 2008).

Entretanto, o que pode ter acontecido para o início das discussões sobre o loteamento ou não da área foi o afloramento dos vários territórios simbólicos que já se manifestavam antes mesmo da oficialização do assentamento.

Observa-se pela fala do representante da equipe técnica que o INCRA também estava iniciando um trabalho e as experiências foram sendo adquiridas ao longo do processo. As próprias reuniões com os agricultores eram no sentido de ouvi-los e, a partir das decisões definidas pelos assentados, pensava-se a estruturação ou não dos lotes. O trabalho passa a ser um grande desafio, pois havia um conflito de idéias no estabelecimento do próprio modelo. Conforme depoimento transcrito:

Quando eu passei pelo ITERMA, e foi no tempo da reformulação da lei de terras, aí nos incorporamos a titulação para associações, mas a legislação do INCRA não tinha isso e o INCRA queria porque queria lotes, por exemplo, toda a visão dos técnicos do INCRA era no sentido do loteamento e isso criou uma dificuldade muito grande, nós tivemos que ir pra lá e passar muito tempo discutindo com eles pra ver como era que se encontrava uma forma alternativa, porque havia esses campos já implantados, os de banana, de cana de não sei o que e tal, de abacaxi. Aí a gente chegou, rapaz, depois de muito trabalho, inclusive com a ... participando disso aí nós chegamos a modelos, a modelos que não seriam implantados, modelos não ia ser implantado na Felipa. (Entrevista realizada com um dos integrantes da equipe técnica, que acompanhou o processo de desapropriação e criação do assentamento, em janeiro de 2008).

A única associação que não aceitou a divisão da sua área de produção em lotes foi a Associação São Sebastião Felipa, pois, para os trabalhadores rurais do povoado, a divisão em lotes traria problemas nas definições das áreas a serem cultivadas e a tradição do povoado teria que ser mantida. Para a representante da associação:

A nossa área aqui era uma área muito alta, como você tá vendo aqui, é [...], mas também tem um lado aqui que é muito baixo, entendeu, então qual foi a preocupação dele pelos seus companheiros, se nós loteá, vai ter companheiro que vai pegá só uma piçarra e não vai dá arroz, vai produzir só mandioca e companheiro que vai pegá lá no baixo e vai plantá só o arroz, ele não vai produzir mandioca e nem milho, então, deixa assim, vamos deixá a área comunitária que a gente utiliza de todos os lados (Entrevista realizada em março de 2008).

Então, a única definição, em relação a demarcações das áreas produtivas, que todas as associações concordaram, é que cada povoado teria áreas comunitárias¹⁵ para produção dos produtos voltados para o mercado (abacaxi, banana e cana-de-açúcar):

Então, a subárea da Felipa definiu os seus limites, definiu algumas áreas que podiam ficar de reservas para que eles pudessem manter uma reserva, manter uma reserva lá. Depois pegou Picos, aí se verificou a subárea e até onde era que ia a influência de Picos, até onde era que eles trabalhavam para poder definir essas subáreas, correspondente ao número de famílias que tinham, o Entroncamento. Isso foi feito para todos os povoados, depois disso, vai ter área de reserva que foram delimitadas e depois para os outros povoados. Nos outros povoados a idéia foi chegar a um sistema misto, onde você pudesse ter áreas, as das melhores onde eles já trabalhavam com projetos comunitários pudessem ficar para associação e ficar também com um lote menor porque ele teria um aparte de lote em torno de 10 a 15 hectares, lotes individuais para que eles pudessem ter uma área onde eles botassem a roça deles, mas eles tinham também uma parcela ideal dentro da área comunitária da área da associação, onde ele podia pegar por exemplo fazer o seu projeto financiado pelo banco estaria fazendo na área comunitária da associação. Então, foram definidas também essas, beneficiário tinha uma parcela ideal. Então, se ele tinha lá 10 hectares dentro da coisa ele tinha mais de 10 (Entrevista realizada com um dos integrantes da equipe técnica, que acompanhou o processo de desapropriação e criação do assentamento, em janeiro de 2008).

¹⁵ Além de cada família ter seu lote de 10 hectares para produção de arroz, milho, mandioca e feijão, foi pensado um campo comunitário para produzir as culturas que seriam comercializadas em larga escala, sendo que cada povoado teria seu próprio campo comunitário para que os agricultores que já trabalhavam com determinadas culturas pudessem participar dos projetos. Só a cultura do abacaxi seria experimental, as demais escolhidas como banana e cana-de-açúcar já faziam parte das roças dos trabalhadores.

As famílias teriam em média 10 hectares, o que já se contrapõe ao plano preliminar, e não contribuiu para a solução de outro problema que era eliminar o minifúndio. No povoado Oiteiro, segundo o presidente da associação, seus familiares tinham 30 hectares de terras e com o processo de criação do assentamento a média passou para 10 hectares, o que na visão dos seus familiares foi uma perda considerável de terras agravando o problema em relação às práticas produtivas que serão abordadas posteriormente.

Para a EMATER-MA, ficou a assistência técnica, a viabilização dos sistemas de exploração agropecuária através dos campos comunitários e a elaboração de projetos de crédito. Um grande desafio, pois só em meados da década de 1980 houve uma preocupação com a produção familiar devido aos convênios com o INCRA (DIAS, 2007).

O número de técnicos contratados pela EMATER não evoluiu na mesma proporção dos agricultores a serem assistidos. Segundo Dias (2007, p. 37):

Na década de 80, o número de unidades operativas avançou de 101 para 132, num incremento de 30,6%. Os municípios atingidos passaram de 122 para 129 municípios, num percentual de apenas 7% enquanto o contingente técnico local não evoluiu. Segundo a EMATER-MA (1979) houve um incremento de mais de 90% no item produtor assistido, como resultado da utilização dos grupos de influência, uma vez que não houve um aumento no contingente técnico operacional.

Prestar assistência técnica sem ter tradição de trabalhar com agricultura familiar para quem necessita rapidamente reverter um quadro agrônômico, social e ambiental leva à sensação de que haveria um aprendizado com via de mão dupla e o estabelecimento de metas para serem alcançadas dependeria do grau de relação de confiança dos assentados para com os técnicos e da habilidade dos mesmos em atender a um número expressivo de famílias em um curto espaço de tempo, ou seja, o problema não era o conhecimento do técnico sobre processo de produção, mas trabalhar junto aos assentados a gestão dos empreendimentos familiares, o envolvimento em trabalhos comunitários e as relações sociais a serem estabelecidas.

Para Neves (1997, p. 249), o papel desses mediadores que estavam à frente do processo de construção de novas práticas foi de fundamental importância mesmo com todas as dificuldades que no início se apresentavam:

[...], os mediadores apresentaram fundamental colaboração sob diversos planos: geração de novos sistemas classificatórios, de outros modos de percepção, qualificação e configuração do espaço físico e social; transcendência do âmbito localizado de conhecimento do mundo social e inserção em novas instituições; desnaturalização da ordem estabelecida e condenação da forma de dominação; objetivação mais adequada e apreensível e novas forças invisíveis e incompreensíveis, porque exteriores, mas imprescindíveis para a construção do novo modo de vida [...]

Nesse instante, não só estaria em processo uma descontinuidade temporal entre a data de criação, a infra-estrutura e os primeiros financiamentos, como também, no processo produtivo, já haveria a disponibilização do crédito por associação, não havendo, conforme tabela 2, já vista, uma homogeneização na distribuição dos recursos. Cada associação em anos diferentes recebeu o crédito para produzir os mesmos produtos já que, na visão dos técnicos da EMATER-MA, a localização dos povoados dentro do assentamento favorecia ao escoamento rápido tanto para a sede do município de Itapecuru Mirim, quanto para a capital do Estado.

Baseado nesse quadro e como Entroncamento foi um dos primeiros assentamentos a receber o crédito, havendo uma euforia tanto por parte dos técnicos quanto dos assentados para mostrarem os resultados. No primeiro instante, praticamente no início do plantio e desenvolvimento do processo produtivo, mostraram o Assentamento Entroncamento como modelo para implantação de projetos produtivos bem sucedidos. A propaganda de tal experiência que poderia ser exitosa provocou não só um olhar diferenciado das autoridades federais como estaduais alardeando que a agricultura familiar tinha o apoio do Estado:

E gente começou a tentar fazer que o fomento se adequasse àquelas vias que tinham sido originalmente estabelecido, e lá tinham a potencialidade da cana, tinha né que já tinha muito tempo já tinha até gente lá em Picos que fazia, que vendia cana, que ...e banana também, daí se plantou algumas unidades experimentais de cana, de banana e um pequeno engenho que foi adquirido, uma pequena experiência com engenho para eles retomarem essa atividade foi instalada no Entroncamento, aí com aquilo começou a fazer dia de campo lá para mostrar esse trabalho que estava feito nessas comunidades. Com isso, o superintendente achou que o Entroncamento já não precisava mais de apoio, era um projeto chamado piloto, um projeto modelo, num sei o que e tal, e eu comecei a mostrar para ele que não era isso, que lá não tinha habitação, que lá não tinha as ações que precisavam, que só agora

mais recentemente parece que chegou. (Entrevista realizada com um dos integrantes da equipe técnica, que acompanhou o processo de desapropriação e criação do assentamento, em janeiro de 2008).

De fato, 1994, 1995 e 1996 foram anos de muito trabalho para os assentados, estavam vendo as atividades acontecerem e o desânimo que tinha tomado conta entre o período de criação e o de início de financiamento praticamente tinha desaparecido, porém o próprio representante da equipe técnica já chamava a atenção para outros problemas que não tinham sido resolvidos e que poderiam ser pontos de estrangulamento dentro do assentamento.

O assentamento passou a receber visitas técnicas e trabalhos de campo de outros agricultores de outros assentamentos que estavam na espera do crédito e queriam conhecer a forma de organização e vários trabalhos e projetos de pesquisas destacavam o Projeto de Assentamento Entroncamento (DIAS, 1997).

Foram três anos em que o assentamento pôde ser considerado modelo não de gestão dos empreendimentos produtivos, mas do início de organização para o cultivo dos produtos para o mercado. A mobilização para destoque manual das áreas, pois os mesmos não utilizaram trator em nenhuma das fases de preparação para o plantio, e a motivação para participação no grupo de gestão do alambique são fatores que propiciaram uma satisfação pessoal entre os assentados. Ferrante (2006, p. 28) relata que essa motivação é:

[...] geralmente nos dois primeiros anos de assentamento, quando recursos bancários são liberados e ainda vigem os prazos de carência para seus pagamentos.[...] Quando vencem as carências bancárias e os assentados vêm-se inadimplentes, reduzindo a área plantada e, em muitos casos, não realizando nenhuma atividade agrícola objetivando exclusivamente o mercado. Viver da terra como produtor de excedentes, somando a essa condição a busca de trabalho fora do assentamento frustra o sonho de muitas famílias.

Isso demonstra que os avanços e incrementos das áreas e suas conseqüentes produtividades estão intimamente atrelados a políticas que fomentam, mas também há um contínuo acompanhamento e controle, não só das autoridades competentes, mas do grupo gestor das organizações associativas das diversas fases do processo produtivo que vai do pensar os projetos produtivos, passando

pela execução das tarefas, pelo estudo de mercado e se preocupando com a qualidade do produto que chega à mesa do consumidor.

Para a Prefeitura Municipal, ficou o desafio de construir as escolas e o posto de saúde bem como dotar as escolas de professores qualificados e o posto de saúde de técnicos de enfermagem. No caso da Prefeitura Municipal, houve um desafio político e um técnico.

O desafio político estava em reconhecer o assentamento com suas novas lideranças à medida que havia cobrança por parte dos assentados para com o poder público municipal, pois a sua ligação com a oligarquia era histórica, as reivindicações eram tratadas como problemas políticos da oposição. Segundo o técnico agrícola da Secretaria de Agricultura do Município de Itapecuru Mirim, sobre a criação do assentamento:

Não, não teve participação nenhuma da Prefeitura, na época que foi luta dos trabalhadores negros, daqueles trabalhadores mais antigos que vinham lutando pelas terras e que tomaram a atitude de procurar o INCRA em busca da desapropriação... A Prefeitura, até então, não teve participação nenhuma nessa época de 86, ela não interviu na desapropriação da área, nossa propriedade os presidentes da associação naquela época eles eram e são até hoje, são todos juntos, se conhecem e eles mesmo fazia a atuação, eles mesmo iam ao INCRA, eles mesmo formavam a reunião aqui no assentamento, e trazia o INCRA pra o debate, pra discutir as áreas que iria ser desapropriada.... porque foi muitas das reuniões era feita no assentamento e outras era nas próprias comunidades, individual, a discussão, então na comunidade mesmo a gente nunca teve nenhum representante da Prefeitura, da câmara de vereador para debater na questão dos projetos produtivos no assentamento, também não houve participação é... dessas entidades, no caso a prefeitura e a câmara de vereadores, eles não têm recebido nos projetos produtivos não.(Entrevista realizada em março de 2008).

Então o processo de reconhecimento do assentamento não se deu facilmente para a Prefeitura municipal. Na visão do gestor público da Prefeitura de Itapecuru Mirim, o assentamento, por receber verbas federais para infra-estrutura e assistência técnica do Estado, não guardaria, a priori, nenhuma relação com a instituição municipal.

As reuniões não eram bem vistas pelo poder público municipal, então o assentamento era visto como um enclave federal que colocaria em xeque as lideranças históricas do município, não havia qualquer aproximação, pois o prefeito

não compreendia que a estrutura que haveria de ser montada e os créditos para a instalação dos assentados que seriam recebidos poderiam dinamizar a economia municipal.

Como se observou, estavam atribuídos papéis que se bem organizados poderiam ultrapassar o estado de euforia para uma estabilidade do processo de organização associativa bem como poderia ser estabelecido uma análise comparativa no tocante ao quadro das famílias assentadas antes e depois da criação do assentamento rural. Não como modelo provisório e instável de produção, mas como ponto de partida para se perceberem, através das dimensões econômicas, sociais, políticas e ambientais, que a canalização de investimentos para a agricultura familiar sempre terá uma resposta, continuamente, positiva e quem sabe ter sido alvo de estudos de José Graziano da Silva que tinha o objetivo de chamar a atenção para o surgimento de um novo rural brasileiro.

Ressalta-se que houve descontinuidade entre a desapropriação, a criação, a implantação da infra-estrutura e o financiamento dos primeiros projetos produtivos e, com a chegada dos recursos, essas descontinuidades, que estão intimamente ligadas às permanências do processo produtivo, relacionadas às técnicas tradicionais, não fariam mais parte das estruturas produtivas dos assentados, como conseqüências poderiam se observar as permanências¹⁶ dos jovens no campo dando seqüência a um projeto sonhado pelos seus pais.

3.3.2. As conseqüências dos desencontros institucionais

A articulação proposta serviria como entroncamento, seriam constituídas co-responsabilidades e troca de experiências em conjunto com a participação simultânea nas ações que seriam implementadas. Em nível de Estado, essa relação

¹⁶ É proposital a utilização da palavra permanência por várias vezes no mesmo parágrafo para reforçar a idéia de contradição nos sentidos usados.

não era novidade, pois, segundo Dias (2007), em 1979 já havia ações de integração institucional realizadas entre a Prefeitura Municipal de Pinheiro, entidades representativas dos trabalhadores rurais e instituições estaduais.

O que ficou evidente é que a comissão para a administração do projeto, previsto no plano que seria formado por um representante do INCRA, um técnico da EMATER e de representantes dos trabalhadores rurais, não funcionou como planejado, configurando-se, naquele momento, para os trabalhadores rurais, que a desorganização e morosidade na liberação dos recursos era culpa exclusivamente do INCRA. E a impaciência tomava conta dos assentados conforme depoimento transcrito abaixo:

A gente fica meio tonto de saber porque já teve áreas aí que já tem o número do processo, já tem área que já tem é o INCRA já está vendo a vistoria, e mais o que eu acho o maior fator e o maior erro maior que a gente se sente é que essa área aqui foi disponível do INCRA, mas que o INCRA pelo que a gente você pode chegar ali em qualquer um povoado e ver qual é o benefício que tem o INCRA lá, qual foi o poço que o INCRA fez, qual foi o colégio, qual foi o hospital, qual foi a escola, não tem nada que o INCRA fez, não tem nada (Entrevista com o presidente da Associação do Povoado Oiteiro, em maio de 2008).

A fala do presidente da Associação do Povoado Oiteiro está relacionada a essa descontinuidade que se está abordando, a morosidade na construção e instalação da infra-estrutura que foi propalada e que foi apresentada para os assentados como alternativa para reverter o quadro de pobreza.

Foram muitas cobranças e desencontros de informações, assim também como foram muitos os desencontros entre as possíveis parcerias que, no papel, ficaram estabelecidas. A primeira seria no tocante à difusão tecnológica, que no papel seria responsabilidade do INCRA entrar em contato com a Empresa de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e estabelecer um cronograma de atividades e de visitas e a mesma não se constituiu na prática. A segunda seria, em conjunto com técnicos da extinta EMATER, viabilizar os canais de comercialização dos produtos propostos, o que de fato não aconteceu por algumas razões que serão evidenciadas. Primeiro, por não ser objetivo do INCRA tais atividades propostas, e, segundo, por dificuldade de estrutura das parcerias, no caso o INCRA e a EMATER,

para viabilizarem atividades em conjunto. Segundo Ferrante e Barone (2003, p. 162):

A trajetória dessas experiências de assentamentos não se diferenciam muito das demais, sobretudo no Estado de São Paulo, no tocante à ação dos órgãos públicos responsáveis pelos projetos. A falta de planejamento, a desorganização de um cronograma racional de investimentos e o esvaziamento cíclico da estrutura de assistências (Ferrante e Barone, 1996) acabam por prejudicar e muito o desenvolvimento econômico do produtores assentados.

Passados cinco anos da desapropriação e totalmente fora das previsões estabelecidas pelas instituições e do ritmo idealizado pelos agricultores assentados, a recuperação das estradas, a perfuração dos poços, a eletrificação rural, a construção dos fornos e a implantação da agroindústria da cachaça foram sendo, paulatinamente, realizadas e, até o ano de 1997, dez anos após a criação do assentamento e 12 anos após a desapropriação, estavam prontas para o pleno funcionamento. Isso em relação a algumas demandas que ao longo das discussões entre os trabalhadores foram se estabelecendo.

Então, em relação à infra-estrutura que daria suporte à produção e posterior escoamento dos produtos, não foram totalmente atendidas as demandas pensadas, não atingindo todos os povoados e mesmo nos povoados priorizados não chegou a alcançar todos os lotes.

Já que os lotes ficariam para a produção de subsistência, a prioridade foi montar uma estrutura para viabilizar os campos comunitários onde estariam os produtos que seriam destinados ao mercado.

Porém o desenrolar do processo produtivo no início da produção até a comercialização desses produtos financiados de 1993 a 1995 apresentou alguns entraves que culminaram na desmotivação e praticamente abandono e venda do lote a terceiros dentro do assentamento por parte de alguns assentados localizados nos povoados Picos I, Picos II, Entroncamento e Jaibara dos Nogueiras.

O próprio estabelecimento do campo comunitário como estratégia de organização do processo produtivo para as culturas de mercado teve um desfecho e um desdobramento que não estava sendo esperado mesmo com as experiências anteriores da EMATER em algumas localidades do Maranhão, no início da década de 1980, com aproximadamente 800 pequenos agricultores sem terra, em áreas devolutas. Segundo Dias (2007, p. 51):

O projeto campo comunitário exigiu um esforço conjugado de numerosas instituições, nos diversos níveis, coma exigência da alocação de determinado volume de recursos financeiros e ainda enfrentava questões burocráticas, particularmente ligadas a questão fundiária, sem falar na operacionalização sempre mais difícil em ações comunitárias, envolvendo participantes pouco afeitos ao trabalho associativista, bem como a supressão de ações paternalistas desenvolvidas pelas instituições envolvidas. [...] A principal causa desse insucesso parece residir no fato de que a decisão de sua execução não partiu do querer do público ao qual se dirigiu, apesar de extremamente importante, teoricamente, uma vez que tinha como objeto básico, a organização dos produtores rurais e suas produções.

No pensamento dos elaboradores dos projetos, a motivação para a revitalização do campo comunitário estaria baseada em duas condicionantes. A primeira estaria relacionada aos projetos financiados, pois os mesmos não estariam sendo implantados em áreas devolutas nem em terras com problemas fundiários. A segunda estaria relacionada a um movimento de articulação da igreja e do próprio Sindicato dos Trabalhadores Rurais em estimular os assentados para o trabalho associativista. Esse fator atrelado a pequenas experiências realizadas a partir de 1990 foram cruciais para estimular o incremento da área de produção.

Foi no início de 1990 que eles tiveram um crédito mais ou menos orientado. Eu acho que foi eu não sei o que foi... acho que foi cana, foi alguma coisa com cana, porque já tinha, já tinha o engenho, já tinha uma área experimental de abacaxi que tinha sido implantado um com o fomento, ou seja, houve toda uma coisa de não envolvê-los, inicialmente, numa atividade com crédito, com crédito direto do banco, uma preparação, de campos experimentais, que aí foi implantado vários campos experimentais, um em Picos com abacaxi, outro lá em já área entre Picos e Cachoeira pra banana, que ficou, inclusive, muito bonito, foi uma trabalho que depois houve campo e o pessoal achou que aquilo já era. Houve em Oiteiro, que foi implantado um campo de banana em Oiteiro, que era pra ser irrigado. (Entrevista com o representante da equipe técnica em janeiro de 2008).

E como também os mesmos já teriam participado de várias oficinas sobre associativismo e consciência política, para os técnicos da EMATER já haveria uma sinalização para o bom desempenho da experiência, porém uma pesquisa realizada em cooperação técnica entre a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) e o MDA, segundo Silva (2008), posteriormente à criação dos

assentamentos, as famílias optavam por práticas individualizadas. Isso reflete a situação do Entroncamento em que dos oito povoados que comporiam o assentamento sete optaram pela individualização dos seus lotes. Talvez esse já fosse um sinal contrário do pensamento dos técnicos da extinta EMATER-MA.

Além disso, os técnicos, os assentados e o próprio sindicato não contavam com a desarticulação da Assistência Técnica Estadual e de Pesquisa Agropecuária, que já vinha sendo gestada através do próprio sucateamento das suas bases regionais, conforme Santos (1997, p. 56), que, ao realizar entrevista com um técnico da EMATER, registrou o seguinte comentário:

As dificuldades de execução do PID é muito grande porque a empresa tem problemas orçamentários que inviabiliza os recursos destinados a EMATER LOCAL. Os problemas são: falta de veículo adequado para a região, combustível e até mesmo material de consumo de EMATER local.

Esse cenário não aconteceu por acaso, nem isoladamente, mas foi fruto de políticas traçadas que estabeleceram um efeito dominó de cima para baixo, como sempre, tanto na pesquisa como na assistência técnica, como relata Alentejano (2004, p. 5):

Ao mesmo tempo em que se constitui um expressivo número de assentamentos rurais - em comparação com governos anteriores em que quase nada era feito - está em curso um amplo processo de expulsão de pequenos produtores do meio rural (menos 1 milhão de estabelecimentos agrícolas entre 1985 e 1996 e falência de 500 mil pequenos produtores rurais entre 1995 e 2000), dadas as condições desfavoráveis em termos de preços agrícolas (32% desde a implantação do real em 1994), ausência de apoio técnico e creditício, precariedade da estrutura de armazenamento e escoamento da produção, processos agravados pela abertura indiscriminada da economia (aumento de 700% nas importações agrícolas) e pelo desmonte do aparelho estatal de pesquisa e extensão, o que faz com que o número de famílias que perdeu a terra supere as beneficiadas pelos assentamentos, mesmo que contabilizássemos todas estas como novas beneficiárias.

Então, enquanto a década de 1980 pode ter sido classificada, pelos estudiosos, como a década perdida, a década de 1990 pode ser classificada como a década da contradição no campo brasileiro, pois, enquanto por um lado, averiguaram-se avanços significativos nas desapropriações de áreas, em relação

aos governos anteriores, e sistematização de instrumentos que pudessem medir, quantitativamente, as ações governamentais, por outro lado, verificou-se a retirada, paulatinamente, da base de sustentação para a consolidação da agricultura familiar.

Nesse momento, podem-se compreender os diversos desencontros que aconteceram e as permanências de certas práticas que não foram percebidas no momento da euforia.

O primeiro, que no início não foi percebido como entrave, foi a permanência das técnicas de produção, tanto no campo comunitário quanto nos lotes individuais, o destoque foi manual e a prática da roça no toco continuou a se fazer presente, as mudas e sementes que chegaram com atraso, como sempre, fora do período adequado para o plantio, não tiveram a produtividade esperada em todos os campos comunitários, no decorrer dos anos, os tratos culturais deixaram a desejar pela falta de assistência técnica e, para completar, o processo de comercialização ficou comprometido pela incapacidade dos trabalhadores sozinhos darem conta de definir estratégias de vendas sem realmente terem o conhecimento suficiente dos custos de produção. Segundo Moreira (2007, p. 14):

A ausência ou a precariedade de assistência técnica eficiente e comprometida com a luta dos trabalhadores, de modo a interiorizar nos PA's uma "educação rural" efetiva, tem se constituído num dos obstáculos à sustentabilidade econômica dos assentamentos. O acesso ao crédito sem acompanhamento técnico ou com orientação equivocada (tanto na elaboração dos projetos quanto na implementação dos mesmos) tem, via de regra, resultado em situação de endividamento por parte de grande número de assentados. A este problema soma-se a descontinuidade da assistência técnica prestada aos PA's.

O segundo entrave pode ser percebido na gestão dos empreendimentos. Como não houve o encadeamento de atividades ligadas às propostas técnicas que deram origem à implantação de alguns benefícios, como exemplo o alambique que foi implantado no povoado Entroncamento, por decisão dos assentados, não foi suficiente para a demanda de cana-de-açúcar existente e a que foi industrializada não houve estratégias pensadas para a comercialização da cachaça. Moreira (2007, p. 15) chama a atenção que a gestão nos assentamentos é marcada:

[...]por uma verticalização da estrutura do poder decorrente do modelo associativo adotado, cujos cargos estão hierarquicamente ordenados, favorecendo a personalização do poder na figura do presidente; pela influência decisiva das políticas públicas no sentido de favorecer e estimular o fortalecimento dessa forma associativa; pelo abandono gradativo de instâncias intermediárias de organização que favorecem a participação ativa de todos os membros da comunidade, restringindo o processo participativo aos chefes de família; por uma transformação gradativa das assembleias em instâncias formalmente homologatórias das decisões tomadas pela direção das associações; por uma tendência à “perpetuação” das lideranças em consequência dos laços de favores e de apadrinhamento que se criam internamente e; pelo atrelamento da organização dos assentamentos a grupos oligárquicos locais.

Esse processo aliado ao não comprometimento da prefeitura municipal, o desmonte da assistência técnica no Estado e a morosidade burocrática do INCRA na resolução de alguns problemas estruturais, como, por exemplo, a liberação dos créditos instalação, leva nesse intervalo de tempo de 1996 para 1997, praticamente, a um clima de instabilidade na assistência técnica dos projetos. Percebeu-se um início de desmobilização que culminou na procura de saídas individuais para o processo de comercialização dos produtos, tendo alguns assentados êxitos na venda direta e outros amargando prejuízos pela falta de condições adequadas para armazenar e vender os produtos. Para o presidente da associação do povoado Oiteiro, a assistência técnica:

Era pra elaborar o projeto teve a assistência técnica. E, na forma como era para escolher, como é que se diz a semente não, porque a semente quando vinha para cá era de péssima qualidade. Além de ser de péssima qualidade, fora de época. O que a EMATER nesse tempo fazia é porque ela ganhava por projeto, não queria saber, coisa como hoje, porque aqui a gente recebia era pelo PROCERA, nós tinha direito no PROCERA e esse que era o projeto nosso. Como houve uma mudança de engenho, que era maior, tinha maior porte, houve uma necessidade de fazer uma fábrica de açúcar, então vamos plantar cana para açúcar, vamos plantar cana mais que o engenho hoje dá para coisa. Mas só que nessa época os técnicos eles não pensavam no mercado, eles só pensavam em produzir, e a gente produziu muita cachaça, cachaça que a gente não sabia pra onde mais botar, não tinha... queria guardar dentro de sua casa mesmo, até no pote, porque tinha muita cachaça. Enchemos o Itapecuru, o ... Santa Rita .. ainda tem hoje um engenho lá que nós mantêm ainda, Miranda, todo lugar tinha cachaça. Mas que São Luis a gente não tinha como acesso de mercado pra botar o produto da gente. (Entrevista realizada em maio de 2008)

Como já foi abordado, sobre a assistência técnica, mesmo com a cana-de-açúcar sendo um produto que faz parte da produção dos assentados antes mesmo da criação do assentamento, o problema foi o dimensionamento das áreas de produção e a sua compatibilidade com a agroindústria de cachaça, pois a produção que estava sendo colhida era maior que a capacidade do alambique e o outro problema é que mesmo com pouca capacidade em relação à produção era mais do que suficiente para a própria demanda do mercado, sendo as conseqüências desastrosas naquele momento.

Como ratifica a associada do Povoado Felipa:

[...] lá no assentamento, o projeto para uma agroindústria para o processamento de cana-de-açúcar, certo, e essa agroindústria era pequena, o porte médio pequena e foi feito um projeto grande, muito grande, onde as oito comunidades todas solicitaram banana, cana e abacaxi, quando foi na época de tirar a produção, a Felipa não tirou nenhuma cana, porque tava mais distante do assentamento, mais distante de uma agroindústria, não tinha estrada, entendeu, esse projeto se perdeu tudo da cana-de-açúcar, e as comunidades que tavam mais próximas de lá, tiveram como tirar a cana, mas, também, a agroindústria não teve a capacidade dela não foi pra beneficiar toda a produção, teve muita perda, mas com toda essa perda, mesmo, de banana, de cana e de abacaxi, mas a comunidade, as comunidades todas quitaram, honraram o projeto com o banco. Em 93, foi feito um novo projeto, que esse foi feito em 91 e 92 foi pago, e em 93, em 92 mesmo deram entrada em um outro projeto, e, em 93 saiu de novo para a produção, aí, Felipa fez quatro de abacaxi, na época, , três de cana, oito até dez, foi que todos dobraram, todos, todas as comunidades dobraram, aí, quando viram a produção tão grande no campo, não tinha como comercializar toda essa produção, foi pensado, através do técnico da EMATER, que tava com a gente na época, Josenildo era o cabeça da história, e foi pensado num projeto para uma agroindústria maior, só que quando foi implantado o projeto da agroindústria que tem no assentamento hoje, a cana já tinha sido destruída toda. (Entrevista com a representante do povoado Felipa em março de 2008)

Como se observa, as datas acabam não saindo precisamente, porém as lembranças dos atropelos foram importantes para compreender a análise da situação na época pelo representante da equipe técnica.

Em relação à cana-de-açúcar, um dos integrantes da equipe técnica explicou que a idéia inicial era preparar toda a base de matéria-prima, investir, inclusive, na qualidade da cana, por isso é que foram implantadas as unidades experimentais, pois algumas famílias já produziam e vendiam cana. E como 80% do

valor do produto não ficavam na mão das famílias que produziam, houve a idéia de adquirir, com o recurso do fomento, um pequeno engenho, que foi instalado no Entroncamento. Então, o processo iniciou com um pequeno engenho, produzindo cachaça, visualizando a possibilidade de outros produtos, como a rapadura, inclusive chegaram a implantar uma unidade para a fabricação de rapadura, com o objetivo de produzir o açúcar mascavo, para atender à própria demanda das famílias locais e, posteriormente, com a consolidação dessa produção, produzir cachaça em escala industrial. Todavia fizeram visitas a alguns Estados, como o Ceará pela possibilidade de ampliação das atividades e das áreas, segundo integrante da equipe técnica:

Aí entraram na questão daquela grande agroindústria, que eu acho que foi um equívoco, foi um equívoco porque eles não estavam preparados em termos de qualidade da matéria-prima, nem quantidade da matéria-prima pra uma indústria daquele tamanho, e nem da forma organizacional, aquilo é para ser aquilo era para ser gerido por uma cooperativa, porque já é uma unidade industrial, eles não tinham essa base organizativa, até no engenho, até pra fazer um trabalho comunitário no engenho era complicado, porque trazia cana de um, trazia de outro, ai produzia tantas garrafas de cacha... tantas latas de cachaça e tal, mas isso funcionou, tanto é que eles se sentiram motivados a ter uma coisa bem maior, eu acho que foi muito além das pernas, eu acho que aí não tinha matéria-prima suficiente, eu acho que foi o grande problema, não foi nem o lado de tecnologia, e também organizacional, não tinha uma base organizacional que assumisse aquela agroindústria. Eu, depois, já estava fora inclusive do INCRA nesse tempo, eu fui fazer uma visita, achei uma coisa muito, muito grande, entendeu, para o tamanho das terras e a outra coisa era também essa questão que não estava muito claro como é que ia funcionar as subáreas, como era que você ia trabalhar, porque cada associação, cada subárea dessa tinha uma associação, tem uma associação, às vezes até duas. Picos depois se dividiu, em Picos 1 e Picos 2. (Entrevista realizada com um dos integrantes da equipe técnica, que acompanhou o processo de desapropriação e criação do assentamento, em janeiro de 2008)

No tocante ao abacaxi, a situação foi pior, pois a falta de conhecimento técnico fez com que vários assentados colhessem antes da hora, não levando em consideração as orientações que chegavam, não conseguiram colocar seus produtos no mercado. Segundo o técnico agrícola da Secretaria de Agricultura do Município de Itapecuru:

Então, isso fez com que o Itapecuru se enchesse tanto de produto de abacaxi a gente não ter pra quem comercializar e isso que trouxe a dívida pra o assentamento e todo mundo ficou endividado na época e algumas comunidades têm ainda essa dificuldade grande porque as pessoas não tomaram uma atitude de procurar uma salvação pro problema, agora as outras que dispensaram, que discutiram com os companheiro e procuram uma solução, iam ao banco, acharam um caminho de mudar naquele momento. (Entrevista realizada em maio de 2008).

O presidente da Associação de Oiteiro acredita atualmente que, se os mesmos tivessem conhecimento e o controle dos projetos que foram definidos, não teriam aceitado plantar abacaxi. Ele afirma:

O abacaxi você pegava aqui um jacar, enchia um jacar e ia pro Miranda bem aqui que tem uma feirazinha ainda, o único lugar que ainda tem uma feira por aqui, você tinha que vender 10 abacaxi por 1 real ou então tinha que trazer porque tinha que ficar queimado aqui no estoque da gente aqui. Até hoje ainda tem abacaxi por dentro do mato aí. Quando foi para elaborar o projeto, o seu Josemir falou, óia, um abacaxi vai ser 1 real, 1 real, você plantando 5 mil pés de abacaxi você já sabe que o lucro é isso, e você ainda tem direito de vender a muda porque hoje é o que mais a gente vende é muda de abacaxi. Eu acho que nessa época a gente não tinha cabeça que tem hoje, a gente não tinha o pensamento mais positivo em termos de mercado, porque hoje tá havendo um projeto e a gente já está pensando no mercado, porque o grande desgaste aqui de dentro da área do Entroncamento, porque todo o dinheiro que o banco investiu aqui foi botado na terra, disso eu tenho certeza, todo o dinheiro foi botado na terra, ninguém aqui não pegou dinheiro e saiu gastando, comprando carro, comprando boi, comprando que mais antes que tivesse feito isso. (Entrevista realizada em maio de 2008).

Mesmo um povoado organizado como a Filipa sofreu com os desencontros no processo produtivo, problema que iniciou desde a fase de produção:

O abacaxi, aí, foi outro prejuízo, aí foi aonde o assentamento afundou, porque a dívida endividou todo mundo, ninguém pagou, não teve como pagar a cana, pagar o abacaxi, pagar a banana, depois teve perda total na época, por causa da produção muito grande e a visão dos produtores, na época, fomos orientados a assumir, mas nós só tinha Itapecuru, como comércio, uma área que ia toda a produção, e nós num tinha, nunca fomos pensado, nunca fomos capacitados para ser orientado dizendo assim, oh, vocês vão produzir tantas toneladas, mas vocês vão sofrer o risco de perder isso, isso e isso, tem que procurar mercado, não, nós ficamos mais só plantá e produzi, comercializá, a gente só ia se preocupa na hora de vender o produto, então, isso foi uma perda muito grande e a

comunidade aqui não tinha, uma ...mais sacrificada pra gente, aquele baixo lado, não passava, a gente só passava com água no umbigo, nadando no inverno, entendeu, aí, a gente teve uma perda total da produção. (Entrevista com o técnico agrícola da Secretaria de Agricultura do Município de Itapecuru, realizada em março de 2008).

Um dos membros da equipe técnica aponta que, além do problema de desconhecimento da viabilidade econômica, a qualidade do solo e a concorrência de outras localidades contribuíram para o insucesso na produção e comercialização:

[...] no começo teve um acompanhamento bastante significativo, lá teve um problema, é que aquele solo do Entroncamento, ele é um solo arenoso, muito arenoso, ele é um solo muito arenoso e você tem uma área no Maranhão onde você produz um abacaxi de melhor qualidade, que é São Domingos. Então, você não teve o abacaxi com a mesma qualidade que São Domingos [...]Então, o abacaxi que vinha de São Domingos, ele era vendido aqui por um preço mais baixo que o preço de custo deles lá, porque lá eles tinham que colocar... era mais trabalho, era mais trabalho, houve a necessidade de você introduzir mais insumos. Então, ele não se tornou competitivo com o próprio abacaxi aqui do Maranhão. (Entrevista realizada com um dos integrantes da equipe técnica, que acompanhou o processo de desapropriação e criação do assentamento, em janeiro de 2008)

Então, além da falta de conhecimento técnico dos assentados para produção em larga escala, das condições do solo, houve também a concorrência de outras localidades preponderante para o fracasso na comercialização do produto.

A falta de assistência também levou, segundo o presidente da Associação do Povoado Oiteiro, à utilização inadequada dos insumos agrícolas, pois:

Aqui não se teve a análise de solo, aqui é o seguinte, a gente faz tudo o seguinte, a gente mesmo como produtor, aqui quando chove, alaga tudo, alaga tudo, você tem uma mandioca, ela vai embora, você tem qualquer tipo de coisa, alaga tudo, mas também quando seca, seca tudo de uma vez. Então, eu acho que isso aqui pra se fazer tinha que ter uma análise de solo, tinha que ter um adubo suficiente pra se saber qual era o tempo que botava lá, se mandava botar era que adubo se estragou aqui ao monte, se estragou ao monte de adubo aí, trazer o adubo ele mandava botar lá por quantidade, botava o carbureto lá sem saber como era, não tinha aquela assistência de primeira qualidade que a gente via na qualidade extra, o solo que vocês vão usar é esse aqui, nada disso teve. (Entrevista realizada em maio de 2008).

Para os demais trabalhadores que estavam em volta, na hora da entrevista, a não utilização correta dos insumos foi responsável pela baixa qualidade do produto, interferindo significativamente no baixo preço do produto.

Em relação à banana, não teve saída no mercado local nem regional, não sendo viável por parte de alguns assentados a sua colheita e os que colheram consumiram uma boa parte, pois não tiveram êxitos nas vendas não cobrindo os custos de produção, conforme depoimento abaixo:

A banana não tinha mercado. Não teve mercado. Banana dessa BR bem aqui que o Sr.... desde o começo daquela casa até no chegar daquele posto médico lá, lá do outro lado da pista, isso aqui era só um banana, mas nós... foi que comeu a banana daqui. Você levava uma carrada para São Luis, aí você tinha que esperar quase um mês ele vender aquela banana e as folhas também da muda da banana não foram enviadas, porque é daquela banana d'água viu ... é com tem quer ter irrigação, porque se não tiver ela não dá uma banana de primeira, só dá de segunda. Então, foi que foi jogando dinheiro, elaborar projeto, elaborar projeto, e ganhar o que devia ser. (Entrevista com o presidente da associação do povoado Oiteiro, em maio de 2008).

O problema apontado foi o tipo de banana plantada que não tinha apelo comercial em Itapecuru e pouca durabilidade para a comercialização em outras regiões:

[...] uma banana que foi implantada ela é uma banana nanica, foi os campos de banana foi introduzido com banana nanica, porque não eram irrigados. Então, se procurou algumas área que tinham essa potencialidade para banana e depois foi feito um plantio de banana nanica. Então, tu sabe que a banana nanica ela também não tem mercado, por exemplo, não compete com a pacovan, ela apodrece rapidamente, você vê que o preço é bem mais baixo (Entrevista realizada com um dos integrantes da equipe técnica, que acompanhou o processo de desapropriação e criação do assentamento, em janeiro de 2008)

Toda essa problemática estava acontecendo no município de Itapecuru Mirim com as autoridades locais alheias ao processo como se os desdobramentos e os impactos negativos dos projetos não fossem afetar a ordem econômica, social, política e ambiental do município e da região.

Na verdade, as relações políticas impediam que o gestor público visualizasse nos assentamentos uma possibilidade de dinamização das economias locais. Isso significava a perda do controle de uma massa que perpetuava as

oligarquias locais e regionais no poder, porém, para os trabalhadores rurais, significava novos rumos a partir de uma articulação que não dependia mais do poder público municipal, na medida em que os recursos federais, que seriam disponibilizados pelo INCRA, poderiam ser transferidos diretamente para as associações devidamente legalizadas, no entanto os próprios assentados não estariam livres de outros assédios.

Qual relação seria estabelecida com a prefeitura em termos de infraestrutura? Analisando o lado técnico que também não deixa de ser político, pois a falta de equipe técnica para acompanhar os projetos produtivos dentro dos assentamentos também é uma proposta de prioridades políticas, ou seja, não era prioridade a agricultura. Se atualmente, praticamente, a maioria das prefeituras, no Maranhão, apresenta os seus secretários de agricultura sem autonomia na tomada de decisões, imagina-se há vinte anos que a agricultura não tinha um status para se configurar, na visão dos políticos locais, como fio condutor para o desenvolvimento local e sustentável.

Esse diálogo com técnicos que fizeram parte do processo de criação do assentamento e os assentados remete a uma reflexão inicial que reforça a idéia de unidade territorial que foi pensada de cima para baixo com aquiescência dos próprios trabalhadores e, após 10 anos, essa unidade não é apenas percebida pelo recorte de sua área e suas diferentes estruturas e formas de organização associativas, mas por estarem atravessando os mesmos problemas em diferentes amplitudes, no que tange ao processo produtivo e a infra-estrutura social.

Os resgates históricos desses acontecimentos são de suma importância para se verificarem os pontos e os contrapontos que levam a fazer uma leitura da atualidade das estruturas nos assentamentos que completaram vinte anos de existência. Pela lógica do tempo, significaria que todos já teriam usufruído de todos os créditos possíveis e assim deveriam ter sido emancipados.

No entanto, os acontecimentos transformam o assentamento num espelho para a Microrregião Geográfica do Itapecuru, ou seja, estar olhando para o Assentamento Entroncamento é a mesma coisa que estar olhando para um conjunto de assentamentos nas mais variadas microrregiões geográficas no Estado do Maranhão. A unidade territorial passa a ser percebida pelas instabilidades.

Evidenciar esses momentos, de início dos financiamentos e das estruturas, é crucial para observar o desenrolar das políticas e é evidente que não se quer atribuir o que acontece hoje a apenas os desencontros iniciais, não se está procurando observar o assentamento de maneira estática, mas na sua dinâmica territorial que compreende as correlações de força entre as associações e as instituições e entre as próprias instituições.

Diante do exposto, acaba sendo natural, após praticamente dez anos, baseado nos planos preliminares, conferir as inúmeras relações constituídas e, a partir dessas relações, verificar o incremento ou não da estrutura produtiva, bem como a sua utilização justificando todos os investimentos feitos.

Isso levaria ao reconhecimento da sociedade e dos próprios assentados da sua condição de sujeito demonstrada pelo controle do processo produtivo, do poder de decisão sobre as suas prioridades, apropriando-se do conhecimento que lhe permitisse averiguar a relevância das articulações institucionais e a valorizar as práticas sociais. Para Silva (2008, p. 181), seria a superação de desafios:

O desafio maior está por ser enfrentado e envolve diversas dimensões. Uma delas é a dimensão qualitativa interna dos assentamentos, no sentido de se construírem práticas de convivência e de produção que sejam eficientes do ponto de vista agrônomo, econômico, social e ambiental. Outra dimensão refere-se ao reconhecimento, no contexto social, do assentado, do agricultor familiar, não como representante de um passado arcaico, ou como um ser humilde, vivendo às expensas da sociedade. Ao contrário, o seu conhecimento como sujeito ativo, partícipe de um processo evolutivo mais amplo da própria sociedade contemporânea.

Dessa forma, haveria a constituição e consolidação do território através da efetiva participação dos assentados na articulação de estruturas que não permitissem a aproximação de especuladores e sabotadores que infiltrariam na base do assentamento práticas predatórias e uma constante dependência das permanentes discontinuidades das políticas públicas.

Entretanto, observando o caminho traçado pelas articulações, pode-se dizer que os trabalhadores rurais assentados, no início da constituição do assentamento, tinham como mediadores o INCRA, EMATER, o poder público municipal, cada um com as suas funções definidas e as interlocuções com os trabalhadores se davam por objetivos e atribuições contidas no plano preliminar.

Ao final de 1998, onze anos após a criação do assentamento, o que esperar de uma articulação? i) com o INCRA, que tinha pouca experiência na condução do processo dos assentamentos criados a partir do primeiro PNRA; ii) da gestão estadual, que ao longo do processo de financiamento dos créditos desmontou a sua estrutura de pesquisa e assistência técnica; iii) do poder público municipal que não dava uma resposta satisfatória em relação a dotar continuamente o assentamento de infra-estrutura necessária e em tempo hábil para minimizar situações de educação e da saúde.

Acredita-se que esse momento vai ser extremamente difícil para os assentados, pois de um lado perderam a referência no processo produtivo, de outro lado, olhavam a lentidão na implantação das infra-estruturas e ainda não contavam com o apoio político dos representantes locais. Só o apoio do Sindicato e da Igreja não seria suficiente tocar para frente as estruturas montadas e que aos poucos iam ficando sucateadas praticamente: a fábrica de açúcar mascavo não funcionou, o centro comunitário foi completamente inutilizado e a agroindústria não teve um bom gerenciamento para atender a todos os produtores que produziram cana.

[...] depois eu acho que essa técnica ela se desestruturou e eles ficaram jogados à própria sorte, quer dizer, você não avançou, não avançou na melhoria, inclusive, da cana também. A cana que tinha lá, por exemplo, é uma cana de muito, muito baixa qualidade, aí a idéia era que você trouxesse, implantasse unidades para reproduzir mudas[...] Eu acho que aquilo foi, na verdade, um sonho muito alto em relação à agroindústria. Eu acho que, quando eles viram que o engenho começou a funcionar, era um engenhosinho pequeno, montou, mas pequeno, era uma coisa que era, na verdade, compatível com a produção deles. (Entrevista realizada com um dos integrantes da equipe técnica, que acompanhou o processo de desapropriação e criação do Assentamento, em janeiro de 2008)

Nem a articulação obtida entre o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) (ANEXO G), que realizou inúmeras atividades relacionadas a oficinas sobre a gestão dos empreendimentos, a comercialização, o resgate do processo produtivo e a elaboração do Plano Integral de Desenvolvimento (PID) do assentamento, na década de 1990, foi capaz de estabelecer, novamente, o modelo proposto de produtos voltados para o mercado baseado na plantação da cana-de-açúcar, banana e abacaxi para o conjunto de assentados de todos os povoados que já

tinham passado por situações de constrangimento perante as instituições de créditos.

Desse momento para frente, aquela articulação entre os povoados para discutirem os projetos produtivos e a infra-estrutura esfriou-se e se verificou uma articulação que passou a ser individualizada no assentamento. Cada povoado com seus problemas e Filipa, por ter um nível de organização comunitária que antecedia a própria criação do assentamento e por ter uma identificação como comunidade remanescente de quilombos e por ter sido alvo do Programa de Combate à Pobreza (PCPR) do Governo Roseana Sarney, foi beneficiada com inúmeros projetos e infra-estrutura, como apresenta Silva (2005, p. 108):

A Filipa foi contemplada com cinco projetos financiados pelo PCPR, importando num total de R\$ 197.975,00 (cento e noventa e sete mil, novecentos e setenta e cinco reais). Esses recursos foram destinados ao financiamento de uma Barragem; de uma rede de distribuição de água; da construção de 19 unidades residenciais; de uma ponte; de fossas e de uma casa de farinha.

Essa situação estabelecida e a própria desorganização dos povoados leva, segundo Silva (2008), chamando atenção para o resultado do trabalho que avaliou a qualidade dos assentamentos, fruto de uma cooperação técnica entre a FAO e o MDA, ao predomínio do índice mais baixo no Estado do Maranhão em relação à qualidade dos assentamentos. Num balanço geral, segundo Suzuki (2004, p. 96):

Há, por um lado, autores que, como Francisco Graziano, insistem em afirmar a inviabilidade da reforma agrária, ora atacando a ação dos movimentos sociais, ora discutindo os procedimentos políticos e administrativos nos assentamentos,[...]

Esse processo não levaria a uma perda do território conquistado pelos trabalhadores rurais, agora assentados, com seu título de propriedade, sob condição resolutive (ANEXO H), todavia as análises que se seguem vão propiciar ponderações sobre as trajetórias construídas que podem estar conectadas nas permanentes discontinuidades das articulações institucionais e nas permanentes relações produtivas e sociais tornando o assentamento um território instável.

Esse processo será alvo de novas reflexões na abordagem a seguir sobre os “novos desafios” que vão demonstrar que o assentamento não pode ser visto

como um objeto descartável pelo poder público pela própria incompetência na articulação das instituições. O que interessa agora é que novas articulações foram feitas.

3.3.3. O entroncamento dos “novos desafios” institucionais

Partindo do princípio de que há uma dinâmica territorial e as atividades que se desenvolvem no assentamento não estão atreladas única e exclusivamente à chegada de programas de crédito, mas também podem ser fruto das descontinuidades dos programas sendo que os seus desdobramentos podem apontar novos direcionamentos na vida dos assentados e nas suas estratégias de produção bem como nas infra-estruturas, é que se considera relevante fazer pontuações que demonstrem que as relações institucionais guardam resquícios de momentos anteriores e posteriores à criação do assentamento.

Diante do exposto, os novos desafios na verdade acabam sendo quase os mesmos em relação ao processo de criação do assentamento e ao primeiro plano preliminar proposto. Após 20 anos, os desdobramentos das constantes descontinuidades dos programas podem levar a inúmeras situações como a venda ou abandono do lote, o retorno ao pagamento da renda em outros lotes ou em outras propriedades circunvizinhas mantendo uma permanência no velho processo produtivo, como destaca Silva (2008, p. 35):

Os assentamentos de reforma agrária, limitados a uma área física previamente delimitada, representam uma impossibilidade de reprodução da agricultura familiar, na sua forma itinerante e tradicional. Portanto, mantendo-se sob a mesma racionalidade da unidade de produção externa aos assentamentos, é grande a possibilidade de a produção familiar desintegrar-se nas diversas manifestações da pobreza rural.

No entanto, se haverá permanências, as mediações institucionais poderão não ser mais as mesmas. A capacidade de articulação entre os assentados será de suma importância para continuar garantindo, das instituições públicas, recursos, créditos e novos financiamentos. A dinâmica territorial vai se constituir, então, na mobilidade dos assentados dentro do assentamento e para fora dele com poder de articulação frente às entidades não governamentais, frente às instituições

federais, no caso o INCRA, com uma aproximação com os técnicos das instituições estaduais, no caso AGERP, e com abertura de um diálogo com o poder local.

Concernente à atualidade das relações institucionais, observa-se que, ao longo de todo o processo, o INCRA foi a única instituição, permanentemente, citada por todos os assentados. Quando se fala citada, é porque foi a única, independente de estar ou não presente nas relações cotidianas dos assentados, mas como as demandas não foram sendo implantadas ao longo dos anos e até 2006 ainda havia crédito a ser implantado, isso interferia no cotidiano das famílias que continuaram creditando ao INCRA melhorias na infra-estrutura.

Então, quando saiu agora, já no... nessa data, e aí já veio especificado uma quantidade, era R\$ 60.000 reais o valor que o INCRA disponibilizou pra, oh, pro fomento, e 20 já tava destinado à cesta básica, então a comunidade reuniu e que era só 25 família que é assentada no INCRA, que é reconhecida lá no CIPRA, e nós já tava aqui em 46 famílias, então saiu esse dinheiro pros 25 mesmo que constava lá na época da desapropriação. Então, como todo mundo é parente, todos que pegaram, cada qual dividiu e deu para as 46 famílias que beneficiaram das cestas e ficando 40 mil no Banco, que tinha que fazer uma plantação de uma plantar, dentro da comunidade, uma coisa que fosse servir pra toda a comunidade (Entrevista realizada com a representante da associação do povoado Felipa, em março de 2008).

Por outro lado, ter acesso ao assentamento é apontado como ponto positivo entre os trabalhadores. A grande questão estaria na cobrança da infra-estrutura.

Os assentados, quando querem reivindicar implantação do crédito habitação ou recuperação de casas, organizam-se através das suas associações e fazem suas cobranças em conjunto. Isso foi estabelecido desde o início da criação, contudo, como o crédito vinha por associação, ficava a cargo do líder comunitário o controle do recurso e a fiscalização das obras.

Como na maioria dos povoados o controle e a fiscalização não foram eficazes, os problemas não demoraram a aparecer. Na verdade parece que todos os créditos liberados tinham outros interesses, em que o assentado passaria a ser o intermediário entre o INCRA e os empresários da construção.

E nesse caso vão se observar, em todo o Estado, assentamentos em que houve liberação de recursos e as obras ficaram pela metade ou nem se iniciaram e

que iniciaram e terminaram, mas estão com problemas nas suas estruturas. O que mostra a qualidade não só do material, mas os descasos com as relações estabelecidas entre os beneficiários e as empresas contratadas e o próprio processo de vistoria que não contribuiu para aplicação correta dos recursos.

Atualmente, além dessas relações que continuam garantindo infraestrutura nos assentamentos, pode-se observar a relação construída para a atuação da ATES, pois com o desaparecimento da Assistência Técnica Estadual e a instabilidade do Governo Estadual para assegurar condições técnicas no campo, o Governo Federal, através do INCRA, criou o programa que prestaria assessoria técnica, social e ambiental, através de convênios com as entidades não governamentais a partir de 2004. Constata-se que essas relações passam a ser entre o INCRA e as entidades e entre as entidades e as associações ou grupo de produtores com o objetivo de prestar assessoria técnica como elaboração de projetos técnicos para liberação de recursos; assessoria social com o objetivo de trabalhar as organizações sociais existentes, valorizando a participação da mulher e dos jovens nos rumos do assentamento e a assessoria ambiental com o objetivo de definir junto aos assentados as áreas de preservação ambiental, inserindo nos projetos técnicos o cuidado na utilização adequada dos recursos.

De qualquer forma, continua sendo uma relação que pode trazer avanços ou recuos no processo produtivo na medida em que pode haver demora na própria homologação dos convênios ou nas suas renovações.

Nesse caso os indicadores e os resultados obtidos são divulgados para o assentamento como um todo, haja vista que a assessoria é por número de assentamentos e número de famílias assentadas. Como já foi demonstrado em mapas anteriores, com a disponibilidade de créditos, houve aumento de áreas de cultivo de mandioca e de arroz. Acredita-se que as áreas que tiveram acesso ao PRONAF foram áreas com a presença de ATES¹⁷.

¹⁷ O Núcleo de Estudos de Desenvolvimento Regional (NEDERES) da Universidade Estadual do Maranhão está desenvolvendo um estudo denominado Territorialização dos Assentamentos Rurais no Maranhão, fazendo um levantamento sobre a educação, assessoria técnica e Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA) com objetivo de relacionar com os avanços e recuos no processo produtivo do Estado.

Através desse convênio, o Governo Federal reconhece que a estrutura estatal está aquém de responder positivamente e qualitativamente aos beneficiários da reforma agrária e, para se prevenir contra as eventuais reclamações sobre morosidades nos processos tanto de desapropriação, quanto de criação e liberação dos créditos, alimenta um discurso sobre o processo histórico de desmonte da máquina do Estado e dos interesses outros que não contemplavam a agricultura familiar, mas sim a estrutura do agronegócio no sul do Estado:

A expansão da economia da soja no Estado do Maranhão apresenta duas características principais: i) a forte presença do Estado na sua viabilização e, ii) a concentração em grandes propriedades (CARNEIRO, 2008, p. 86).

Atualmente, ao analisar a escala da esfera estadual, observam-se outras relações estabelecidas entre os trabalhadores e a AGERP que faz parte do Sistema da Secretaria de Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural (SEAGRO) que, após o desmonte da EMATER, retorna com um novo formato regional que tem como objetivo colaborar com a pesquisa, com a assistência técnica, com apoio no crédito e na comercialização dos produtos.

No caso da escala estadual, já não há uma relação dos assentados na sua articulação entre associações de todos os povoados, para juntos cobrarem ou reivindicarem melhorias, nesse caso as relações estão sendo entre os produtores, nas suas associações isoladamente com a AGERP, no entanto não é que o assentamento não exista, o que não há mais, ou nunca houve, é a parceria que se tentou consolidar em meados da década de 1980.

E essas cobranças em relação aos aspectos produtivos que se desenrolam são estratégias e reflexos dos projetos iniciais que na sua compreensão teórica refletiam uma unidade e na sua prática a única unidade que teve foi o desamparo de todos os trabalhadores assentados, voltando, nos anos subseqüentes, às mesmas práticas individuais no processo produtivo, segundo o presidente da associação de Oiteiro:

[...] de 95, que foi a época que terminou o projeto produtivo, alguns companheiros ainda ficaram, ainda, lutando com esforço próprio e aí, de lá até 2000, nós não tivemos projeto produtivo de jeito nenhum daqueles um que não tivesse garantia de comercialização, então, o

cara só queria elaborar o projeto porque ele ia ganhar, a comissão dele, e a gente ia se virá , se vendia ou se não vendia, então, por isso a comunidade não quis mais. (Entrevista realizada em maio de 2008)

Essa foi a preocupação de todos aqueles que viram os seus sonhos ruírem e a frustração veio acompanhada do receio de não honrar com seus compromissos sendo o mercado uma das principais preocupações, segundo a representante da associação do povoado Filipa:

[...] sempre quando vinha projeto produtivo, a gente dizia: tem comércio, não? Então a gente não quer. Porque nós não vamos querer pegar um dinheiro federal e implantá ele aqui e não saber pra quem vender, nós não queremos projeto produtivo, ainda, nós estamos pegando a estrutura tudinho. (Entrevista realizada em março de 2008).

Nesse sentido a utilização do campo comunitário ficou restrita à produção da agricultura de subsistência com alguns assentados tentando, a todo custo, continuar investindo na cana que serviria para comercializar em pequena escala com a agroindústria de aguardente que funciona em condições mínimas, perto do que foi planejado e também para venda em algumas destilarias particulares.

O único povoado que se sobressaiu perante os demais, depois do fracasso dos projetos financiados para a utilização do campo comunitário, foi o Povoado Filipa que na visão do cientista social que presta serviço de ATES nos assentamentos:

Filipa é um povoado socialmente organizado e sua viabilidade produtiva se faz pela sua organização social, onde não tem desenvolvimento social, não tem desenvolvimento econômico. (Entrevista com cientista social e técnico de ATES no Assentamento Entroncamento, em janeiro de 2008).

A atenção voltou-se para o Povoado Filipa como modelo de organização social tanto para o INCRA, quanto para o Governo estadual devido à estrutura conseguida ao longo do tempo e das relações construídas e do planejamento discutido para aplicação dos recursos, conforme depoimento da presidente da Associação do Povoado Filipa:

Então, como nós já tínhamos conseguido uma casa de farinha, a mini-usina, a barragem, a melhoria da estrada, nós tinha energia, tinha habitação e a gente aí diz assim: nós, a comunidade tem um sonho que é de ter o transporte. E aí a gente colocou, nós temos nós produz farinha, nós temos o peixe, nós estamos hoje produzindo a piscicultura, entendeu, e nós tínhamos que carregar todas essas produção na costa de animal pra Itapecuru, de bicicleta. Então, a gente precisa de um transporte para a nossa produção e não vai servir só pra um, vai servir pra todos que produz na comunidade. E aí, diante disso, os cara disseram pra gente assim: a gente só vai liberar porque a gente conhece todo o trabalho da comunidade e o que a comunidade tá produzindo hoje, por isso a gente vai liberar o recurso. E a gente comprou a Kombi. Tinha 40 mil e a Kombi custou pra gente R\$38, 631,00, e ficando ainda R\$1.600,00 e uma fração, ficou saldo. Nós fizemos um documento solicitando o restante do dinheiro, e aí disseram: nós libera vocês fazer a casa, a garagem pro carro, pois nós vamos fazer a garagem pro carro, e eles liberaram os 600 e ... 1.600 e poucos reais. Não deu pra fazer porque nós gastamos 2.500 e pouco. (Entrevista realizada em janeiro de 2008).

É de suma importância frisar que essa articulação e organização não foram pensadas a partir da criação do assentamento, mas sim anterior ao processo de desapropriação. Como já foi abordado, foi à única que não teve a divisão em lotes por famílias assentadas.

A partir do fortalecimento individual, os povoados no caso de Filipa, principalmente, o Governo estadual estabeleceu uma via de mão dupla, não só os agricultores passaram a procurar individualmente por associação os técnicos ligados às instituições representativas no Estado, no caso atual a AGERP, como também os técnicos procuraram individualmente as associações.

Atualmente a AGERP está identificando os assentados que continuam produzindo cana para participarem dos projetos sobre Arranjos Produtivos Locais (APL) em parceria com o SEBRAE com objetivos de inseri-los dentro de um programa piloto de estímulo a pequenas agroindústrias de aguardente como já havia sido citado.

Nesse sentido, para o Estado, o assentamento como um todo passa a não ser referência e sim o povoado ou um conjunto de assentados que moram em povoados diferentes. Não será computado o assentamento, pois o projeto não engloba atender um número de famílias e sim identificar entre as famílias um assentado que esteja produzindo e tenha potencial para um possível investimento, ou seja, enquanto para o INCRA há um número X de assentamentos a serem

atendidos, para a AGERP há um número Y de povoados independentes de estarem fazendo parte do assentamento ou não para serem atendidos.

Os programas contabilizados pela Secretaria de Agricultura relacionam indicadores que, a partir de 2009, ao serem divulgados, obedecerá a uma nova regionalização. Antes, ou seja, até o final de 2008, o município de Itapecuru Mirim, para o Estado, estava na Microrregião Geográfica de Itapecuru Mirim, seus técnicos atendiam 12 municípios, com a nova regionalização, o município passa a figurar dentro da região de planejamento com 6 municípios em que as ações e análises vão ser levantadas a partir desse novo arranjo institucional, enquanto o Governo Federal, através do MDA, atua no município de Itapecuru Mirim através dos Territórios da Cidadania desde 2005 compreendendo 10 municípios e os dados estatísticos já fazem visualizar a situação do planejamento através da concepção de território do MDA.

Não cabe nesse trabalho questionar a concepção de território utilizada pelo MDA, como foi dito anteriormente, mas trazer à luz as reflexões sobre os programas que passam a ser aplicados concomitantemente levando a uma possível sobreposição de atividades.

E como fica a atuação do poder municipal? A pressão dos trabalhadores assentados e o surgimento de novas lideranças vão estabelecendo outras relações, pois não vai sendo mais admissível a omissão do poder público municipal nas ações que devem ser realizadas no município.

Diante da realidade apresentada, atualmente, a concepção pensada pela gestão municipal para atender à população rural foi através da articulação de subprefeituras segundo o Secretário de Articulação Política da Região do Entroncamento¹⁸:

É a subprefeitura, ela foi implantada no dia 21 de julho de 2006, nós passamos um ano juntamente com a câmara de vereadores, contador da prefeitura, o prefeito municipal, a vice-prefeita, vendo

¹⁸ O Secretário Municipal de Articulação Política da Região de Entroncamento sempre morou no Assentamento Entroncamento e é umas das lideranças que se elegeu vereador pelo Município de Itapecuru Mirim com seus votos se concentrando nos povoados que também fazem parte do Assentamento Entroncamento.

todos os âmbitos de governo e estudando como é que nós íamos montar a subprefeitura e graças a Deus o entroncamento da região onde tem o quadro de 15.600 habitantes, a Região Norte, formada mais ou menos por 30 comunidades e vendo a dificuldade dos governos anterior, o prefeito resolveu montar, junto com a câmara de vereadores, montar essa subprefeitura para desafogar e atender os anseios da comunidade, o deslocamento da ... não acha o prefeito, e ficou o secretário aqui com a subprefeitura para resolver esse tipo de coisa. Então, foi muito difícil, foi um trabalho árduo, cansativo, quase desisto, mas a gente foi levando, foi levando e estudando e deu resultado. Então, hoje a subprefeitura saiu do papel para se tornar uma secretaria forte do governo e onde a gente controla essas comunidades dando assistência na área de saúde, na área de administração, porque aqui passa administração, passa saúde, passa educação, passa o planejamento, passa administração, aqui passa todas as secretarias. (Entrevista com o Secretário Municipal de Articulação Política da Região de Entroncamento, realizada em janeiro de 2008)

Essa visão não garante apenas o apoio ao assentamento, mas extrapola o assentamento, a Região do Entroncamento vai além dos povoados que compõem o assentamento, como informa o Secretário de Articulação Política da Região do Entroncamento:

É porque a subprefeitura ficou grande, então, nós temos os povoados Felipa, que não é atendido pela subprefeitura, porque ele fica bem próximo a Itapecuru e aí já tem muito mais próximo do pessoal atender. Então, nós ficamos aqui atendendo da Cachoeira até a Santa Joana, depois Companhia do Bogéia, e nós vamos até a Comunidade Oiteiro, onde é o último povoado pra cá, de divisa com Santa Rita, e também o povoado... do Espírito, por ser muitas comunidades, mas eu tenho certeza que, nesse próximo ano, eu não tô querendo engajar Felipa na subprefeitura porque tem algumas comunidades ainda que não foi atendida diretamente pela subprefeitura porque muitas comunidades, nós só estamos com um ano e meio de mandato aqui na subprefeitura, nós estamos lutando, nós fizemos um ano agora em julho, agosto, setembro, nós estamos com um ano e dois meses só, um ano e dois meses, e implantamos a subprefeitura e pela quantidade de coisas que a gente conseguiu, nós somos até herói, que essa comunidade estava abandonada como o caro companheiro anda dentro da comunidade, sabe o que é assentamento. (Entrevista realizada em janeiro de 2008).

Como se verifica na fala do Secretário de Articulação Política da Região de Entroncamento, Filipa não faz parte da Região do Entroncamento pensada a partir de uma visita do Prefeito a São Paulo e visualizado o processo de descentralização da gestão pública a partir das subprefeituras. A explicação para não inclusão do Povoado Filipa justifica-se pela grande quantidade de benefícios

que a mesma já possui e pela proximidade da sede do município, esse são os dois motivos apontados pelo secretário, que evidencia o trabalho desenvolvido através da subprefeitura como modelo de interlocução entre as comunidades rurais e o gestor público municipal, conforme depoimento:

[...] isso ... a comunidade, são quase 30, então você vai fazendo as coisas dentro da medida do possível, com o apoio total da Prefeitura Municipal, algumas coisas pelo governo do Estado, e a gente vai tocando e já reconhecido no Maranhão e já veio gente de Imperatriz, já veio gente de Teresina, é de uma quantidade do Piauí, inclusive, até do Recife, de Pernambuco, para tentar copiar a subprefeitura, estão vindo do Maranhão, de um pessoal lá do Bairro Anjo da Guarda não é Maracanã, distrito industrial, vieram para cá, passaram uma semana comigo aqui, para tentar copiar e instalar umas subprefeituras em alguns bairros, que são muito grandes lá de São Luís, e gostaram do modelo, tudo bonitinho, ... o Entroncamento está um pouco carente, mas com a vinda da água vai crescer e só tem tendência a ser criado um novo município. O recurso da subprefeitura é muito pouco, mas sempre o prefeito nunca deixou de atender os pedidos e os anseios das comunidades, faltava esse elo entre as comunidades e a Prefeitura de Itapecuru. (Entrevista com o Secretário de Articulação Política da região de Entroncamento)

Dessa forma, a articulação dos assentados para cobranças nas melhorias das estruturas nos povoados não se dá pela articulação de todos os presidentes de associações em conjunto, mas pela individualidade dos povoados.

A Secretaria de Saúde do Município tem a sua própria regionalização e um posto de saúde localizado em um povoado no assentamento pode atender às famílias de outros povoados que não fazem parte do território do assentamento, ou seja, a regionalização da Secretaria de Saúde não leva em consideração para o levantamento e acompanhamento dos dados o território do assentamento.

Assim verifica-se a mesma articulação em relação à Secretaria de Agricultura, segundo assessor da secretaria de agricultura¹⁹:

Olha, atualmente, essa relação é.. de 2004 que o prefeito foi eleito e aí ele.. ficou muito próxima dos trabalhadores, com as comunidades, com o assentamento, não só com o assentamento, mas também aquelas comunidades, do projeto é esqueci o nome crédito fundiário

¹⁹ É técnico agrícola da Secretaria de Agricultura do Município de Itapecuru Mirim e é assentado do Projeto Entroncamento, residindo no Povoado Filipa.

que tem também aqui no município. Então, ele tem essa relação muito próximo .. a prefeitura hoje atua dentro ajudando, incentivando, apoiando os projetos tanto produtivos quanto outros projetos que os produtores tão solicitando, os técnicos da... aqui da casa, da... secretaria participa também, vão incentivar lá a reunião da nossa comunidade. Então ficou uma coisa mais próxima muito mais próxima da prefeitura e o trabalhador. (Entrevista realizada em maio de 2008 com assessor e técnico Agrícola da Secretaria de Agricultura)

Como se constata, a relação da gestão municipal não passa apenas pela visualização da dinâmica econômica que os assentamentos podem trazer para o município, mas por uma relação política que passa pelo reconhecimento que no assentamento Entroncamento surgiram lideranças e pela garantia de sustentação política. Segundo Barone (2004, p. 106):

Mas, se não ocorrem alterações políticas e econômicas notáveis, a presença desse novo espaço social, instalado em meio aos pomares e canaviais, vai exigir dos vários quadros políticos (municipais e regionais) novas estratégias, no sentido de incorporá-lo às suas bases eleitorais - sobretudo por parte daqueles agentes filiados a partidos de alguma forma comprometidos com a política de reforma agrária executada no país durante um período de 15 anos (1985-2000), quer os da situação, como o PMDB ou PSDB, quer os da oposição, como o PT ou o PC do B.

Constata-se a partir dessas falas um entroncamento de políticas que se emaranham e convergem com enfoques que podem sobrepor programas ou, dependendo das relações institucionais, caminharem passo a passo para atingirem os mesmos objetivos. No entanto “os novos desafios” percebidos institucionalmente pelas três esferas nada mais são que os velhos dilemas nas permanências no processo produtivo e na infra-estrutura que deveria ser implantada (Foto 7).

A relação construída a longo dos anos com as instituições públicas nos diversos níveis possibilitou estratégias diferenciadas, que em determinados momentos necessitavam de uma relação mais próxima com os trabalhadores e outras em que as cobranças individuais davam o tom de clientelismo.



Foto 7 - Antigo Centro de Comercialização no povoado Entroncamento
Autor: MATTOS JUNIOR, José Sampaio/ Janeiro de 2008

A foto evidenciada é do Centro de Comercialização construído com recursos disponibilizados pelo PROCERA em 1993 e demonstra as conseqüências dos desencontros institucionais ao longo do tempo.

É lógico que houve avanços na infra-estrutura, mas, ao recorrer ao plano preliminar, será verificado que os arranjos e parcerias institucionais que deveriam consolidar o assentamento não se configuraram na prática.

As práticas incorporadas colaboraram para a permanência nos desafios e não se percebeu uma superação no aproveitamento mais adequado de determinadas estruturas como se verifica na foto 8 em que já havia um espaço para comercialização e ao lado foi inaugurado, em agosto de 2008, outro espaço para o escoamento dos produtos oriundos não só do assentamento como dos demais povoados do Município de Itapecuru Mirim. Não se está questionando a construção de um novo espaço, é evidente que quanto mais locais de comercialização dos produtos dos trabalhadores rurais, assentados e não assentados, melhor. O que se procura compreender é o não aproveitamento das estruturas já disponíveis e se não

estão disponíveis quais os pontos de estrangulamentos. Na realidade, foi mais fácil construir outra estrutura que aproveitar a existente (foto 9).

O questionamento que fica é: os trabalhadores rurais assentados e não assentados compreendem qual o objetivo da unidade de comercialização do Centro de Referência da Agricultura Familiar?²⁰ Em conversas informais com as pessoas que estão trabalhando na unidade de comercialização, parece que não há um entendimento do apoio à comercialização. Para os trabalhadores rurais assentados ou não, o local funciona como se fosse o próprio espaço de comercialização, onde os mesmos não deixariam suas mercadorias, mas sim venderiam para a unidade de comercialização e levariam logo o seu dinheiro.

²⁰ A unidade integra o projeto de criação do Centro de Referência da Agricultura Familiar (CRAF) no Assentamento Entroncamento e contará com espaços estratégicos para apoiar atividades nas áreas de negócios, cultura, serviços técnicos e capacitação. O projeto de criação do CRAF no PA de Entroncamento envolve ações do colegiado territorial, das prefeituras municipais e de organizações dos agricultores e demais instituições parceiras. O centro beneficiará agricultores familiares e assentados da reforma agrária dos municípios de Anajatuba, Itapecuru Mirim, Vargem Grande, Nina Rodrigues, Presidente Vargas, Miranda do Norte, Pirapemas, Cantanhede, Matões do Norte e Santa Rita, que compõem o Território Rural do Vale do Itapecuru <http://www.mda.gov.br> acesso dezembro de 2008.



Foto 8 - Espaço antigo do lado esquerdo e o novo espaço de comercialização do lado direito do restaurante

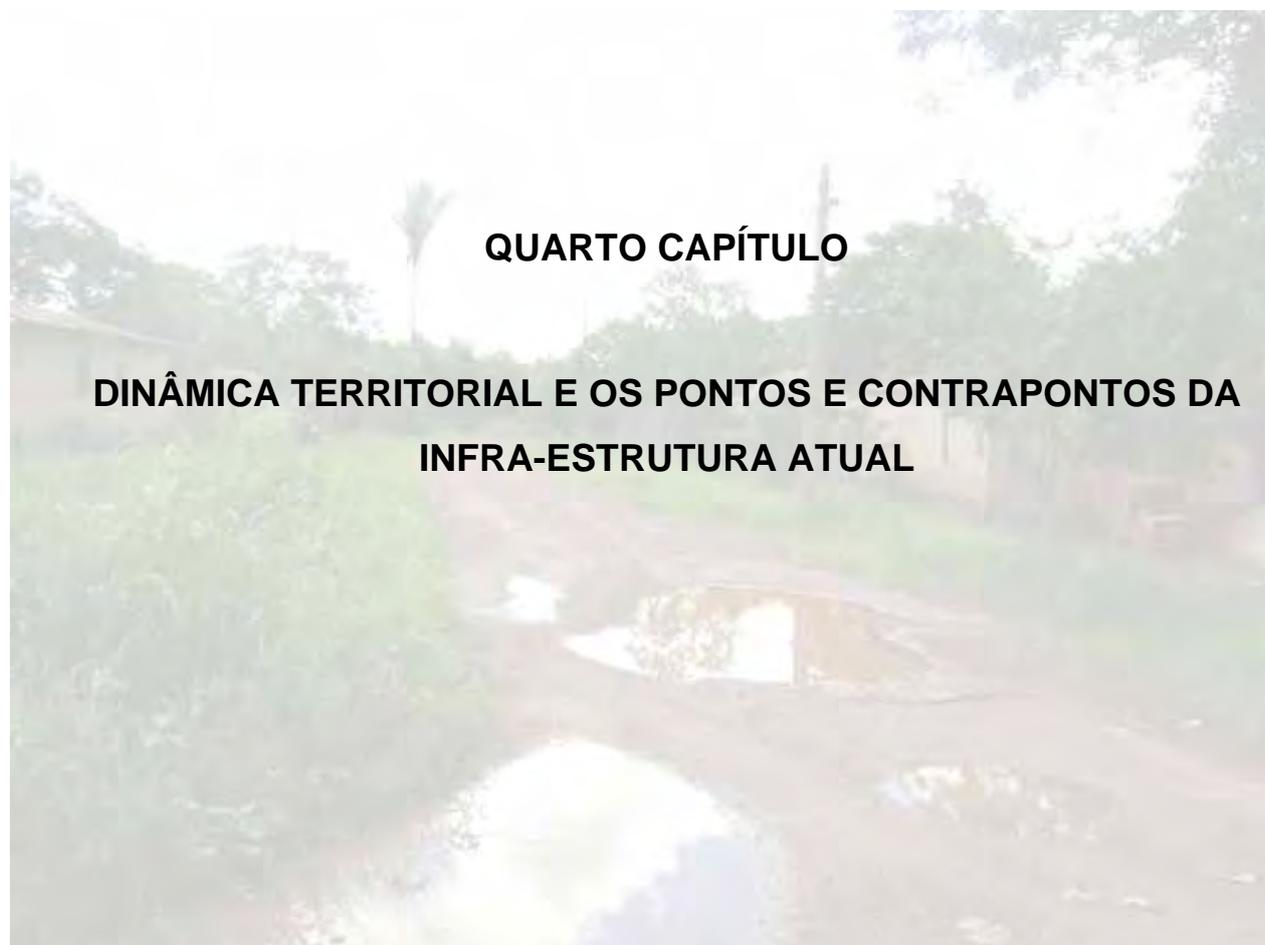
Autor: MATTOS JUNIOR, José Sampaio./ Outubro de 2008



Foto 9 - Centro de Referência da Agricultura Familiar – Unidade de comercialização
Autor: MATTOS Junior, José Sampaio/ Outubro de 2008

Essa é a prova concreta da falta de um diálogo ou entendimento que permite afirmar que se está longe de superar os velhos desafios.

O que se percebe atualmente é que há uma articulação em torno dos recursos federais como válvula de escape para o enfrentamento dos problemas sociais, entretanto o processo de articulação para o desenvolvimento das atividades, no papel, não atrela nenhuma parceria às ações planejadas pelas instituições, ou seja, os programas desenvolvidos pelas entidades governamentais e pelas entidades não governamentais, seja em assessoria técnica ou em atividades que tratem dos projetos que levem ao desenvolvimento territorial, estão em um processo de amadurecimento que necessita de um diálogo constante e, assim, evitar definir prioridades que não atendam realmente aos interesses públicos.



QUARTO CAPÍTULO

DINÂMICA TERRITORIAL E OS PONTOS E CONTRAPONTO DA INFRA-ESTRUTURA ATUAL

4. DINÂMICA TERRITORIAL E OS PONTOS E CONTRAPONTO DA INFRA-ESTRUTURA ATUAL

O estudo sobre a dinâmica do assentamento leva em consideração as relações estabelecidas entre os assentados, as instituições, o sindicato e a Igreja proporcionando avanços e recuos na infra-estrutura. Analisa-se como, ao longo desses 20 anos, o assentamento foi se estruturando na sua organização territorial, não guardando uma relação próxima à concepção original. Outras realidades foram sendo gestadas em relação à condição de vida, às formas de organização dos povoados e a atividades desenvolvidas que, somadas às atividades agrícolas, contribuem para o incremento da renda.

4.1. A dinâmica no assentamento e os contrapontos da infra-estrutura

Evidencia-se que a composição dos povoados já não é mais a mesma, pois o povoado Brasilínia, que agora faz parte do assentamento, segundo o presidente da Associação do Povoado Filipa, foi incorporado ao assentamento em 1996. Não é que houve expansão da área, o que não houve foi o próprio reconhecimento do INCRA da existência de outro povoado dentro do assentamento. O presidente da Associação do Povoado Cachoeira afirma que os moradores do povoado Brasilínia são oriundos da dissidência dentro da própria associação do povoado Cachoeira.

O fato é que esse novo povoado de pessoas que já moravam na área apresenta contradições na sua formação e o INCRA não sabe realmente do processo histórico de sua formação.

Na verdade a própria formação do assentamento apresenta várias versões. Nas informações do secretário de articulação política da Região de Entroncamento, o assentamento foi formado a partir da desapropriação de 20 propriedades no projeto preliminar com 9 povoados, mas o importante, atualmente, é que todos os cadastrados no processamento de dados do INCRA receberam a sua titulação.

Atualmente cada povoado apresenta um número de moradores e assentados, conforme quadro 3, que, segundo o presidente da Associação do Povoado Picos I, é resultado da venda de lotes, do abandono e da morte de alguns

assentados. E mesmo longe das rodovias todos possuem escolas de ensino fundamental, poços artesianos e posto de saúde com a mesma estrutura de Jaibara (Figura 3).

Essa distribuição diferenciada de famílias é resultado da localização dos povoados e das estruturas de comércio formal e informal, no caso o povoado Entroncamento, Picos I e Picos II que atraem um maior número de pessoas. Nos povoados onde o crescimento do número de famílias apenas duplicou, deve-se à presença dos filhos dos assentados com uma manutenção de laços culturais e familiares.

Povoado	Número de famílias assentadas	Número de famílias que residem²¹
Cachoeira	46	86
Brasilinia	11	64
Entroncamento	35	2500
Filipa	25	40
Jaibara	37	125
Oiteiro	30	90
Picos I	36	125
Picos II	23	86
São José	42	70
Total	285	3186

Quadro 3 - Famílias assentadas e residentes por povoado no Assentamento Entroncamento

Fonte: Trabalho de campo

Org.: MATTOS JUNIOR, José Sampaio

²¹ Informações coletadas junto aos agentes de saúde que desenvolvem seus trabalhos nos povoados e junto a secretaria municipal de saúde.



Figura 3 - Localização da Escola de Ensino Fundamental e Médio (EEFM), posto de saúde e poço artesianos no povoado Jaibara. Org.: SOUZA, Claudio José. MATTOS JUNIOR, José Sampaio.

No caso do povoado Entroncamento, esse número de famílias, que se sobressai dos demais povoados, é fruto da sua localização às margens do cruzamento entre a BR 222 e a BR 135 com presença de supermercado, restaurantes, borracharias, postos de gasolina, farmácia e panificadora (ver fotos 10, 11, 12, 13 e 14).

O povoado Filipa, contrastando com o povoado Entroncamento, continua com um número reduzido de famílias, está distante da rodovia 222, como mostra a figura 3 supracitada, e o mesmo não faria parte desse novo município pela sua proximidade com a sede do município de Itapecuru-Mirim, no entanto essa nova configuração territorial do município não interfere na configuração territorial do assentamento, pois é comum termos um mesmo assentamento com sua área em dois ou mais municípios. Na explicação anterior, o secretário de articulação política para a Região do Povoado Entroncamento relata que o povoado Filipa não fazia parte da Região do Entroncamento pela sua localização e por já ter sido contemplado com vários benefícios.



Foto 10 - Supermercado e restaurante no povoado Entroncamento
Autor: MATTOS JUNIOR, Jose Sampaio / Janeiro de 2008



Foto 11 - Borracharia no povoado Entroncamento
Autor: MATTOS JUNIOR, Jose Sampaio / Janeiro de 2008



Foto 12 - Posto de gasolina²² no povoado Entroncamento
Autor: MATTOS JUNIOR, Jose Sampaio Janeiro de 2008

²² Apesar do posto estar localizado no povoado Entroncamento o mesmo não está dentro dos limites do assentamento.



Foto 13 - Farmácia no povoado Entroncamento
Autor: MATTOS JUNIOR, Jose Sampaio/ Janeiro de 2008



Foto 14 - Panificadora e lanchonete no povoado Entroncamento
Autor: MATTOS JUNIOR, Jose Sampaio/ Janeiro de 2008

A única explicação plausível para o povoado de Filipa não fazer parte da Região de Entroncamento era a localização, pois todos os povoados receberam ou deixaram de receber os mesmos benefícios em relação ao crédito habitação, fomento e alimentação e as estruturas pensadas para o processo produtivo só continuam em bom estado de conservação no povoado Filipa, pelo seu processo de organização.

Os demais povoados apresentam um número superior ao de famílias assentadas por conta dos filhos dos assentados que, ao longo desse tempo, constituíram família e pela presença de outros agregados que também se fixaram ao longo desse período.

Há atualmente filhos de 57% dos 95 entrevistados morando no assentamento com suas famílias, e 47% responderam que moram mais de 5 pessoas na residência. Praticamente todos os entrevistados já ultrapassaram os 45 anos, apenas 9,7% dos entrevistados tinham menos de 40 anos de idade e esses eram filhos de assentados

Há uma unanimidade, entre as associações, para aceitação de determinados moradores nos povoados sem serem os próprios filhos, tudo passa por uma assembléia, que é realizada em cada associação e não em seu conjunto. Até para desmatar uma área com o objetivo de tirar palmeiras para cobrir as casas tem que passar pela autorização da assembléia dos moradores.

No entanto nos povoados localizados às margens das rodovias já residem famílias sem laços de parentesco e que ao longo do tempo foram sobrevivendo de outras atividades, trabalhando em lanchonetes, borracharias, vendedores ambulantes, funcionário de pequenos comércios, funcionários de restaurantes, postos de gasolina, das oficinas de fundo de quintal, vigia de escolas etc.

Não sendo diferente com os assentados, pois 98%²³ dos entrevistados que no início do processo de criação do assentamento, em 1986, desenvolviam

²³ Os 2% que responderam que não trabalhavam são os filhos dos assentados entrevistados que em 1986 tinham menos de 10 anos e ainda não ajudavam nas atividades produtivas.

atividades agrícolas exclusivamente, atualmente também desenvolvem outras atividades, conforme gráfico 20.

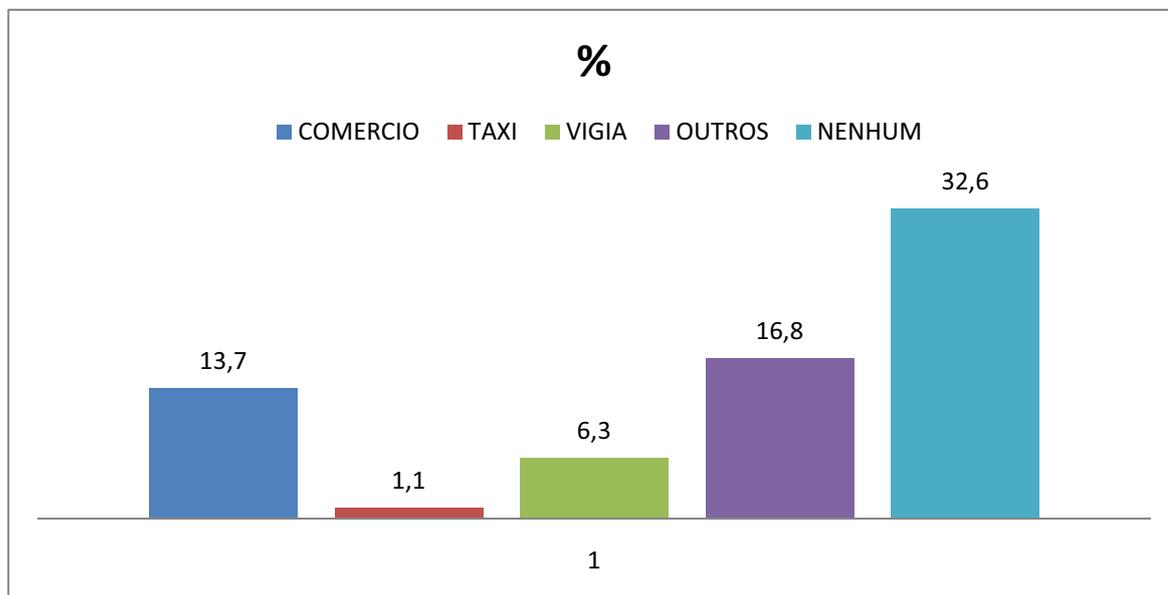


Gráfico 20 - Outra atividade desenvolvida além da agrícola

Fonte: Trabalho de campo

Org. MATTOS JUNIOR, José Sampaio

Essa estrutura, como rodoviária, escolas de ensino fundamental e médio em conjunto com as estruturas citadas anteriormente, de acordo com a figura 4, dentro do povoado Entroncamento, e a sua localização foram fundamentais para o surgimento de outras possibilidades de trabalho formal e informal e ao mesmo tempo, na visão do vereador eleito pelo povoado de Entroncamento, de suma importância para a sua escolha enquanto sede do novo município que será denominado Palmares do Maranhão.

Atualmente há uma pressão política para o desmembramento e criação de novos municípios e o projeto para criação desse novo município já se encontra na Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão para apreciação.

Sendo assim, os assentados, na sua maioria, continuaram residindo nos povoados, que antecederam à própria criação do assentamento e foram encontradas apenas treze famílias, representando 13,68%, que moram no lote sendo duas no povoado de Jaibara e outras onze no povoado Brasilínia.



Figura 4 - Localização da rodoviária, Escolas de Ensino Fundamental e Médio (EEFM), postos de gasolina, restaurantes e poços artesanais no povoado Entroncamento.
Org. SOUSA, Cláudio José; MATTOS JUNIOR, José Sampaio

Na verdade não houve alteração na estrutura dos povoados nem formação de agrovila, houve sim uma permanência na configuração territorial dos povoados e isso é uma característica de praticamente todas as regularizações fundiárias no Maranhão.

4.2. A morosidade do crédito instalação

O crédito instalação, já abordado por vários autores, é crucial para a primeira etapa da formação do assentamento e compreende recursos destinados para habitação, fomento agrícola e alimentação. Em relação ao crédito habitação, é para a construção de casas; o fomento agrícola tem o objetivo de financiar a compra de instrumentos e equipamentos para produção; e o crédito alimentação tem a finalidade de dotar os assentados de gêneros alimentícios de primeiras necessidades enquanto não saía a produção.

Esse modelo de financiamento foi pensado para os assentamentos cujas famílias estariam iniciando um processo de conhecimento, adaptação e produção na nova área. No caso do assentamento Entroncamento, assim como para todos que também foram fruto de regularizações fundiárias, houve a possibilidade de acesso. Por que possibilidade? Porque mesmo com esse direito garantido, observam-se as descontinuidades na qual os assentados foram expostos.

Primeiro porque a informação de que receberam todos os créditos é controversa. Segundo a presidente da Associação do Povoado Filipa, só em 2006 chegou o crédito instalação fomento agrícola no povoado Filipa, 19 anos depois de criado o assentamento. Segundo o presidente da Associação do Picos II, as casas chegaram em 2004, 17 anos depois e nunca receberam o crédito instalação alimentação.

Em relação às informações sobre a habitação, houve a confirmação por parte do INCRA, porém sobre o fomento e o crédito alimentação, as informações foram contestadas, pois, na fala do integrante da equipe técnica, o fomento agrícola saiu por associação em que o destino foi discutido coletivamente por povoado sendo o crédito utilizado para compra de facões, enxadas e outros instrumentos de apoio à produção. Porém todos os assentados entrevistados foram unânimes em falar que não receberam o crédito alimentação no período da implantação do assentamento e,

segundo o representante da associação do povoado Filipa, só em 2006 receberam o fomento agrícola que foi utilizado na compra de uma Kombi.

Essas informações reforçam as preocupações de Leite (2004, p. 88) sobre os créditos e as descontinuidades no tocante a uma diferenciação regional:

Quando levamos em conta a data da entrada efetiva das famílias na área, os prazos médios para recebimento dos recursos do crédito-fomento variam de nove meses no Ceará a 12 anos no sudeste do Pará, obtendo uma média geral de cerca de quatro anos. No caso do crédito habitação, os prazos médios são superiores, cinco anos no contexto geral dos estudos.[...] Em todos os casos, os prazos para liberação são bastantes grandes, tornando mais difícil a fase inicial.

Leite (2004), continuando as suas análises, enfatiza que mesmo com atrasos nas liberações dos créditos, nos assentamentos em que as famílias já moravam na área, o crédito habitação melhorou a infra-estrutura dos lotes.

Voltando para o Entroncamento, percebe-se que no conjunto das situações não houve diferenças entre os casos já citados, no entanto as informações não são precisas. Como já se passaram 20 anos e os créditos vinham por assentado, na conta da associação e como o processo estava se iniciando é normal que as informações prestadas sejam desencontradas, mesmo porque as informações sobre os créditos chegavam através dos primeiros representantes das associações e pelo tempo não souberam informar direito a origem desses recursos nem a sua finalidade.

Isso é fruto da falta de experiência para o desenvolvimento dessas atividades, a própria falta de esclarecimento sobre o que eram os créditos instalação, seus objetivos, qual o valor unitário por crédito e como seria disponibilizado levaram ao desencontro nas informações entre as instituições, os representantes legais das associações e os assentados. As conseqüências desses desencontros vão ser tratadas a seguir.

4.2.1. Os desencontros nas condições de moradia e seus diversos dilemas

Mesmo verificando nas diversas pesquisas uma melhoria na infra-estrutura das casas dos assentados, nas áreas que os trabalhadores rurais já se

encontravam, é importante que se façam algumas reflexões levando em consideração que não há unanimidade nas respostas sobre as satisfações pessoais com as novas habitações, mesmo com mudanças significativas no material utilizado nas construções, como demonstra o gráfico 21.

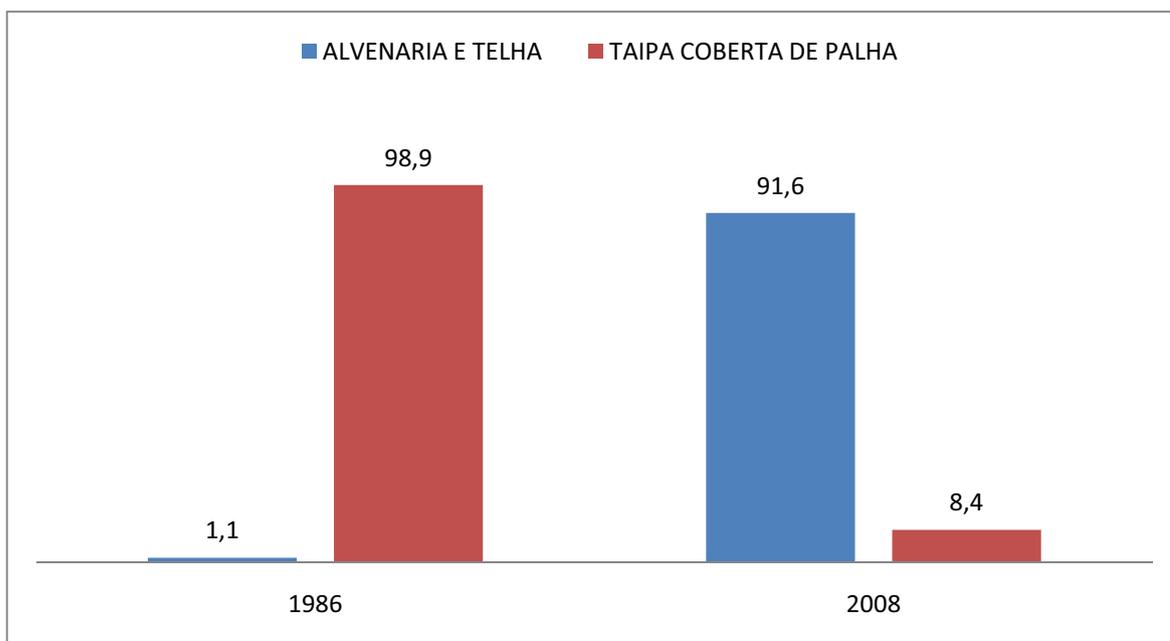


Gráfico 21 - Material utilizado na construção da moradia

Fonte: Pesquisa de Campo

Org.: MATTOS JÚNIOR, José Sampaio

Outros fatores passam a ser preponderantes. Talvez até pareça cobrar demais diante do quadro que se apresentava antes do assentamento, todavia um olhar mais apurado vai encontrar alguns pontos que levam a insatisfações e que não podem ficar fora da análise sobre as reais condições de infra-estrutura nos assentamentos. Levar em consideração apenas os aspectos que evidenciem o número de famílias que tiveram acesso ao crédito não possibilitaria uma visualização dos diversos dilemas e descontinuidades das políticas nos assentamentos.

Diante do exposto, é de suma importância verificar que 91,6% das casas dos entrevistados apresentaram mudanças completas nas suas estruturas, porém se percebe que essas mudanças não estabeleceram melhorias na qualidade, ou seja, a mudança na estrutura não significou condições satisfatórias nas habitações,

como demonstra o gráfico 22, pois não foram projetadas as fossas sépticas, ou seja, não havia na casa banheiros a serem construídos .

Isso está refletido na alternativa regular que revela insatisfações com as condições sanitárias e tempo de construção das moradias, mesmo que as casas tenham sido construídas. No geral, percebe-se que mais de 50% vão considerar de bom a ótimo as suas condições de moradia, entretanto será de suma importância também evidenciar a outra face que permitirá compreender algumas respostas em relação a 8% dos entrevistados classificarem de ruim e 32% classificarem de regular a moradia.

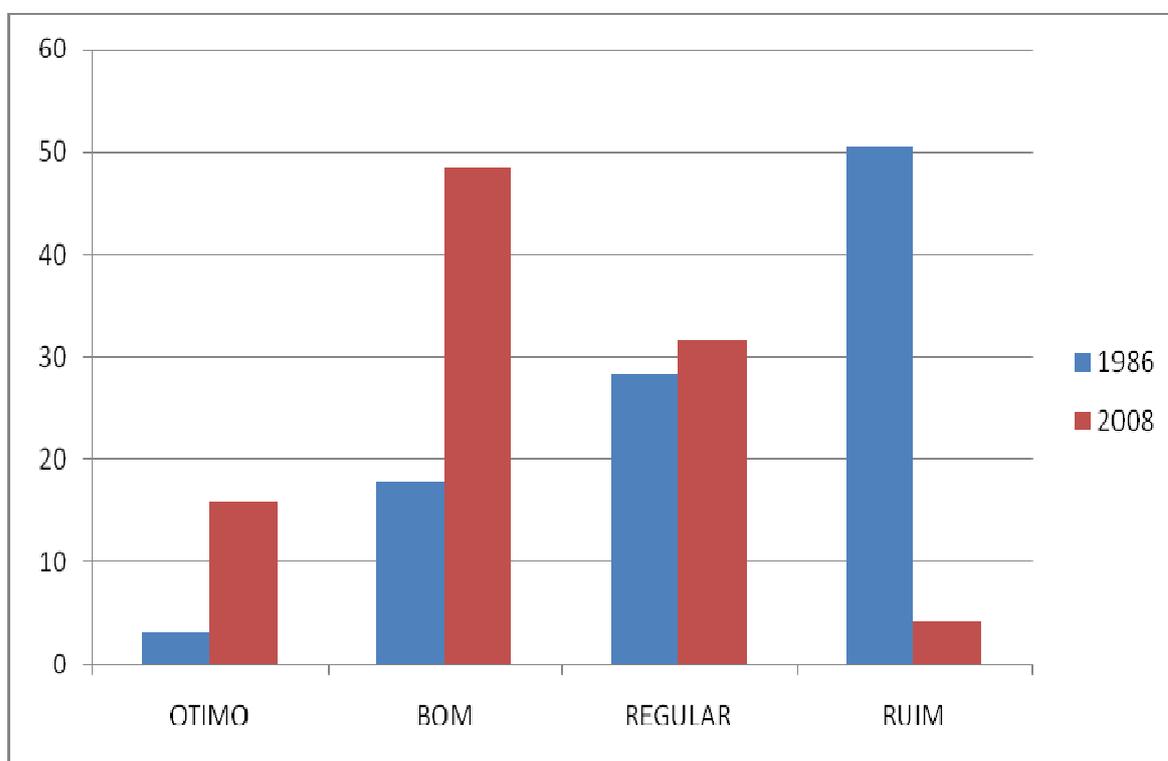


Gráfico 22 - Classificação da moradia no assentamento

Fonte: Pesquisa de Campo

Org.: MATTOS JÚNIOR, José Sampaio

Os fatores que influenciaram na compreensão dessa outra face estão intimamente atrelados ao tempo de construção, às próprias construções e às condições sanitárias.

Em relação ao tempo das construções já se abordou anteriormente e 100% dos entrevistados afirmaram que as casas foram construídas 17 anos após a criação do assentamento. As casas construídas, através do crédito habitação, substituíram as suas antigas casas de taipa. Isso se reflete nas respostas dos

86,32% dos entrevistados, que preferiram a manutenção das suas moradias nos povoados existentes, ou seja, a disposição das suas residências é fruto das suas relações culturais com o lugar de moradia e a própria falta de infra-estrutura, no que diz respeito a acesso e eletrificação rural até os lotes, impede não só a instalação da residência como a manutenção de um projeto produtivo, como será visto mais na frente.

Em relação à construção, nem bem se passaram quatro anos das construções das casas, as mesmas já estão em processo de passarem por uma recuperação (Fotos 15 e16) e as reclamações giram em torno da forma como as empresas estão construindo as casas.



Foto 15 - Casa do presidente da Associação de Picos I
Autor: MATTOS JUNIOR, José Sampaio/Janeiro de 2008



Foto 16 - Casa construída em 2004 no povoado São José
Autor: MATTOS JUNIOR, Jose Sampaio/ Janeiro 2008

Para o atual presidente da Associação do Povoado Jaibara, faltou acompanhamento do início ao fim das construções. Na visão dele, o povoado Filipa não teve esse problema pois houve um monitoramento do presidente da associação e as pessoas escolhidas para trabalharem eram do próprio povoado.

Onde não houve a preocupação de acompanhar a liberação dos recursos para a construção das habitações, a empresa não teve a preocupação de respeitar as normas técnicas para execução do projeto. Em determinados assentamentos do Maranhão, apresenta-se a seguinte realidade: onde todos receberam o crédito, as casas foram todas construídas; onde todos receberam o crédito, alguns já tiveram suas casas terminadas, uma parcela está com as casas semi-acabadas e outra parcela as casas ainda estão por serem construídas e esse problema fica difícil de ser resolvido, pois o recurso disponibilizado já acabou. Em nenhuma delas foi construída fossas sépticas até o final da década de 1990. Estes problemas são atuais segundo o Presidente da Associação de Picos I:

Eu fui olhar, um projeto de recuperação de casas, as casas do INCRA, porque foi feito 38 casas, mas elas apresentaram rachaduras nas paredes, nos pisos e tal e a gente, tanto é que tô até com um

documento aqui que foi feito em 1990, 2006. (Entrevista com o presidente da associação de Picos I, realizada em maio de 2008).

Então, a informação quantitativa que trata se os assentados receberam crédito habitação pode proporcionar a sensação de um número significativo de famílias atendidas pelo crédito, entretanto um dos elementos responsáveis pelo grau de insatisfação com a moradia atual pode ser refletido nas informações sobre as condições sanitárias onde menos de 15% dos entrevistados tiveram acesso à fossa séptica em suas moradias (Gráfico 23).

Observa-se que aproximadamente 40% dos entrevistados não têm nenhum tipo de esgoto sanitário. Esses dados refletem uma permanência nas condições sanitárias independente das casas que precisam de reforma ou não na sua estrutura. E em relação a acesso à água, 24,2% têm acesso à rede pública de distribuição de água no povoado Entroncamento, pois a rede pública só chega a esse povoado, enquanto que 41,1% continuam utilizando água do poço comum e 31,7% estão utilizando poço artesiano.

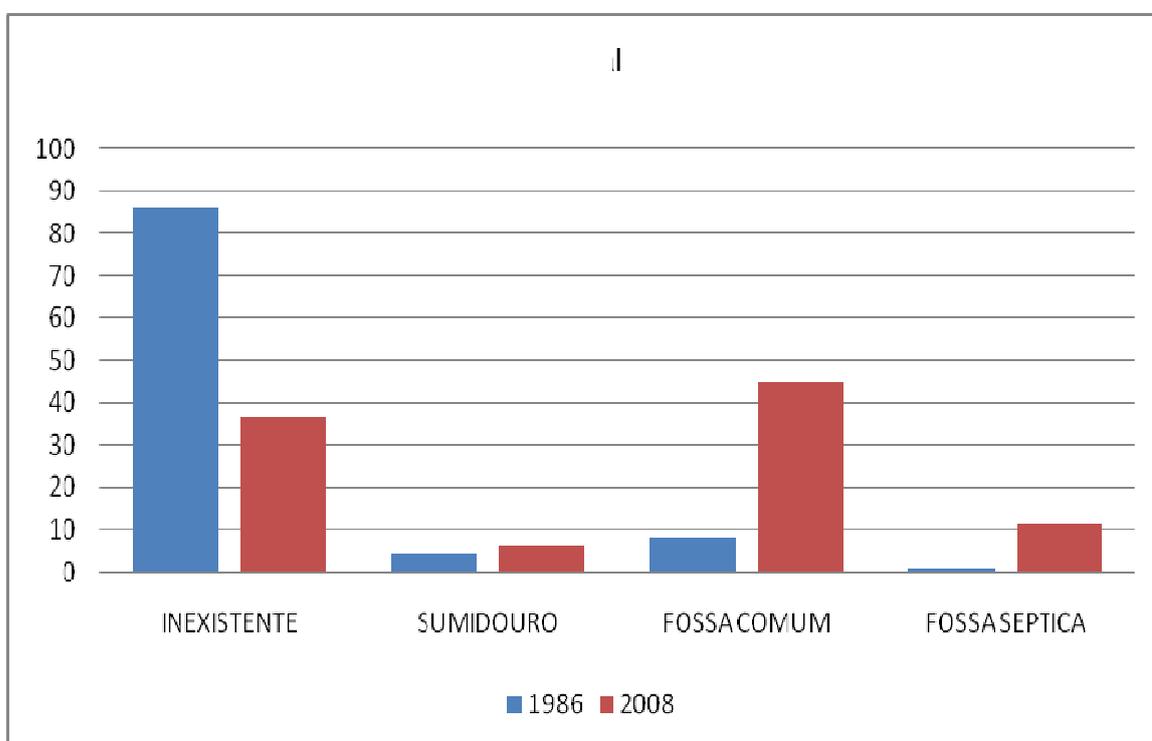


Gráfico 23 - Tipo de esgotamento sanitário na sua moradia

Fonte: Pesquisa de Campo

Org.: MATTOS JÚNIOR, José Sampaio

No tocante à utilização de filtros, 70% dos entrevistados responderam que utilizam filtros. Uma informação chamou a atenção, em torno de 15 % dos que

informaram que utilizam filtros em casa também disseram que já utilizavam antes mesmo da criação do assentamento e 30% dos que informaram que utilizam filtros disseram que utilizaram depois da criação do assentamento, mas antes das construções das novas habitações.

Baseado nas informações, pode-se concluir que ter recebido o crédito habitação não expressou, necessariamente, alteração na condição de moradia para 40% dos entrevistados se forem levadas em consideração as condições sanitárias, a distribuição de água e a utilização de filtros.

Esses dados proporcionam uma visualização dos obstáculos que necessitam ser superados que passam pela construção e recuperação das casas e terminam pelas condições sanitárias, o que pode afetar diretamente na qualidade de vida dos beneficiários das políticas de reforma agrária, ou seja, a disposição e condições da moradia é mais fruto da sua vida cotidiana, construída ao longo de suas vidas do que fruto da criação do assentamento.

4.2.2. O entroncamento da saúde, do lazer e do setor educacional

Este ponto foi considerado, para os assentados, como o que apresentou mais respostas satisfatórias ao longo de todo o processo. É o único que apresentou avanços e recuos condizentes com a estruturação do assentamento.

Segundo Bergamasco et al (2005, 390):

[...] algumas medidas já foram tomadas pelo Governo Federal, dentre elas temos a criação, em 1998, do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária, o qual configura-se numa política que nasceu a partir da pressão dos movimentos sociais, tendo como um dos princípios educativos a transformação social. O homem do campo possui uma forma própria de viver, de se relacionar com o tempo, com o meio ambiente, o que lhe permitindo ter a sua própria identidade social e cultural.

No Assentamento Entroncamento, a pressão exercida pela organização dos trabalhadores assentados e a própria articulação política foram responsáveis pela implantação de uma infra-estrutura social que extrapolasse a área do assentamento. A estrutura organizada, mesmo que não pensada dessa forma, contribuiu para a construção de escolas e postos de saúde articulando-se os povoados do assentamento com outros povoados, ou seja, os povoados passam a ser pontos

convergentes para atendimentos médicos emergenciais e de ponto de partida para o início da escolarização não só dos filhos dos assentados como também de todos os moradores da Região do Entroncamento, como observa o articulador político e agora vereador municipal.

A partir destas articulações políticas em nível municipal é que no assentamento todos os povoados passaram a ter escolas de ensino fundamental e os povoados Entroncamento, Jaibara e Picos I o ensino fundamental e médio com professores no ensino médio que já concluíram o ensino superior nas diversas áreas do conhecimento, como na Escola Municipal Santo Antônio (Foto 17).



Foto 17 - Escola com Ensino Fundamental e Médio no povoado Picos I
Autor: MATTOS JUNIOR, Jose Sampaio/ Janeiro 2008

Essa estrutura atual é fruto de uma articulação que envolve a construção de escolas nos povoados do assentamento e o atendimento se estendendo aos demais povoados que se encontram circunvizinhos, estabelecendo-se em cada povoado um entroncamento para o atendimento de filhos de trabalhadores rurais. O mais relevante nesta configuração que parte da concepção municipal de organização da estrutura educacional é que cada povoado atende a alunos dos seus próprios povoados e de povoados que estão fora do que se está concebendo de território do assentamento.

Em três povoados que já têm ensino médio, o deslocamento para a inclusão no processo educacional, por parte dos filhos dos assentados, fica mais facilitado, como no caso do povoado Oiteiro que tem duas escolas de ensino fundamental (Figura 5) e esses avanços são considerados significativos por todos os entrevistados, pois expressa a saída de uma condição de analfabetismo (Gráfico 24) e isolamento para um grau de escolarização em que todos os filhos dos assentados entrevistados têm acesso à educação com 60% cursando o ensino fundamental e o ensino médio e 40% que já concluíram o ensino médio.

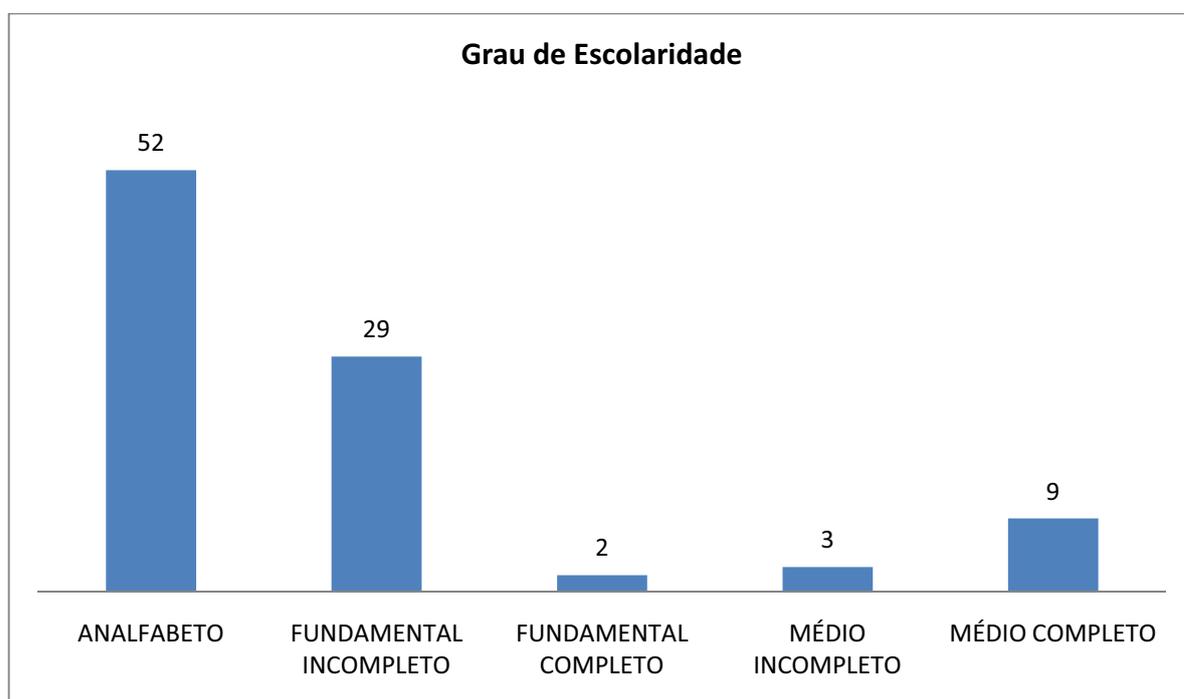


Gráfico 24 - Grau de escolaridade dos assentados entrevistados

Fonte: Pesquisa de Campo

Org.: MATTOS JÚNIOR, José Sampaio

Esse gráfico demonstra um elevado grau de analfabetismo entre os adultos que foram beneficiados com as ações do PNRA, esse percentual demonstra, claramente, a falta de infra-estrutura do espaço rural no Maranhão. Torna-se compreensível porque 90% dos assentados entrevistados responderam que não tiveram cursos de capacitação realizados pelo PNUD que em meados da década de 1990 realizou diversas atividades em parceria com o BNB, ministrando cursos de gestão de cooperativa, associativismo, cooperativismo e outros. A explicação está no nível de assimilação dos assentados que pelo nível de escolaridade não conseguiram colocar em prática as atividades desenvolvidas.

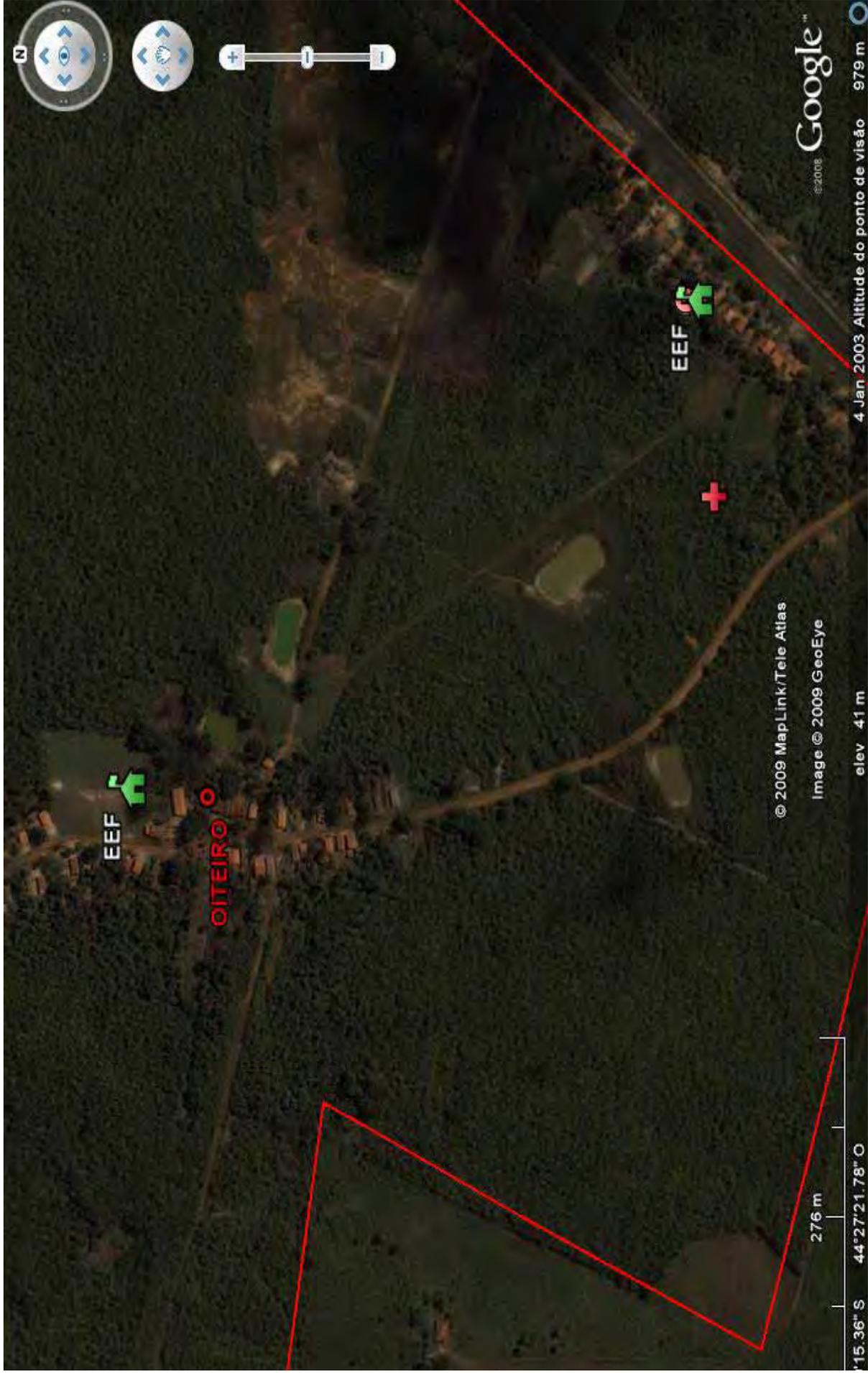


Figura 5 - Localização das Escolas de Ensino Fundamental (EEF) no povoado Oiteiro. Org. SOUSA, Cláudio José; MATTOS JUNIOR, José Sampaio

Entretanto, em relação à educação, houve avanços e recuos. Avanços na inserção do processo educacional e recuos nos índices de analfabetismo. Neste caso, a instabilidade cede espaço para a segurança no acesso à escolarização. Como uma das principais reivindicações era o acesso à educação, acredita-se que a resposta satisfatória para esse item, dada pelos assentados, reflete que ao longo dos 20 anos, no tocante à educação, as relações com a gestão municipal estreitaram-se.

Não se estar considerando apenas a percepção por parte do poder público da dinamização econômica municipal que o assentamento pode contribuir, mas do valor político já que ao longo desses anos a formação política, no assentamento, foi intensa e atualmente 96,8% dos entrevistados participam das atividades associativas e 75% são filiados ao STR do município de Itapecuru Mirim. Fazer alianças com estas lideranças seria, estrategicamente, garantia de colher bons frutos eleitorais²⁴.

Essas articulações não aconteceram apenas para contemplar o setor educacional, o setor da saúde também, numa análise quantitativa, avançou, pois todos os povoados têm postos de saúde e agentes comunitários (Foto 18).

²⁴ O atual articulador político da região do Entroncamento é assentado e sempre morou na área que envolve o assentamento. O representante do sindicato no assentamento que também atende aos trabalhadores sindicalizados e não sindicalizados de outros povoados é aliado político da presidente do STR do município de Itapecuru Mirim que faz parte da base de sustentação política do prefeito reeleito.



Foto 18 - Posto de Saúde no povoado Picos I
Autor: MATTOS JUNIOR, Jose Sampaio/ Janeiro 2008

Os agentes comunitários residem nos próprios povoados e a presença dos profissionais de enfermagem são semanais com presença quinzenal do clínico geral. Assim como no setor educacional, os postos de saúde atendem a moradores de outros povoados e a secretaria de saúde tem uma forma de territorialização que extrapola também a área do assentamento. Dessa forma, os presidentes de associações responderam que estão satisfeitos naquilo em que pode ser feito em um posto de saúde que são os atendimentos emergenciais. É claro que se encontraram algumas insatisfações no tocante à frequência dos médicos e enfermeiras nos postos, no entanto a agente de saúde informou que há um controle da Secretaria de Saúde Municipal que é feito por meio das informações e atividades desenvolvidas pelo agente, o que contribui para a minimização de inúmeros problemas que poderiam ser oriundos da falta de controle no cartão vacinal, por exemplo.

Em relação à estrutura para continuar atendendo satisfatoriamente a Região do Entroncamento, o secretário de articulação política informou:

[...] aqui pro Oiteiro construímos um posto médico, construímos outro posto médico lá na Comunidade Jaibara dos Nogueira e, subindo

aqui para a região do Entroncamento, onde a gente foi beneficiado, e 100 famílias e descendo aqui para o Entroncamento, que é a comunidade maior, a comunidade mãe, a gente conseguiu uma ambulância, hoje 24 horas por semana, ampliamos o posto médico, nós conseguimos 50 casas. (Entrevista realizada em março de 2008).

Constata-se, na fala do articulador regional, uma carga expressiva de divulgação de atividades e realizações que podem insinuar novos projetos políticos:

Então, o Entroncamento hoje tá crescendo, as comunidades estão satisfeitas, temos aqui na Cachoeira também reforma do colégio, ampliação da iluminação pública, poço artesiano, então, tirou aquela responsabilidade do prefeito que fica despreocupado com as comunidades da região, pois todos ... problemas e dificuldade, é os presidente de comunidade vêm imediatamente aqui é na sub-prefeitura onde a gente atende pela manhã e pela tarde. E o ruim é me achar lá, porque eu ando nessas comunidades demais e a gente vai resolvendo as coisas dentro da medida do possível e o problema de colégio, a limpeza de pátio de colégio, a fossa que entupiu, é uma parede que rachou, é o professor que não vem e o pai vem reclamar que vai lá saber com a diretora porque que o professor não tá vindo, se a merenda escolar tá vindo não tá bem sendo servida pros alunos, então é uma preocupação geral da subprefeitura, então, nós tamos já com um ano a fazer, um ano e meio na frente da subprefeitura e com vários benefícios para nossas comunidades (Entrevista realizada em março 2008).

Neste momento não se quer confrontar o significado de região e de território mas deixar claro como o assentado se articulou enquanto liderança do assentamento e, por meio de sua liderança, conseguiu, por meio da regionalização favorecer com estrutura o Assentamento Entroncamento.

Verifica-se uma via de mão dupla, em que o seu fortalecimento político passa pelo fortalecimento das estruturas do assentamento e a visão de dotar os povoados de infra-estrutura tem como objetivo novas possibilidades:

[...] estamos educando o povo, porque estamos preparando o Entroncamento para uma cidade, e outra coisa aqui na região do Entroncamento eu tenho quase certeza que vai ser a última eleição municipal que a gente participa pelo Município de Itapecuru. Eu creio que na próxima eleição municipal o Entroncamento já tenha seu candidato a prefeito e os candidatos a vereadores. (Entrevista realizada com o articulador político em março de 2008)

O carro-chefe para alavancar novas possibilidades políticas passou a ser a viabilização da água encanada, a construção de postos de saúde, escolas e de novas casas.

A concentração de esforços nestes setores é uma reivindicação histórica e atualmente atendida pela gestão municipal, isto foi percebido pelos 70% dos entrevistados que afirmaram que o atendimento à saúde é bom, 20% regular e 10% ruim. Aliada a uma boa saúde, vem a possibilidade de ter condições de participar freqüentemente de atividades de lazer e as respostas foram as mais variadas possíveis. No conjunto das informações, contatou-se que 40% dos entrevistados ficam em casa aos finais de semana por vários motivos: primeiro, pelo cansaço da semana; segundo, por não ter opção pra sair de casa; e o terceiro, pela possibilidade de assistir aos programas da televisão.

A segunda resposta é um somatório de informações prestadas pelos assentados e que permeia tanto a participação em atividades religiosas como em atividades culturais e essas respostas foram mais freqüentes nos povoados Filipa, Oiteiro e Jaibara dos Nogueiras, contabilizando 38% dos assentados entrevistados e os demais 22% participam de festas religiosas, atividades culturais, atividades esportivas e, às vezes, quando não tem programação, ficam em casa.

Ao analisar as respostas e tentar relacionar os 40% que ficam em casa com os assentados entrevistados mais idosos, percebeu-se um resultado diferente daquilo que se pensava, pois 20% dos entrevistados que ficavam em casa tinham menos de 50 anos e 40% dos entrevistados que responderam que participavam de festas religiosas e atividades culturais tinham mais de 50 anos. Na fala dos assentados eram mais pessoas que participavam das atividades culturais e as mesmas tinham idade superior a 50 anos. Nesses termos não dá para afirmar categoricamente que as pessoas idosas estão mais em casa, porém pode se apontar que está havendo uma diminuição de pessoas que participam paulatinamente das atividades religiosas e culturais no assentamento.

Fica claro que as manutenções das atividades culturais estão mais localizadas nos povoados Oiteiro e Filipa pelas suas identidades culturais independente do estímulo das políticas públicas.

O item a seguir vai demonstrar como os estímulos institucionais podem provocar respostas positivas dos trabalhadores assentados mesmo que eles estejam cercados de desencontros institucionais.

4.2.3. Os caminhos que levam aos desencontros

Ao se recorrer ao plano preliminar, observar-se-ão quase completas as metas para este item que interfere de forma crucial no deslocamento das famílias para suas atividades sociais, bem como no escoamento da produção.

Isto significa que as condições estabelecidas, teoricamente, estariam funcionando a contento, porém os anos se passaram e, assim como na construção das casas, pode-se perceber que o tempo que levou para as estradas serem construídas, em conjunto com a execução das obras, sem obedecer aos requisitos básicos para a sua implantação e/ou recuperação, faz com que as estradas apresentem-se, contraditoriamente, para uns assentados em péssimo e para outros em bom estado de conservação.

Aliando a observação às respostas dos assentados no tocante às condições das estradas, verificam-se alguns desencontros nos dados apresentados. Até parece difícil de explicar porque péssimo e bom estado de conservação.

Primeiro, porque há duas ligações, uma estrada que leva da rodovia federal ao povoado e a segunda que leva do povoado à área de produção, ou seja, na maioria das vezes há caminhos diferentes para se chegar a uma área de produção e a um povoado.

Percebe-se que a estrada está bem conservada, porém no período das chuvas freqüentes as mesmas vão sofrendo um desgaste e os reparos vão sendo superficiais e improvisados não tendo como objetivo o escoamento da produção nem o deslocamento de pessoas entre os povoados ou entre os povoados e a sede do município, significa isso sim, um arranjo dos donos das cerâmicas para escoamento de produtos de alvenaria (Fotos 19 e 20).

Então se tem uma visualização da mesma estrada que, em períodos diferentes, apresenta condições díspares de tráfego prejudicando, sensivelmente, os assentados localizados no Povoado Jaibara.



Foto 19 - Estrada que liga o povoado Oiteiro ao povoado Jaibara
Autor: MATTOS JUNIOR, Jose Sampaio/ Janeiro 2008



Foto 20 - Estrada que liga o povoado Oiteiro ao povoado Jaibara no período de chuvas freqüentes
Autor: MATTOS JUNIOR, Jose Sampaio/ Janeiro 2008

Em compensação, podem-se observar em outros povoados condições diferentes da abordada anteriormente. Isso vai demonstrar a diferenciação entre povoados dentro do mesmo assentamento, pois, no povoado que dá o nome ao Assentamento e no povoado São José dos Matos, as condições são bem adversas das mostradas (Fotos 21 e 22).



Foto 21 - Rua pavimentada no povoado Entroncamento
Autor: MATTOS JUNIOR, Jose Sampaio/ Janeiro 2008

Esse quadro vai refletir as contradições vivenciadas pelos assentados e as respostas advindas vão ser pautadas em cima das condições anteriores. Baseado neste fato, já se pode ter uma noção do que eram as condições das vias de acesso antes da criação dos assentamentos, pois, como se verifica (gráfico 25), após a criação do assentamento, as estradas que ligam os povoados sofreram uma mudança significativa.



Foto 22 - Estrada que liga o povoado Picos I ao povoado São José dos Matos
 Autor: MATTOS JUNIOR, Jose Sampaio/ Janeiro 2008

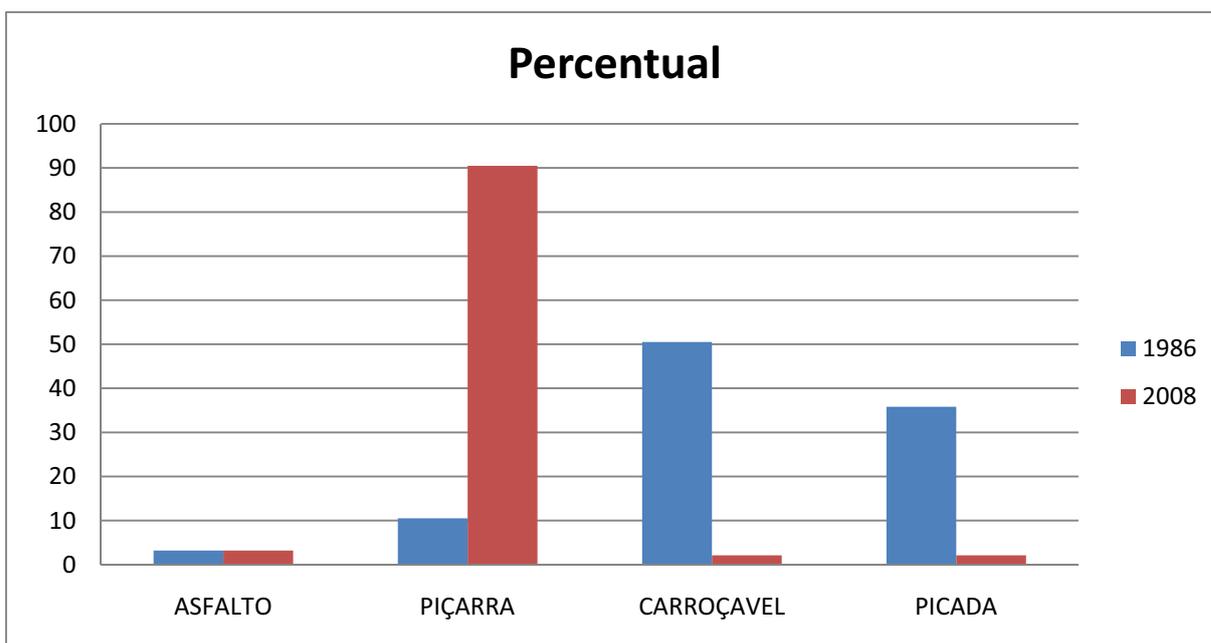


Gráfico 25 - Opinião dos assentados sobre as condições de acesso que ligam os povoados às rodovias 135 e 222

Fonte: Pesquisa de Campo

Org.: MATTOS JÚNIOR, José Sampaio

As fotos 18 e 19 confirmam o depoimento dos entrevistados e, se hoje se verificam inúmeros problemas no que tange ao deslocamento de pessoas e da produção, imagina-se que era praticamente impossível transitar pelas estradas em

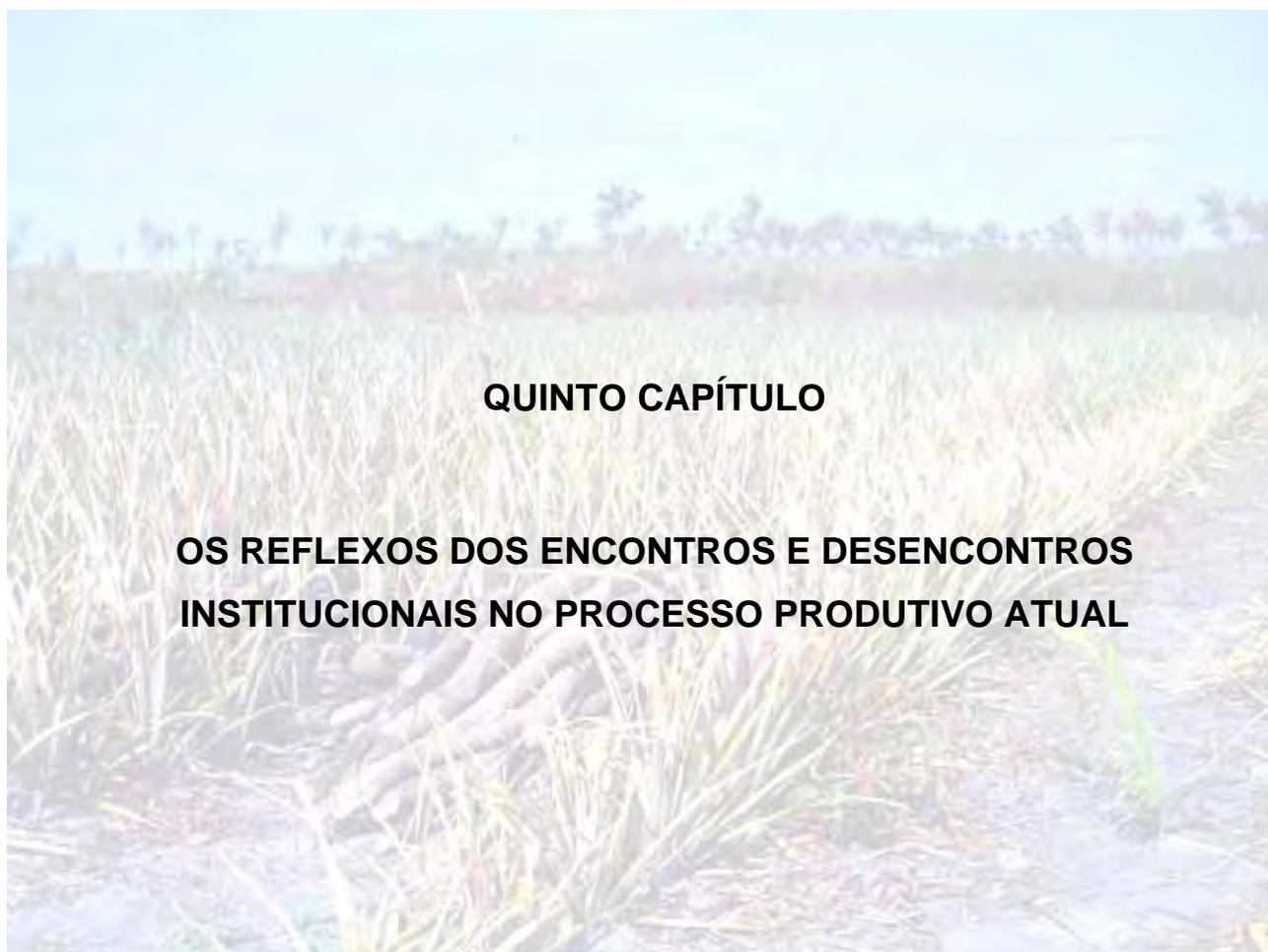
tempo de chuvas freqüentes, em que estrada carroçável significava estrada sem pavimentação e um estágio inferior a estrada de piçarra.

Percebe-se que as contradições se estabelecem e mesmo as estradas que atualmente se encontram em bom estado de conservação poderão estar, dependendo da manutenção, em péssimo estado de conservação daqui a alguns meses. Mesmo observando que a estrada que liga o povoado Filipa à BR 222, entre os meses de chuvas freqüentes, só veículos com tração podem circular, mesmo assim a resposta é que antes era muito pior. Diante desse quadro, 89,5% dos entrevistados responderam que as estradas melhoraram dos povoados até as rodovias, mesmo relatando que ainda há uma enorme dificuldade para o deslocamento até a sede do município por parte dos assentados, em determinados períodos do ano, dos povoados Jaibara, São José dos Matos e Filipa, localizados longe das rodovias.

O que parece ser um desencontro nas informações, perante a realidade vista e as informações prestadas, são, na verdade, respostas coerentes, levando-se em consideração o retrospecto histórico das condições anteriores.

Este capítulo foi importante para demonstrar como ao longo do tempo as relações institucionais tomaram rumo que no início seria difícil de fazer um prognóstico, mas as relações alinhavadas no decorrer dessas duas décadas foram relevantes para ratificar a força política das organizações constituídas. Outro ponto de suma importância foram as relações constituídas. Foi mais fácil reverter o quadro com a gestão municipal que estabelecer uma aproximação sólida com instituições estaduais e federais.

O próximo capítulo tem o objetivo de continuar fazendo uma leitura dos encontros e desencontros institucionais.



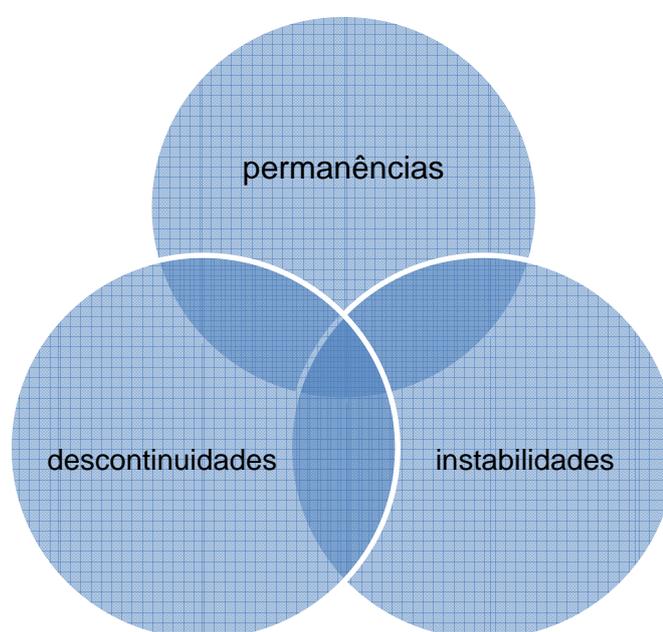
QUINTO CAPÍTULO

OS REFLEXOS DOS ENCONTROS E DESENCONTROS INSTITUCIONAIS NO PROCESSO PRODUTIVO ATUAL

5. OS REFLEXOS DOS ENCONTROS E DESENCONTOS INSTITUCIONAIS NO PROCESSO PRODUTIVO ATUAL

Em capítulos anteriores foram abordadas as diferentes dinâmicas territoriais, evidenciando-se os desencontros e os desafios institucionais que, ao longo desses 20 anos de criação do Assentamento Entroncamento, produziram também reflexos na infra-estrutura de apoio à produção.

Neste capítulo o destaque vai para as relações produtivas atuais, enfatizando o processo produtivo ao longo dos vinte anos que guarda relação íntima com o diagrama abaixo.



Organograma 1 - Relação entre permanências, descontinuidades e instabilidades
Org.: MATTOS JUNIOR, José Sampaio

Apesar dos desencontros institucionais terem afetado o assentamento como um todo nos aspectos sociais, políticos, produtivos e ambientais, será no produtivo que se verificarão não apenas as permanências nas técnicas empregadas, mas em todo o processo, desde a produção até o destino final dos produtos. A permanência não está ligada pura e simplesmente às práticas de plantio. As descontinuidades e instabilidades fazem parte do cotidiano dos assentados não havendo uma consolidação e desenvolvimento dos projetos financiados.

No início da pesquisa de campo, cogitou-se que, nos assentamentos do Maranhão e mais precisamente no Assentamento Entroncamento, não estava acontecendo uma permanência no processo produtivo e sim uma transição, pois os projetos pensados para estimular a inserção comercial das culturas de mercado não deram certo para 80% dos assentados que participaram dos projetos de banana, abacaxi e cana-de-açúcar, por não levarem em consideração as características e experiências dos trabalhadores. A saída seria a aplicação dessas técnicas de cultivo nos produtos que sempre fizeram parte da sua trajetória de vida, tais como o arroz, o milho, o feijão e a mandioca.

É como se, mesmo sem a estrutura de apoio à produção, os assentados pudessem produzir aquilo que já estavam acostumados a cultivar agora em uma escala comercial. Todavia, a realidade encontrada por meio da observação direta e do depoimento dos assentados e presidentes de associações revelou outro processo que também não era retrocesso, pois não há retrocesso se não houver, antes, avanços significativos.

Nesse sentido, esse outro processo está, intimamente, relacionado às permanências nas técnicas, na estrutura de escoamento da produção e na produção agrícola.

5.1. Permanências, avanços e recuos na produção agrícola no Assentamento Entroncamento

Observando o título que inicia este subcapítulo, parece que há uma contradição, mas na verdade vai se tentar chamar a atenção para um processo que, mesmo com a criação do assentamento e o financiamento dos projetos produtivos a partir do PROCERA, em 1993, para a produção da banana, abacaxi e cana-de-açúcar, o que mudou realmente foi o tamanho das áreas de produção conforme se verifica no Gráfico 26, pois houve a necessidade do incremento da área. Está sendo considerado que a implantação de um processo produtivo com perspectivas de melhorias na geração de emprego e renda seria um avanço, no entanto as técnicas de destoque e preparação da área para o plantio continuaram as mesmas sem a utilização de maquinário e implementos agrícolas como arados de tração mecânica ou animal, de acordo com a declaração de 100% dos entrevistados.

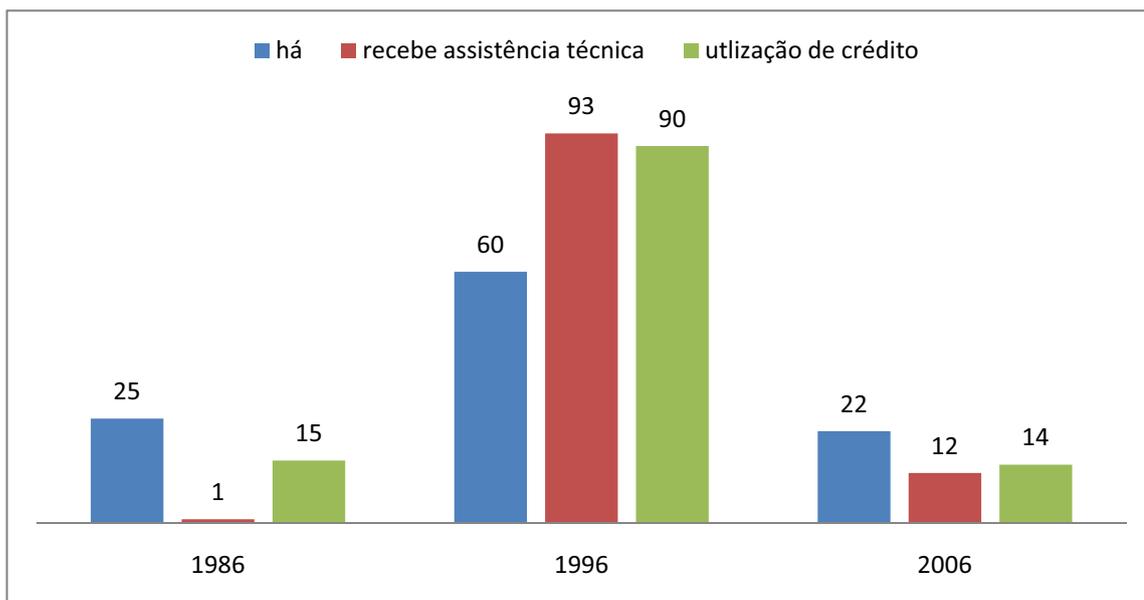


Gráfico 26 - Tamanho total das áreas em hectares, assistência técnica e utilização de financiamento agrícola entre 1986, 1996 e 2006

Fonte: Trabalho de campo

Org: MATTOS JUNIOR, José Sampaio

O Gráfico 25 demonstra que, na década de 1990 e mais precisamente em 1996, a estrutura produtiva agrícola estava amparada por um sistema de apoio à produção que tinha como carro chefe a assistência técnica da EMATER, o financiamento do PROCERA e a articulação dos assentados em torno dos projetos produtivos, e é esse aparato que vai também elevar a participação de assentados com culturas de mercado no período de 1996.

Segundo Leite (2005, p.137):

[...] é justamente a partir da condição de assentado que este segmento específico de trabalhadores rurais passa a ter acesso aos mecanismos de crédito rural ainda que esse processo esteja pontuado por enormes dificuldades.

Leite (2005, p. 138) continua chamando atenção para uma descontinuidade nos programas de crédito:

[...] iniciou suas atividades na segunda metade da década de 80(voto 46/85 aprovado ad referendum"pelo CMN em 31.03.1986), voltado ao financiamento de atividades produtivas(custeio e investimento) em assentamentos rurais. A princípio operado de forma totalmente descontínua, o programa se consolidou ao longo do período – especialmente após 1993 – até 1999, quando foi extinto (grifo do autor).

No entanto, Ortega (2008, p. 132), fazendo uma análise do PRONAF e as possíveis bases para o desenvolvimento territorial, não credita o sucesso das atividades produtivas somente às linhas de crédito e acrescenta:

Há que considerar, todavia, que a maior dinamização da agricultura familiar e do próprio município onde ela está inserida, onde atua o PRONAF Infra-estrutura e serviços, não deve ser apreendida como um mero resultado desse programa, o que, no nosso entender, não contribuiria para a sua real avaliação. Ao contrário, acreditamos que o sucesso ou insucesso expressos nos avanços e bloqueios da agricultura familiar, deva ser entendido com base em um contexto mais geral, no qual essa agricultura familiar está inserida [...]

Continuando sua análise e tecendo comentários sobre estudos realizados sobre a questão, Ortega (2008, p. 132) evidencia:

Segundo os autores, o contexto socioeconômico microrregional (o entorno) condiciona e até mesmo determina as possibilidades de desenvolvimento local. Os principais fatores determinantes desse contexto são as condições e meios de transporte, com destaque para a localização em importantes *entroncamentos rodoviários* que facilitam seus meios de transportes e comunicação; o acesso a mercado e disponibilidade de infra-estrutura social básica, com destaque para as cidades pólo, para obtenção de atendimento médico e hospitalar mais especializado, bem como de educação de nível médio e superior (grifo do autor).

Teoricamente parece que o Assentamento Entroncamento reunia todas as condições para dar uma resposta econômica positiva, pois ele está situado entre duas rodovias importantes, está a menos de 100 km da capital do Estado, está a menos de 15 km da sede do município de Itapecuru, apresenta escolas com ensino fundamental e médio, contudo esses elementos não foram capazes de dar uma seqüência ascendente no processo produtivo.

Uma década depois, em 2006, verificam-se recuos no percentual de assentados envolvidos com a produção de abacaxi, cana-de-açúcar e banana, conforme se verifica no Gráfico 27.

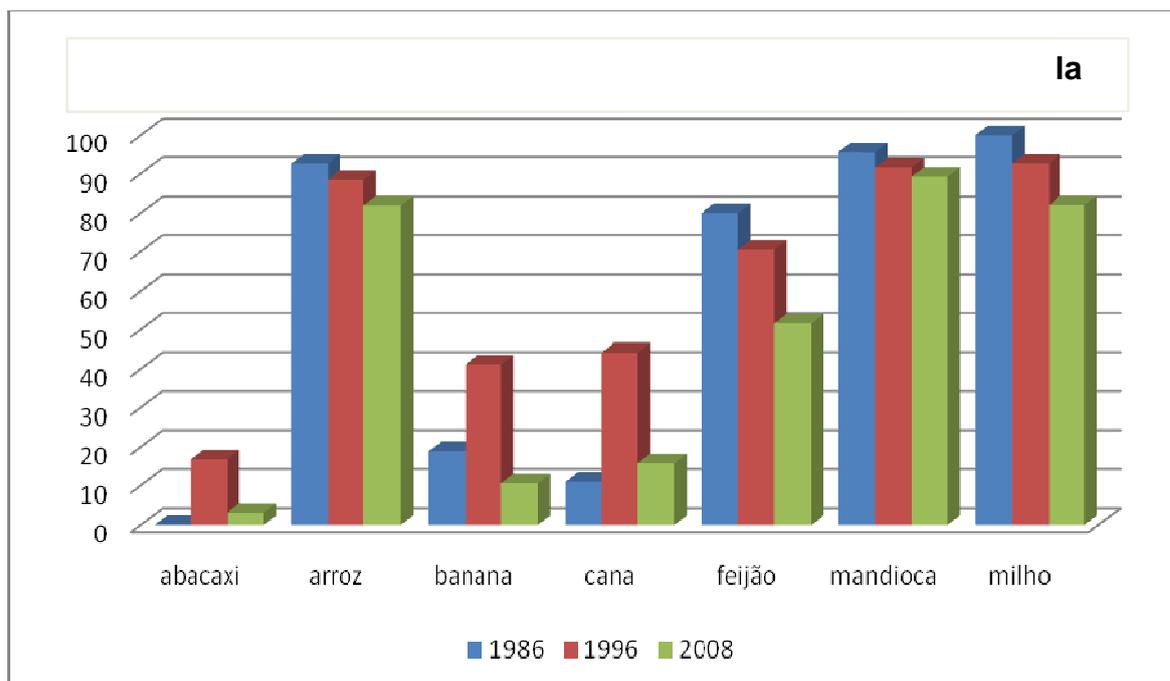


Gráfico 27 - Percentual de assentados que produziam as culturas de abacaxi, arroz, banana, cana, feijão, mandioca e milho entre 1986, 1996 e 2006

Fonte: IBGE 196, 2006 e Trabalho de campo

Org: MATTOS JUNIOR, Jose Sampaio

Verificam-se também recuos no número de assentados que continuam recebendo assistência técnica, redução na área de produção, no percentual de assentados envolvidos com as culturas de mercado e de assentados que buscam créditos oficial. Para Leite (2005, p.137), esse fato ocorre:

[...] dadas as dificuldades encontradas no processo de empréstimo e no pagamento das dívidas contraídas, uma parcela significativa dos assentados passou a evitar novos contratos, temendo sucumbir às “armadilhas” do sistema financeiro [...]

Esse fato é ratificado pelo presidente da associação de Oiteiro que fez a seguinte observação:

[...] Josemar, lutou muito pra que viesse a anistia pra nós não veio, a gente tava devendo o processo ai o Procera ai, acabou, mas hoje a gente deve o Pronaf, que esse a gente tem que pagar. Tem pessoas que está arrancando o cabelo porque não sabe como é que paga, porque o governo dá uma lei pra um e pra outros não, porque tem um que recebe uma lei outro já recebe uma outra já a gente não sabe como é que fica a situação. Eu sei que tem pessoas que vai pagar, mas tem muitas pessoas que não vai pagar porque não tem a mínima condição, porque esse milho, arroz e esse feijão de

subsistência que a gente planta aqui, essa mão-de-obra, é uma coisa que não dá pra nada [...]

Pode-se afirmar que as reduções nas áreas de produção estão intimamente ligadas às permanências nas práticas agrícolas (Foto 23) e desestimulam os assentados na busca de alternativas viáveis para continuarem a produzir a não ser para a subsistência da família.

Esses problemas podem também estar ligados a descompassos institucionais, segundo Barone (2000, p. 61):

[...] o descompasso mais flagrante, até porque atinge o cerne de qualquer projeto de viabilidade dos assentamentos, se dá entre os organismos responsáveis pelos projetos e as instituições financeiras (bancos) estatais que administram as linhas de créditos para os assentamentos [...].

Esse processo pode contribuir para avanços e recuos nas áreas de cultivo. Essa realidade pode ser constatada entre os assentados de Entroncamento que demonstraram que, nos períodos compreendidos entre 1986, 1996 e 2006, reduziram e mudaram as suas áreas de produção no assentamento, pois, com os créditos sendo liberados após o período de plantio, as mesmas teriam que ser trabalhadas com práticas tradicionais o que tornaria impossível continuar nas mesmas áreas com as permanências das práticas produtivas.

Para Barone (2000, p. 62), esses problemas estão intimamente relacionados à assistência técnica:

A experiência coletiva dos primeiros anos fracassou e nenhum assentado consegue dizer ao certo o porquê. Os técnicos sabedores das limitações que os primeiros anos apresentavam, se calam porque, afinal, não recusaram avaliar e estimular os trabalhadores a plantarem numa área com pouquíssimas chances de retorno produtivo [...]

No caso do Assentamento Entroncamento, apenas a cultura do abacaxi não fazia parte de atividades dos assentados antes da criação do assentamento, mas a cana-de-açúcar e a banana não tinham escalas comerciais e os tratamentos culturais sempre estiveram ligados à agricultura de subsistência.

Torna-se visível que a intervenção das políticas públicas estimulou as culturas de mercado evidenciando-se a mudança no processo produtivo de 1986 para 1996, pois, com a possibilidade de financiamento para a produção voltada para o mercado, foi pensada para o assentamento uma área comunitária para o cultivo de abacaxi, banana e cana-de-açúcar em cada povoado, tendo cada assentado direito a 10 hectares nessa área e para as culturas de subsistência foram reservados lotes individuais com extensão aproximada de 10 hectares.

Entretanto o que se observou entre 1996 a 2006 foi basicamente os mesmos fatores já citados por Barone (2000) com o agravante da extinção da EMATER, no Maranhão, que contribuiu significativamente para a redução das áreas de cultivo, pois as áreas que foram escolhidas para as culturas de mercado foram sendo utilizadas também com culturas de subsistência, ou seja, dos 95 assentados entrevistados, 15% utilizaram em 2006 a área comunitária para produzir arroz, milho e mandioca e também utilizaram os seus lotes individuais para a produção de arroz e mandioca; 45% dos entrevistados só estão utilizando a área comunitária com arroz, feijão, milho e mandioca; 10% estão utilizando outras áreas com produção de abacaxi, cana-de-açúcar, milho, mandioca, arroz e feijão e 30% estão utilizando seus lotes e outras áreas dentro do assentamento para a produção de arroz, milho, feijão e mandioca. O abacaxi foi uma das culturas que gerou o maior prejuízo. Leite (2004, p. 176), fazendo uma análise sobre a comercialização da produção nos assentamentos rurais, ressalta:

Com exceção do PA Terra Vista em Arataca, e de alguns agricultores no PA Poxim/Sarampo que conseguiram vender a sua produção para uma fábrica de polpas, os demais sofreram prejuízos com o não-pagamento pelos “atravessadores” e com a perda dos frutos ainda nos lotes ou nos galpões, por falta de transporte ou por dificuldade de acesso pela precariedade das estradas [...].

O que ficou explícito, através do Quadro 4, foi que os assentados que plantavam cana-de-açúcar antes da criação do assentamento continuaram produzindo a lavoura após à extinção da estrutura de apoio à produção, mesmo com a redução das suas áreas em 2006 e a explicação dada, pelos assentados, era que já tinham para quem escoar mesmo sendo em pequena escala, e o destino era a pequena agroindústria de aguardente no próprio assentamento.

O que ficou explícito também nas áreas em 1996 foi que o crédito liberado para a cana-de-açúcar, banana, abacaxi e mandioca, em 1993, 1994 e 1995, incrementou a área de produção das lavouras de cana-de-açúcar, banana e mandioca dos assentados e criou a oportunidade para se produzir abacaxi.

Norder (1998, p. 5), fazendo uma análise sobre a segurança alimentar nos assentamentos rurais, enfatiza que:

(...) uma abundante produção de alimentos para o auto consumo pode coexistir com uma intensa produção comercial. Há uma pesquisa da CATI (Coordenadoria e Assistência Técnica Integral), no Estado de São Paulo, sobre autoconsumo de alimentos entre pequenos agricultores, que propõe o estabelecimento de “um módulo de exploração comercial que, somado em termos de área a um módulo de subsistência, comporia uma unidade de produção de dimensões mínimas, necessária à existência e progresso de uma família rural média do Estado [cinco pessoas]”. De acordo com este estudo, o módulo de subsistência utilizaria relativamente poucos recursos fundiários, pouco trabalho familiar e ainda assim poderia abastecer integralmente as necessidades de consumo alimentar do grupo doméstico. [...] Este módulo de subsistência teria um funcionamento paralelo, associado ou não, ao módulo comercial, este último responsável pela obtenção de uma renda monetária indispensável aos agricultores familiares.

Essa análise corresponde, em parte, à realidade do Assentamento Entroncamento, pois o que se verificou foi uma redução na área de arroz, milho e feijão e não uma manutenção da área e a explicação dada pelos assentados, para essa redução nas culturas de subsistência, foi que o trabalho e os tratos culturais com as culturas de mercado tomavam muito tempo e os mesmos não tinham condições de assistirem as duas áreas, pois a mão-de-obra familiar era de quatro pessoas por família, em média, no ano de 1996 e, mesmo assim, a produção satisfazia as necessidades do consumo alimentar.

Assentados	1986			1996			2006		
	Área a	Área b	4 ha	Banana, abacaxi, cana, arroz e mandioca	Área c	1 ha	Área c	1 ha	Área c
Assentado 1									
Assentado 2	Área a	Área b	2,5 ha	Cana e milho	Área c	0,7 ha	Área c	0,7 ha	Arroz, milho e mandioca
Assentado 3	Área a	Área b	3 ha	Cana, abacaxi, milho, arroz e mandioca	Área c	1 ha	Área c	1 ha	Arroz, milho e mandioca
Assentado 4	Área a	Área b	4,8 ha	Cana, abacaxi, banana, arroz, milho e mandioca	Área c	0,9 ha	Área c	0,9 ha	Arroz, milho, mandioca e abacaxi
Assentado 5 ²⁵					Área c	0,9 ha	Área c	0,9 ha	Arroz, milho, mandioca e mais projeto de piscicultura
Assentado 6	Área a	Área b	2,6 ha	Banana, abacaxi, cana, arroz e mandioca	Área c	4,8 ha	Área c	4,8 ha	Arroz, cana, milho, feijão e mandioca
Assentado 7	Área a	Área b	3,1 ha	Cana, milho, arroz e mandioca	Área c	1,2 ha	Área c	1,2 ha	Arroz, milho e mandioca
Assentado 8	Área a	Área b	2,1 ha	Cana, banana, milho e mandioca	Área c	1,5 ha	Área c	1,5 ha	Arroz, milho, mandioca e cana
Assentado 9	Área a	Área b	1,8 ha	Cana, abacaxi, banana, arroz, milho e mandioca	Área c	0,6 ha	Área c	0,6 ha	Arroz, milho, mandioca
Assentado 10	Área a	Área b	1,2 ha	banana, arroz, feijão e mandioca	Área c	0,6 ha	Área c	0,6 ha	Arroz e milho

Quadro 4 - Mobilidade territorial dos assentados, área cultivada e culturas produzidas no Assentamento Entroncamento

²⁵ O Assentado 5 corresponde a filho de assentado no povoado Filipa.



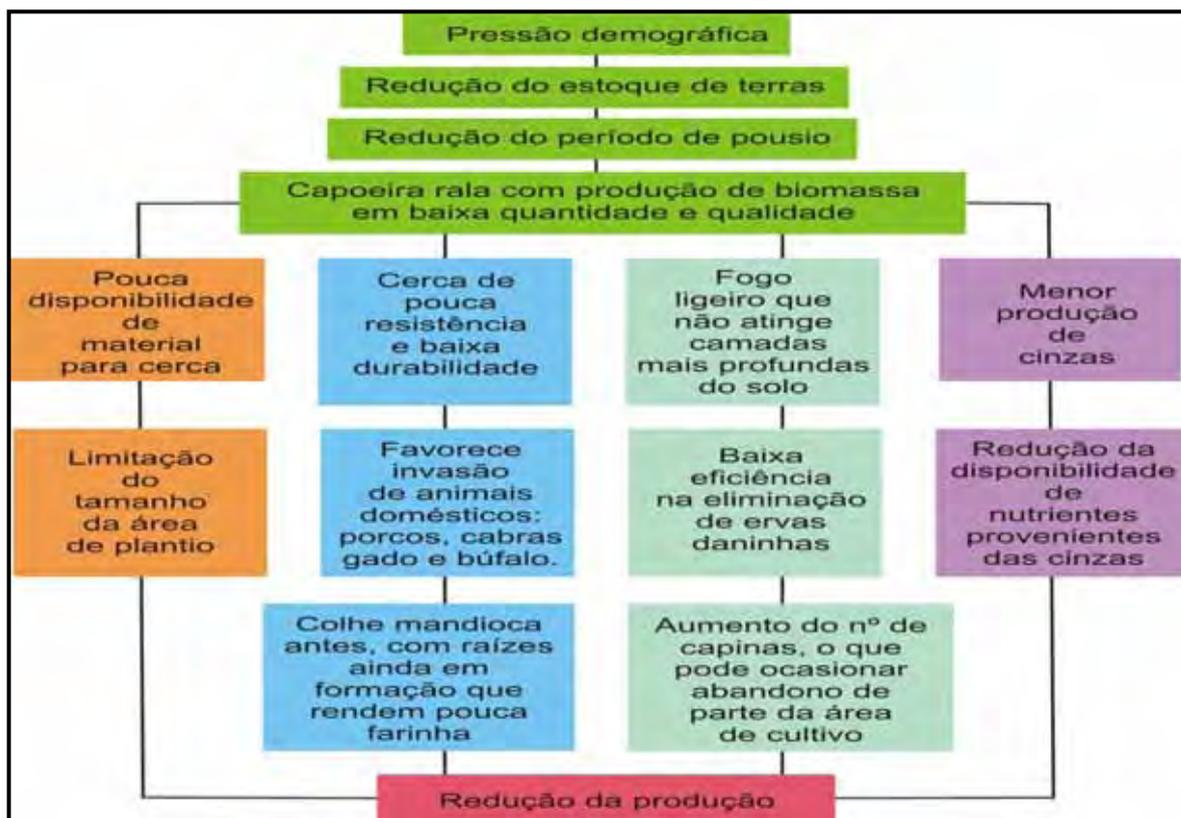
Foto 23 - Limpeza de 0,5 ha para plantio de arroz e mandioca no Assentamento Entroncamento
Autor: MATTOS JUNIOR, Jose Sampaio/setembro/2007

Todos esses problemas supracitados que envolveram todo o processo de produção das culturas de mercado foram fazendo com que os assentados deixassem de trabalhar com as culturas de mercado e utilizassem também as áreas comunitárias para a produção de subsistência.

E cada vez mais a perspectiva de encontrar áreas disponíveis para o plantio tornou-se menor, decrescendo também o volume de produção e reduzindo, por conseguinte, o período de pousio e o índice de produtividade, conforme quadro 5.

Em relação à pressão demográfica, demonstrada no quadro 5, verifica-se que só no povoado entroncamento o número de famílias extrapola a capacidade do assentamento, gerando conseqüentemente pouca disponibilidade de terras e automaticamente redução na área de cultivo. Esses fatores também contribuem para permanências nas práticas agrícolas.

Além desses, outros fatores aliaram-se para a redução da área de plantio, como a disponibilidade de mão-de-obra e o envelhecimento dos assentados (Gráficos 28). 50% dos entrevistados já possuem idade superior a 50 anos (Foto 24) e mais de 50% utilizam a mão-de-obra do cônjuge e dos filhos, não se empregando a mão-de-obra de terceiros em todas as fases do plantio (Gráfico 29).



Quadro 5 - Implicações socioambientais no uso do solo

Fonte: GUTMAN, Saul Meneses

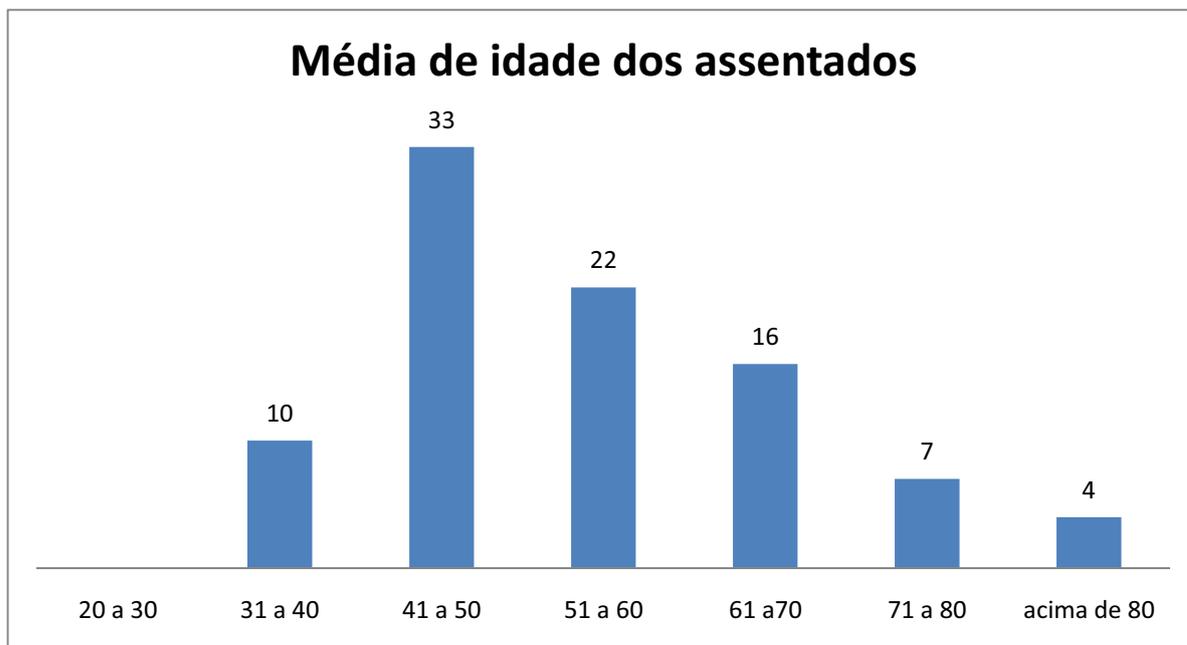


Gráfico 28 - Média de idade dos assentados entrevistados

Fonte: Trabalho campo

Org: MATTOS JUNIOR, Jose Sampaio



Foto 24 - Assentados reunidos no povoado São Jose dos Matos
Autor: MATTOS JUNIOR, Jose Sampaio/ abril de 2008

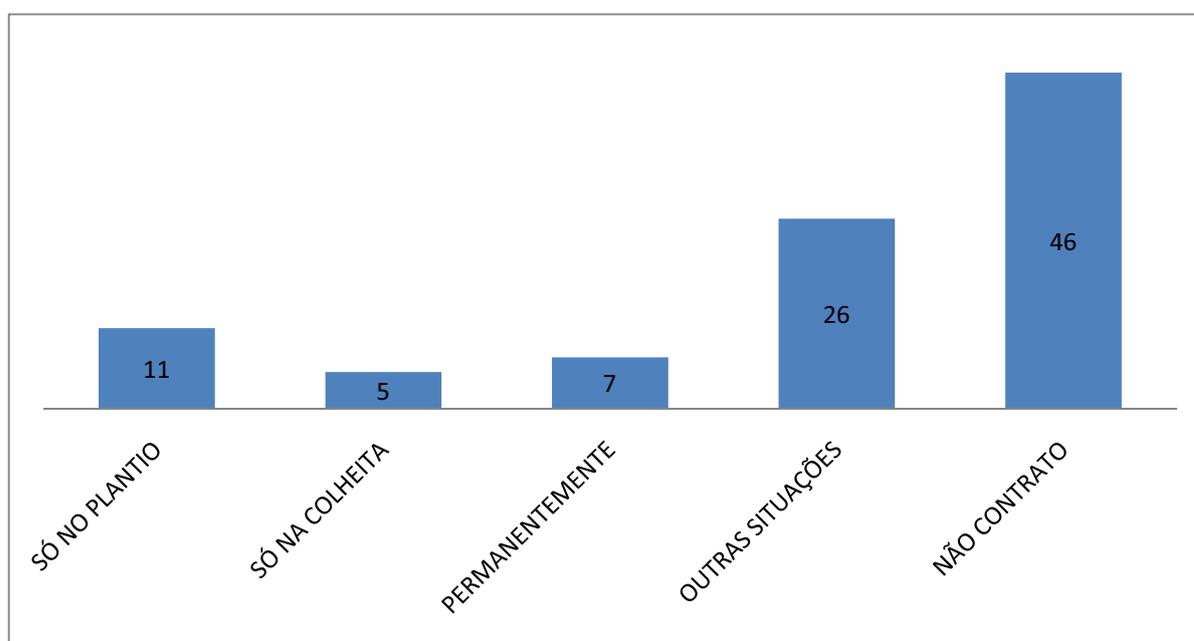


Gráfico 29 - Número de assentados que utilizam mão-de-obra de terceiros
Fonte: Trabalho de campo
Org: MATTOS JUNIOR, José Sampaio

Este quadro reflete a estrutura produtiva do assentamento que também pode ser observada por meio das discontinuidades e das instabilidades nas esferas administrativas segundo Bavaresco (2001, p. 271):

Com relação à intervenção governamental na questão agrária, convém destacar que a atuação do Incra, órgão responsável pela execução da reforma agrária no país, é marcada por constantes discontinuidades administrativas. Segundo Barros e Ferreira (1997), num período de 26 anos, a presidência do Incra foi substituída 59 vezes, ou seja, cada presidente permaneceu no cargo, em média, menos de seis meses

Esse quadro de instabilidade pode gerar atrasos na assinatura de convênios e liberação de recursos para o desenvolvimento das atividades provocando transtornos e abandono dos projetos produtivos (Foto 25).



Foto 25 - Estrutura de gado bovino, financiada pelo PRONAF, para um grupo de 6 assentados no povoado São José dos Matos
Autor: MATOS JUNIOR, Jose Sampaio abril/2008

Essa estrutura de gado bovino foi pensada e planejada pela empresa que prestava Assessoria Técnica, Social e Ambiental (ATES) no assentamento em conjunto com um grupo de assentados. A primeira parte do financiamento foi liberada correspondente à estrutura do projeto e, quando a segunda parte, que corresponderia à liberação de recursos para aquisição do gado bovino, deveria acontecer, o contrato entre o INCRA e as empresas de assessoria técnica tinha

encerrado. Para os assentados que fizeram parte do projeto, as informações eram todas desconhecidas e os mesmos não sabiam informar o andamento dos processos deixando momentaneamente a estrutura do projeto em condições de abandono. O contrato encerrou em maio de 2008 e só em dezembro de 2008 houve a assinatura de novos convênios para iniciar as atividades em março de 2009. Levando em consideração que o contrato de ATES é de 3 anos, a interrupção de uma assessoria no assentamento por um ano pode ser considerada longa demais.

Ao longo desses 20 anos, muitos foram os pontos de estrangulamento que podem ser evidenciados como descontinuidades de programas, endividamento dos assentados, receios de apostar em projetos produtivos que demandem novos financiamentos e as incertezas sobre as assessorias sobre a colheita, a produção e sobre a venda de seus produtos.

5.2. Muitos caminhos e várias incertezas

Continuando a reflexão do capítulo anterior sobre os caminhos que levam aos desencontros, falando sobre as estradas de acesso aos povoados, é de suma importância enfatizar que há as estradas que dão acesso entre os povoados e estes com as rodovias BR 222 e BR 135 e há os caminhos, picadas, estradas de piçarra e carroçais (Gráfico 30) abertas pelos trabalhadores que ligam os povoados, onde residem, às suas áreas de produção. E mesmo com essa estrutura, ou falta de estrutura, o nível de satisfação entre os assentados é de 85%, ou seja, se as condições atualmente são ruins (Fotos 26 e 27) antes eram bem piores.

Esse elemento, imbricado com outros supracitados como o tamanho da área, utilização de insumos agrícolas, assistência técnica e meios de escoamento da produção, é que vão contribuir para a visualização das permanências no processo produtivo.

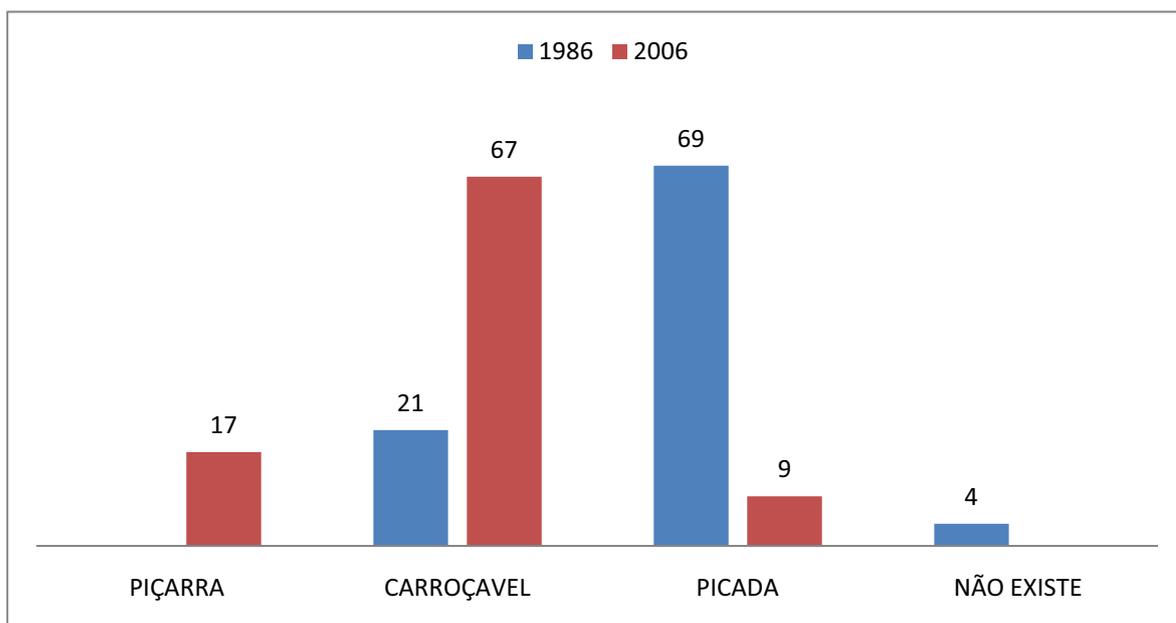


Gráfico 30 - Tipo de estrada entre os povoados e as áreas de produção

Fonte: Pesquisa de campo

Org.: MATTOS JUNIOR, José Sampaio



Foto 26 - Estrada carroçal que leva à área de produção de assentados que residem no povoado São José dos Matos

Autor: MATTOS JUNIOR, Jose Sampaio abril/2008



Foto 27 - Estrada carroçal que leva à área de produção de assentados que residem no povoado Jaibara
Autor: MATTOS JUNIOR, José Sampaio/ abril de 2008

As incertezas sobre o processo produtivo contribuem para a falta de uma estrutura de manutenção das estradas de escoamento da produção, pois as permanências das práticas rudimentares citadas anteriormente dificultam o plantio no mesmo lugar e conseqüentemente a área não será mais a mesma e os caminhos também podem não ser os mesmos, ou seja, dentro do assentamento, mesmo os assentados tendo o seu lote definido, nem sempre utilizam todos os anos por questões que já foram discutidas, então novas picadas e estradas carroçais terão que ser abertas.

Há uma diferença na estrutura de estradas. As que ligam os povoados às rodovias foram financiadas durante o processo de criação do assentamento, bem como as suas recuperações. As estradas ou caminhos que levam o assentado da sua residência ao seu local de produção, que depende de vários fatores como a escolha de área para o plantio e até mesmo o tamanho da área que o assentado vai destocar para plantar, nesse sentido a picada será aberta quando a área a ser desmatada não tiver mais de 1 hectare, o que conseqüentemente vai demandar menos horas de trabalho na abertura de caminhos.

Essa picada pode continuar sendo a mesma para uma ou mais roças sejam de assentados ou não no próximo plantio se a área estiver localizada em outra direção, essa picada será abandonada e outra será aberta. É claro que isso vai

acontecer em áreas de produção que não estão perto dos povoados e onde não passam as estradas carroçais. Essa é uma mudança constante ressaltada por todos os assentados entrevistados.

Diante do exposto, torna-se compreensível se utilizar a bicicleta²⁶ para escoar a produção, conforme se verifica no gráfico 30.

O gráfico 31 revela o baixo rendimento das áreas e os desafios que os assentados têm que enfrentar ano a ano. Apesar de sete assentados terem respondido que utilizam a caminhonete para escoamento da produção, isso não significa que utilizam todos os anos e o mais comum entre estes é a carroça de tração animal.

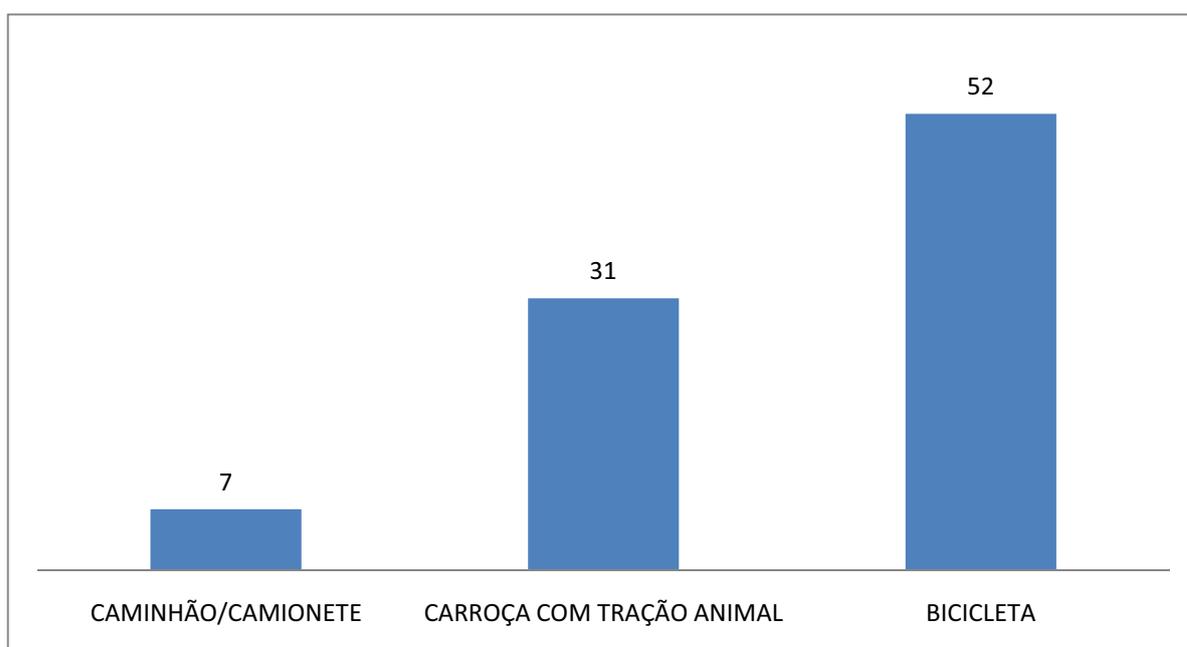


Gráfico 31 - Número de assentados que informaram sobre meios de escoamento da produção

Fonte: Trabalho de campo

Org: MATTOS JUNIOR, Jose Sampaio

²⁶ A bicicleta não estava no item sobre transporte para escoamento da produção nos formulários confeccionados para serem aplicados junto aos assentados selecionados, porém, na medida em que se verificou que as respostas tendiam a ser bicicleta, criou-se a opção. Na literatura utilizada, a referência feita à bicicleta seria como meio de transporte do assentado rural e não o de sua produção (LEITE, 2004). E a explicação dada para utilização da bicicleta estaria no fato da baixa produção e da colheita não se dar em apenas um ou dois dias o que minimizaria com gastos com mão-de-obra e de possíveis fretes feitos por terceiros, sendo assim a saída mais fácil era a utilização do seu próprio meio de locomoção.

A picada e a estrada carroçal fazem parte da estrutura de escoamento e o assentamento está totalmente cortado por muitos caminhos, porém são várias as incertezas, pois apesar de 75% dos assentados terem lote individual de 10 ha, os mesmos não apresentam condições de torná-los produtivos em virtude das razões que já foram expostas (práticas tradicionais, receios do endividamento, envelhecimento dos assentados, pouca mão-de-obra familiar e falta de recursos para contratação de terceiros).

Isso vai ter como conseqüência as implicações demonstradas no quadro 5, principalmente com o abandono de parte da área plantada, o que se refletirá no baixo volume e no destino da produção.

5.3. O destino da produção e a renda

Dando continuidade às reflexões, acredita-se que a seqüência lógica de todos os pontos evidenciados anteriormente seja o destino dessa produção e como contabilizar a renda.

Iniciando pela produção, fica claro que os índices de produtividade não vão permitir mudanças no processo de comercialização e, dentro da lógica de permanências, o gráfico 32 vai corroborar para a ratificação de toda estrutura produtiva agrícola do assentamento.

É relevante salientar que 83% dos entrevistados que responderam que 50% da produção destinavam-se ao consumo em 1986, também responderam que o restante da produção vai para feira, intermediários, direto ao consumidor e agroindústrias.

Em 2007 o número de entrevistados que destina a produção para o consumo cai, mas a feira e o intermediário continuam sendo os principais destinos da produção dos assentados sendo que a feira localiza-se no município de Itapecuru Mirim e os intermediários podem tanto revender os produtos nas feiras como também ao longo das rodovias junto com assentados que também fazem a venda direta ao consumidor (Foto 28).

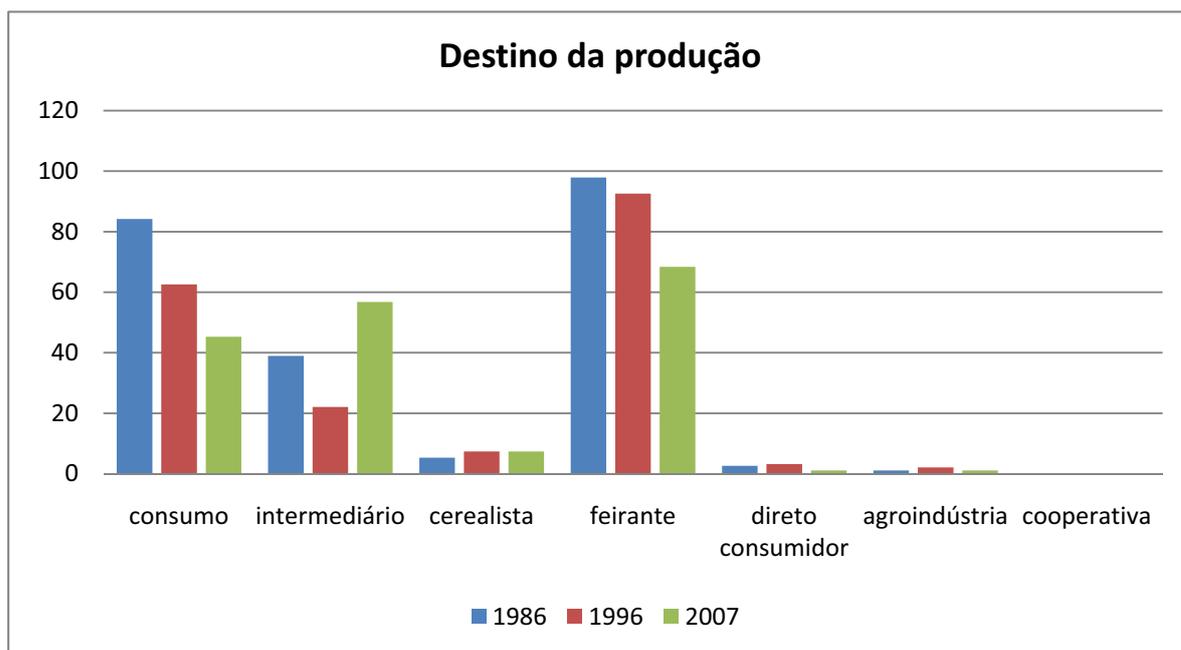


Gráfico 32 - Destino da produção dos assentados entrevistados no período entre 1986, 1996 e 2007

Fonte: Trabalho de campo

Org: MATTOS JUNIOR, Jose Sampaio



Foto 28 - Barracas de assentados e não assentados às margens da Br 135, no povoado Entroncamento com venda de produtos de origem no assentamento e fora do assentamento
Autor: MATTOS JUNIOR, Jose Sampaio setembro/2008

A rodovia federal BR 135, na altura do povoado Entroncamento, é o principal ponto de comercialização direta dos produtos não só do assentamento como de outros lugares e até produtos de outros estados, como a melancia

mostrada na foto 26 que é proveniente do Estado do Ceará, segundo informações dos próprios assentados que também vendem produtos adquiridos em outras localidades. O povoado Entroncamento, por se localizar entre as rodovias federais BR 222 e BR 135, torna-se o ponto de comercialização não somente de produtos provenientes diretamente da agricultura, mas também agrega restaurantes, postos de gasolina que dinamizam a localidade, conforme já ressaltado.

Dentro dessa perspectiva, o que esperar da renda dos assentados? Esse foi um exercício que exigiu um esforço maior dos entrevistados, devido às inúmeras possibilidades de respostas e das dificuldades em quantificar, exatamente, a sua produção ao longo desses vinte anos. Diante do exposto, Bavaresco (2001, p. 266), na sua análise sobre as condições socioeconômicas das famílias no assentamento Annoni, fez a seguinte afirmação:

[...] não julgamos pertinente avaliar o assentamento apenas pelos resultados econômicos dos parceleiros, sem levar em conta os aspectos estruturais que o cercam [...] além disso, a renda é, sem dúvida, uma variável difícil de ser analisada nos assentamentos por razões bastante variadas, sendo uma das principais, possivelmente, a dificuldade de obtenção dos dados, em sua maioria estimados. Um outro aspecto é que a agricultura, mais que qualquer outra atividade, não possibilita uma boa avaliação das condições econômicas com base em uma ou duas safras.

No que tange à década de 1990, apesar da participação maior de assentados nas linhas de créditos, conforme consta na tabela 3, em relação ao financiamento do abacaxi, cujo crédito foi liberado em 1993 e iniciou o plantio em 1994, tendo sua primeira safra em 1995, verificou-se que, com a extinção da EMATER-MA em 1998, os assentados não colheram três safras com a estrutura que deveriam ter de apoio à produção. Nesse sentido, ficou muito difícil realizar um levantamento preciso da década de 1980 e também da década de 1990, corroborando com as análises de Bavaresco (2001) e ratificando a dificuldade de apresentar dados referentes a essas décadas.

Mesmo assim, por meio das respostas, conseguiu-se chegar a alguns dados que refletem a informação repassada pelos 95 entrevistados relativas ao ano de 2007.

No tocante à renda proveniente da produção agrícola, atualmente, 100% dos entrevistados afirmaram que os rendimentos não chegam a um salário mínimo mensal e dos 87,3% que responderam que ganham entre 1 e 2 salários mínimos, aproximadamente, correspondente a 83 assentados entrevistados, 63% destes responderam que ultrapassam o salário mínimo com a aposentadoria e bolsa família; 3,6% com pensão e bolsa família e os outros 33,4% ultrapassam com outras atividades como vigias, zeladores de escolas e trabalhadores temporários e dos 13% que responderam que recebem acima de dois salários mínimos têm como renda principal o comércio e o táxi (Gráfico 33).

O que também chamou a atenção foi que 63% dos entrevistados (61 assentados) responderam que a renda proveniente das atividades agrícolas perfazem 40% do total de todos os rendimentos; os 3,6% (4 assentados) informaram que as atividades agrícolas correspondem a 30% de todos os rendimentos recebidos; os 33% (23 assentados) disseram que a renda agrícola corresponde a 35% da renda total e os 13% (12 assentados) responderam que a renda agrícola não representa 30% da sua renda total, como mostra a Tabela 4.

Tabela 4 - Relação entre percentual dos rendimentos provenientes da renda agrícola, transferências sociais e de outras atividades

Número de Assentados	Produção agrícola	Aposentadoria e bolsa família	Pensão e bolsa família	Comércio e táxi	Vigia zeladores
61	40%	60%			
4	30%		70%		
23	35%				65%
12	- 30%	40%		40%	

Verifica-se que as transferências sociais têm um peso significativo na renda dos assentados e a bolsa família, apesar dos valores variarem entre R\$ 70,00 (setenta reais) e R\$ 140,00 (cento e quarenta reais), é de fundamental importância para a composição da renda, de acordo com os assentados entrevistados que possuem o benefício. Já a aposentadoria parece como um benefício crucial para a renda dos assentados e as outras atividades com certas instabilidades. Como exemplo a de vigia, no dia da entrevista com o assentado, ele era vigia em uma repartição pública municipal, no entanto, como o mesmo era contratado, poderia sair a qualquer momento, então, isso não significa que os assentados que ultrapassam os rendimentos de dois salários mínimos com outras atividades vão estar sempre

nesse patamar. Isso corrobora para a satisfação dos assentados que já possuem a aposentadoria em afirmar que ela é a segurança para o sustento da família.

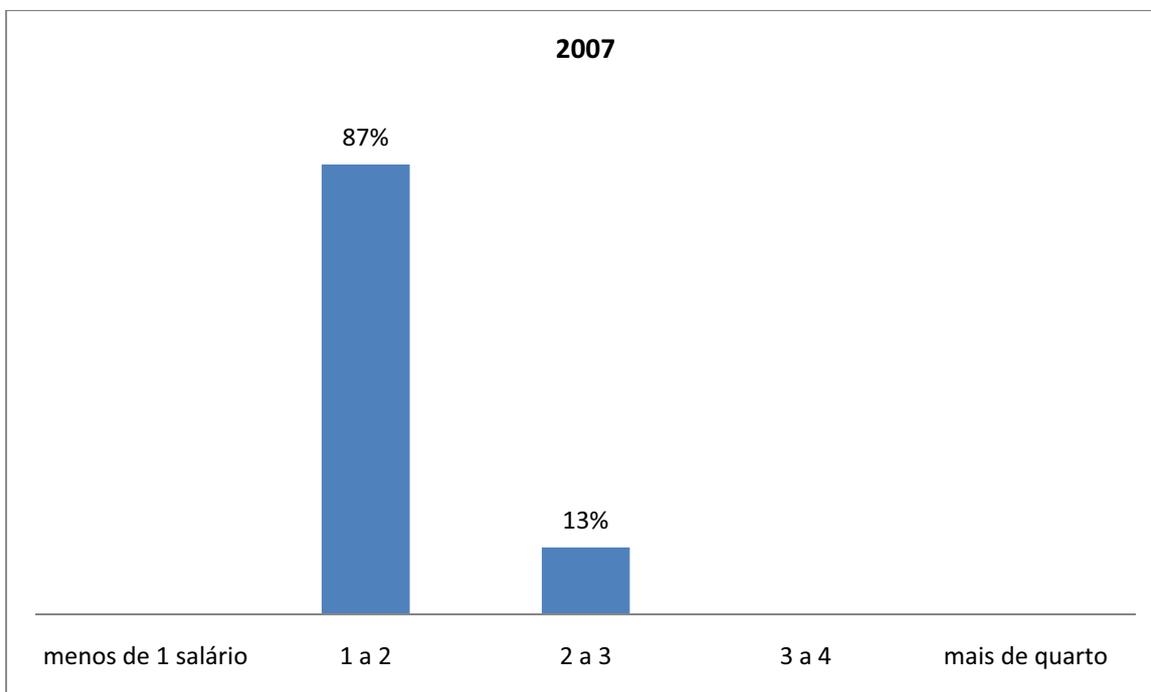


Gráfico 33 - Renda mensal auferida ao final de 2007 dos assentados entrevistados

Fonte: Trabalho de campo

Org.: MATTOS JUNIOR, Jose Sampaio

Fazendo uma análise de trabalhos que abordam temáticas que tratam da pluriatividade, percebe-se que a realidade do Assentamento Entroncamento pode estar contemplada nas análises feitas por Carneiro (2009, p. 167) que traz uma reflexão sobre a pluriatividade no Brasil:

[...] a pluriatividade é um fenômeno recente que não deve ser confundido, por exemplo, com as práticas tão comuns ao campesinato brasileiro de recorrer a inúmeras atividades remuneradas, não-agrícolas, para complementar o necessário à produção social de sua família, já que, como sabemos o recurso a essas atividades não é decorrente de um processo de “intensificação da inserção da agricultura familiar no circuito das trocas mercantis”, muito pelo contrário. Essa prática seria comum a um campesinato pobre e estruturalmente ameaçado que não consegue manter a sua família exclusivamente com o resultado da produção familiar.

Percebe-se que, em determinados momentos, a própria renda proveniente da produção agrícola, no assentamento, é que passa a ser um

complemento das demais e isso pode ser resultado das permanências em todo processo produtivo que pode culminar com práticas de destinação dos produtos que, dependendo da articulação, vão continuar mantendo o mesmo processo de comercialização, segundo Leite (2004, p. 173):

Com relação às formas de comercialização dos produtos agropecuários dos assentamentos, a pesquisa revelou que os assentamentos tanto podem reproduzir situações locais preexistentes (sem inovar os canais de comercialização), como podem criar novas possibilidades ou alterar o alcance de antigos canais

Nesse sentido, pode-se denominar antigos canais de comercialização como mercadorização, segundo Gazolla (2009, p. 86):

A mercadorização refere-se ao período histórico em que os agricultores não eram dependentes do mercado e apenas possuíam vínculos mercantis com os comerciantes locais ou as casas de comércio rural. Neste caso, o mercado não é um processo social, mas apenas um local personificado, onde os agricultores realizam as suas transações mercantis (compra, venda, troca de mercadorias, etc). A Mercantilização refere-se à situação em que o agricultor passa a depender cada vez mais do mercado para executar a sua reprodução social [...].

Pode-se verificar que esses antigos canais de comercialização, segundo Norder (2009, p. 65), ao fazer uma reflexão sobre mercantilização da agricultura e desenvolvimento territorial, são estratégias de manutenção de certas práticas no processo produtivo de certos atores sociais como forma de manifestação de diferentes respostas às tendências centrais de desenvolvimento econômico, ressaltando a relevância do desenvolvimento endógeno:

Assim, as práticas de desenvolvimento endógeno podem ser interpretadas como estratégias de resistência à integração passiva contida nos termos de modernização agropecuária convencional, ou seja, como elaboração sistemática visando uma redução da dependência tanto em relação ao uso de insumos e saberes externos como em relação ao tipo de vinculação social e política que a produção, em tais condições, se apresenta aos agricultores familiares.

Concorda-se com a utilização do termo mercadorização utilizado por Gazolla (2009) para o processo produtivo relativo a 85% dos assentados, referente à estrutura produtiva que inicia com as práticas tradicionais de cultivo e vai até os canais de comercialização. No entanto, é relevante acrescentar que a interpretação de depoimentos dos assentados, responsabilizando os técnicos da extinta EMATER pelos fracassos nas atividades produtivas, não está ligada às estratégias de resistência para a possibilidade de se trabalhar todo o processo com base no desenvolvimento endógeno, mas sim a um processo de desarticulação institucional que culminou com a extinção de toda a estrutura de apoio à produção.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo dos últimos anos e décadas, muitos foram os estudos que abordaram sob várias óticas o processo de organização do espaço rural por meio da implantação dos assentamentos rurais enquanto ação de reforma agrária, sendo que, nas décadas de 1980 e 1990, o viés econômico foi o principal para ressaltar as políticas públicas, seus avanços e seus recuos, envolvendo questões referentes à produção, comercialização e geração de emprego e renda. Percebe-se que essa ótica partiu de interpretações dos estudiosos sobre os objetivos do primeiro PNRA.

Nesse caminhar de 1986 a 2006, no Assentamento Entroncamento, se for considerado apenas o viés econômico, o PNRA não cumpriu seus objetivos, pois nenhum dos assentados entrevistados alcançou estabilidade e regularidade de renda. As transferências sociais têm um papel fundamental, bem como as outras atividades ligadas ao comércio e empregos públicos na geração de renda, no entanto, verifica-se que mesmo com as adversidades decorrentes das descontinuidades das políticas públicas que levam a instabilidades no processo produtivo e permanências nas suas práticas, 100% dos entrevistados responderam que os benefícios advindos, da criação do assentamento, propiciaram o poder de compra e não pretendem sair dos seus locais de moradia.

Isso remete a outros olhares e interpretações da realidade que vão para além do viés econômico e que envolvem relações de poder interno, história de vida, diversidade na forma das organizações associativas e de construção de espaços produtivos, além das mediações que se realizaram por vias institucionais e por parte dos próprios movimentos sociais. Nesse sentido, percebeu-se que o Assentamento Entroncamento apresenta uma multiterritorialidade a partir das relações sociais construídas e das mediações estabelecidas para reivindicações junto a escala federal, no caso o INCRA, para melhorias na infra-estrutura. Porém, observa-se que no tocante às escalas estadual e municipal aflora um processo de individualização na cobrança tanto na melhorias das estradas como na distribuição de sementes para o plantio. Neste caso, a correlação de forças passa pelo poder de mobilização que das organizações associativas a agilidade no atendimento das suas reivindicações e são esses enfoques que permitiram as seguintes considerações:

- Em relação aos objetivos, verificou-se que o presente estudo demonstrou as permanentes discontinuidades das políticas públicas voltadas para a agricultura familiar. Há uma relação entre permanências, discontinuidades e instabilidades, ou seja, as mudanças advindas nas melhorias das casas e na compra de bens de consumo duráveis, dos entrevistados, derivam do Plano de Recuperação das casas realizado pelo INCRA e a compra dos bens tem uma parcela de contribuição das transferências sociais.

- As discontinuidades podem ser percebidas pelo interrompimento de ações e programas governamentais que foram extintos antes mesmos de cumprirem seus objetivos, promovendo o que denominamos de instabilidades técnicas no que tange a falta de acompanhamento técnico nas áreas de produção, dos assentados, bem como na elaboração e execução dos projetos produtivos. No tocante a instabilidade técnica constatou-se que de 2003 a 2008 houve inúmeros problemas apontados pelas entidades prestadoras de Assessoria Técnica que vão desde o atraso no repasse dos recursos para deslocamento dos técnicos para o acompanhamento no tempo hábil dos projetos produtivos, bem como também a falta de identificação, do técnico, com o trabalho a ser executado nos assentamentos rurais.

Essas considerações sobre os encontros e desencontros institucionais que culminaram com o entrelaçamento entre permanências, discontinuidades e instabilidades que nortearam os questionamentos elaborados e foram respondidos conforme a exposição a seguir:

- Em relação à categoria território, é relevante frisar que já havia um território simbólico mesmo antes do estabelecimento dos grandes proprietários que originaram os conflitos que culminaram com a desapropriação e a criação do assentamento, que compreendia as relações de compadrios com os antigos proprietários, a produção de subsistência em toda a área e as manifestações culturais que sempre fizeram parte das tradições principalmente dos Povoados Filipa e Oiteiro, mas só isso não daria condições para o estabelecimento de estratégias para a luta pela desapropriação e a criação do assentamento. As mediações realizadas pela Igreja e pelo sindicato foram cruciais para a mobilização, a organização e a articulação dos assentados para cobrar, junto ao INCRA, soluções

imediatas para os conflitos que estavam acontecendo no Povoado Entroncamento e que poderiam se estender para os demais, caso não fossem tomadas as devidas providências de vistoria e conseqüentemente o processo de desapropriação;

- É de suma importância frisar que após a criação do assentamento não houve a homogeneização do processo produtivo para a produção de subsistência e produção voltadas para o mercado. O parcelamento e loteamento de todo assentamento não aconteceu como se tinha pensado no plano preliminar. Era expressivo que dentro desse território, criado de cima para baixo, havia outros territórios que manifestaram as suas preocupações a partir dos seus traços culturais. Traços esses que não foram fundamentais para a criação de um assentamento em separado dos demais povoados, mas está sendo fundamental para a manutenção de uma identidade própria e avanços sociais e econômicos relevantes para a comunidade.

- Apesar do assentamento rural apresentar uma demarcação oficial estabelecida pelo INCRA, verifica-se que dentro desta demarcação há várias demarcações das áreas dos povoados com seus limites estabelecidos pelos próprios moradores dos povoados antes mesmo da criação do assentamento. Esta demarcação vai nortear a construção de novas casas oriundas do crédito habitação, assim como vai orientar também a demarcação nas áreas de produção, ou seja, mesmo dentro do assentamento um morador do povoado Picos I não poderá abrir uma área de produção no povoado Filipa sem o consentimento da associação do povoado Filipa. Um assentado, morador do Povoado Cachoeira, não poderá construir uma casa no povoado Oiteiro sem o consentimento da associação de Oiteiro. Vai se observar, ao longo do tempo, que a oficialização do território do assentamento vai proporcionar uma segurança em relação à titulação das terras e assegurar a regularização fundiária.

- No que tange ao acréscimo no número de famílias vivendo no assentamento, principalmente nos povoados Entroncamento e Picos I a explicação está na proximidade destes com as rodovias federais, o que favoreceu o desenvolvimento de outras atividades que não estão diretamente ligadas à produção agrícola, como taxistas, borracheiros, mecânicos, frentistas, comerciantes,

vendedores ambulantes, que ocuparam as margens das rodovias e contribuem para um incremento na pressão, junto com os assentados, por melhores serviços de infraestrutura que são melhorias na rede pública de água e recuperação das estradas vicinais por parte da prefeitura Municipal de Itapecuru mirim. .

- Isto remete a visualização, que no tocante às institucionalidades municipais, continua não havendo o reconhecimento do recorte territorial do assentamento, e sim uma regionalização realizada pela prefeitura que leva em consideração proximidades de povoados e áreas de influência. Nesse sentido, o povoado Filipa, pertencente ao Assentamento Entroncamento pelo recorte territorial feito pelo INCRA, faz parte, na regionalização proposta pela prefeitura de Itapecuru Mirim, da região da sede do município e não da Região Entroncamento e essa regional de Entroncamento, por sua vez, engloba outros povoados que não fazem parte do assentamento, podendo explicar porque os assentados, quando vão cobrar melhorias junto ao INCRA, reúnem as oito associações e estabelecem uma pauta comum que pode ser fomento agrícola ou recuperação das casas. Quando a cobrança é dirigida à prefeitura municipal ou a qualquer uma das suas secretarias, elas são realizadas individualmente por associações que representam os povoados como, por exemplo, melhorias nas escolas. Mesmo assim os assentados reconhecem a importância da manutenção de uma identidade e já admitem que a individualização possa enfraquecer futuras articulações para melhorias na infraestrutura;

- Diante desse processo de individualização, verificou-se que o povoado Filipa, comunidade quilombola, é a que mais se destaca pelo seu nível de organização associativa observado nas formas de acompanhamento e monitoramento dos projetos que beneficiaram os assentados como as construções das casas com recursos do crédito habitação acessam a benefícios sociais provenientes das secretarias estaduais, aquisição de veículos para o transporte da produção, acesso aos créditos devido à capacidade de organização e manutenção das suas tradições culturais.

Constata-se então, que o desenvolvimento das comunidades não passa apenas pela infra-estrutura ou a localização às margens das rodovias, mas passa

pelo processo de organização dos assentados, no caso os assentados moradores do povoado Filipa. Percebeu-se também, nos demais povoados, que a organização associativa não apresenta o mesmo nível de articulação entre seus moradores, culminando com venda de lotes, empregabilidade dos filhos dos assentados em cerâmicas instaladas no assentamento e como alternativa de renda a saída dos filhos dos assentados para o corte de cana-de-açúcar nas regiões Sudeste e Centro-Oeste do País.

Nesse sentido, o assentamento não pode ser apresentado como modelo de sustentabilidade como um todo, pois apresenta diferenças internas que podem ser visualizadas tanto entre povoados como entre assentados que residem no mesmo povoado no assentamento. Nesse caso, destaca-se um assentado que não recebeu financiamento do PROCERA e que atualmente tem qualidade de vida superior a alguns assentados que receberam o financiamento do PROCERA e são aposentados e/ou são atendidos pelo Programa Bolsa Família como elementos importantes na composição da renda. A explicação para o fato dos assentados não terem conseguido regularidade na renda proveniente da produção agrícola, mesmo recebendo apoio financeiro dos programas governamentais, pode estar no nível educacional, pois a maioria é analfabeta ou não concluiu o ensino fundamental.

No assentamento, especialmente naquele que possui mais de um núcleo ou povoado, dificilmente haverá condições homogêneas no que concerne às condições sociais, econômicas e ambientais e o que pode levar a tal diferenciação são as formas de organização associativas, formas de relação com o poder público local, nível de assimilação dos cursos oferecidos pelos programas de apoio aos planos de desenvolvimento e o grau de instrução dos beneficiários da reforma agrária. Esses elementos serão relevantes para a discussão dos projetos produtivos.

Diante do exposto, os aspectos culturais, políticos e sociais também explicam porque os assentados não pretendem residir fora do assentamento, no Maranhão, pois os benefícios sociais contribuem para a segurança alimentar, as relações políticas construídas com os representantes das associações e destes com o poder local trazem garantias de empregabilidade no município e, no tocante às questões

culturais, a relação com a conquista da terra e a história das famílias são cruciais para a permanência no assentamento.

É evidente que não se tem a pretensão de esgotar a discussão em torno do tema proposto, entretanto o recorte temporal e empírico demonstrou uma realidade fruto das articulações e desarticulações das políticas públicas e seus reflexos no processo produtivo, constatando-se que houve e ainda há um descompasso nas políticas públicas levando a uma descontinuidade dos programas de apoio às ações de reforma agrária e gerando instabilidades institucionais o que reflete na instabilidade do processo produtivo dos assentados.

REFERÊNCIAS

ALENTEJANO, P. R. R. A política de assentamentos rurais do Governo FHC e os desafios da reforma agrária no Brasil do século XXI. **Revista do Laboratório de Geografia Agrária**, São Paulo, n. 1, p. 2-15, 2004.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Indústria de papel e celulose na Amazônia: crise de mercado, questões trabalhistas, impactos ambientais e conflitos fundiários. In: BERGAMASCHI, Pe. Cláudio. **O Maranhão em rota de colisão: experiências camponesas versus políticas governamentais**. Cadernos Tempos Novos. São Luís: CPT, 1998. p. 95-102.

ANDRADE, Manuel Correia. **A terra e o homem no Nordeste**: contribuição aos estudos da questão agrária no Nordeste. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

ANDRADE, Maristela de Paula; FILHO, Benedito Souza. A Base de lançamento e seus impactos sobre as populações tradicionais de Alcântara. In CARNEIRO, Marcelo Carneiro; COSTA, Wagner Cabral da. (Orgs.) **A terceira margem do rio**. São Luis. EDUFMA, 2009. P. 57- 83.

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. **Diretrizes para um plano de ação do BNB (1991-95)**: desenvolvimento tecnológico da agricultura nordestina. Fortaleza: ETENE, 1993.

BARONE, Luís A. ASSISTÊNCIA TÉCNICA AOS ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA: DA POLÍTICA REATIVA AO VAZIO DE PROJETO – O CASO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Retratos de Assentamentos**, N. 8, p. 55 - 67, 2000.

BARONE, L. A. ; FERRANTE, Vera L S B . Assentamentos rurais na agenda política do desenvolvimento local: a retórica e a prática. **Interações - Revista Internacional de Desenvolvimento Local**, Campo Grande - MS, v. n. 9, 2004.

BARONE, L. A.; FERRANTE, Vera L. S. B. O lugar dos assentamentos no desenvolvimento local/regional: situação atual e perspectivas futuras. **Revista UNIARA**, Araraquara, v. 1, 2005.

BARONE, L. A.; SANTOS, C. C. F. Poder local e assentamentos rurais: um estudo em Marabá Paulista. **Retratos de Assentamentos**, v. 1, p. 203-224, 2006.

BARONE, Luís Antônio. Revendo o clientelismo político num assentamento de reforma agrária: da camisa-de-força à dialética do controle. **Retratos de Assentamentos**, v. 19, p. 105-119, 2004.

BARONE, Luís Antônio; MACIEL, Marluse Castro; SILVA, Martha Esthela dos Santos; FERRANTE, Vera Lúcia S. Botta. O associativismo como estratégia de reassociação e gestão nos assentamentos rurais em São Paulo. **Retratos de Assentamentos**, n. 11, p. 45-70, 2008.

BAVARESCO, Pedro Antonio. Uma análise das condições socioeconômicas das famílias do Assentamento Annoni (fase IV) no Rio Grande do Sul. In: TEDESCO, João Carlos (Org.). **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. 3 ed Passo Fundo: EDIUPF, 2001, p. 255-315.

BERGAMASCHI, Pe. Cláudio. **O Maranhão em rota de colisão: experiências camponesas versus políticas governamentais**. São Luís: CPT, 1998.

BERGAMASCO, Sônia M.; NORDER, Luis A. Cabello. **O que são assentamentos rurais**. São Paulo: Brasiliense, 1996.

BERGAMASCO, S. M. P. P.; NORDER, Luiz Antonio Cabello. **A Alternativa dos Assentamentos Rurais: organização social, trabalho e política**. 1. ed. São Paulo: Terceira Margem, v. 1 2003, 191 p.

BERGAMASCO, S. M. P. P. ; FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta . A qualidade dos assentamentos da reforma agrária: a polêmica que nunca saiu de cena-debatendo o livro a qualidade dos assentamentos da reforma agrária brasileira. In: Caio Galvão de França; Gerd Sparovek. (Org.). **Assentamentos em debate**. 1 ed. Brasília: MDA/NEAD, 2005, v. único, p. 75-88.

BERGAMASCO, Sônia M.; SOUZA, Vanilde F de; CHAVES, Tathyana de A. B.. A Formação escolar em assentamentos rurais: desafios para as novas gerações. In: **Assentamentos Rurais, Impasses e Dilemas: uma trajetória de 20 anos**. São Paulo: INCRA, 2005, p. 389-404.

BITTENCOURT, G. Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI. Agricultura familiar: estudo preliminar da definição, classificação e problemática. In: TEDESCO, João Carlos (Org.). **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. Passo Fundo: EDIUPF, 1999, p. 367- 392.

BOMBIERI, Cláudio. Violência sem fronteiras na Pré-amazônia indígena maranhense: uma análise. In: CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL **Boletim de conjuntura**, Regional NE 5, p. 27-32, março/2008.

BUTH, Fernanda; CORRÊA, Walquíria K. A reconstrução do território a partir de assentamentos rurais: o caso do Assentamento Ramada – RS. **Campo-território: revista de Geografia Agrária**, v. 1, n. 2, p. 152-172, ago. 2006.

CANEDO, Eneida Vieira da Silva Ostria. **Organização do espaço agrário maranhense até os anos 80: a distribuição da terra e atividades agrícolas**. São Luís: Nortedul, 1993.

CARNEIRO, Marcelo S. A evolução recente da economia maranhense e suas repercussões sobre a agricultura familiar. In: **Boletim de conjuntura**, março/2008.

_____. Da reforma agrária dos partidários à reforma agrária coletiva: luta pela terra e declínio de relações de patronagem no Maranhão recente. **Caderno Pós Ciências Sociais**, v. 1, n. 2, p. 93-118, 2005.

CARNEIRO, Marcelo Sampaio et al. A reforma da miséria e a miséria da reforma: notas sobre assentamentos e ações chamadas de reforma agrária no Maranhão. In:

BERGAMASCHI, Pe. Cláudio. **O Maranhão em rota de colisão**: experiências camponesas versus políticas governamentais. Caderno Tempos Novos, São Luís: CPT, 1998. p. 35-66.

CARNEIRO, Maria Jose. Pluriatividade da agricultura no Brasil: uma reflexão crítica. In: **A Diversidade da Agricultura Familiar**. Org. SCHNEIDER, Sérgio. 2 ed. UFRGS, Porto Alegre, p. 167 – 188.

CASTRO, Elisa Guaraná. As jovens rurais e a reprodução social das hierarquias: relações de gênero em assentamentos rurais. In: CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. (Orgs). **Reforma agrária e desenvolvimento**: desafios e rumos da política de assentamentos rurais. Regional NE, n. 5. Rio de Janeiro: Garamond, 2001. p. 18-32.

CHAYANOV, Alexander Von. **La organizacion de la unidade económica campesina**. Moscú: La Cooperativa Editora, 1925. Reeditado Buenos Aires: Ediciones Nueva Vision, 1974.

DELGADO, Guilherme C. A questão agrária no Brasil: 1950–2003. In: **Questão agrária no Brasil**: perspectiva histórica e configuração atual. São Paulo: INCRA, 2005.

_____. Capital e política agrária no Brasil: 1930–1980. In: SZMRECSANY, Tamás; SUZIGAN, Wilson (Orgs). **História econômica do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Hucitec, 1997. p. 209-263.

DEMATTEIS, Giuseppe. O território: uma oportunidade para repensar a Geografia. In: SAQUET, Marcos Aurélio (Org.). **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 07-12.

DIAS, José Peregrino Araujo. **Resgate histórico da ação e dos resultados da extensão rural oficial do Maranhão (ACAR/EMATER – MA)**. 2007. 85 f. Dissertação (Mestrado em Agroecologia) - Programa de Pós-Graduação em Agroecologia, Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2007.

. FERNANDES, Bernardo Mançano. Entrando no território dos territórios. In: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson (Orgs). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 273-302.

_____. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais. **Revista NERA**, n. 6, 2005.

_____. **MST**: formação e territorialização. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: BUANAIN, Antônio Marcio. **Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflito no Brasil**. São Paulo: Ed. UNICAMP, 2006. p. 1-56.

FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta et al. (Orgs.). **Reforma agrária e desenvolvimento**: desafios e rumos da política de assentamentos rurais. Brasília: MDA, 2008.

_____. Reforma agrária e desenvolvimento como liberdade: uma nova visão sobre os assentamentos rurais do Estado de São Paulo. In: **Retratos de Assentamentos**, n. 10, p. 19-43, 2006.

_____. Reforma agrária e dezoito anos de assentamentos rurais: diferentes dimensões desta difícil maioria. In: **Retratos de Assentamentos**, n. 9, p. 11-60, 2004.

FERRANTE, Vera Lucia Silveira Botta; BARONE, Luís Antonio. Assentamentos rurais e poder local: os rumos da descentralização da reforma agrária. In: BERGAMASCO, Sônia Pereira Maria et al. (Orgs.). **Dinâmicas familiar, produtiva e cultural nos assentamentos rurais de São Paulo**. São Paulo: INCRA, 2003. p. 157-186.

FONSECA, Fernando Sérgio de Toledo. **Análise econômica do sistema produtivo do arroz no Maranhão**. Imperatriz: Ética Editora, 2008.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 27 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, 352 p.

GAZOLLA, Márcio. O processo de mercantilização do consumo de alimentos na agricultura familiar. In: **A Diversidade da Agricultura Familiar**. Org. SCHNEIDER, Sérgio. 2 ed. UFRGS, Porto Alegre. P. 85 – 105.

GONÇALVES NETO, Wenceslau. **ESTADO E AGRICULTURA NO BRASIL: Política Agrícola e Modernização Econômica Brasileira 1960-1980**. São Paulo. Ed. Hucitec, 1997.

GUANZIROLI, C.; ROMEIRO, A.; BUAINAIN, A. M.; DI SABBATO, A.; BITTENCOURT, G. Desenvolvimento com equidade e agricultura familiar. In: **Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001. p. 15-45.

GUTMAN, Saul Menezes. **Caracterização do Sistema de Produção Lavrador-pescador no Entorno do Lago de Viana - MA, na Baixada Maranhense. 2005**. Dissertação (Mestrado em Agroecologia) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Agrárias, Universidade Estadual do Maranhão – UEMA, 2005

HAESBAERT, Rogério. Concepções de território para entender a desterritorialização. In: SANTOS, Milton; BECKER, Bertha.(Org.). **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial** 3. ed. Rio de Janeiro: Lamparinal, 2007.

_____. **O mito da desterritorialização do fim dos territórios à multiterritorialidade**. 2. ed. São Paulo: Bertrand Brasil, 2006.

HESPANHOL, Antonio Nivaldo. Agricultura, desenvolvimento e sustentabilidade. In: MARAFON, José Gláucio. (Org.). **Abordagens teórico-metodológicas em Geografia Agrária**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2007. p. 179-198.

_____. O desenvolvimento do campo no Brasil. In: FERNANDES, Bernardo Mançano et al. (Orgs.). **Geografia Agrária: teoria e poder**. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 271-288.

HESPANHOL, Antonio Nivaldo; COSTA, Vera Maria H. de Miranda; FAGUNDES, Carlos Roberto do Espírito. Os Assentamentos e os Reassentamentos Rurais na Região de Andradina – SP. In: BERGAMASCO, Sônia Pereira Maria et al. (Orgs.). **Dinâmicas familiar, produtiva e cultural nos assentamentos rurais de São Paulo**. São Paulo: INCRA, 2003. p. 105-124.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Banco e dados agregados**. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em: 12 dez. 2006.

_____. **Censo agropecuário de 1995-96**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 12 dez. 2006.

_____. **Censo agropecuário de 2006**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 12 jun. 2008.

_____. **Produção agrícola municipal**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 22 mar. 2007.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Quadro de ações básicas de reforma agrária no Maranhão**. São Luís, 2000.

_____. **Quadro de informações do número de assentamentos criados de 1986 a 2006**. São Luís, 2007.

_____. **Quadro de informações do PROCERA: planos técnicos aprovados de 1993 a 2000**. São Luís, 2001.

JORGE, W. J.; José Gilberto, SOUZA. Os programas especiais de financiamento como instrumentos de integração sócio-econômica em assentamentos rurais: as intenções e os fatos. In: BERGAMASCO, S. M. P. P.; AUBRÉE, M.; FERRANTE, V. L. S. B. (Orgs.). **Dinâmicas familiar, produtiva e cultural nos assentamentos rurais de São Paulo**. São Paulo: INCRA/UNICAMP/UNIARA, 2003. v. 1, p. 187-212.

LAGO, Maria Regina Teixeira. **Assentamentos rurais no Maranhão e Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária: uma leitura dos números do PROCERA-MA nos anos de 1994-1999**. 2000. 82 f. Monografia de Conclusão de Curso (Graduação em Bacharelado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2000.

LEITE, Sérgio. **Dinâmica Econômica, Assentamentos Rurais e Desenvolvimento Regional: evidências a partir de seis estados brasileiros**. IN: Assentamentos Rurais: impasses e dilemas uma trajetória de 20 anos. São Paulo: INCRA, 2005, p 117-174.

LEITE, Sérgio et al. **Os impactos dos assentamentos rurais: um estudo sobre o meio rural brasileiro**. São Paulo: Ed UNESP, 2004.

LEITE, Sérgio. Impactos regionais da reforma agrária no Brasil: aspectos políticos, econômicos e sociais. In: **Reforma agrária e desenvolvimento sustentável**. Brasília: Paralelo 15/Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento/Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2000. p. 37-53.

LEITE, Sérgio. Seis comentários sobre seis equívocos a respeito da Reforma Agrária no Brasil. **Revista Nera**, Presidente Prudente, ano 9, n. 9, p 144-158, jul.-dez. 2006

LIMA JUNIOR, Heitor Moreira. **Colonização de fronteira agrícola**. São Luís: PPPG/EDUFMA, 1987.

LIRA, Tiago dos Santos; BARONE, L. A. Redes de sociabilidade política num assentamento de reforma agrária: uma discussão preliminar. **Retratos de Assentamentos**, v. 10, p. 191-202, 2006.

LISBOA, Josefa Bispo. **A trajetória do discurso do desenvolvimento para o nordeste**: políticas públicas na (dis)simulação da esperança. 2007. 269 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Núcleo de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Sergipe, Aracaju, 2007.

LOPES, Laércio Venâncio. O desenvolvimento do projeto educação do campo em um assentamento de reforma agrária no município de Araraquara – SP: uma possibilidade de intervenção na problemática ambiental. In: **Retratos de Assentamentos**, v. 10, p.83-95, 2006.

LOPES, R. **Uma Região Tropical**. R.J: Ed. Fon–Fon e Salete, 1970.

KAUTSKY, Karl. **A Questão Agrária**. SP: Ed. Nova Cultural, 1986.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. 5 ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

MAZZINI, Elaine de Jesus Teixeira. **Assentamentos rurais no Pontal do Paranapanema - SP**: uma política de desenvolvimento regional ou de compensação social? 2007. 150 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia da Faculdade de Ciência e Tecnologia, Presidente Prudente, 2007.

MEDEIROS, Leonilde Servola de; LEITE, Sérgio (Orgs.). **Assentamentos rurais: mudança social e dinâmica regional**. Rio de Janeiro: MAUAD, 2004.

_____. **A formação dos assentamentos rurais no Brasil**. Porto Alegre/Rio de Janeiro: Ed. UFRS/CPDA, 1999.

MENDONÇA, Sonia Regina. **A questão agrária no Brasil**: a classe dominante agrária: natureza e comportamento: 1964-1990. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

MENEZES, Marilda A. Juventude e educação em assentamentos do Brejo Paraibano. In: FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta et al. (Orgs.). **Reforma agrária**

e desenvolvimento: desafios e rumos da política de assentamentos rurais. Brasília: MDA, 2008.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Assentamento ganha unidade de comercialização no MA.** Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/portal/index/show/index/cod/134/codinterno/17981>>. Acesso em: 25 dez. 2008.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Bases da formação territorial do Brasil:** o território colonial brasileiro ao longo do século XVI. São Paulo: Hucitec, 2000.

MOREIRA, Emilia. De território de exploração a território de esperança: organização agrária e resistência camponesa no semi-árido paraibano. **Revista NERA**, Presidente Prudente, ano 10, n. 10, p. 72-93, jan.-jun. 2007.

NEVES, Delma Peçanha. Assentamento rural: confluência de formas de inversão social. In: **Estudos Sociais e Agricultura**, n.13, out. 1999.

_____. **Assentamento rural:** reforma agrária em migalhas: estudo de processo de mudança da posição social de assalariados rurais para produtores agrícolas mercantis. Niterói: EDUFF, 1997.

_____. O associativismo e a comercialização agrícola: dilemas do processo de assentamento rural. In: Vera Lucia Silveira Botta Ferrante; Dulce Consuelo Andreatta Whitaker. (Org.). **Reforma Agrária e Desenvolvimento:** desafios e rumos da política de assentamentos rurais. São Paulo: Uniara, 2008, v. 1, p. 172-219.

NORDER, Luis Antonio Cabello. A construção da segurança alimentar em assentamentos rurais: questões, contextos e métodos. **Revista Cadernos de Debate**, do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Alimentação da UNICAMP. v. 6, p. 40-58, 1998.

NORDER, Luis Antonio C. Mercantilização da agricultura e desenvolvimento territorial. In: SCHNEIDER, Sérgio (Org.). **A diversidade da agricultura familiar.** 2 ed. Porto Alegre: UFRGS, (data). p. 59 – 83.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. O campo brasileiro no final dos anos 80. In: STÉDILE, João Pedro (Orgs.). **A questão agrária hoje.** Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1994. p. 45-67

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo Capitalista de Produção, Agricultura e Reforma Agrária.** São Paulo: Labur Edições, 2007, 184p.

ORTEGA, Antonio Cezar. **Territórios deprimidos:** desafios para as políticas de desenvolvimento rural. Uberlândia: Alínea, 2008.

PEDROSA, Luís Antônio Câmara. **A luta pela terra no Maranhão.** São Luís: UFMA/MPP, 1999.

PRADO JUNIOR, Caio. **A questão agrária no Brasil.** São Paulo: 5 ed. Vozes, 2000.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder.** São Paulo: Ática, 1993.

RESENDE, Gervásio Castro. **Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária (PROCERA):** institucionalidade, subsídio e eficácia. Rio de Janeiro: IPEA, 1999.

SACK, Robert. **Human territoriality: its theory and history.** Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SAMPAIO, Yony; IRMÃO, José Ferreira; GOMES, Gustavo Maia. **Política agrícola no nordeste:** intenções e resultado. Brasília: BINAGRI, 1979.

SANTOS, José Henrique Araújo. **Estudo sobre o processo do Assentamento Entroncamento.** 1997. 65 f. Monografia de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 1997.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço.** 4. ed. São Paulo: Hucitec, 2006.

_____. O retorno do território. In: SANTOS et al. (Orgs.). **Território: globalização e fragmentação.** São Paulo: Hucitec/ANPUR, 1994. p. 15-20.

SANTOS, Núbia Dias dos. O espaço do social nos assentamentos de trabalhadores rurais. **Boletim Geografia Teorética**, v. 25, n. 49-50: 783-792, 1995.

SAQUET, Marcos Aurélio. O território: diferentes interpretações na literatura italiana. In: RIBAS, Alexandre Domingues; SPÓSITO, Eliseu Sávério; SAQUET, Marcos Aurélio. (Orgs.). **Território e desenvolvimento:** diferentes abordagens. Francisco Beltrão: Unioeste, 2004. p. 121-148.

_____. Por uma abordagem territorial das relações urbano-rurais no sudoeste paranaense. In: SPÓSITO, Maria Encarnação Beltrão; WHITACKER, Arthur Magon (Orgs.). **Cidade e campo:** relações e contradições entre o urbano e rural. São Paulo: Expressão popular, 2006. p.157-186.

_____. **Abordagens e concepções de território.** São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SCHLESINGER, Sérgio et al. **A agricultura familiar da soja na região sul e o monocultivo no Maranhão:** duas faces do cultivo da soja no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. Fase, 2008.

SILVA, José de Ribamar. **Segurança alimentar, produção agrícola familiar e assentamentos de reforma agrária no Maranhão.** São Luís. EDUFMA, 2008.

SILVA, José Domingos Cantanhede. **Pobreza e desenvolvimento:** o PCPR nas comunidades quilombolas. 2005. 159 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) – Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2005.

SILVA, José Gomes da. A reforma agrária no Brasil. In: STÉDILE, Pedro João (Org.). **A questão agrária hoje.** Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2002. p. 165-190.

SILVA, José Graziano. **A nova dinâmica da agricultura brasileira.** Campinas: 2 ed., Unicamp, 1998.

SILVA, Miguel Henrique Pereira. Centro do Coroaá: relatório de pesquisa sobre o Ensaio agroextrativista no P. A. Palmeiral/Vietnã. In: BERGAMASCHI, Pe. Cláudio. **O Maranhão em rota de colisão: experiências camponesas versus políticas governamentais.** Caderno Tempos Novos. São Luís: CPT, 1998. p. 197-224.

SILVA, R. L. P.; SOUZA; José Gilberto de. Assentamentos rurais: locais da consolidação do ser social. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 45., 2007, Londrina. **Anais...** Londrina: UELSOBER, 2007. v. 1, p. 1-1.

SILVA, Tânia Paula da. **As formas organizacionais de produção dos camponeses assentados no município de Batayporã/MS.** 2004. 163 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Faculdade de Ciência e Tecnologia, Presidente Prudente, 2004.

SOUSA, Vanilda Ferreira et al. Processos evolutivos na ocupação dos espaços nos assentamentos Monte Alegre 1 e Monte Alegre 4, em Araraquara, Estado de São Paulo. In: **Revista de Economia Agrícola**, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 5 -14, jan/jun. 2008.

SOUZA, Marcelo Lopes de. O território: sobre o espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná et al. (Orgs.). **Geografia: conceitos e temas.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 77 – 116.

STÉDILE, João Pedro (Org.). **A questão agrária no Brasil: a classe dominante agrária: natureza e comportamento: 1964–1990.** São Paulo: Expressão Popular, 2006.

_____. **A questão agrária no Brasil: programa de reforma agrária 1946–2003.** São Paulo: Expressão Popular, 2005.

SUZUKI, J. C. O significado dos projetos de assentamento rural no Brasil: 96-98. **Revista do Laboratório de Geografia Agrária**, São Paulo, n. 1, p. 96-98, 2004.

TAVARES, Luis Almeida. As fronteiras físicas do espaço rural: uma concepção normativo-demográfica. **RAEGA**, Curitiba, Ed. UFPR, n. 7, p. 33-46, 2003.

TEDESCO, João Carlos. Contratualização e racionalidade familiar. In: TEDESCO, João Carlos. (Org.). **Agricultura familiar: realidades e perspectivas.** Passo Fundo: EDIUPF, 1999, p 107-147.

TEUBAL, Miguel. O campesinato frente à expansão dos agronegócios na América Latina. In: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson (Orgs.). **Campesinato e territórios em disputa.** São Paulo: Expressão Popular, 2008. p.139-160.

THOMAS JUNIOR, Antonio. Trabalho, reforma agrária e soberania alimentar: elementos para recolocar o debate da luta de classes no Brasil. In: **COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA**, 9., 2007, Porto Alegre. Anais eletrônicos... Porto Alegre: UFRS, 2007. Disponível em : <www.ub.es/geocrit/9porto/progse.htm> Acesso em: 12 dez. 2008.

VEIGA, José Eli. Reforma agrária hoje. In: STÉDILE, Pedro João (Org.). **A questão agrária hoje**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2002. p. 298-305.

WHITAKER, Dulce C. A.; SOUSA, Marinaldo Fernando de. A permanência dos jovens rurais nos assentamentos de reforma agrária: um rosário de equívocos. **Retratos de Assentamentos**, n. 10, p. 113-125, 2006.

APÊNDICES

APÊNDICES

APÊNDICE A – Roteiro de formulário aplicado junto aos assentados

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
CAMPUS DE PRESIDENTE PRUDENTE
FACULDADE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

Questionário N ____ Data: __/__/__

Assentamento: Entroncamento – Itapecuru Mirim

A - DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO ASSENTADO

1. Nome: _____
2. Idade: _____
3. Gênero do responsável pelo lote:
 1. masculino
 2. feminino

4. Quantos filhos? _____
5. Quantos filhos moram no campo? _____
6. Quantos filhos moram na cidade? _____
7. Quantas pessoas moram na casa? _____
8. Sempre morou na área que envolve o assentamento:
 1. sim
 2. não

9. Qual atividade desenvolvia?
 1. agricultura
 2. comércio
 3. serviços

10. Quais os documentos possui atualmente?
() R G () CPF () Título de Eleitor

() Carteira de Trabalho () Certidão de nascimento

11. Quais motivos levaram a ingressar na mobilização pela desapropriação e criação do assentamento?
 1. regularizar a terra
 2. conflitos com os fazendeiros
 3. pagamento da renda ao proprietário

12. Qual era a expectativa do senhor com a criação do assentamento?
 1. melhoria da infra-estrutura social e produtiva
 2. não pagar renda
 3. fazer projetos

13. Qual seu grau de escolaridade?

1. Analfabeto
2. Fundamental incompleto
3. Fundamental completo
4. Médio incompleto
5. Médio completo
6. Superior incompleto
7. Superior completo

B - INFRA-ESTRUTURA SOCIAL

Estrutura da habitação

1. Como você classificaria sua moradia antes da criação do assentamento rural?
 1. ótimo
 2. bom
 3. regular
 4. ruim

2. Material utilizado na construção da moradia antes:
 1. alvenaria e telha
 2. madeira
 3. taipa coberta de palha

3. Como você classificaria sua moradia atualmente?
 1. ótimo
 2. bom
 3. regular
 4. ruim

4. Material utilizado na construção da moradia atualmente:
 1. alvenaria e telha
 2. madeira
 3. taipa coberta de palha

Saúde e saneamento básico

1. O acesso à água na sua moradia antes era de:
 1. poço artesiano
 2. poço comum
 3. nascente
 4. rio
 5. açude
 6. rede pública

2. Tipo de esgoto da sua moradia antes:
 1. inexistente
 2. sumidouro
 3. fossa comum
 4. fossa séptica
 5. rede pública

3. Você utilizava filtro?
 1. sim
 2. não

4. O acesso à água na sua moradia atualmente:
 1. poço artesiano
 2. poço comum
 3. nascente
 4. rio
 5. açude
 6. rede pública

5. Tipo de esgoto da sua moradia atualmente:
 1. inexistente
 2. sumidouro
 3. fossa comum
 4. fossa séptica
 5. rede pública

6. Você utiliza filtro?
 1. sim
 2. não

7. Tem posto de saúde?
 1. sim
 2. não

8. Como você classifica o atendimento?
 1. ótimo
 2. bom
 3. regular
 4. ruim

Educação, lazer e cultura

1. Tem escolas no seu povoado?
 1. sim
 2. não

2. Como você classifica o nível educacional no assentamento?
 1. ótimo
 2. bom
 3. regular
 4. ruim

3. Quais as atividades que faziam parte do seu lazer antes no assentamento?
 1. ficar em casa

 2. praticar esporte

3. fazer visitas
 4. atividades religiosas
 5. festas
 6. atividades culturais
4. Quais as atividades fazem parte do seu lazer no assentamento?
1. ficar em casa
 2. praticar esporte
 3. fazer visitas
 4. atividades religiosas
 5. festas
 6. atividades culturais
5. Participou de cursos de capacitação e organização comunitária? Quantos? _____

C - INFRA-ESTRUTURA DE APOIO À PRODUÇÃO

Acesso a crédito instalação

1. Quais os créditos instalação recebidos?
 1. crédito fomento
 2. crédito alimentação
 3. crédito habitação
 4. nenhum
2. Tempo médio de liberação do crédito fomento instalação em relação à data oficial de criação do assentamento? _____
3. Tempo médio de liberação do crédito alimentação instalação em relação à data oficial de criação do assentamento? _____
4. Tempo médio de liberação do crédito habitação instalação em relação à data oficial de criação do assentamento? _____

Estradas e transporte

1. Como eram as estradas internas do assentamento que ligavam o povoado à área de produção?
 1. asfalto
 2. piçarra
 3. carroçável
 4. picada
 5. não existe
2. Como são as estradas internas do assentamento que ligam o povoado à área de produção atualmente?
 1. asfalto
 2. piçarra
 3. carroçável
 4. picada
 5. não existe

3. Como eram as estradas internas do assentamento Br's?
 1. asfalto
 2. piçarra
 3. carroçável
 4. picada
 5. não existe

4. Como são as estradas internas do assentamento que ligam o povoado às Br's atualmente?
 1. asfalto
 2. piçarra
 3. carroçável
 4. picada
 5. não existe

5. Na sua avaliação, as condições de acesso da área de produção aos povoados no assentamento, comparando com a situação anterior ao assentamento:
 1. melhorou
 2. não mudou
 3. piorou

6. Na sua avaliação, as condições das estradas que ligam o assentamento às Br's atualmente:
 1. melhorou
 2. não mudou
 3. piorou

7. Qual é o principal meio de transporte utilizado pela família para retirar o produto da área de produção?
 1. caminhão/camionete
 2. carrinho de tração animal
 3. carroça com tração animal
 4. bicicleta

8. Qual é o principal meio de transporte da família
 1. automóvel
 2. motocicleta
 3. bicicleta
 4. transporte coletivo

Energia elétrica e telefonia

1. A energia elétrica é utilizada no processo de produção?
 1. sim
 2. não

2. Com relação às condições de energia elétrica, depois de ingressar no assentamento, você considera que em relação à utilização:
 1. melhorou
 2. não mudou
 3. piorou

D- ORGANIZAÇÃO INTERNA DA PRODUÇÃO DO ASSENTAMENTO

Área destinada para as atividades produtivas antes da criação do assentamento

1. Tamanho da área utilizada? _____ Produtividade? _____

2. Condição do assentado anterior a criação do assentamento:

1. arrendatário
2. empregado temporário
3. empregado permanente
4. posseiro

3. Produção e destino da lavoura

Lavoura	Consumo próprio %	Venda ao mercado %					
			Produtiv idade	Interme	feirantes	direta	Agroind.
Milho							
Mandioca							
Feijão							
Arroz							
Abacaxi							
Banana							
Cana							

4. Produção e destino da pecuária antes da criação do Assentamento

Criação	Consumo próprio* %	Venda ao mercado* %			
			Intermediários	direta	Cooper.
Bovino misto					
Bovino leiteiro					
Bovino de corte					
Suínos					
Ovinos					
Frangos					
Galinha					

Outros:					
---------	--	--	--	--	--

Áreas destinadas para produção após a criação do Assentamento 1996

1. Tamanho da área utilizada: _____

2. Produção e destino da lavoura

Lavoura	Consumo próprio %	Venda ao mercado %	Comercialização com:				
			produtividade	Interme	feirantes	direta	Agroind.
Milho							
Mandioca							
Feijão							
Arroz							
Abacaxi							
Banana							
Cana							

3. Produção e destino da pecuária

Criação	Consumo próprio* %	Venda ao mercado* %	Comercialização com:				
			Intermediários	direta	Latic.	Cooper.	Frigorif.
Bovino misto							
Bovino leiteiro							
Bovino de corte							
Suínos							
Ovinos							
Frangos							
Galinha							
Outros:							

Áreas destinadas para produção atualmente no assentamento

1. Tamanho da área utilizada: _____

2. Produção e destino da lavoura

Lavoura	Consumo próprio %	Venda ao mercado %					
			produtividade	Interme	feirantes	direta	Agroind.
Milho							
Mandioca							
Feijão							
Arroz							
Abacaxi							
Banana							
Cana							

3. Produção e destino da pecuária

Criação	Consumo próprio* %	Venda ao mercado* %				
			Intermediários	direta	Cooper.	Frigorif.
Bovino misto						
Bovino leiteiro						
Bovino de corte						
Suínos						
Ovinos						
Frangos						
Galinha						
Outros:						

Trabalho e mão-de-obra

1. Outros familiares que trabalham filhos:

1. sim
2. não

2. Outros familiares que trabalham cônjuge:

1. sim

2. não
3. Outros familiares que trabalham outros:
 1. sim
 2. não
4. Contrata pessoas para trabalhar?
 1. só no plantio
 2. só na colheita
 3. permanentemente
 4. outras situações
 5. Não contrato
5. Qual serviço que o senhor realiza fora da agricultura?
 1. comércio
 2. táxi
 3. vigia
 4. outros
 5. nenhum

Acesso ao crédito / financiamentos

1. Antes de ser assentado, já teve acesso a algum tipo de crédito agrícola?
 1. Sim 2. Não Se sim, Qual? _____
 2. Fontes de financiamentos com a criação do assentamento:
PROCERA PRONAF INVESTIMENTO PRONAF CUSTEIO
 3. Utiliza algum tipo de crédito rural para a produção agropecuária atualmente 2007/2008? 1. Sim 2. Não. Se sim, Qual tipo de crédito? _____
 4. Tem algum financiamento em andamento? 1. Sim Qual? _____ Valor? _____ 2. Não
 5. Tem alguma parcela de financiamento vencida? 1. Sim 2. Não
Se sim, quantas e qual o valor? _____ negociação _____
 6. Possui alguma dificuldade para quitar a dívida? 1. Sim 2. Não. Se sim, Qual? _____
 7. Considera que as condições atuais de acesso ao crédito, com a situação anterior ao assentamento: 1. melhorou 2. não mudou 3. p
 8. Pretende tomar algum empréstimo nos próximos 12 meses? 1. Si Se sim, com qual finalidade? _____
 9. Quais as maiores dificuldades encontradas para ter acesso aos financiamentos?
() atraso no financiamento () exigência de documentação () dificuldades para elaboração do projeto () dificuldade posta pelo banco
-

Acesso à assistência técnica

1. Recebia assistência técnica antes da criação do assentamento?
 1. Sim 2. Não Se sim, de quem? _____
2. Com a criação do assentamento a assistência técnica:

1() foi permanente 2() foi apenas na implantação do processo produtivo 3() não houve

3. Atualmente recebe assistência técnica para produção 2007/2008?

1() oficial 2() particular 3() não recebe

Acesso à tecnologia, insumos e meios de produção antes da criação do assentamento

1 Antes da criação do assentamento

Tratores e Implementos	Próprio (quantos? Nº)	prefeitura	empréstimo	Aluguel (R\$)
Tratores				
Arados de tração mecânica				
Arados de tração animal				
Tração manual				
Grade				
Sem uso de máquina ou equipamentos				

2 Com a criação e implantação dos projetos produtivos

Tratores e Implementos	Próprio (quantos? Nº)	prefeitura	Empréstimo (R\$)	Aluguel (R\$)
Tratores				
Arados de tração mecânica				
Arados de tração animal				
Tração manual				
Grade				
Sem uso de máquina ou equipamentos				

3 Para produção da safra 2007/2008

Tratores e Implementos	Próprio (quantos? Nº)	prefeitura	Empréstimo (R\$)	Aluguel (R\$)
Tratores				
Arados de tração mecânica				
Arados de tração animal				
Tração manual				
Grade				
Sem uso de máquina ou equipamentos				

4.Utilizava insumos agrícolas antes? 1.Sim 2.Não

()fertilizantes agrícolas ()fertilizantes orgânicos ()agrotóxicos ()sementes

5 Com a criação do assentamento utilizou insumos nos projetos produtivos? 1. Sim 2.Não

6 Na sua opinião, as condições de acesso à tecnologia, insumos e meios de produção, comparando com a situação anterior ao assentamento: 1.melhorou 2.não mudou 3.piorou

Renda

1.Qual foi a sua renda média no ano de 2007 na produção agropecuária ?

produtos agrícolas	
animais	
leite	
ovos	
produtos beneficiados (doces, queijos, conservas etc.)	

2.Qual o rendimento médio mensal com outras fontes de renda ?

aposentadoria	
pensão	
bolsa família	
trabalho externo	
total	

3.Qual média dos seu rendimento mensal considerando todos os ganhos:

- () menos de 1 salário mínimo
- () 1 a 2 salários mínimos
- () 2 a 3 salários mínimos
- () 3 a 4 salários mínimos
- () 4 a 5 salários mínimos

4.Você considera que o seu poder de compra depois de se tornar assentado:

- 1() melhorou 2 () não mudou 3 () piorou

E - ORGANIZAÇÃO POLÍTICA

1.Participa atualmente de alguma organização interna?

- 1() associação 2() cooperativa 3() grupo de jove

2.Participa de alguma organização representativa de trabalhadores rurais? 1.Sim 2.Não
Se sim, qual? 1() Sindicato 2() MST 3() outros

F – AVALIAÇÃO E PERSPECTIVAS DOS ASSENTADOS

1. Os filhos dos senhores que continuam morando no assentamento:

1 () estão dando continuidade à produção no lote do senhor

2 () têm lote próprio e trabalham na agricultura

3 () trabalham na cidade

2. Quais as suas perspectivas com relação ao local de moradia e trabalho? O senhor pretende:

1 () continuar morando e desenvolvendo a produção agropecuária neste assentamento

2 () deixar de ser assentado e trabalhar como assalariado rural 3 () deixar de ser assentado e ir para a cidade tentar se inserir no mercado de trabalho

Itapecuru Mirim, _____ de janeiro de 2008.

APÊNDICE B – Mobilidade territorial das atividades produtivas

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
CAMPUS DE PRESIDENTE PRUDENTE
FACULDADE DE CÊNCIA E TECNOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

MOBILIDADE TERRITORIAL DAS ATIVIDADES PRODUTIVAS NO ASSENTAMENTO ENTRONCAMENTO

1986 COM A CRIAÇÃO DO ASSENTAMENTO

- 1- Plantava em que local? (marcar o ponto com GPS)
- 2- Quais produtos? _____
- 3- Qual o tamanho da área utilizada? _____
- 4-

1996 COM O FINANCIAMENTO DOS PROJETOS PRODUTIVOS

- 1- Plantava em que local? (marcar o ponto com GPS)
- 2- Quais produtos? _____
- 3- Qual o tamanho da área utilizada? _____

2008 ATUALMENTE

- 1- Planta em que local? (marcar o ponto com GPS)
- 2- Quais produtos? _____
- 3- Qual o tamanho da área utilizada? _____

Durante os períodos compreendidos entre 1986 e 1996, o que motivou o aumento ou diminuição da área de produção, troca de produtos e deslocamento de área? _____

Durante os períodos compreendidos entre 1996 e 2008, quais fatores contribuíram para o aumento ou diminuição da área de produção, troca de produtos e deslocamento de área? _____

APÊNDICE C – Roteiro de entrevistas com técnicos

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA CAMPUS DE PRESIDENTE PRUDENTE FACULDADE DE CÊNCIA E TECNOLOGIA PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

Roteiro de entrevista com técnicos do INCRA, da SEAGRO e da Prefeitura Municipal de Itapecuru Mirim

- 1 Como se deu a participação da sua instituição na desapropriação da área?
- 2 Como se deu a articulação para a criação do assentamento com oito povoados?
- 3 Da criação até o financiamento do PROCERA, levaram-se, aproximadamente, seis anos. Qual a articulação desta instituição com os assentados durante esse período?
- 4 Houve participação desta Instituição na escolha dos povoados a serem implantadas as estruturas produtivas?
- 5 Quais foram os critérios estabelecidos para a escolha da dimensão dos lotes?
- 6 Qual a participação dessa instituição na opção do povoado Filipa por conceber seu projeto produtivo em área comunitária?
- 7 Havia, por parte desta instituição, uma expectativa que o assentamento expandisse, por toda área que compõe a microrregião, um modelo de organização da produção?
- 8 Houve problemas na proposta inicial dos projetos produtivos? Em caso afirmativo, quais?
 - a) Agroindústria
 - b) Abacaxi
 - c) Banana
 - d) Gado bovino
 - e) Mandioca
 - f) Outros
- 9 Atualmente, qual a relação existente entre a instituição e o assentamento?
- 10 Como o senhor avalia a política de reforma agrária através da criação de assentamentos rurais.
- 11 Qual a avaliação da qualidade de vida e progresso econômico da população assentada?

APÊNDICE D – Entrevista com representantes do Sindicato

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA CAMPUS DE PRESIDENTE PRUDENTE FACULDADE DE CÊNCIA E TECNOLOGIA PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

Entrevista com representantes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais

- 1 A entidade tinha conhecimento de quantas fazendas foram desapropriadas para a criação do Assentamento Entroncamento?
- 2 Houve participação na desapropriação da área?
- 3 Como foi a participação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais na criação do assentamento?
- 4 As organizações associativas já existiam antes da criação do assentamento?
- 5 Como foi a participação da entidade na articulação do assentamento com oito povoados?
- 6 De que modo a entidade participou na discussão para a organização da estrutura produtiva do assentamento?
- 7 Houve participação dessa entidade na discussão sobre os critérios de escolha do tamanho dos lotes?
- 8 Houve mediação entre o sindicato/movimento social e instituições governamentais para o estabelecimento de área comunitária ou individual de trabalho nos povoados?
- 9 Houve algum tipo de assessoria do sindicato/movimento social para a escolha dos financiamentos?
- 10 Houve participação na discussão com a assistência técnica para escolha dos projetos produtivos?
- 11 A proposta pensada para o assentamento se expandiu pelos demais assentamentos e povoados da microrregião?
- 12 Como o senhor analisa a participação da prefeitura na criação e desenvolvimento do assentamento?
- 13 Quais os principais entraves que inviabilizaram a proposta inicial dos projetos produtivos?
- 14 Como o senhor avalia a qualidade de vida e progresso econômico da população assentada?
- 15 Como o senhor avalia da política de assentamentos enquanto ação de reforma agrária?

APÊNDICE E – Entrevista com representantes das associações

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA CAMPUS DE PRESIDENTE PRUDENTE FACULDADE DE CÊNCIA E TECNOLOGIA PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

Entrevista com representantes das associações do Assentamento Entroncamento

1 Quando foi criada a associação?

2 A associação tinha conhecimento de quantas fazendas foram desapropriadas para a criação do assentamento?

3 Como se deu a participação da associação na articulação do assentamento com oito povoados?

4 Como foi a participação da associação na organização da estrutura produtiva do assentamento?

5 Houve participação na escolha do tamanho dos lotes?

6 Houve participação na escolha dos financiamentos?

7 Houve parceria com a empresa de assistência técnica na escolha dos projetos produtivos?

8 Quais os cursos de capacitação foram realizados para os assentados?

9 Atualmente há trabalhadores com financiamentos para os projetos produtivos? Quais? Se não há, qual o último?

10 A proposta pensada para o assentamento se expandiu pelos demais assentamentos e povoados da microrregião?

11 Qual o balanço da participação da prefeitura na criação e desenvolvimento do assentamento?

12 Quais os principais entraves que inviabilizaram a proposta inicial dos projetos produtivos?

13 Os jovens estão engajados nos projetos produtivos?

14 Qual a sua avaliação da qualidade de vida e progresso econômico da população assentada?

15 Qual a sua avaliação da política de reforma agrária através da criação de assentamentos rurais?

16 Atualmente, o senhor conhece os programas desenvolvidos pelos Governos Municipal, Estadual e Federal?

ANEXOS

ANEXO A - DEMONSTRATIVO DE FINANCIAMENTO DO PROCERA

DEMONSTRATIVO DE FINANCIAMENTO DO PROCERA - EXERCÍCIO 1993										
Nº ORDEM	PROJETO / ASSENTAMENTO	ENTIDADE ATENDIDA	ÁREA FINANCIADA (HA) ANIMAIS/AGROINDÚSTRIAS	TÍTULOS EM CIRCULAÇÃO/ATIVIDADE	MES/FÓI APROVADO/ELABORADO/CONCESSÃO	MES/FÓI ELABORADO/PROJETO	Nº FÓI ATENDIDO/AS	VALOR FINANCIADO EM CRIST DO FÓI/EM DEZ/93	VALOR FINACIADO EM FÓI/RENTES	
1	Santa Cruz	Assoc. dos Prod. rurais de Santa Cruz	22,0000	Cana de Açúcar	Jan	-	22	121.022.000	62.633,00	
2	Santa Cruz	Assoc. dos Prod. rurais de Santa Cruz	3,5000	Abacaxi	Jan	-	7	57.562.820	29.790,71	
3	Santa Cruz	Assoc. dos Prod. rurais de Santa Cruz	48,0000	Banana	Fev	fev/93	48	648.000.000	173.124,09	
4	Leite	Assoc. dos Prod. rurais do Pov. leite	123,0000	Mandioca	Fev	-	123	834.380.000	282.571,51	
5	Leite	Assoc. dos Prod. rurais do Pov. leite Almeida	-	Pecuária de Leite	Fev	out/92	14	433.301.200	147.339,36	
6	Leite	Assoc. dos Prod. rurais do Pov. Almeida	17,0000	Mandioca	Fev	out/92	17	111.260.000	35.927,82	
7	Leite	Assoc. dos Prod. rurais do Pov. São João	20,0000	Mandioca	Fev	nov/92	20	135.550.000	35.936,27	
8	Leite	Assoc. dos Prod. rurais do Pov. Mato Grosso	9,0000	Mandioca	Fev	out/92	16	53.030.000	19.298,33	
9	Leite	Assoc. dos Prod. rurais de Santa Rosa	8,0000	Mandioca	Fev	out/92	8	53.020.000	17.293,59	
10	Leite	Assoc. dos Prod. rurais do Pov. Jaborandi	7,5000	Mandioca	Fev	out/92	15	46.080.000	14.491,79	
11	Aldeia	Assoc. Comunitária. dos Morad. de Aldeia dorino	70,5000	Mandioca Maracujá Açude/Cerca	Fev	-	49	366.150.000	97.823,12	
12	Olho D'Água dos Grilhos	Assoc. Trab. rurais Unidos Venceremos	2,5000	Abacaxi	Març	fev	8	-	25.273,13	
13	Olho D'Água dos Grilhos	Assoc. Trab. rurais Unidos Venceremos	54,5000	Banana	Març	-	109	-	158.388,38	
14	Monte Cristo	Assoc. Nossa Senhora de Santana da região Olho D'Água do Zé Branco	9,0000	Banana	Març	fev	15	111.170.700	29.701,11	
15	Entrocamento	Assoc. Comunitária de Picos Natal	40,0000	Pastagem Pecuária Leiteira	Mai	abr	4	179.697.823	30.190,00	
16	Monte Cristo	Assoc. São Francisco da região do Natal	32,0000	Banana	Març	fev	46	395.277.760	105.605,09	
17	Monte Cristo	Assoc. N. S. de Santa da região do O. D'Água do Zé Branco	28,5000	Banana	Set	ago	33	1.801.695	108.209,90	
18	Entrocamento	Olto Associação	62,0000 85,0000 137,0000 184 6	Abacaxi Banana Cana de Açúcar Matrizes Reprodutores	Out	set	246	33.614.320	1.515.168,51	

ANEXO A - DEMONSTRATIVO DE FINANCIAMENTO DO PROJETO

Nº ORDEM	PROJETO ASSENTAMENTO	ENTIDADE ATENDIDA	ÁREA FINANCIADA (HA/IRU/HA) - AGRO-INDUSTRIAL	TIPO DE CULTIVATIVIDADE	MES FOR APROVAÇÃO COMISSÃO	MES FOR ELABORAÇÃO PROJETO	Nº FAM. ATENDIDO AS	VALOR FINANCIAMENTO (R\$) POR FAMILIA	VALOR FINANCIAÇÃO EM UFE/FC
19	Monte Cristo ✓	Quatro Associação	67,0000 99,5000 55,5000 62,0000 44,0000	Banana Banana Banana Milho/ Mandioca	Out	ago	330	20.438.441	1.103.997,44
20	Sapucaia	Assoc. dos Produt. rurais de Gleba Sapucaia	41,5000 23,0000 35,0000 14,5000	Banana Abacaxi Laranja Pimenta Reiho Aquisição Animais e Cerca	Out	set	237	24.501.065	1.103.683,08
21	Bom Pastor	Assoc. Bom Pastor	36,0000	Arroz, Milho, Mandioca	Out	set	36	2.341.620	105.478,57
22	Entrocamento ✓	Diversas Assoc. Local	cap. p/ 2,4000 cachaça	Ind. Aguardente	Nov	out	245	16.212.897	730.310,70
23	Veloso ✓	Assoc. dos Trab. rurais Gleba Santo Antonio	160,0000 162,0000 107	Pastagem Milho/Mandioca/Arroz/Banana Animais Grande Porte	Nov	set	98	8.306.505	374.167,00
24	Clemente / Cajazeiras	Assoc. dos Moradores de Pov. Clemente	444,0000 15,0000 6,0000 72,0000	Caju Banana Abacaxi Arroz/Milho/Mandioca	Nov	set	220	59.301.800	2.671.252,25
25	Karinhá	Assoc. dos prod. rurais de Policarpo, Cachorro Preto e Brejo dos Cablocos	37,0000 1,0000 1,502	Banana Abacaxi Bovinos	Nov	set	208	42.011.212	1.892.396,93
26	Pau Santo ✓	Sociedade Beneficente Bom Jesus	120,0000	Pastagem	Nov	set	40		400.226,00
27	Monte Cristo	Assoc. Progressista dos Trab. rurais de Monte Cristo e Marmorana	20,0000 18,5000 31,5000 0,5000	Banana Arroz/Milho/Mandioca Abacaxi	Nov	set	64	4.053.025	182.569,00
28	Bom Pastor	Centro Comunitário de Distrito do Arnapá	30,0000	Arroz/Milho	Nov	set	30	2.403.000	80.395,00
29	Santa Teresa	Assoc. Comunitária do Pov. IPU-IRU	30,0000 280,0000	Abacaxi Mandioca	Nov	nov	140	21.161.000	519.015,00
30	Monte Cristo ✓	Assoc. União de Encruzilhada Assoc. de Moradores do Porto de mocajituba	42,0000	Banana, extração Babaçu, Milho/Feijão/Mandioca	nov	set	43	5.749.069	217.396,50
31	Cumbique	Assoc. dos Trab. rurais da Gleba Três Setubal	1,0000	Milho, Bovinos, Suínos	Nov	nov	14	2.884.099	70.671,35
32	Três Setubal ✓	Assoc. dos Trab. rurais Unidos Vencermos	246,0000	Arroz/Milho	Dez	nov	246	12.017.592	294.476,63
33	Olho D'Água Gritos		11,0000	Banana	Dez	dez	22	2.002.978	36.044,24

ANEXO A - DEMONSTRATIVO DE FINANCIAMENTO DO PROCERA

NR ORDEM	PROJETO ASESMENTARIO	ENTIDADE ATENDIDA	AREA FINANCIADA (HA/ANIMAIS/AGRIC)	TIPO DE CULTIVABILIDADE	MES/FIN APROVADO COMISSAO	MES/FIN ELABORADO PROJETO	Nº FAV ATENDIDAS	VALOR FINANCIADO EM GEN/DE/JUN/JUL/AGO/SET/OUT/NOV/DEZ	VALOR FINANCIADO EM FAV/GEN/FEB/MAR/APR/MAY/JUN/JUL/AGO/SET/OUT/NOV/DEZ
34	Cumbique	Assoc. dos Moradores de Cumbique	INDUSTRIAL 45,5000	Mandioca	Dez	dez	17	5.295.500	95.294,22
35	São Pedro/Boa Vista	Assoc. Unificada do PA São Pedro/Boa Vista	423,0000 66,0000	Pastagem Irrigação	Dez	dez	97	32.112.585	1.436.145,50
36	Serraia	Assoc. Trab. rurais da Gleba Serraia	58,0000	Arroz/Milho/Mandioca/Cajú	Dez	dez	16	71.500.000	1.286.665,46
37	Palmeiral	Assoc. dos Trab. rurais Comunidades Palmeiral	64,0000	Banana Arroz, Milho/Mandioca	Set	set	24	773.240	34.830,63
38	Riachuelo	Assoc. Pov. S.J. Moura	182,0000	Fruticultura/P. Corte	Set	set	35	8.488.985	382.387,16
39	Palmeiral	Assoc. dos Trab. rurais Centro do Coroaá	70	Milho/Banana/P. Corte	Set	set	21	1.040.711	46.878,87
TOTAL			3.573,5000ha 2.229	Animais G. porte 1 Ind. Aguardente			2.984	795.696.191,83	14.676.384,78
Obs: Cruzeiro Cruzeiro Real									

ANEXO B - ALTERAÇÃO, CRIAÇÃO E EXTINÇÃO DAS COMISSÕES

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA
SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DO MARANHÃO

ORDEM DE SERVIÇO/INCRA/SE(12)G/Nº 11/93, de 24 de fevereiro de 1992

O SUPERINTENDENTE ESTADUAL DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, no Estado do Maranhão, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 28, letra "c" do Regimento Interno do INCRA, aprovado pela Portaria Interministerial nº 27, de 22 de janeiro de 1985,

CONSIDERANDO o item "4" da Portaria Interministerial nº 218/92, de 27 de agosto de 1992, que unifica as operações com o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste-FNE e o PROCERA,

CONSIDERANDO ainda o disposto nos Ofícios nº 10/93 da EMATER; 059/93 do ITERMA e Telex nº 422/92 do INCRA/DP,

”

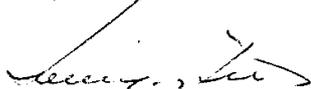
R E S O L V E :

I - ALTERAR, dando à Comissão Estadual do PROCERA no Maranhão a seguinte composição:

EDUARDO MENDES BARROSO FILHO - do INCRA - Presidente
BERNARDO DAMASCENO COSTA - Suplente
LOURIVAL PINDOBUSSU DE CASTRO - da EMATER - Titular
MARIA DO AMPARO VIÉGAS - 1º Suplente
EDVALDO VERAS CUTRIM - 2º Suplente
ANTONIO BLECAUTE COSTA BARBOSA - do Banco do Brasil - Titular
LUIS CARLOS LIMA ALMEIDA - 1º Suplente
RAINERIO ALMEIDA MEDEIROS - 2º Suplente
MARIA DE FÁTIMA DE OLIVEIRA - 3º Suplente
ERNALTON DENISAR ROLIM DE CASTRO - Banco do Nordeste do Brasil - Titular
HÉLIO COSTA DOS SANTOS - Suplente
ARISTOTELES ABREU DE CASTRO FILHO - do ITERMA - Titular
JOÃO BATISTA LIMA SÁ - 1º Suplente
RAIMUNDO NONATO BATALHA FILHO - 2º Suplente
IVAN CABRAL DE SOUSA - da FETAEMA - Titular
JOSÉ RAIMUNDO MENDONÇA - Suplente

II - Esta Ordem de Serviço, entrará em vigor a partir da data de sua assinatura.

Dê-se ciência e cumpra-se.


DOMINGOS MARTINS FILHO
Superintendente INCRA/MA

EMBF/mpp

ANEXO B - ALTERAÇÃO, CRIAÇÃO E EXTINÇÃO DAS COMISSÕES

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
GABINETE DO MINISTRO EXTRAORDINÁRIO DE POLÍTICA FUNDIÁRIA
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO MARANHÃO - SR(12)MA

ORDEM DE SERVIÇO Nº 02/99 de 29 de janeiro de 1999.

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, no Estado do Maranhão, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 966, de 21 de outubro de 1993, Anexo I, Artigo 21 e Portaria MAARA nº 812, de 16 de dezembro de 1993;

Considerando o item "4" da Portaria Interministerial nº 218/92, de 27 de agosto de 1992, que unifica as operações do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE e o PROCERA;

RESOLVE:

1 - Constituir a Secretaria Executiva da Comissão Estadual do PROCERA/LUMIAR no Maranhão, com as seguintes funções:

- I - Nos planos técnicos que entrarem na comissão tomará as seguintes providências:
 - a) Fará tramitar fim análise prévia do cadastro dos beneficiários;
 - b) Auxiliará na pré-análise, sempre em articulação com a Comissão Estadual;
 - c) Tomará todas as demais providências visando a perfeita instrução dos planos técnicos, visando a reunião de aprovação da Comissão Estadual;
 - d) Manterá atualizado o arquivo da referida Comissão, fim alimentar a Comissão Estadual e a Superintendência das informações sobre o andamento e o desenvolvimento do PROCERA;
 - e) Supervisionará em conjunto com a Comissão e a Divisão de Assentamento, o desenvolvimento das atividades ~~com~~ inerentes a implantação dos aludidos planos técnicos;

II - Quanto ao LUMIAR, fará o preparo de todo o expediente a ser apreciado pela Comissão Estadual do PROCERA/LUMIAR e demais funções que lhe for cabível regimentalmente;

III - Ficando designados para compor a referida Secretaria Executiva, os Engenheiros Agrônomos, **Bernardo Damasceno Costa, Honório Guterres e Luciano Guilherme Teixeira de Almeida.**

IV - O apoio à Comissão nos trabalhos de computação dos dados, relatórios de análises e preparo de expediente, fica a cargo do Agente Administrativo **Conceição de Maria Diniz Haikel**

V - Revogar a O.S Nº 203/97;

VI - Esta Ordem de Serviço entrará em vigor a partir da data de sua assinatura.

Dê-se ciência e cumpra-se.


LEONISIO LOPES DA SILVA FILHO
SUPERINTENDENTE REGIONAL EM EXERCÍCIO
INCRA/MA

ANEXO B - ALTERAÇÃO, CRIAÇÃO E EXTINÇÃO DAS COMISSÕES

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO INCRA - MARANHÃO

ORDEM DE SERVIÇO N.º 223/97 São Luis, MA, 17 de novembro de 1997

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, no Estado do Maranhão, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto n.º 966, de 21 de outubro de 1993, anexo I, artigo 21 e Portaria MAARA n.º 812, de 16 de dezembro de 1993,

CONSIDERANDO o item "4" da Portaria Interministerial n.º 218/92, de 27 de agosto de 1992;

CONSIDERANDO ainda, as normas consolidadas do PROCERA / LUMIAR.

RESOLVE:

I) CONSTITUIR A Comissão Estadual do PROCERA LUMIAR, no Maranhão, com a seguinte constituição:

- ✗ CARLOS ALBERTO GALVÃO DE MELO - INCRA - Presidente
- BERNARDO DAMASCENO COSTA - INCRA - Suplente
- ANTONIO FERNANDES RIBEIRO - BANCO DO NORDESTE - BNB - Titular
- ERNALTON DENIZAR ROLIM DE CASTRO - BNB - Suplente
- JOSÉ DE RIBAMAR FREITAS VIEIRA - BNB - Suplente
- WALLACE DOMINGOS FRANÇA - ITERMA - Titular
- ✗ LUÍS FERNANDO AMORIM PEREIRA - ITERMA - Suplente
- ✗ CONSTÂNCIA CLEMENTINA BARROS - FETAEMA - Titular
- IVAN CABRAL DE SOUSA - FETAEMA - Suplente
- FRANCISCO ELIAS ARAÚJO - MST - Titular
- NÓE RODRIGUES MACIEL - MST - Suplente.

II) REVOGAR AS Ordens de Serviços n.º 134/97 e 138/97;

III) Esta Ordem de Serviço entrará em vigor a partir de sua assinatura.
Dê-se ciência e cumpra-se

LUIZ ALFREDO SOARES DA FONSECA
Superintendente Regional do INCRA - MA

ANEXO B - ALTERAÇÃO, CRIAÇÃO E EXTINÇÃO DAS COMISSÕES

GABINETE DO MINISTRO DE ESTADO EXTRAORDINÁRIO DE POLÍTICA FUNDIÁRIA
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA

PORTARIA/INCRA/P/Nº 390

DE 2 DE Setembro 1999

O PRESIDENTE, SUBSTITUTO, DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 4º, § 2º, e 20, da Estrutura Regimental aprovado pelo Decreto n.º 966, de 27 de outubro de 1993, combinado com o art. 24 do Regimento Interno, aprovado pela Portaria/MAPA/n.º 812, de 16 de dezembro de 1993 e, de conformidade com a delegação de competência prevista na Portaria INCRA/P/n.º 57, de 9 de março de 1999, publicada no Diário Oficial do dia 11 seguinte:

CONSIDERANDO os termos da RESOLUÇÃO/BACEN/Nº 2.629, de 10 de agosto de 1999, que altera e consolida as normas aplicáveis nos financiamentos rurais ao amparo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF);

CONSIDERANDO a unificação das políticas de Agricultura Familiar e da Reforma Agrária, resolve:

Art. 1º Extinguir as Comissões Nacional e Estaduais do PROCERA/UNIFAR.

Art. 2º Ficam criadas as Unidades de Articulação Estaduais como instâncias de assessoramento e de negociação no âmbito das políticas de crédito e de assistência técnica.

Art. 3º No período de transição, até 31 de dezembro de 1999, as Unidades ora criadas no artigo anterior serão responsáveis pela pré-análise dos projetos de financiamento do Grupo A, realizada por subcomissão Técnica, com a participação obrigatória do Agente Financeiro.

Parágrafo Único. A declaração de aptidão dos beneficiários do Grupo A, será fornecida pela Superintendência Regional do INCRA.

Art. 4º Após os procedimentos, contidos no art. 3º, a Unidade de Articulação Estadual, deverá elaborar parecer técnico sobre a viabilidade do Projeto de Financiamento, encaminhando-o ao Agente Financeiro;

Art. 5º As Unidades de Articulação serão constituídas pelos seguintes representantes:

I - do INCRA, que coordenará

II - da Unidade da Federação,

III - dos Agentes Financeiros,

IV - da Assistência Técnica,

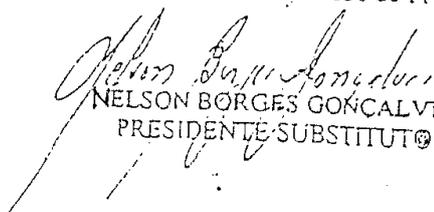
V - da Federação dos Trabalhadores na Agricultura; e

VI - dos Assentados;

Parágrafo Único. O representante do Agente Financeiro deverá manifestar-se expressamente, no âmbito da Unidade de Articulação Estadual, sobre a viabilidade do projeto de financiamento.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação;

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário, especialmente a PORTARIA/INCRA/P/Nº 195 de 7 de março de 1991 e a PORTARIA/INCRA/P/Nº 333 de 11 de dezembro de 1995.


NELSON BORGES GONÇALVES
PRESIDENTE-SUBSTITUTO



ANEXO B - ALTERAÇÃO, CRIAÇÃO E EXTINÇÃO DAS COMISSÕES

ORDEM DE SERVIÇO/INCRA/SR(12)G/Nº 91 /99 DE 18 DE OUTUBRO DE 1999

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO MARANHÃO, DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA/INCRA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 34, alínea ' q ', do Regimento Interno da Autarquia, aprovado pela Portaria MAARA/Nº 812, de 16 de dezembro de 1993, publicada no Diário Oficial da União do dia 20 dos mesmos mês e ano, e de conformidade com a Portaria/INCRA/P/Nº 362, de 20.05.94, publicada no Diário Oficial da União dos mesmos mês e ano, resolve:

Considerando os termos da Resolução/BACEN nº 2.629 de 10 de agosto de 1999 e Portaria/INCRA/P/nº 390, de 02 de setembro de 1999, que altera e consolida as normas aplicáveis nos financiamentos rurais ao amparo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

1. Constituir a Unidade de Articulação do Estado do Maranhão, com a seguinte composição:

INCRA

Bernardo Damasceno Costa, Engenheiro Agrônomo - Presidente

Honório Carvalho Guterres, Engenheiro Agrônomo - Suplente

Luciano Guilherme Teixeira de Almeida, Engenheiro Agrônomo - Suplente

Conceição de Maria Diniz Haickel, Auxiliar de Administração - Secretária

BNB

Antonio Fernandes Ribeiro - Titular

Juvenal Carneiro de Sá Alencar - Suplente

ITERMA

Walber Carvalho Braga - Titular

João Ambrósio dos Santos Filho - Suplente

ANEXO C - PLANO PRELIMINAR COM VISTA A CRIAÇÃO DO ASSENTAMENTO

REF: PROCESSO INCRA/SR-12/Nº 2.492/86

ASS: PLANO PRELIMINAR DO P.A. ENTRONCAMENTO

INFORMAÇÃO DPE-1/Nº 09 /87

Senhor Chefe do DPE,

A Superintendência Regional do Meio Norte (SR-12) encaminha a esta Diretoria de Assentamentos o Plano Preliminar com vistas à criação do Projeto de Assentamento ENTRONCAMENTO, localizado no Município de Itapecuru-Mirim, Estado do Maranhão, com o objetivo de assentar 230 famílias de agricultores, em uma área total de 7.612,0663 ha (sete mil, seis centos e doze hectares, seis ares e sessenta e três centiares).

Com base nas informações constantes nos autos, cabe-nos ressaltar que:

a) o imóvel denominado "Fazenda Entroncamento" foi desapropriado através do Decreto nº 92.262 de 30.12.85 e matriculado em nome do INCRA através do Registro nº 1.183 de 9.12.86, no Livro 2-A-4, fls. 39 do R.G.I. da Comarca de Itapecuru-Mirim;

b) possui como acessos a BR-222 no sentido Itapecuru-Mirim/Entroncamento e a BR-135 (São Luis-Teresina);

c) a oeste, incide solos de propriedades plúnticas, cuja aptidão agrícola é do grupo 4 P- regular somente para pastagem. A leste verifica-se a predominância de Podzólico Vermelho Amarelo Álico de textura média, de aptidão agrícola 2 a b c - regular para culturas nos níveis de manejo A, B e C. Essas últimas terras de melhor aptidão agrícola ocupam a proximadamente 45% do imóvel sendo que as primeiras ocupam aproximadamente 50%. Em aproximadamente 5% do imóvel, no extremo leste, às margens do rio Itapecuru, ocorre uma pequena mancha de Areias Quartzosas;

d) deverá ser elaborado um novo plano de parcelamento onde seja considerado a capacidade de uso das terras;

ANEXO C - PLANO PRELIMINAR COM VISTA A CRIAÇÃO DO ASSENTAMENTO

Cont. INFORMAÇÃO DPE-1/Nº 09 /87

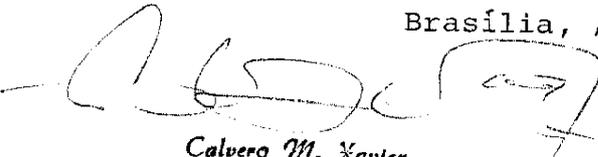
e) elaborar um plano de exploração agrícola que contemple toda área explorável da parcela;

f) estão previstos custos para demarcação de parcelas e edificações, o que contraria a nova metodologia para a implantação de projetos, visto não haver sido elaborado o Projeto Técnico Definitivo.

Registramos que a presente documentação atendeu ao Roteiro Básico para Elaboração do Plano Preliminar, objeto da Ordem de Serviço INCRA/DP/Nº 01/86, de 13 de novembro de 1986.

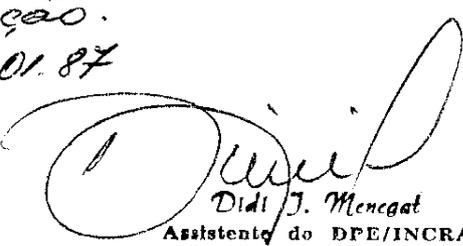
Isso posto, sugerimos encaminhar o presente processo ao Sr. Diretor de Assentamentos para as providências que julgar necessárias. M

Brasília, 14 de janeiro de 1987.


Calvero M. Xavier
Chefe Subst. DPE-2/INCRA


Edvaldo Scuda Alves
Eng.º Agr.º Chefe da
DPE-1/INCRA

De acordo,
Ao DPP, para ciência e
manifestação.
Em 14.01.87


Didi J. Menegat
Assistente do DPE/INCRA

**ANEXO C - PLANO PRELIMINAR COM VISTA A CRIAÇÃO DO
ASSENTAMENTO**

A DPE-2 7/assentamento

Em 18/01/87

Renato José de Mendonça
Chefe do DPE/INCRA

Ciente, em 15/01/87.

Raimundo João Amorim Pereira
Chefe da UPP-2/INCRA

Ao DPE

Em 15/01/87.

Renato José de Mendonça
Chefe do DPE/INCRA

Sr. Diretor,

De conformidade com a nova metodologia esta
belecida por esta Diretoria de Assentamentos, segue em anexo
as minutas de Relatório, Despacho e Portaria, a serem subme
tidos ao Sr. Presidente do INCRA, com vistas à Criação do
P.A. ENTRONCAMENTO.

Brasília, 15 de Janeiro de 1987.

Didi J. Menegat
Assistente do DPE/INCRA

ANEXO D - PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO IMÓVEL

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

RELATÓRIO INCRA/DP/Nº 10 /87

REF: Proposta de destinação do imóvel rural denominado Fazenda Entroncamento e conseqüente criação do Projeto de Assentamento ENTRONCAMENTO, numa área de 7.612,0663 ha, situado no Município de Itapecuru-Mirim/MA.

PROC: INCRA/SR-12/Nº 2.492/86

Senhor Presidente,

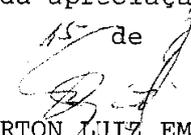
A Superintendência Regional do Meio Norte apresenta proposta de destinação do imóvel rural denominado Fazenda Entroncamento e conseqüentemente, de criação do Projeto de Assentamento ENTRONCAMENTO, com área de 7.612,0663 ha (sete mil, seiscentos e doze hectares, seis ares, sessenta e três centiares), localizado no Município de Itapecuru-Mirim, no Estado do Maranhão, com o objetivo de atender famílias de agricultores.

2. A área em referência foi objeto de desapropriação por interesse social através do Decreto nº 92.262, de 30.12.85 e devidamente matriculado em nome do INCRA através do Registro nº 1.183 de 9.12.86, no Livro 2-A-4, fls. 39 do Registro Geral de Imóveis da Comarca de Itapecuru-Mirim.

3. Em função dos estudos realizados, a SR-12 concebeu um Plano Preliminar de assentamento para 230 (duzentos e trinta) famílias de agricultores.

4. Face ao exposto, considerando que, no caso, estarão sendo implantadas medidas tendentes a equacionar um problema de natureza social, coerente com os objetivos propostos no Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), esta Diretoria julga ser de toda conveniência que a área em questão seja dada a destinação ora preconizada, culminando com a criação do Projeto de Assentamento ENTRONCAMENTO, razão pela qual submete a matéria à elevada apreciação de V.Sª.

Brasília-DF, 15 de Janeiro de 1987.


AIRTON LUIZ EMPINOTTI

Diretor de Assentamentos

ANEXO D - PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO IMÓVEL

REF: PROCESSO INCRA/SR-12/Nº 2.492/86

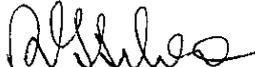
INT: SR-12

DESPACHO - Tendo em vista o que consta do presente processo e considerando a proposta apresentada pela Superintendência Regional do Meio Norte, que acolho, pelos seus fundamentos,

D E C I D O :

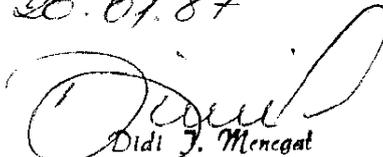
- I. Aprovar a proposta de destinação do imóvel rural denominado Fazenda Entroncamento, com uma área de 7.612.0663 ha (sete mil, seiscentos e doze hectares, seis ares, sessenta e três centiares), localizado no Município de Itapecuru-Mirim, no Estado do Maranhão, de domínio deste Instituto, para efeito de criação do Projeto de Assentamento ENTRONCAMENTO, de conformidade com o Plano Preliminar elaborado pela Superintendência Regional do Meio Norte, objeto do processo INCRA/SR-12/Nº 2.492/86;
- II. Assinar, desde logo, a Portaria criando o referido Projeto, restituindo os autos à Diretoria de Assentamentos para os procedimentos regulamentares.

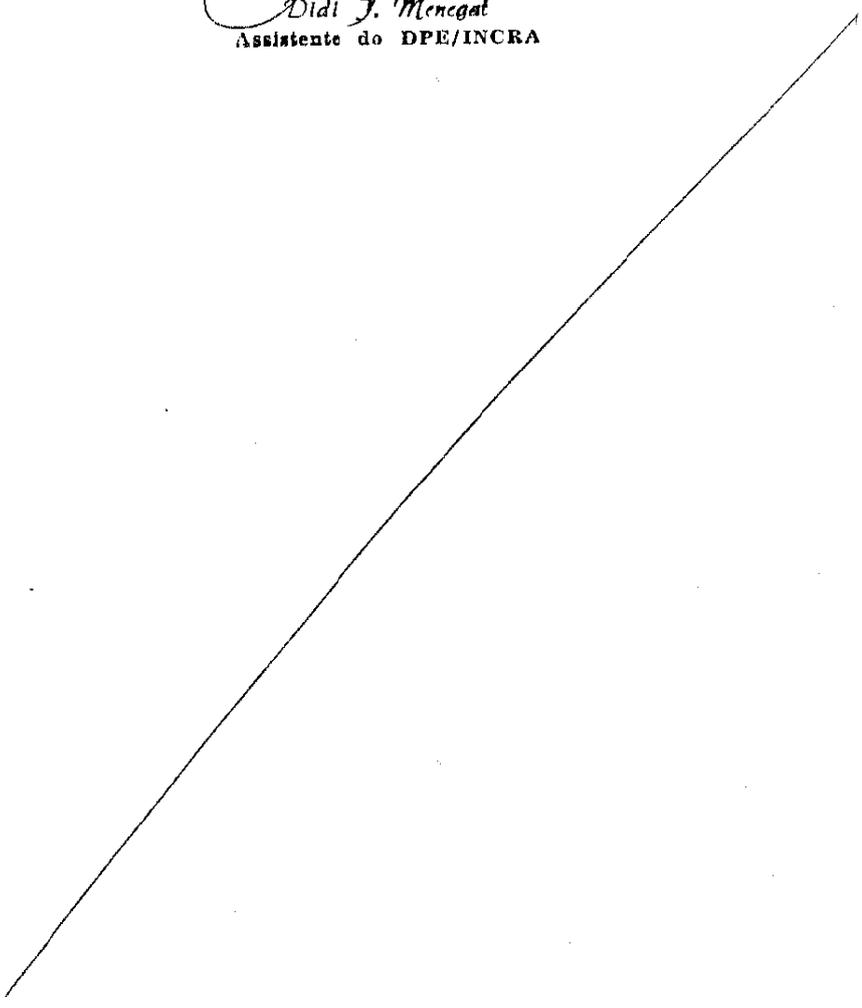
Brasília-DF, 16 de janeiro de 1987.


RUBEN ILGENFRITZ DA SILVA
Presidente

ANEXO D - PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO IMÓVEL

Ciente,
Ao DPO e DPP, para
prosseguimento.
Em 20.01.87


Didi J. Mengat
Assistente do DPE/INCRA



ANEXO E - ANTI-PROJETO DA GLEBA ENTROCAMENTO

 INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA INCRA		INCRA-DR-12 15.12.1986 11.1340.002492181 PROTOCOLO-MA
PROJETO DE ASSENTAMENTO (GLEBA ENTROCAMENTO)		ORIGEM SR(12)MA 1986
LOCALIDADE SÃO LUÍS/MA,		
Nº SR(12) Z	Nº 201/86	

ENCAMINHA O ANTI-PROJETO DA GLEBA ENTROCAMENTO, NO MUNICÍPIO DE ITAPECURU-MIRIM/MA,

FICHADO Data 28/05/92 Rubrica: <i>[Handwritten Signature]</i>	FICHADO EM 23/12/86 <i>[Handwritten Signature]</i> Rafael Manuel dos Anjos Ag. Portaria
---	---

ANDAMENTO							APENSAÇÕES ANEXAÇÕES
DATA	ÓRGÃO	DATA	ÓRGÃO	DATA	ÓRGÃO	DATA	
15.12.86							
17.12.86							
19.12.86							
29.12.86							
05.02.87							
06.02.87							
06.02.87							
17.02.87							

ANEXO E - ANTI-PROJETO DA GLEBA ENTROCAMENTO

MIRAD / INCRA

DIRETORIA REGIONAL DO MEIO NORTE - DR(12)
DIVISÃO DE PROJETOS DE COLONIZAÇÃO

DENOMINAÇÃO DO PROJETO

" ~~PROJETO DE COLONIZAÇÃO SUBSIDIÁRIO EM ENTROCAMENTO~~ "

(PP)

ANEXO F - PROPOSTA DE EXPLORAÇÃO AGRÍCOLA

MIRAD / INCRA

DIRETORIA REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIVISÃO DE PROJETOS DE COLONIZAÇÃO

2.2. Plano de Exploração Agrícola

Para determinação dos modelos de exploração da unidade agrícola familiar utilizou-se os critérios de:

- a) seleção de culturas tradicionais;
- b) utilização total da mão-de-obra familiar;
- c) utilização racional dos meios de produção;
- d) melhoria do nível de renda do produtor.

2.2.1. Modelos de Explorações Agrícolas

2.2.1.1. MODELO I - Banana e Agricultura de Sequeiro.

2.2.1.2. MODELO II - Cítrus e Agricultura de Sequeiro.

2.2.1.3. MODELO III - Cana de Açúcar e Agricultura de Sequeiro.

2.2.1.4. MODELO IV - Hortaliças e Agricultura de Sequeiro.

(VIDE DETALHAMENTOS NOS QUADROS EM ANEXO).

ANEXO F - PROPOSTA DE EXPLORAÇÃO AGRÍCOLA

MIRAD / INCRA

DIRETORIA REGIONAL DO MEIO NORTE - D. 0127
DIVISÃO DE PROJETOS DE COLONIZAÇÃO

CUSTOS 1/ OPERACIONAIS POR HECTARE

TIPO DE EXPLORAÇÃO: Consórcio (Arroz x Milho x Man -
dioca).

ATIVIDADES	UNID.	QUANT.	CUSTO UNIT. Cz\$ 1,00	CUSTO TOTAL Cz\$ 1,00
1 - Mão-de-obra				
. Preparo da Área 2/	h/d	30	26,80	804,00
. Plantio	h/d	08	26,80	214,40
. Tratos Culturais 3/	h/d	30	26,80	804,00
. Colheita	h/d	34	26,80	911,20
. Benef. 4/	h/d	04	26,80	107,20
SUB-TOTAL	-	106	-	2.840,80
2 - Insumos				
. Sementes				
(Arroz	Kg	30	6,00	180,00
(Milho	Kg	07	5,00	35,00
(Mandioca 5/	Milheiro	05	13,80	69,00
Inseticida	L	01	70,00	70,00
SUB-TOTAL	-	-	-	354,00
TOTAL GERAL	-	106	-	3.194,80

LEGENDA:

1/ A preço médio corrente de março/86

2/ Compreende as seguintes operações: broca, derruba, aceiramento, queima e encoivramento.

3/ Compreende as seguintes operações: capina e aplicação de defensivos.

4/ Compreende as seguintes operações: Catação, Bateção e Secagem

5/ Estaca semente.

ANEXO F - PROPOSTA DE EXPLORAÇÃO AGRÍCOLA

MIRAD / INCRA

DIRETORIA REGIONAL DE MEIO NORTE DE 1971
DIVISÃO DE PROJETOS DE COLONIZAÇÃO

CUSTO 1/ OPERACIONAIS POR HECTARE

TIPO DE EXPLORAÇÃO: BANANA

BANANA EM IMPLANTAÇÃO

ATIVIDADE	UNID.	QUANT.	CUSTO UNIT. Cz\$ 1,00	CUSTO TO TAL -1,00
1. Mão-de-obra				
. Preparo da Área 2/	h/d	38	26,80	1.018,40
. Plantio 3/	h/d	06	26,80	160,80
. Tratos Cult. 4/	h/d	36	26,80	964,80
. Colheita e Transporte	h/d	24	26,80	643,20
SUB-TOTAL	-	104	-	2.787,20
2. Insumos				
. Mudas	unid	1.600	3,00	4.800,00
. Adubo Organico	Kg	2.950	0,40	1.180,00
. Fertilizantes Quimicos				
. Sulfato de Amônio	Kg	60	3,00	180,00
. Cloreto de Potássio	Kg	15	4,00	60,00
. Superfosfato Triplo	Kg	60	4,20	252,00
. Inseticida	L	01	70,00	70,00
. Fungicida	L	01	70,00	70,00
SUB-TOTAL	-	-	-	6.762,00
TOTAL GERAL	-	104	-	9.579,20

LEGENDA: 1/ A preço médio de março/86

2/ Compreende as seguintes operações: Broca, Derruba, Aceiramento, Queima, Encoivramento, Marcação e Coveamento.

3/ Compreende as seguintes operações: Adubação, Enchimento de Covas, Tratamento de Mudanças.

4/ Compreende as seguintes operações: Aplicação de Defensivos, Desbaste, Capina, Replanteio.

PRODUÇÃO: 130 milheiros.

ANEXO F - PROPOSTA DE EXPLORAÇÃO AGRÍCOLA

MIRAD / INCRA

DIRETORIA REGIONAL DO MEIO NORTE - DR(12)
DIVISÃO DE PROJETOS DE COLONIZAÇÃO

REQUERIMENTO ANUAL DE MÃO-DE-OBRA TIPO DE EXPLORAÇÃO: BANANA

ATIVIDADES	UNID.	QUANTIDADE		
		1º ANO	2º ANO	3º ANO
1. Mão-de-obra	h/d	104	-	-
. Capina	h/d	-	25	25
. Desbaste	h/d	-	15	15
. Aplicação Defens.	h/d	-	02	02
. Adubação de Cobert.	h/d	-	02	02
. Colheita	h/d	-	24	24
2. TOTAL	h/d	104	68	68

CUSTOS DE INVESTIMENTO : ANO I

ATIVIDADES	UNID.	QUANT.	CUSTO UNIT. Cz\$ 1,00	CUSTO TOTAL Cz\$ 1,00
1. Mão-de-obra	h/d	104	26,80	2.787,20
2. Insumos	-	-	-	6.762,00
T O T A L	-	-	-	9.549,20

ANEXO F - PROPOSTA DE EXPLORAÇÃO AGRÍCOLA

ESPECIFICAÇÃO DOS CUSTOS E RECEITAS OPERACIONAIS
 MODELO DE EXPLORAÇÃO : I (AGRICULTURA DE SEQUEIRO)

ATIVIDADES	QUANT. (HA)	QUANT. (H/D)	CUSTO OPERAC. CZ\$ 1,00	PRODUÇÃO (KG)	VALOR PRODUÇÃO CZ\$ 1,00	RECEITA LÍQUIDA CZ\$ 1,00
<u>REA COM CULTURAS</u>						
Arroz X Milho X Mand.	2,0	212	6.389,60	Arroz: 2.800 Milho: 1.000 Mand.: 14.000	6.524,00 1.600,00 4.900,00	6.634,40
Feijão	0,5	16	623,80	400	1.000,00	376,20
Banana	1,0	68	1.822,40	130.000	13.000,00	11.177,60
T O T A L	3,0	262	8.835,80	-	27.024,00	18.188,20

ANEXO F - PROPOSTA DE EXPLORAÇÃO AGRÍCOLA

CUSTO 1/ OPERACIONAIS POR HECTARE
TIPO DE EXPLORAÇÃO: CITRUS

UNIDADE	ANO I		ANO II		ANO III	
	QUANT.	VALOR	QUANT.	VALOR	QUANT.	VALOR
ANO-DE-OBRA						
Preparo de Área 2/	57	1.527,60				
Plantio	6	160,80	4	107,20		
Tratos Culturais 3/	40	1.072,00	36	964,80	36	964,80
Colheita						
. Arroz	15	402,00				
. Feijão			15	402,00		
. Citrus					55	1.474,00
TOTAL	118	3.162,40	55	1.474,00	91	2.438,80
NSUMOS						
Mudas	250	3.500,00				
Sementes Arroz	20	100,00				
Sementes Feijão			10	50,00		
CaIcáreo	120	72,00				
Esterco	1.200	480,00				
Sulfato de Amônio	60	180,00			155	465,00
Superfosfato Triplo	60	252,00			80	336,00
Cloreto de Potássio	15	60,00			149	560,00
Defensivos	2	140,00	02	140,00	6	420,00
- TOTAL	-	4.784,00	-	190,00	-	1.781,00
T A L	-	7.910,40	-	1.664,00	-	4.219,80

ANEXO F - PROPOSTA DE EXPLORAÇÃO AGRÍCOLA

3.2.1.3. MODELO III - CANA DE AÇUCAR E AGRICULTURA DE SEQUEIRO
 CUS 1/ OPERACIONAIS POR HECTARE
 TIPO DE EXPLORAÇÃO: CANA DE AÇUCAR

VI DADE	UNID.	ANO I		ANO II		ANO III		ANO IV	
		QUANT.	VALOR	QUANT.	VALOR	QUANT.	VALOR	QUANT.	VALOR
MÃO-DE-OBRA									
. Preparo da Área 2/	h/d	25	670,00						
. Plantio	h/d	37	991,60						
. Tratos Culturais 3/	h/d	28	750,40	28	750,40	28	750,40	28	750,40
. Colheita	h/d	70		70	1.876,00	70	1.876,00	70	1.876,00
-TOTAL	h/d	90	2.412,40	98	2.626,40	98	2.626,40	98	2.626,40
INSTRUMENTOS									
. Sementes	ton	8	800,00						
. Calcário	ton	2	1.200,00						
. Fertilizantes	Kg	200	800,00	200	800,00	200	800,00	200	800,00
. Defensivos	Kg	3	600,00	2	400,00	2	400,00	2	400,00
-TOTAL	-	-	3.400,00	-	1.200,00	-	1.200,00	-	1.200,00
T A L	-	90	5.812,00	98	3.826,40	98	3.826,40	98	3.826,40

ENDA: 1/ A preço mínimo de março/86

2/ Compreende as seguintes operações: Broca, Derruba, Queima e Encoivramento.

3/ Compreende as seguintes operações: Capina, Aplicação de defensivos e Adubação de Cobertura.

**PROJETO BANCO DO NORDESTE/PNUD/ABC
BRA 93/012**

OFICINA L E M E ENTRONCAMENTO

PERÍODO 31/07 A 01 / 08 / 97

EQUIPE TÉCNICA:

**JOSENILDO CARDOSO
ROSA VIEGAS
ZÉLIA HENRIQUES**

NÚMERO DE PRODOTOES PARTICIPANTES:20

**TÉCNICO DE INSTITUIÇÕES;
RAIMUNDO ESTEVÃO**

5 - Encaminhamentos Finais:

- 5.1- Reunião com todos os dirigentes -
Local - Povoado Cachoeira - Data 10/ agosto/97
- 5.2- Jornada com equipe local/conselho comunitário/dirigentes d/ associações
e equipe técnica -
Local - Povoado Jaibara - Data 19 e 20 / agosto/97

Projeto de Assentamento Entroncamento,01/agosto/97

Equipe Técnica

- 4 - Em seguida aplicou-se á técnica de grupo do nó para se discutir sobre quais os caminhos ou estratégias Que o Assentamento deverá seguir, sendo apontado o seguinte:

4.1 - PRODUÇÃO:

Resultado dos trabalhos de grupos -

- Melhoramento dos canaviais, abacaxizais, bananais;
- Desenvolver Mecanização, irrigação;
- Realizar análise de solo e fazer adubação correta;
- Plantar na época certa, com assistência técnica;
- Fazer o manejo correto das culturas;

ESTRATÉGIAS DEFINIDAS:

- 1 - Incentivar os produtores a resgatar e utilizar a produção existente (canaviais , abacaxizais e bananais);
- 2 -Elaborar o PID , garantindo a concepção definida pelos produtores;

4.2 - AGROINDÚSTRIA:

Resultado dos trabalhos de grupo -

- Fazer a manutenção dos Equipamentos;
- Controlar e registrar corretamente;
- Formar equipes de Produção;
- Conscientização e divisão dos trabalhos;

ESTRATÉGIAS DEFINIDAS:

- 1 - Garantir a produção mínima diária que assegure uma margem de lucro;

ANEXO H - TÍTULO DE PROPRIEDADE SOB CONDIÇÃO RESOLUTIVA

4.3 - COMERCIALIZAÇÃO:

Resultado dos Trabalho de grupo -

- Registrar a Empresa,
- Ter produtos de boa qualidade;
- Formar comissões de vendas;
- Buscar mercado a nível local, nacional e internacional;
- Montar pacotes de mercadorias;
- Divulgar os produtos através de placas, faixas, jornais ,etc;
- Manter controle dos preços;
- Ter efetividade;

ESTRATÉGIAS DEFINIDAS:

- 1 - Desenvolver a comercialização conjunta da produção;
- 2 - Garantir o mercado Local e Regional;

4.4 - ORGANIZAÇÃO E GESTÃO:

Resultado dos trabalhos de grupos -

- Os dirigentes conscientizar os associados;
- Registrar a fábrica;
- As associações serem mais corretas;
- O conselho de administração informar mais e melhor as associações;
- Fazer o planejamento de trabalho;
- Fazer os controles corretamente;
- Fazer prestações de contas mensais;

ESTRATÉGIAS DEFINIDAS:

- 1 - Criação da Organização Associativa (COOPERATIVA)

ROTEIRO DE CONDUÇÃO DA OFICINA LEME

1 - Iniciamos a oficina LEME no Projeto Entroncamento, apresentando a fita sobre a METODOLOGIA GESPAR para os produtores presente e em seguida encaminhamos a plenária para saber o Sentimento dos produtores. O que resultou nas seguintes colocações:

- 1.1 - Lembrou todo o trabalho que fizemos - fiquei muito feliz;
- 1.2 - Trouxe uma reflexão sobre a importância do trabalho de Capacitação -
- 1.3 nós não conseguimos conscientizar todos os companheiros;
- 1.4 - Não somos Eficientes e não temos Efetividade;
- 1.5 - A equipe não conseguiu exercer sua Missão - vários companheiros não assumiram;
- 1.6 - Recordamos o papel da Associação;
- 1.7 - Há necessidade de mudanças de comportamento;
- 1.8 - Os trabalhos não estão sendo executados por nós;
- 1.9 - Falta exemplo da equipe local;
- 1.9 - Não estamos melhorando e executando aquilo que estamos ou fomos preparados;
- 1.10- Está faltando boa vontade/disposição;
- 1.11- Falta integração - as idéias não estão sendo para todos;
- 1.12- Falta contribuição;
- 1.13- Nos mostrou como o trabalho foi bonito - somos os donos;
- 1.14- Nos mostrou que em outras áreas existe grande produção;
- 1.15- Éramos cego, estamos passando pela cegueira - estamos querendo permanecer cego;
- 1.16- Nós devemos avaliar os trabalhos com resultados de produção, desenvolvimento - temos que dá exemplo daqui para frente;
- 1.17- O melhor de tudo não é a receita é o remédio;
- 1.18- É necessário tomar o remédio;
- 1.19- O negócio é Ter saúde;
- 1.20- Mostrou os planos as oficinas;
- 1.21- Devemos desenvolver juntos;

-
- 1.22- Devemos Planejar - Fazer / Fazendo;
 - 1.23- Dá vês e voz para todos;
 - 1.24- Devemos acreditar/confiar/participar;
 - 1.25- Não ser autoritário;
 - 1.26- É preciso Ter compromisso;
 - 1.27- Não estamos apurando as coisas, avaliando/fazendo/dando exemplo;
 - 1.28- Não estamos mudando de comportamento - é preciso haver mudança de comportamento;
 - 1.29- Não podemos ser igual - devemos trabalhar com interesse;

2 - Dando continuidade fizemos uma síntese sobre o conteúdo da fita concluindo-se que a Gestão do Assentamento não está acontecendo de forma eficiente, por falta de:

- 2.1 - Organização;
- 2.2 - Planejamento;
- 2.3 - Associação funcionando como Empresa;
- 2.4 - Uma empresa Cooperativa;
- 2.5 - Organização e produtores sem visão Empresarial;
- 2.6 - Gestão/Gerenciamento;
- 2.7 - Eficiência/Eficácia/efetividade;
- 2.8 - Participação/Igualdade;
- 2.9 - Clareza sobre o Negócio/Missão do Assentamento;
- 2.10- Conscientização;
- 2.11- Contribuição/Compromisso - Aprender a fazer/fazendo;
- 2.12- Utilização adequada das potencialidades;
- 2.13- Superar os estrangulamentos;
- 2.14- Aproveitar as Oportunidades e proteger das Ameaças;
- 2.15- Mudar o comportamento;

Concluindo-se que precisa:

Fortalecer as Associações e o conselho de Administração
Contribuir para estabelecer a direção do empreendimento;
Consolidar o grupo Gestor;
Montar um Plano de Ação Estratégico;

- 3 - Em seguida foi aplicado um trabalho em grupo para se discutir os rumos que o Assentamento deve tomar e os produtores apontaram que é necessário:
- 3.1 - Pagar as dívidas;
 - 3.2 - Melhorar a participação dos sócios nas reuniões e decisões das Associações;
 - 3.3 - Haver um maior empenho dos conselheiros em relação à administração central do Assentamento;
 - 3.4 - Maior valorização da Acessória técnica (pôr parte dos associados);
 - 3.5 - Tomar decisões importantes de maneira certa;
 - 3.6 - Preparar e organizar melhor a base para tomada de decisões;
 - 3.7 - Discutir o estatuto;
 - 3.8 - Criar a Cooperativa;
 - 3.9 - Fazer o conselho funcionar melhor;
 - 3.10- Registrar a empresa para funcionar o setor de comercialização;
 - 3.11- Solicitar ao INCRA para só emancipar o Assentamento só daqui a dez anos;
 - 3.12- Conscientizar-se mais, acreditando no trabalho de capacitação, como forma de desenvolver o assentamento;
 - 3.13- Desenvolver ações imediatas de forma conjunta para resolver os problemas, assumindo os compromissos;
 - 3.14- Contratar Acessória técnica para ajudar na administração do Empreendimento (gerente ou contador);
 - 3.15- Aproveitar a mão-de-obra disponível;
 - 3.16- Aumentar a utilização dos lotes individuais;
 - 3.17- Diminuir o índice de analfabetismo;
 - 3.18- Melhorar a produção , produtividade e qualidade dos produtos;
 - 3.19- Buscar forma de venda conjunta , evitar a ação dos atravessadores;
 - 3.20- Uniformizar os preços dos Produtos;

Concluindo-se que para se alcançar o Desenvolvimento Sustentável é Preciso desenvolver a Produção(culturas de mercado-fruticultura), Agroindústria (aproveitando o excedente da produção), Comercialização E Uma boa Organização e Gestão.

O presente título é inalienável pelo prazo de 10 anos, conforme artigo 189 da Constituição a partir da expedição do título, devendo o Senhor Oficial de Registro Imobiliário fazer constar do registro do respectivo título estas dizes.

CLÁUSULAS REGULADORAS

- I - O OUTORGANTE, qualificado no Quadro 02, com fundamento na legislação própria, indicada no Quadro 04, e tendo em vista o que consta do respectivo processo administrativo, referido no Quadro 01, aliena ao(s) OUTORGADO(s), qualificado(s) no Quadro 03, pelo presente TÍTULO DE PROPRIEDADE especificado nos Quadros 01 e seguintes, constantes no anverso, o imóvel descrito e hávido como caracterizado no Quadro 05, pelo preço e condições de pagamento especificadas no Quadro 06, e sob as demais condições constantes das Cláusulas seguintes.
- II - Em decorrência da presente alienação, o OUTORGANTE transmite ao(s) OUTORGADO(s) todo o domínio, direito, ação e posse que tem sobre o imóvel.
- III - O imóvel se destina à exploração agropecuária, ficando o(s) OUTORGADO(s), obrigado(s) a manter tal destinação e a preservar a área de reserva florestal consoante o disposto no Código Florestal e legislação correlata.
- IV - Resolve-se a presente alienação, tornando-se nula, de pleno direito, independentemente de ato especial ou de qualquer notificação ou interpelação, judicial ou extrajudicial: a) se o(s) OUTORGADO(s) não cumprir(em) qualquer das obrigações assumidas neste Título; b) se o OUTORGANTE vier a exercer o direito que lhe é assegurado na Cláusula XI.
- V - Enquanto vigente a condição resolutive, é vedado ao(s) OUTORGADO(s) alienar o imóvel, sem prévia anuência do OUTORGANTE.
- VI - Em qualquer das hipóteses previstas na Cláusula IV, o domínio e a posse do imóvel reverterão ao anterior proprietário, titular do registro imobiliário constante no Quadro 05, com o cancelamento, no Registro de Imóveis, do registro do presente Título, na forma do Artigo 250, item III, da Lei no. 6.015, de 31/12/1973, instruído o respectivo requerimento do OUTORGANTE, para tanto, com laudo técnico ou documento outro que comprove a circunstância invocada.
- VII - Ocorrendo a reversão do domínio e da posse do imóvel, o(s) OUTORGADO(s) fará(ão) jus: a) a indenização pelas benfeitorias úteis e necessárias existentes; b) a restituição, sem juros e sem correção monetária, das importâncias por ele pagas ao OUTORGANTE. Em tal hipótese, tudo quanto ao(s) OUTORGADO(s) couber será prioritariamente aplicado na liquidação ou amortização de empréstimos bancários obtidos com garantias reais do imóvel.
- VIII - É facultado ao(s) OUTORGADO(s), após dois anos, contados de data de seu assentamento ou de seu reconhecimento no imóvel, liquidar integralmente o valor de seu débito para com o OUTORGANTE.
- IX - O OUTORGANTE expressamente autoriza a constituição de hipoteca, em garantia de financiamentos concedidos por entidades de crédito, para exploração e/ou melhoria do imóvel objeto deste Título, cumprindo a essas entidades cientificar o OUTORGANTE, previamente, na hipótese de execução da hipoteca.
- X - Contra os credores hipotecários, nas condições referidas na Cláusula anterior, não prevalecerão as Cláusulas resolutive e de inalienabilidade constantes desse Título.
- XI - O OUTORGANTE se reserva o direito de remir, se e quando lhe convier, a hipoteca constituída nas condições referidas na Cláusula IX.
- XII - Extingue-se a condição resolutive, quando cumulativamente: a) o(s) OUTORGADO(s) houver(em) liquidado integralmente o valor de seu débito para com o OUTORGANTE; b) forem decorridos dez anos, da data do registro deste Título no competente Registro de Imóveis, em face do estabelecido no Art. 189 da Constituição; c) o OUTORGANTE tiver emancipado o Projeto de Colonização nos casos em que a alienação foi originada daquele.
- XIII - O presente TÍTULO DE PROPRIEDADE, com plena força e validade de escritura pública, a teor do Artigo 79, do Decreto-Lei nº 2375, de 24 / 11 / 87, e firmado em 2 (duas) vias de igual teor, aceitando o(s) OUTORGADO(s), expressamente, as Cláusulas e condições dele constantes, eleito o foro do Distrito Federal com renúncia de qualquer outro, para dirimir questões que resultam deste.

Domingos Martins Filho
Domingos Martins Filho

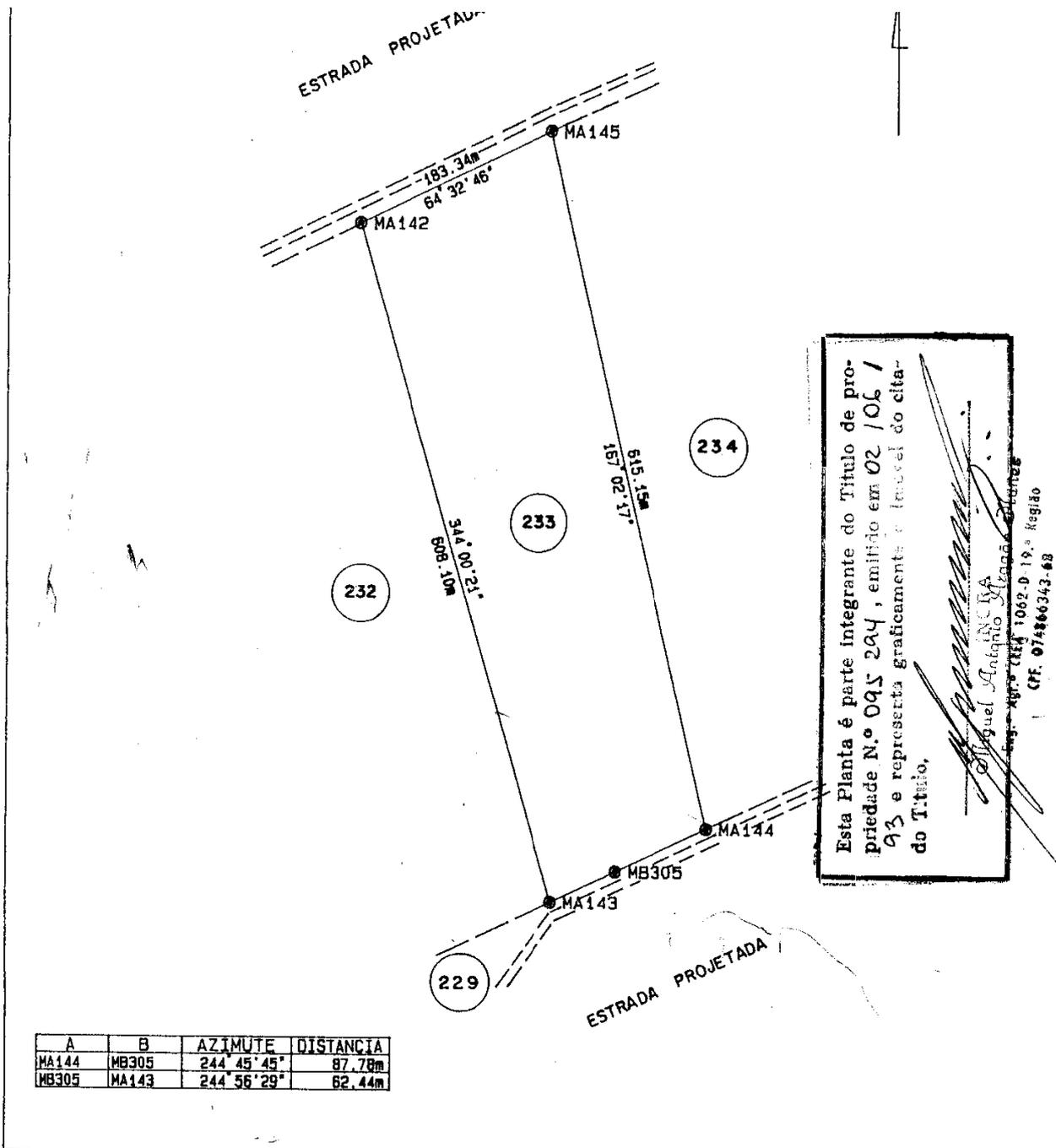
Superintendente Estadual do INCRA/MA
DEL. COMP. IN/ INCRA/P/Nº 03/ 92.

Raimundo Norberto Araújo
Raimundo Norberto Araújo
TESTEMUNHA

Francisco Campelo
Francisco Campelo
OUTORGADO(A)

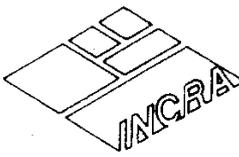
Miguel Moreira
Miguel Moreira
TESTEMUNHA

OUTORGADA(O)



Esta Planta é parte integrante do Título de propriedade N.º 095 294, emitido em 02/06/93 e representa graficamente o imóvel do citado Título.

Antônio Manoel
 Eng. Agr. - RGE nº 1062-D 19.º Região
 CPF. 074866343-88

		MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA COORDENADORIA DE CARTOGRAFIA - CC SUPERINTENDENCIA ESTADUAL DO MARANHÃO - SR/12	
		GLEBA P.A. ENTRONCAMENTO	
REG. COD.	LOTE 233		PERÍMETRO 1556.80m
DATA JUN/92	MUNICÍPIO ITAPECURU-MIRIM	ESTADO MARANHÃO	ESCALA 1:5000
DESENHO PLOTTER	RESP. TÉCNICO <i>Alcimir Frando de Sousa</i>	CONFERE Alcimir Frando de Sousa Téc. Agrim. CREA 052 TAD/PA	ABOMAR, M. Lopes Pinheiro Eng. Agr. SPEA 11878/D Pres. do ITCR/ISA-12

MINISTERIO DA AGRICULTURA E REFORMA AGRARIA
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA - INCRA
COORDENADORIA DE CARTOGRAFIA - CC
SUPERINTENDENCIA ESTADUAL DO MARANHAO - SR/12

MEMORIAL DESCRITIVO

LOTE N. 233 AREA (HA) 10.0153 PERIMETRO (M) 1556,80

MUN. ITAPECURU-MIRIM UF MA

LIMITES E CONFRONTACOES

NORTE: COM A ESTRADA PROJETADA

LESTE: COM O LOTE 234

SUL : COM A ESTRADA PROJETADA, E LOTE 229-CANTO

OESTE: COM O LOTE 232

DESCRICAO DO PERIMETRO

PARTINDO-SE DO MARCO MA145, SITUADO NO LIMITE DOS LOTES 233, 234 E ESTRADA PROJETADA, COM COORDENADAS PLANAS (UTH) 567272,838 ESTE E 9633663,666 NORTE, REFERIDAS AO MC 45 WGR, SEGUE POR LINHA SECA, CONFRONTANDO COM O LOTE 234, COM AZIMUTE 167 02 17 E DISTANCIA DE 615,15 M, ATE O MARCO MA144; DESTE, SEGUE PELA FAIXA DE DOMINIO DA ESTRADA PROJETADA, COM O(S) SEGUINTE(S) AZIMUTE(S) E DISTANCIA(S): 244 45 45 E 87,78 M, ATE O MARCO MB305; DESTE, SEGUE PELA FAIXA DE DOMINIO DA ESTRADA PROJETADA, COM O(S) SEGUINTE(S) AZIMUTE(S) E DISTANCIA(S): 244 56 29 E 62,44 M, ATE O MARCO MA143; DESTE, SEGUE POR LINHA SECA, CONFRONTANDO COM O LOTE 232, COM AZIMUTE 344 00 21 E DISTANCIA DE 608,10 M, ATE O MARCO MA142; DESTE, SEGUE PELA FAIXA DE DOMINIO DA ESTRADA PROJETADA, COM O(S) SEGUINTE(S) AZIMUTE(S) E DISTANCIA(S): 64 32 46 E 183,34 M, ATE O MARCO MA145, INICIO DESTA DESCRICAO.

CRICIUMA, 23/06/92

RESP. TECNICO

MARIO CESAR M. COELHO
ENG. AGRIM. CREA 14.198-5

VISTO
Alomar Hupel Pinheiro
Engo. Agri. CREA/1875/D
Presidente CENIT/89-12

Alcimir Franco de Sousa
Téc. Agrim. CREA 052 TAD/PA
Visto 28637MA
Topógrafo / INCRA / SR(12) T

Este Memorial descritivo é parte integrante do título de propriedade Nº 095 294 emitido em 02/06/93, e deve ser consignado integralmente no Registro Imobiliário correspondente ao citado título.
INCRA
Eng. Agr. Antônio M. de S. S.
Reg. Agr. CREA 1062-D 19.º An. 1991
CPF. 074860343-68